



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

ROSEMARY GOMES DA SILVA MACHADO

**JORNALISTAS NO *FRONT*:** entre violências, confrontos e resistências na Amazônia  
Paraense

BELÉM-PA

2025

ROSEMARY GOMES DA SILVA MACHADO

**JORNALISTAS NO *FRONT*:** entre violências, confrontos e resistências na Amazônia  
Paraense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Alda Cristina Silva da Costa.

Data de aprovação: 02/07/2025

**Banca Examinadora**

**Profª Drª Alda Cristina Silva da Costa – orientadora**  
Universidade Federal do Pará

**Profª Drª Vânia Maria Torres Costa**  
Universidade Federal do Pará

**Profª Drª Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira**  
Universidade da Amazônia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

M149j MACHADO, ROSEMARY.  
Jornalistas no front: entre violências, confrontos e resistências  
na Amazônia Paraense / ROSEMARY MACHADO. — 2025.  
XI, 185 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Alda Cristina Silva da Costa  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Letras e Comunicação, Mestrado Profissional em  
Letras em Rede Nacional, Belém, 2025.

1. Amazônia. 2. Exercício profissional. 3. Pará. 4.  
Jornalistas. 5. Violência. I. Título.

CDD 302.2309811

---

Dedico essa pesquisa a todas e a todos colegas jornalistas agredidos em função do exercício da profissão. Dedico, também, às minhas filhas, Ana Victória e Ana Beatriz, e à minha mãe, Cícera.

## AGRADECIMENTOS

O retorno à vida acadêmica foi um dos eventos mais significativos para mim nos últimos anos. Depois da especialização, em 2008 (Unama/Escola de Governo), por diversos motivos – de caráter pessoal e profissional – praticamente encerrei minhas atividades acadêmicas. Em 2022, voltei a participar de grupos de pesquisa – Mídia e Violência e Narramazônia – retomando meu elo com a Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde tudo começou, nos anos de 1990, com a graduação em Jornalismo.

O retorno à academia, agora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPA), foi estimulado pela conjuntura política do ano de 2022, marcado pela instabilidade democrática, a pandemia da Covid-19 e a explosão da violência contra os jornalistas em todo o Brasil. Naquele ano, o número de casos no Pará praticamente triplicou, com 21 registros de agressões em Belém e no interior. O que motivou o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará (Sinjor-PA) a criar o Grupo de Trabalho (GT) sobre Violência contra Jornalistas do Sinjor-PA e elaborar seu primeiro Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa. Ações que participei como vice-presidente da entidade. Diante desse contexto, percebi a necessidade de compreender esse fenômeno sob o ponto de vista acadêmico, pois, na verdade, a violência contra o jornalista já era uma temática latente para mim que, como repórter, vi e vivi o amargor da violência dos assédios, da insegurança e da falta de condições de trabalho.

Foi por isso que, desde então, contando com uma rede diversificada de apoio, iniciei o desenvolvimento da Pesquisa “Jornalistas no *front*: entre violências, confrontos e resistências na Amazônia Paraense”. Um projeto que me trouxe muitas respostas, novas perguntas e me fez sentir abraçada por tantas pessoas especiais, que de alguma forma contribuíram com ele.

À orientadora e amiga, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alda Cristina Costa que, lá atrás, enquanto editora da Rádio Cultura do Pará, já me conduzia à busca de respostas para os questionamentos inerentes à profissão, o meu mais profundo agradecimento pelo apoio dedicado a essa pesquisa. Sua mão me conduziu e seu olhar me passou segurança sempre que necessitei, durante esses longos e especiais dias pela busca do saber e pelo letramento sobre o compromisso com a vida acadêmica. Caminhos que repercutiram na minha vida pessoal que, hoje, encontra-se mais leve e tranquila em relação ao período em que ingressei no PPGCOM, em 2023, quando os desafios pareciam gigantes e até, em alguns momentos, intransponíveis. Obrigada por tanto e por tudo!

Nossa gratidão às professoras e professores que contribuíram para essa empreitada, especialmente às professoras Vânia Torres e Ivana Oliveira que, desde quando tomaram

conhecimento do meu objeto de pesquisa, olharam com especial atenção para a proposta e auxiliaram na busca de novos pontos de vista que mereciam ser explorados, ajudando na ampliação de meu horizonte a partir da qualificação. Portanto, muito obrigada por acreditarem na importância desse projeto, que trata do que nos une há muito tempo: o jornalismo.

Minha gratidão às queridas Ana Victoria Machado e Ana Beatriz Machado, filhas e parceiras de estudo, que não mediram esforço para me ajudar a passar na prova do PPGCOM, buscando textos na internet, organizando documentos, dando conselhos; e para finalizar a dissertação, com frequentes palavras de incentivo e carinho. Incentivo e carinho foi o que recebi também de dona Cícera Gomes, que tem no seu olhar escrito a frase “Eu acredito em ti”. Obrigada, mãe!

Para a irmã Socorro Gomes, jornalista e (também) fonte de inspiração à pesquisa, minha gratidão por todo o apoio dado, desde a nossa infância, ao caminho do estudo. As palavras “fé” e “esperança” sempre fizeram parte de seus conselhos. Obrigada por sua luz!

Minha gratidão aos sobrinhos Ramon Ferreira e Fernanda Carolina Pessoa, que sempre me assessoraram com suas atitudes de solidariedade, aliviando preocupações que pudessem perturbar meus estudos.

À minha chefe e amiga, Márcia Leite, na pessoa de quem agradeço a todas e a todos colegas de trabalho, pela compreensão durante esses dias de conciliação de horários de estudo (na UFPA) e de atividades laborais (na Alepa).

Ao amigo Vito Gemaque, presidente do Sinjor-PA, na pessoa de quem agradeço a todos pelo apoio a esse trabalho, que também é fruto de nossa militância em favor da democracia, da liberdade de imprensa e em defesa dos jornalistas.

Minha gratidão aos jornalistas Lúcio Flávio Pinto, Paulo Roberto Ferreira, Franssinete Florenzano, Raimundo Osvaldo dos Anjos Araújo, Aline Rodrigues Almeida Brelaz, Carlos Brito e Josué Cláudio Nery da Silva Pinheiro pela participação e contribuição em nosso trabalho.

Às amigas Lilian Campelo, Vic Argolo, Michele Souza e aos amigos Giovani Silva e Adison Ferreira, nas pessoas de quem agradeço às amigas e amigos do PPGCOM, por comporem essa rede de apoio e incentivo incondicional na minha trajetória em busca do Mestrado.

E, por fim, minha gratidão à Universidade Federal do Pará, lugar onde reúno, ao mesmo tempo, passado, presente e futuro!

## RESUMO

O jornalismo, enquanto instituição social, constitui um dos pilares fundamentais da democracia, pois sua razão de ser está intrinsecamente ligada à função social de informar. A informação jornalística, ao promover o exercício da cidadania, estimular o debate público e contribuir para a formação da opinião pública, torna-se elemento central na construção social da realidade. Essa mediação entre sociedade e informação é realizada pelo jornalista, profissional que, ao abordar questões sensíveis como desigualdades, corrupção e violações de direitos, frequentemente enfrenta riscos que comprometem sua segurança, sua saúde, sua liberdade e, em casos extremos, sua própria vida. A presente pesquisa tem como objeto a violência contra sete jornalistas na Amazônia Paraense, a partir da pergunta central: como essa violência se configura na prática profissional dos jornalistas que atuam na região? Para respondê-la, foram entrevistados sete profissionais que viveram contextos de intensificação da violência, desde o regime militar de 1964 até os anos recentes, marcados pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), incluindo o período crítico da pandemia da Covid-19. A investigação revelou que exercer o jornalismo na Amazônia é, por si só, um desafio, dada a complexidade do território, a fragilidade institucional e os interesses que atravessam os conflitos socioambientais e políticos da região. As entrevistas evidenciam que o jornalismo amazônico se constituiu, nas últimas décadas, como um espaço de resistência cotidiana diante da crescente hostilidade aos profissionais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em entrevistas em profundidade com jornalistas atuantes na região, cujos relatos permitem compreender as múltiplas formas da violência, simbólica, física, psicológica e institucional, que afetam diretamente o exercício da profissão e, por consequência, a própria democracia.

**Palavras-chave:** Amazônia; Exercício profissional; Pará; Jornalistas; Violência.

## ABSTRACT

Journalism, as a social institution, constitutes one of the fundamental pillars of democracy, since its fundamental purpose is intrinsically bound to the social mission of informing. Journalistic information promotes citizenship, stimulates public debate, and contributes to the formation of public opinion, becoming a key element in the social construction of reality. The interface between society and information is carried out by journalists, professionals who, when addressing sensitive issues such as inequality, corruption, and human rights violations, are often exposed to risks that endanger their safety, health, freedom, and even their lives. This research investigates violence against seven journalists in the Pará region of the Brazilian Amazon, guided by the central question: how does violence manifest in the professional practice of journalists working in the Amazon? To answer this, the study gathered testimonies from professionals who experienced periods of intensified violence, from the military dictatorship of 1964 to the recent years marked by the presidency of Jair Bolsonaro (2019–2022), including the critical period of the Covid-19 pandemic. The findings reveal that practicing journalism in the Amazon is, in itself, a significant challenge, given the region's territorial complexity, institutional fragility, and the powerful interests involved in its socio-environmental and political conflicts. The interviews show that Amazonian journalism has become, over recent decades, a site of daily resistance in the face of increasing hostility toward media professionals. This represents a qualitative study based on in-depth interviews with active journalists in the region, whose narratives help uncover the multiple forms of violence—symbolic, physical, psychological, and institutional—that directly impact the exercise of the profession and, consequently, the very fabric of democracy

**Keywords:** Amazon; Professional practice; Pará; Journalists; Violence.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – “Qual a sua área de graduação?”.....	145
Tabela 2 – Você se sente estressada (o) no trabalho?.....	155

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Violência contra jornalistas e veículos de Comunicação, entre 2018 e 2022 no Brasil, segundo a Fenaj.....	42
Gráfico 2 - <i>Ranking</i> da violência por estado..	45
Gráfico 3 – Agressores de jornalistas no Pará.....	47
Gráfico 4 - Violência contra jornalistas mensalmente no estado em 2022..	48
Gráfico 5 - Tipos de agressões contra jornalistas.....	49

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 TRAJETOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>17</b>
2.1 Primeira etapa.....	17
2.2 Segunda etapa: elaboração do estado da arte.....	18
2.3 Terceira etapa.....	25
2.4 Quarta etapa.....	26
<b>3 A VIOLÊNCIA E OS CONTEXTOS POLÍTICOS BRASILEIRO E PARAENSE.....</b>	<b>30</b>
3.1 Golpe de 1964.....	32
3.2 Bolsonaro no Poder.....	40
3.2.1 A violência em números.....	41
3.2.2 Repercussão na Amazônia Paraense.....	42
3.2.3 Covid-19 potencializa violência.....	50
3.2.4 A política e a pandemia.....	51
3.2.5 Consórcio pela vida.....	53
<b>4 JORNALISTA COMO TRANSFORMADOR SOCIAL.....</b>	<b>56</b>
4.1 A construção da profissão.....	58
4.1.1 O mercado e a precarização.....	60
4.1.2 A saúde.....	64
4.2 Credibilidade <i>versus</i> Desinformação.....	65
<b>5 VOZES DO <i>FRONT</i> JORNALÍSTICO DA AMAZÔNIA PARAENSE.....</b>	<b>71</b>
5.1 “O jornalismo é minha paixão e a Amazônia minha paixão temática” .....	76
5.1.1 Desfecho interpretativos analíticos .....	90
5.2 O orgulho de ser jornalista.....	92
5.2.1 Desfechos interpretativos analíticos.....	104
5.3 A jornalista do combate.....	105
5.3.1 Desfechos interpretativos analíticos.....	118
5.4 De frente com a violência.....	119
5.4.1 Desfechos interpretativos analíticos.....	134
5.5 Os desafios da jornalista na Amazônia.....	135
5.5.1 Desfechos interpretativos analíticos.....	145
5.6 Jornalismo comunitário como bem comum.....	146
5.6.1 Desfechos interpretativos analíticos.....	163
5.7 Momentos difíceis para o jornalismo e jornalistas.....	165
5.7.1 Desfechos interpretativos analíticos.....	174
5.8 Análises interpretativas das narrativas.....	175
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>182</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>189</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....</b>	<b>196</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escrita desta dissertação foi permeada pela perspectiva de compreender, inicialmente, o que está posto na violência contra os jornalistas, uma vez que, ao nos determos na literatura e nos dados, observamos um longo histórico de violência contra a imprensa e seus profissionais que, dependendo do contexto político, acirram-se mais ou menos dentro do campo do jornalismo. Tomamos o sentido de campo em conformidade com Bourdieu (1989), ou seja, o jornalismo como um campo de enfrentamento em relação a outros campos, como o político.

Isso posto, esta pesquisa parte das experiências de jornalistas da Amazônia com a violência exógena (provocada por influências externas) e endógenas (resultado dos conflitos locais), oriundas, geralmente, das ações relacionadas aos interesses de uma elite formada por grupos com poder de domínio político e econômico. No bojo dos diversos interesses, estão grandes projetos, como o espaço de domínio político; a exploração de recursos naturais (energia, mineração, madeira); a posse da terra; e o agronegócio, entre tantos outros. Os responsáveis por esses projetos não necessariamente vivem na Amazônia, mas usufruem do aparato e da parceria do poder público, especialmente na área de segurança, para executar suas ações.

Os projetos, suas motivações e suas consequências são temáticas do jornalismo, que necessita apurar e mostrar à sociedade como essas questões estão relacionadas à vida dos amazônidas. Por isso, para construção desta pesquisa, realizamos a escuta de jornalistas que atuam no estado do Pará e cujas falas balizaram-se especialmente no trinômio Violência, Medo e Resistência.

Mais que palavras, entendemos que esse trinômio reflete fatos e situações vividas por esses profissionais, por vezes de forma imperceptível, como se fosse algo comum, pertencente à natureza de sua atividade, em um contexto de violência simbólica, uma forma de poder manifestada de maneira sutil, geralmente não percebida por quem a sofre e por quem a executa (Bourdieu, 1989). Tais situações, no entanto, também podem ser experienciada de maneira mais perceptível, explicitando os interesses contrários à apuração e à divulgação de determinados assuntos, resvalando em violência materializada, seja na forma de agressão física e verbal ou por meio de processos judiciais.

Nessa seara, a pesquisa reúne vozes de luta de tempos diversos, como a ditadura militar (1964-1985), o período de redemocratização, entre as décadas de 1980-1990, e os tempos atuais, marcados pelo avanço da extrema direita e pela crise sanitária mundial da Covid-19 (2020-2022) – momentos nos quais a violência esteve significativamente elevada em todo o

planeta, especialmente no Brasil, que também sofreu uma tentativa de golpe de estado em 2022, quando centenas de pessoas invadiram e vandalizaram a sede dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de Janeiro.

Não ter vivido o período da ditadura como jornalista não significa não ter conhecimento sobre o fato, tampouco quer dizer que não tenhamos convivido com profissionais que experienciaram àquele duro momento, aqui, no estado do Pará. A partir de livros e relatos, sabemos que o jornalista foi considerado um inimigo do estado. E isso, somado à intensificação da violência no período do mandato do então presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), incentivou-nos a pesquisar sobre o assunto.

Conforme relatos, experiências de jornalistas e os relatórios de organizações e instituições relacionadas à categoria e aos direitos humanos, o período do referido presidente assemelhou-se ao da ditadura, guardadas as devidas proporções, já que, dessa vez, não houve registro de desaparecimento de pessoas, tampouco de tortura e mortes diretamente ligadas às ações do estado brasileiro em contraposição aos jornalistas, mas o desrespeito e as agressões físicas e verbais, quase institucionalizadas, foram visíveis em diversos momentos da gestão de Bolsonaro.

Esta pesquisa também é resultado de anos de experiência como repórter de jornal impresso e de rádio, durante os quais vivenciamos rotineiramente a dureza e os riscos da atuação de quem está na linha de frente no jornalismo, na Amazônia Paraense, com horários corridos e, não poucas vezes, em precárias condições de trabalho; e fruto de minha militância no Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará (Sinjor-PA), onde integro, junto aos demais colegas de profissão, a Comissão de Ética e a Comissão e o Grupo de Trabalho (GT) sobre Violência contra Jornalistas do Sinjor-PA.

Por meio desse GT, colaboramos com a elaboração do Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa<sup>1</sup>, um documento bienal, lançado em março de 2023, que se refere exclusivamente às violências registradas no Pará em 2022 e que evidenciou esse ano como o mais violento para os jornalistas que atuam no estado, com registro de 21 casos. Também no referido ano, o estado figurou no terceiro lugar no *ranking* nacional, conforme o Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa<sup>2</sup>, da Federação Nacional dos

---

<sup>1</sup>SINJOR-PA – Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará. **Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa – 2022**. Belém: SINJOR-PA – Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará, 2022. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1g-WaQkU5kju0xY511XliEA\\_TI9pGL2D/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1g-WaQkU5kju0xY511XliEA_TI9pGL2D/view?usp=sharing). Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>2</sup>FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa – 2022**. Brasília: FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, 2022. Disponível em:

Jornalistas (Fenaj), uma das principais fontes da presente pesquisa em termos de medição da violência contra jornalistas<sup>3</sup>.

Justamente por meio deste monitoramento, pôde-se constatar o aumento significativo da violência contra os jornalistas no período do governo Bolsonaro e a necessidade de reflexão por parte da sociedade sobre a importância do trabalho do jornalista para salvaguardar a democracia, defender as minorias sociais e contribuir para o debate sobre a crise climática mundial.

Enfim, por meio do estudo da relação jornalista e violência, pretendemos – levando em conta as especificidades físicas, socioambientais, históricas, culturais e políticas da nossa região – responder ao seguinte questionamento “Como a violência se configura contra jornalistas na Amazônia Paraense?” Para tanto, temos como objetivo geral: compreender como os jornalistas experienciam a violência contra si, enquanto profissionais, na Amazônia Paraense. E como objetivos específicos: a) analisar o contexto político social da Amazônia Paraense; b) analisar o sentido de violência que emerge na escuta dos jornalistas do Pará; c) identificar as formas de resistência dos profissionais no contexto da violência. Portanto, nesse estudo, levantamos a hipótese de que o desafio de cobrir a Amazônia acaba levando o jornalista a enfrentar a violência.

Balizada em Martino (2018), a pesquisa é de caráter qualitativo, pois buscou a compreensão da realidade social a partir da perspectiva e dos significados apresentados pelos interlocutores que participaram desse processo: sete jornalistas que experienciaram violências em consequência do exercício da profissão. Para ouvi-los, ancoramo-nos em Jovchelovitch e Bauer (2002), utilizando o método de entrevista em profundidade com caráter de entrevista narrativa.

A concepção inicial das formas de violência contra jornalistas, conforme observamos nos números levantados por diversas entidades, aponta para os interesses envolvidos contra

---

<<https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contra-jornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

<sup>3</sup>A medição e o acompanhamento da violência contra o jornalista foram sistematizados no Brasil, na década de 1990, com o lançamento do primeiro Relatório de Violência Fenaj. Atualmente, além do levantamento da Fenaj, há o de outras entidades e instituições ligadas à categoria e/ou à luta pela liberdade de Imprensa, como da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Repórteres Sem Fronteiras (RSF), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão (Abert), Comissão de Liberdade de Imprensa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e institutos universitários, como o Laboratório de Estudos sobre a Imagem e a Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM) da Universidade de São Paulo (USP). Este último sistematizou, em uma plataforma virtual, os dados da Fenaj sobre as agressões sofridas pelos jornalistas desde a década de 1980 até os dias atuais. Os casos são coletados (geralmente junto aos sindicatos), analisados, tabulados e organizados em relatórios anuais, que são publicados e divulgados à sociedade.

aqueles de quem o jornalismo fala ou afeta. Cenário que nos levou a visitar Arendt (2023) e suas reflexões sobre a medição de força entre poder e violência; passar por Marcondes Filho (2009) e sua abordagem sobre os desafios e as transformações da profissão; revisitar Correia (1997), tratando da complexa relação entre os jornalistas, a produção de notícias e a diversidade de forças que afetam seu trabalho; e abordar a análise filosófica e social de Chauí (1987) sobre o medo.

Com relação às discussões sobre a realidade da Amazônia Paraense, dialogamos com alguns autores e autoras da região. Dentre eles, Pinto (2005), que trata da necessidade de ampliar o debate para além da exuberância florestal, abordando sua historicidade social e política. Debate que vem ao encontro do pensamento crítico de Costa (2022), sobre a visão colonialista persistente da imprensa do eixo sudestino do Brasil, e de Castro (2017), sobre a comunhão tradicional da exploração econômica com a violência. Passamos, ainda, pelo panorama da censura ditatorial na Amazônia com Ferreira (2015). Todos, enfim, abordando assuntos históricos, herdados de uma visão colonialista, constantemente atualizada por discursos e atos de setores do poder dominante, mas igualmente rechaçada por diversas formas de resistência, como são as próprias obras citadas nesse parágrafo.

No que tange à estrutura da pesquisa, ela está dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro intitulado “Trajetos metodológicos da pesquisa”. Nele, apresentamos os caminhos trilhados, desde a escolha do tema até a seleção do *corpus* de análise, passando pela discussão dos procedimentos metodológicos, pelas etapas desenvolvidas e pelas categorias de análise realizadas.

No segundo capítulo – “Os cenários políticos brasileiro e paraense” – contextualizamos a política nacional e regional, apresentando discussões sobre o período da ditadura militar de 1964, Governo Bolsonaro (2019-2022) e a grave crise sanitária vivida no Brasil e no Pará, a pandemia da Covid-19 (2020-2022)<sup>4</sup>. Abordamos, também, a democracia e o relacionamento da imprensa com o poder público; e a sistematização, no Brasil, do monitoramento da violência contra jornalistas, a partir dos relatórios de instituições ligadas ao jornalismo e à essa categoria.

No terceiro capítulo – “Jornalista como transformador social” – refletimos sobre o papel do jornalismo e suas transformações, desenvolvendo a discussão sobre a criação da profissão e sua contribuição para a consciência social, o mercado de trabalho, a precarização, a saúde do

---

<sup>4</sup>Este estudo, inicialmente, era restrito aos anos do mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), a banca de qualificação, composta pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vânia Maria Torres Costa (UFPA) e pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira (Unama), aconselhou-nos a ampliar o escopo de análise, a fim de abarcar outros períodos da história, visando a uma compreensão mais aprofundada da configuração da violência contra os jornalistas na Amazônia Paraense. Agradecemos, a ambas, pelas sugestões de acréscimos aos estudos.

profissional, e a importância da credibilidade e do combate à desinformação. O objetivo é compreender a figura do jornalista no contexto em que ele se torna alvo da violência, justamente no exercício de sua atividade de cobertura, apuração e divulgação de notícias. Nesse percurso, dialogamos com autores como Sodré (1999), Marcondes Filho (2009) e Melo (2012). Ainda nesse capítulo, recorreremos a Park (2008), que revisita o surgimento das discussões sobre o jornalismo na primeira metade do século XX, contribuindo para pensarmos a relevância do jornalismo para a sociedade ao destacar o conhecimento como forma de comunicação, ressaltando que a notícia não apenas informa, mas orienta o público.

No quarto capítulo – “Vozes do *Front* da Amazônia Paraense” – estão as vivências dos jornalistas entrevistados, cujos relatos se concentram tanto nas batidas da Polícia Federal nas redações de imprensa alternativa dos anos de ditadura, nos massacres envolvendo agentes públicos de segurança do estado, como de Eldorado do Carajás, nos anos 1990, quanto na chegada da blogosfera, na violência judicial, nos riscos na cobertura de pautas ambientais e violência urbana, e nos ataques dos apoiadores do ex-presidente Bolsonaro aos repórteres que cobriam questões relacionadas à política e à pandemia da Covid-19.

Falar sobre a violência contra jornalistas se constitui como nossa questão central, visto que os profissionais exercem suas atividades no cotidiano das ruas, apurando, investigando, ouvindo e cobrindo os fatos para informar e orientar a sociedade. Logo, não deveriam ser punidos, mas sim protegidos pela sociedade como um todo por promoverem o bem comum por meio do exercício profissional.

## 2 TRAJETOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

*“A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota” (Jean-Paul Sartre, 1905-1980, n.p.).*

*“As sociedades nacionais contemporâneas e a sociedade global em formação na passagem do século XX ao século XXI tornaram-se um vasto cenário de violência. São muitas as formas de violência, antigas e recentes, conhecidas e desconhecidas, que se manifestam nessas sociedades. Desde o sequestro e o narcotráfico à violência urbana e ao terrorismo de Estado, desde os conflitos étnicos e religiosos à ‘destruição criativa’, são muitas as formas de violência que se manifestam nas sociedades contemporâneas. Cabe, pois, conhecer melhor essa realidade, em suas implicações práticas e teóricas. Cabe inclusive desvendar o que há de “nacional” e “mundial” nessas manifestações, povoando a vida e o imaginário de indivíduos e coletividades, em todo o mundo. Cabe esclarecer se a trama das relações sociais e os jogos das forças político-econômicas, conforme se desenvolvem nas sociedades contemporâneas, são também uma fábrica de violência. Trata-se de refletir sobre a hipótese de que há algo na fábrica da sociedade moderna, do que se poderia denominar de modernidade, que leva consigo formas, técnicas e práticas cada vez mais brutais de violência, desde as mais prosaicas às mais sofisticadas” (Ianni, 2002, p. 07).*

Os contextos de escrita do filósofo Jean-Paul Sartre (1949) e do sociólogo Octavio Ianni (2002), embora tenham se dado em momentos diferenciados – respectivamente, a segunda metade do século XX e a virada do século XX para o XXI – comunicam uma certa atualidade quando refletem o espírito de um tempo que se aproxima das reflexões apresentadas anteriormente sobre os cenários de violência contra jornalistas nos dias de hoje. Perspectiva a partir da qual buscamos compreender essa violência ou uma possível cultura de violência contra esses profissionais.

### 2.1 Primeira etapa

Afirmamos que nossos caminhos à pesquisa começaram desde nossa entrada no mercado de trabalho e à observação de quanto era difícil a cobertura de determinadas temáticas, pois, de acordo com a escuta de algumas pessoas, éramos confrontados na nossa atuação. Por outro lado, após um longo período de atuação como jornalista, sentimos necessidade de respostas do campo científico. Começamos, então, a participar dos debates no Grupo de Pesquisa da UFPA “Mídia e Violência: sentidos e significados na Amazônia”<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup>Coordenado pela pesquisadora Alda Cristina Costa (UFPA), e realizado em parceria com a Universidade da Amazônia e a Universidade Federal do Amazonas, com apoio do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Nosso retorno à academia – da qual estávamos afastadas desde 2008, quando realizamos o curso de especialização em Comunicação Social – se dá após várias reflexões sobre a necessidade de discutirmos a violência contra a categoria. A partir desse retorno, participamos, além do projeto de pesquisa, de eventos de cunho científicos, entre eles, o VI Encontro de Pesquisa em Comunicação na Amazônia (EPCA), de 2023, realizado no PPGCom/UFPA, no qual apresentamos o artigo: “Viver sob o Perigo: uma análise do relatório do Sinjor-PA sobre a violência contra jornalistas no Pará, no ano de 2022”<sup>6</sup>, que também foi publicado em revista científica qualificada (Machado; Costa; Souza, 2024)<sup>7</sup>. Também estivemos como palestrante da mesa “O exercício da Advocacia e da Imprensa como parâmetros de saúde democrática e a colaboração histórica entre as duas categorias no contexto amazônico” e participamos da IX Conferência Estadual da Advocacia do Estado do Pará, realizada em 2023, pela OAB-PA, e da mesa de debate “Jornalismo na Amazônia: enfrentamentos à desinformação, violência e crise climática”, no Pré-Evento do 22º Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), realizado em Belém, em 2024.

Esse caminhar foi exposto com objetivo de demarcar a preparação para a realização da presente pesquisa, lembrando da importância da comunhão do conhecimento teórico, ofertado pela academia, com o prático, resultado da memória afetiva de anos de atuação no campo do jornalismo. Somatória que, para nós, significou maior segurança para o desenvolvimento do trabalho e para alcançar os objetivos aqui traçados.

## **2.2 Segunda etapa: elaboração do estado da arte**

Na trajetória da pesquisa, foi necessário consultar aqueles que, por meio de suas pesquisas (dissertações e teses), construíram estradas e pontes, contribuindo para o enriquecimento do campo da Comunicação. O estado da arte serve esse propósito ao permitir que o pesquisador mapeie e organize os estudos anteriores, identificando lacunas, tendências, contradições e teorias predominantes, além de situar seu próprio trabalho dentro do campo investigado. Esforço que realizamos com a finalidade de amadurecer a proposta desta pesquisa,

---

<sup>6</sup>O artigo foi produzido em parceria com minha orientadora, a professora Dra. Alda Cristina Costa, e com a doutoranda do PPGCom, Michele da Costa Souza.

<sup>7</sup>O trabalho foi publicado em 2023 nos anais do VI Encontro de Pesquisa em Comunicação na Amazônia (EPCA) e publicado na 16ª edição do periódico científico Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia, da Faculdade Estácio do Pará (FAP). Disponível em: <<https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/puca/article/view/2872>>. Acesso em: 07 mar. 2024.

a partir das perspectivas, reflexões e análises realizadas por outros trabalhos científicos que também investigaram as violências contra jornalistas no Brasil.

Essa fase foi uma etapa fundamental, uma vez que os achados, leituras e conclusões, aqui descritos, possibilitaram o fortalecimento do olhar para outros aspectos de pesquisas com temáticas correlatas, o que fizemos por meio de uma revisão sistemática e crítica do conhecimento existente sobre esse determinado tema. Um processo essencial para justificar a relevância e originalidade da pesquisa proposta, visto que demonstra que o pesquisador está ciente dos debates e avanços na área, e pode contribuir de maneira significativa para o aprofundamento ou a inovação do conhecimento.

Nossa primeira busca ocorreu no buscador da internet *Google*, usando como filtro as palavras-chave “violência” + “jornalistas” + “democracia”, sem demarcar o período. Nesse primeiro momento, obtivemos como resultado uma extensa lista de publicações, entre livros, dissertações, teses, monografias, artigos, reportagens, notas de repúdio e/ou de pesar de entidades de classe e instituições.

Para otimizar nosso universo de pesquisa, refinamos a busca para dissertações e teses de instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), sem definir um recorte temporal. Observamos, então, que o período em que mais se pesquisou e publicou sobre o assunto, na área científica, foi entre os anos de 2019 e 2024. Com essa busca mais refinada, encontramos 11 trabalhos específicos sobre a temática, sendo 2 (duas) teses e 9 (nove) dissertações. Mapeando geograficamente essas pesquisas, registramos 2 (duas) no Norte; 3 (três) no Sul; 2 (duas) no Sudeste; 3 (três) no Nordeste; e 1 (uma) no Centro-Oeste, desenvolvidas por pesquisadores de instituições públicas federais e estaduais.

Cada uma dessas pesquisas constrói debates sobre a violência contra os jornalistas com enfoque específico, como, por exemplo, a violência de gênero, que é a base de 4 (quatro) das 10 (dez) pesquisas aqui analisadas. Nas demais pesquisas, 2 (duas) são sobre assassinatos de jornalistas em função do desempenho da profissão. Há, ainda, 1 (uma) que trata da violência específica contra jornalistas da Rede Globo, na cobertura da pandemia da Covid-19; outra que aborda o uso da internet para disseminação do discurso de ódio como ferramenta político-partidária e ideológica; e outra que avalia como a violência pode estar relacionada às características do sistema de mídia do Brasil. Assim como em nosso estudo, todos esses trabalhos buscaram dados nos relatórios de violência produzidos por entidades jornalísticas e instituições sociais para dar suporte às análises.

Encontramos no repositório do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a dissertação “Boca Fechada:

Comunicadores executados no Brasil por conta do exercício profissional”, de Aquiles Lopes de Oliveira (2021), que discorre sobre o assassinato de blogueiros, radialistas e jornalistas, em virtude do exercício da profissão, e investiga as políticas públicas adotadas pelo poder público para proteger os profissionais e garantir o direito da sociedade à informação. A pesquisa usou como base os dados primários do “Relatório Violência Contra Comunicadores no Brasil: Um Retrato da Apuração nos Últimos 20 Anos”, publicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2019), que trata dos 64 casos de execução de comunicadores ocorridos entre 1995 a 2018. Na realização da pesquisa, o autor usou a combinação de análise documental e entrevistas.

Na tese “Sistemas de mídia e violência contra jornalistas: características do caso brasileiro”, de Gisele Barão da Silva (2024), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o foco se deu em compreender em que medida a violência contra jornalistas se relaciona com características associadas à ideia de sistemas de mídia. Para alcançar esse objetivo, a autora utilizou duas ferramentas metodológicas: a análise qualitativa de documentos sobre liberdade de imprensa, violência contra jornalistas, profissionalização do jornalismo e mercado da comunicação, no período de 1998 a 2022; e a análise do conteúdo de 35 entrevistas semiestruturadas: com jornalistas vítimas de violência, representantes de sindicatos dos jornalistas e de organizações que atuam na defesa desses trabalhadores. Como resultado da pesquisa, a autora concluiu que a violência contra o profissional pode ser associada ao sistema de mídia do País em função deste representar um desequilíbrio, em diferentes graus, nas suas dimensões, refletindo a instabilidade das relações entre o campo político, a imprensa e o público.

Por sua vez, a dissertação “A violência contra jornalistas no Brasil: análise discursiva dos relatórios de organizações de defesa da liberdade de expressão”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGCOM/UFSM), de Cleusa Maria Jung (2021), buscou compreender como as organizações de defesa dos jornalistas debatem e se posicionam no que diz respeito à violência contra esses profissionais e aos ataques à liberdade de expressão e à da imprensa. Essa pesquisa foi embasada na análise de relatórios de três organizações que monitoram a violência contra jornalistas no Brasil: Fenaj, ABERT e Artigo 19<sup>8</sup>. Segundo a autora, o objetivo foi compreender as posições ocupadas por essas

---

<sup>8</sup>Artigo 19 é uma ONG criada em Londres, em 1987, com atuação em todo o mundo, para promover e defender o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação. Sua denominação é uma homenagem ao artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz: Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão. Fontes diversas.

organizações no discurso sobre a violência contra jornalistas no país e como os seus relatórios produzem efeitos de sentido sobre o tema. Para tal, foram usados os seguintes procedimentos metodológicos: Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental e Análise do Discurso.

A terceira dissertação é oriunda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PPGJOR), intitulada “Violência contra jornalistas: características e manifestações a partir dos relatórios da FENAJ no período 2012-2020”. A autora, Aline de Oliveira Rios (2021), investiga a violência praticada contra jornalistas no período de 2012 e 2020, utilizando, para tanto, os relatórios da Fundação. O procedimento metodológico dessa dissertação foi constituído por Pesquisa Bibliográfica e pela Análise Documental dos relatórios de violência contra jornalistas. A autora sistematizou as informações e construiu uma matriz analítica que caracterizou e classificou as manifestações de violência em oito situações-tipo. Por meio dessa investigação, também identificou a existência de padrões nos atos de violência, em um contexto de engendramento a partir de 2018. A pesquisa concluiu que o surgimento de novas formas de violência provoca mudanças nos procedimentos adotados para a realização das atividades jornalísticas, evidenciando como o contexto da cobertura pode aumentar ou reduzir a exposição dos jornalistas a situações de risco.

A dissertação “A representação social da execução de jornalistas na fronteira Brasil/Paraguai pelo jornal regional de Ponta Porã”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCOM/UFMS), realizada por Gerson Canhete Jara (2019), reflete sobre o papel institucional da imprensa na evolução humana e sobre o papel imprescindível do jornalista, assim como os riscos da profissão. São pesquisados os casos de execução de profissionais da imprensa na fronteira de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PAR), e os reflexos dessa violência na rotina de trabalho do jornalista de fronteira. O recorte temporal vai de 2012 a 2018, com a análise de oito casos, relatados pelo Jornal Regional de Ponta Porã (periódico impresso com cinco edições semanais), que renderam a publicação de 23 notícias. A metodologia foi a Análise de Conteúdo, por meio da qual foram identificadas: a caracterização da produção editorial, com base em notícias, a ausência de trabalho investigativos, por meio de reportagens, e a publicação de atos de violência praticados pelo crime organizado, em que pese as limitações dessa produção.

Na dissertação “Ameaças para silenciar o mensageiro: ataques e agressões aos profissionais do jornalismo como notícia no Jornal Nacional”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF), Gabriel Landim de Souza (2023) analisou o crescimento recorde da violência contra os jornalistas nos anos de

2020 e 2021, balizado nos registros e na base de informações da Fenaj. Consideramos relevante essa pesquisa porque o período coincide com parte do recorte temporal da nossa.

Em seu trabalho, Souza (2023) objetivou compreender de que maneira o Jornal Nacional narrou e defendeu o papel do Jornalismo quando noticiou as agressões sofridas pelos repórteres e as mudanças nas formas de registrar a atividade da imprensa. São destaques os ataques sofridos pela TV Globo e seus profissionais, motivados, sobretudo, pela cobertura relacionada à pandemia da Covid-19. Esse autor relatou as agressões e a fúria contra repórteres por pessoas que negavam o contexto da pandemia. Para analisar como os episódios foram divulgados, o método usado foi a Análise da Materialidade Audiovisual, de Iluska Coutinho (2106; 2018). A referida pesquisa também observou que o JN defendeu, principalmente, “a liberdade de imprensa e a democracia, mas deu pouca ênfase aos profissionais vitimados” pela violência (Souza, 2023, p. 10).

Na dissertação “O bolsonarismo da esfera pública: uma análise Foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdades, *fake news* e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro”, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas (PPGL/UFAM), Cris Guimarães Cirino da Silva (2019), apresenta reflexões sobre a violência no discurso, especialmente na rede social. Esse debate aborda a violência verbalizada pela extrema direita do Brasil, um segmento que faz parte dos nossos estudos sobre a violência contra os jornalistas no período do mandato do ex-presidente Bolsonaro. Sua metodologia foi a Análise de Discurso de linha francesa (Pêcheux, 1995, 1990; Orlandi, 1999; Souza, 2006, 2014). Balizada nos estudos Michel Foucault (1979), a pesquisa analisa como os discursos de ódio são estimulados, alimentados e como se materializam em misoginia, preconceito, racismo e segregação, entre outros. Cabe ressaltar que a pesquisadora sofreu – por parte de apoiadores do então presidente Bolsonaro – ameaças, como ter seu carro quebrado dentro da própria universidade em função do seu tema<sup>9</sup>.

A violência de gênero no ambiente profissional do jornalismo é bem demarcada nas quatro pesquisas seguintes. Em “Ser mulher no jornalismo paraense: experiências comunicativas com o ambiente profissional”, pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA), Sávila Silva (2022) aborda uma das mais vis maneiras de sabotar a coragem de um/a repórter: os assédios moral e sexual.

---

<sup>9</sup>MESTRANDA exposta por Eduardo Bolsonaro é alvo de ameaças e linchamento virtual. **Contee**, 2024. Disponível em: <https://contee.org.br/mestranda-exposta-por-eduardo-bolsonaro-e-alvo-de-ameacas-e-linchamento-virtual>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Tendo como *locus* a Amazônia, a pesquisadora fala de duas campanhas: a *#MeToo*, de 2017, que pautou, mundialmente, a violência sexual e a discriminação contra as mulheres nos espaços de trabalho; e a realizada, no *Twitter*, pelo coletivo Jornalistas Contra o Assédio, em 2020, no Brasil, para promover a *hashtag* *#MulheresJornalistasEmLuta*, que alertava sobre os ataques e o assédio cometidos contra mulheres nas redações.

O debate teórico que sustenta essa pesquisa tem como autores Safiotti (1995), Scott (1995), Hooks (2018), Foucault (1979) e Bourdieu (1999). Os procedimentos metodológicos foram compostos por pesquisa qualitativa com entrevista em profundidade. Na entrevista, as jornalistas relataram suas experiências nas redações e revelaram que sofreram assédios, consequência da “naturalização” desse tipo de violência. A pesquisa conclui que há um novo comportamento entre as mulheres, cuja característica é o não pacifismo mediante às atitudes abusivas e agressivas dos colegas homens.

Na dissertação “Narrativas da (re)existência: um estudo sobre a violência de gênero contra jornalistas nas redações de Natal (RN)”, do Programa de Pós-Graduação de Estudos da Mídia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEM/UFRN), Jadeanny Arruda Silva dos Santos (2022) traz uma pesquisa do mercado de trabalho de Natal (RN), no Nordeste do Brasil. Conforme essa pesquisadora, gênero, raça e classe são determinantes para a vida pessoal e profissional das jornalistas, com seus corpos em constante risco. Baseada em Beauvoir (1980), a pesquisa identifica que a mulher é vista como um “outro”, um estranho, no seu meio profissional. Santos (2022) recorre aos aportes teóricos de Saffioti (2015; 1987), Davis (2016), Akotirene, hooks (2019) e Lord (2020) e utiliza dados da Fenaj e dos Repórteres Sem Fronteiras (RSF) sobre os riscos físicos e psicológicos à vida das mulheres nas redações na contemporaneidade. A pesquisa usa o método das histórias de vida (Martinez, 2015) para, por meio das biografias, “possibilitar que narrativas antes silenciadas sejam ouvidas” (Santos, 2022, p. 9). O resultado da pesquisa demonstra que não há políticas de gênero nas redações, evidenciando, ainda, tipos de violência, o reflexo do fenômeno na profissão e as dificuldades consequentes na vida pessoal, como equacionar as atividades domésticas e profissionais das jornalistas.

Na dissertação “Deixa ela trabalhar!”: Mulheres jornalistas na cobertura esportiva paraibana’, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (PPJ/UFPB), Juliana Bandeira Morais (2022) aborda a questão do gênero na atividade jornalística, mais especificamente na editoria do esporte, que ainda é eminentemente masculina, apesar de as mulheres serem a maioria no mercado de trabalho do jornalismo. A metodologia

utilizada foi o relato de sete jornalistas de diferentes gerações – incluindo o da própria autora – que atuaram no telejornalismo esportivo, por meio de entrevistas em profundidade.

Os relatos constataram atos de discriminação e de preconceitos sofridos por elas, contando, também, as estratégias utilizadas pelas profissionais para resistirem lutando contra essa violência. São listados, nessa dissertação, atos de constrangimentos de cunho sexual e moral; violência psicológica nos questionamentos sobre a competência para cobertura dos esportes; críticas indevidas sobre a aparência física das jornalistas; e a histórica falta de igualdade salarial e de oportunidade de crescimento na carreira. Os relatos também falam dos reflexos dessas violências na saúde mental das jornalistas, destacando que ela ocorre em dois ambientes: interno (na redação com colegas, chefias, patrões) e externo (fontes e transeuntes). Para a autora, a questão necessita de debates e respostas dos setores classistas, da comunidade científica e da sociedade de um modo geral, para que um futuro mais democrático e justo seja possível.

O último trabalho encontrado foi a tese “Jornalistas mulheres sob ameaça: riscos para o exercício da profissão no Rio de Janeiro”, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Neste trabalho, Silvana Lemos de Almeida (2022) analisa os riscos do exercício da profissão, seu o impacto na perspectiva das jornalistas cariocas e como isso afeta o cotidiano pessoal e profissional dessas mulheres. Os ataques retratados pela autora focam nos corpos e na moral da mulher, em um explícito reflexo de uma sociedade patriarcal, machista e misógina. Ainda de acordo com a pesquisa, esse quadro, somado ao agravante da precarização do trabalho, tem adoecido as trabalhadoras e afetado seus direitos civis e profissionais. Trata-se de uma pesquisa empírica documental, que usa como método o Estudo de Caso.

Este panorama nos possibilitou aprofundar o escopo de reflexão sobre nossa pesquisa e pensar sobre a violência contra os profissionais de jornalismo no Brasil, além do uso dos relatórios de entidades, como a Fenaj, enquanto base de dados. Esta etapa também foi importante para a formulação dos objetivos da pesquisa, uma vez que ofereceu uma base para posicionarmos a investigação de forma consistente. O que difere a presente pesquisa das demais é o foco no jornalista, profissional mediador dos fatos e símbolo da democracia, atacado, independentemente do gênero, bem como a definição do cenário de atuação ser o estado do Pará, na região amazônica.

Nossos levantamentos apontam que não existem estudos específicos de pós-graduação sobre a violência contra jornalistas no Pará, motivo que nos leva a fazer o seguinte questionamento: “como se configura a violência contra os jornalistas na Amazônia Paraense?”. Isto posto, acreditamos que esta pesquisa contribui de forma inédita com a produção de dados

no âmbito acadêmico, bem como para o debate sobre a violência contra os jornalistas, um profissional que antes de sofrer a violência externa, geralmente já sofreu/sofre a violência interna na relação com a empresa a que é ligado, a partir de contratos precários, salários baixos, jornada extensa e intensa de trabalho, bem como assédios moral e sexual. Sendo, muitas vezes, em meio a esse fogo cruzado – violências internas e externas – que o profissional faz o seu trabalho de apurar e produzir informações, e levá-las aos cidadãos e às cidadãs.

### **2.3 Terceira etapa**

Após as investigações exploratórias sobre pesquisas que tratam sobre a violência contra jornalistas, retomamos à nossa proposta com a finalidade de identificar os elementos diferenciadores da pesquisa. Primeiro, identificamos a necessidade de pesquisar a atuação dos jornalistas na Amazônia Paraense, considerando, conforme colocamos anteriormente, os desafios que são postos aos profissionais, levando em conta a extensão geográfica territorial e a complexidade das realidades diversas da região. A singularidade desses desafios passa pela falta de infraestrutura adequada, com estradas e sistemas de transporte limitados, acesso difícil a muitas áreas, especialmente durante o período de chuvas, conflitos socioambientais, atividades como mineração ilegal, garimpo e exploração madeira.

Nesse contexto, formou-se uma sociedade complexa, constituída por indivíduos que vivem em áreas urbanas (centros e periferias) e florestais (áreas indígenas, ribeirinhas e quilombolas), que estão sujeitos a atores com poder econômico e político considerável, e que enxergam o trabalho da imprensa, frequentemente, como uma ameaça. O que resulta, muitas vezes, em intimidação, perseguição e até violência contra jornalistas que realizam cobertura sobre suas ações, quando ilegais e/ou desumanas.

Nosso recorte temporal é demarcado em momentos históricos de acirramento da violência contra os jornalistas na Amazônia, na contemporaneidade. Conforme os relatórios de entidades ligadas à categoria, as fontes de violência se ampliaram no período do mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), quando a sociedade viu a quase “naturalização” da violência contra jornalistas, com atos sendo perpetrados por cidadãos comuns, motivados geralmente pela desinformação, pelo discurso de ódio, pela campanha de descredibilização contra a imprensa e pela identificação equivocada do papel do jornalista com o do veículo/empresa de comunicação.

Excepcionalmente, esse fenômeno de ataques aos jornalistas também aconteceu dentro de segmentos engajados na luta de direitos sociais e direitos humanos, em função da

identificação equivocada do papel do jornalista com o papel do veículo de comunicação/empresa. Por exemplo, há registros, no Pará, de tentativa de agressão de jornalistas feita por trabalhadores da educação<sup>10</sup> e por minorias sociais, como os povos indígenas<sup>11</sup>, como reação a matérias que foram publicadas não em conformidade com a cobertura e a produção/redação do profissional, mas com a linha editorial do veículo e/ou de acordo com autoridades governamentais<sup>12</sup>.

## 2.4 Quarta etapa

Definida a importância da pesquisa, decidimos pela escuta dos jornalistas que vivenciaram a violência no campo profissional na Amazônia Paraense, com a finalidade de, a partir da narrativa de cada um deles, analisar como esse fenômeno atinge suas vidas e, conseqüentemente, como pode repercutir na sociedade. Ressaltamos, nesse contexto, que a sociedade necessita da informação para o exercício da cidadania e para o fortalecimento da democracia, conforme o pensamento de Melo (2009), que entende o acesso a informações precisas e confiáveis como elemento fundamental para o exercício de direitos e deveres, formação de opinião e fiscalização do poder público.

Em conformidade com a natureza da pesquisa qualitativa, nossa metodologia de investigação buscou o entendimento do mundo social a partir da perspectiva dos interlocutores. Para isso, conforme pensamento de Jovchelovitch e Bauer (2002), refinamos o método e selecionamos a entrevista em profundidade com caráter de entrevista narrativa como técnica de pesquisa, considerando a necessidade da escuta dialógica dos jornalistas – decisão tomada à luz de Martino (2018, p. 120, grifo do autor), quando o autor define um bom roteiro como “aquele que mantém o foco da pesquisa e, ao mesmo tempo, consegue manter a *flexibilidade* diante do entrevistado. Afinal, se existe um momento em que a ética da pesquisa é colocada à prova, é a entrevista”.

O método foi aplicado com o uso de um roteiro indicativo (Apêndice A ), mas sem a obrigação da resposta, apenas com a finalidade de uma condução, a priori, do relato sobre a

<sup>10</sup>SINJOR-PA. **Jornalista é trabalhador**: a linha editorial é do Patrão. Belém, 30 jan, 2024. Instagram: @sinjorpa. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DFyZrqiMPMS/?igsh=eWl5NmhrMWRnbG4x>. Acesso em: 7 fev. 2025.

<sup>11</sup>CITABT. **Nota dos indígenas que ocupam Seduc**. Belém, 30 jan, 2024. Instagram: @citabt. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DFtSU7uoUL/?igsh=MWZhbG84NWNnMWRwgc==>. Acesso em: 7 fev. 2025.

<sup>12</sup> SINJOR-PA. **Nota de solidariedade aos jornalistas da TV Liberal**: Polyanne Guimarães e Marcos Pinheiro. [s.l.], 30 jan, 2024. Instagram: @sinjorpa. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DFtjSGjM36F/?igsh=MWQ3anI2MXV0YjIycQ==>. Acesso em: 7 fev. 2025.

violência. Momento único de compartilhamento do conhecimento entre interlocutores e pesquisadora, a entrevista, diferentemente das demais fases da pesquisa – como debates de conceitos, autores e análise de documentos – deu um sentido especial ao estudo, pois foram enunciadas as experiências pessoais dos jornalistas com a violência. Os relatos foram tecidos como momentos únicos na vida de cada profissional. E observamos em cada narrativa a importância do debate sobre a violência contra a categoria.

Optamos, portanto, pela escuta dos sete jornalistas, reconhecendo-os não apenas como fontes de informação, mas como sujeitos que experimentaram diretamente as tensões e conflitos que permeiam o trabalho jornalístico. Sujeitos que encararam o desafio de enfrentar diversos e poderosos antagonistas da profissão.

Ao ouvir seus relatos, buscamos não somente mapear as violências sofridas, como também compreender como essas experiências impactaram a prática profissional e, sobretudo, a subjetividade desses profissionais, revelando dinâmicas mais amplas de poder e resistência que atravessam o campo jornalístico.

Mas, antes de chegarmos a essa fase, realizamos um levantamento para obtermos informações sobre casos de profissionais que sofreram violência no exercício da profissão. Nesse processo, usamos o método da análise documental que, conforme Minayo (2014), é fundamental para reconstruir o conhecimento de forma crítica e completa, pois os documentos refletem a visão de mundo e as relações sociais de quem os produziu.

Por meio da análise documental, pudemos examinar e interpretar documentos de diversos tipos para a obtenção de informações e conhecimento sobre o assunto investigado. Como é versátil, pode ser aplicada tanto como técnica principal quanto como complementar a outra técnica, como na entrevista. Por isso a utilizamos em nossa pesquisa, para analisar os relatórios das entidades e instituições relacionadas à defesa da categoria, do jornalismo e à luta pela democracia, como da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023), o Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor-PA, 2023), Repórteres sem Fronteiras (RSF), a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji, 2024) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2021). A análise desses relatórios foi um dos principais critérios para a seleção de nossos entrevistados.

Em um segundo momento, contactamos os profissionais selecionados e indagamos sobre a possibilidade de concederem a entrevista, após explicação do teor da pesquisa. No terceiro momento, agendamos com àqueles que acenaram positivamente, priorizando sua disponibilidade para determinar as datas, horários e locais das entrevistas.

O perfil de nossos interlocutores e interlocutoras foi elaborado no Quadro 1:

Quadro 1 – Perfil dos Entrevistados/as

Nome	Idade	Gênero	Localidade	Área de Atuação Principal	Veículos de Atuação	Tempo de Experiência (anos)
Lúcio Flávio Pinto	75	Masculino	Santarém	Jornalismo independente	Estadão”, O Liberal, A Província do Pará, Jornal Pessoal, Bandeira 3, blog Lúcio Flávio Pinto - Agenda Amazônica de um Jornalismo de Combate.	61
Paulo Roberto Ferreira	72	Masculino	Belém	Imprensa alternativa e local	O Liberal, A Província do Pará, Gazeta Mercantil, Bandeira 3, Resistência Gazeta Mercantil	50
Franssinete Florenzano	62	Feminino	Santarém	Jornalismo independente e cultura	Blog da Franssinete Florenzano, Jornal Uruá-Tapera, A Província do Pará	44
Oswaldo Araújo	58	Masculino	Faro	Radiojornalismo e TV	Rádio Tropical, TV Floresta SBT, assessorias de prefeituras e parlamento	37
Aline Brelaz	54	Feminino	Maceió	Política e ambiental	A Província do Pará, Diário do Pará, O Liberal, Rádio e Portal Cultura, Portal Romanews, Sebrae Nacional	32
Carlos Brito	38	Masculino	Belém	Jornalismo comunitário e televisivo	Rádios comunitárias, MPF-PA, Rádio Cultura do Pará, TV SBT Pará, TV Liberal, TV Record e TV Record Belém	14
Cláudio Pinheiro	56	Masculino	Belém	Fotografia jornalística	Jornal O Liberal e Amazônia Jornal	25

Fonte: Elaborado pela autora.

Ressaltamos que a proposta da presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Ainda em acordo com as regras desse comitê, solicitamos, por

meio de documento, a autorização dos jornalistas entrevistados para utilização e publicação de seus respectivos nomes na dissertação. Solicitação que foi aceita e assinada por cada um deles.

As narrações dos interlocutores e das interlocutoras foram construídas de acordo com as entrevistas realizadas. Assim sendo, os relatos foram analisados conforme a ordem de depoimentos, não havendo hierarquização, uma vez que é a partir das falas que buscamos compreender como esses profissionais experienciaram a violência no exercício profissional.

Para situar o leitor, apresentamos, nesse capítulo, os caminhos que trilhamos para a realização da pesquisa, desde a motivação para a escolha do tema; a análise de outros trabalhos sobre a violência no campo jornalístico, organizados no estado da arte; a análise de diversos relatórios de organizações ligadas à defesa da categoria e aos direitos humanos; a seleção do *corpus* da pesquisa, composto por sete jornalistas com atuação na Amazônia; e a discussão dos procedimentos metodológicos, que incluem como técnica principal a entrevista em profundidade com caráter de entrevista narrativa.

No próximo – “A violência e os contextos políticos brasileiro e paraense” – buscaremos compreender o que representa ou tem representado a violência histórica contra jornalistas no Brasil e na Amazônia paraense. Abordaremos a constância da violência na vida dos profissionais do jornalismo, especialmente mediante de situações acirramento político, como no período do Governo Bolsonaro (2019 a 2022) e na ditadura militar (1964-1985), quando os jornalistas passaram a viver uma onda de medo, ameaças sistemáticas e concretização de violências. Também abordaremos o agravante cenário de crise sanitária do Covid-19 dentro desse contexto.

### 3 A VIOLÊNCIA E OS CONTEXTOS POLÍTICOS BRASILEIRO E PARAENSE

Neste capítulo, contextualizaremos os cenários político brasileiro e paraense, com a finalidade de compreender o que representa ou tem representado a violência contra jornalistas no Brasil. Observamos que, de acordo com os que estão no comando do Executivo, essas violências se agravam, diminuem ou são menos visíveis. O certo é que a violência, de um modo ou outro, considerando os fatos em cena, sempre é uma sombra que persegue os profissionais que lidam com a cobertura da verdade factual. Também constatamos que, no período de 2019 a 2022, guardadas as devidas proporções do que aconteceu no período da ditadura militar, os jornalistas passaram a viver novamente sob a forte égide do medo de sofrer qualquer tipo de violência física ou simbólica, agravadas pelo cenário político e pela crise sanitária do Covid-19.

Enfatizamos, no entanto, que essa violência sempre esteve presente na história da profissão, conforme lembram Ramos e Corrêa (2022, p. 38). Dados e processos de violência contra jornalistas no Brasil, longe de serem episódios isolados ou acidentais, configuram-se como uma constante histórica que atravessa a própria formação da imprensa e o exercício profissional do jornalismo. Desde os primeiros jornais que insurgiram contra o domínio colonial, como o Diário Constitucional, em 1821, percebemos que a imprensa brasileira, ao se afirmar como mediadora da opinião pública e como veículo de contestação, sempre esteve exposta às reações autoritárias dos poderes instituídos. Essa relação conflituosa – de vigilância e repressão – revela que a violência contra jornalistas não se manifesta apenas como agressão física ou simbólica, mas como estratégia recorrente de silenciamento e controle social.

Os exemplos pontuais – desde a execução de Frei Caneca<sup>13</sup>, passando pelos empastelamentos de redações e bombas em jornais, até as perseguições de regimes autoritários

---

<sup>13</sup> Joaquim do Amor Divino Rabelo, o Frei Caneca, foi um dos mais importantes líderes políticos e intelectuais do Brasil do século XIX. Dedicou-se à defesa de ideais liberais, republicanos e federalistas, o que o colocou em rota de colisão com o poder central. O religioso era da Ordem dos Carmelitas, lecionava disciplinas como geometria, retórica e filosofia. O apelido "Caneca" vinha da atividade de seu pai, que fabricava e vendia barris. Profundamente influenciado pelas ideias da Revolução Francesa e pela independência dos Estados, participou dos movimentos separatistas Revolução Pernambucana (1817) e Confederação do Equador (1824). Foi executado por ordem do imperador D. Pedro I, em 1825. Para expressar suas ideias, fundou o jornal "Typhis Pernambucano", onde criticava o autoritarismo de D. Pedro I e defendia a autonomia das províncias e a criação de uma república federativa. Fontes diversas.

estabelecidos por golpes, como o Estado Novo<sup>14</sup> e a ditadura militar (1964-1985)<sup>15</sup> – evidenciam um padrão de hostilidade que se atualiza em diferentes conjunturas políticas e sociais. Esses episódios históricos, ao mesmo tempo que testemunham a fragilidade das liberdades democráticas em determinados momentos, também ressaltam a resiliência dos profissionais que insistem em narrar e denunciar. Mesmo em períodos de aparente calma, como no interregno democrático entre Juscelino Kubitschek<sup>16</sup> e João Goulart<sup>17</sup>, a ameaça não se dissipou por completo, persistindo em formas de intimidação e censura menos visíveis, mas igualmente eficazes.

A interpretação desses dados permite ver que a violência contra jornalistas no Brasil não é apenas a expressão de conflitos circunstanciais, mas um fenômeno estrutural que acompanha

---

<sup>14</sup> O Estado Novo (1937-1945) foi fruto de um golpe do então presidente Getúlio Dornelles Vargas, com apoio da Forças Armadas do Brasil. Foi marcado por um regime autoritário, com centralização de poder, repressão e ausência dos princípios democráticos. Quando deu o golpe, Vargas já governava o Brasil como presidente provisório desde 1930. Fontes diversas.

<sup>15</sup> O golpe que estabeleceu a ditadura militar de 1964 não foi um evento isolado, mas um movimento orquestrado pelos segmentos da elite brasileira (empresários, parte da igreja Católica, latifundiários etc.), militares de alta patente e EUA. As propostas do governo de reformas de base, que incluíam a reforma agrária, a reforma urbana e a nacionalização de empresas estrangeiras, despertaram forte oposição nesses setores, que tinham o presidente João Goulart como inimigo. Eles viam as propostas de Jango como uma ameaça à propriedade privada e ao regime capitalista. Diversos grupos civis e militares se articularam. Um dos eventos mais simbólicos dessa articulação foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifestações massivas que ocorreram em várias cidades, lideradas por grupos conservadores que pediam a queda de Jango. O golpe se concretizou em 31 de março de 1964, quando as tropas militares, com a justificativa de "restaurar a ordem" e proteger o país de uma "ameaça comunista", avançaram em direção ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil. O presidente João Goulart, percebendo que não teria apoio militar para resistir, optou pelo exílio no Uruguai, para evitar um confronto armado e um possível banho de sangue. Com a saída de Jango, o poder foi tomado por uma Junta Militar, que nomeou o General Castelo Branco como presidente. Uma documentação liberada do governo americano, incluindo memorandos, telegramas e gravações, revelou que o governo do presidente Lyndon B. Johnson tinha um conhecimento prévio e estava pronto para dar apoio logístico e militar aos líderes do golpe. Esse apoio era motivado pela crescente preocupação dos EUA com sua política imperialista, no auge da Guerra Fria, pois temia o alinhamento de Jango com o bloco formado por países socialistas e comunistas: como Cuba, China e União Soviética. Esse foi o começo de um período de repressão, censura e perseguição política, que durou até 1985. A ditadura militar suspendeu os direitos civis, fechou o Congresso Nacional e perseguiu opositores políticos. A liberdade de imprensa foi severamente limitada e o governo utilizou de tortura e prisões arbitrárias para silenciar qualquer tipo de dissidência. Fontes diversas.

<sup>16</sup> O mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, conhecido como JK (1902-1976), foi o 21º presidente do Brasil. Seu mandato durou de 1956 a 1961 e ficou marcado pelo lema "50 anos em 5", que simbolizava o desejo de acelerar o desenvolvimento do país. Seu plano de gestão envolvia uma série de objetivos que passavam pelas áreas de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. A meta principal era a construção de Brasília. A criação da nova capital federal, no meio do cerrado, foi o maior símbolo de sua gestão. Sua construção durou pouco mais de três anos e é considerada como a materialização do ideal de modernização e integração nacional. Fontes diversas.

<sup>17</sup> O gaúcho João Belchior Marques Goulart (1919-1976), conhecido como Jango, foi presidente do Brasil entre os anos de 1961 e 1964, quando foi deposto pelo Golpe Militar de 1964. Jango foi deputado federal, em 1950, pelo PTB, com apoio do presidente Getúlio Vargas. Como ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no segundo governo de Vargas, concedeu um aumento de 100% ao salário mínimo. Foi vice-presidente do Brasil por duas vezes: de Juscelino Kubitschek, em 1955; e de Jânio Quadros, em 1960. Com a renúncia Jânio, 1961, Jango assumiu o governo, apesar da forte oposição de setores políticos alinhados à direita e das Forças Armadas: Fonte: (João Goulart - Biografias de Resistência. **Memórias da Ditadura**, [s.d.]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/joao-goulart/>. Acesso em: 20 maio 2025).

a história do jornalismo e da própria democracia. As práticas de perseguição e violência, portanto, não são apenas violações pontuais, mas indícios de como a imprensa, ao cumprir sua função de informar e tensionar as relações de poder, torna-se alvo de reações que buscam cercear a liberdade de expressão e o direito à informação. Reconhecer essa historicidade é essencial para entender que aquilo que está em jogo, em cada agressão a um jornalista, é o próprio pacto democrático e a memória social que sustenta a ideia de uma sociedade plural e justa (Ramos e Corrêa, 2022, p. 38).

Constata-se, assim, que a violência é uma constante no exercício jornalístico, considerando os diversos fatores que envolvem sua realização e o papel que desempenha em uma sociedade democrática. Conceitualmente, entendemos por violência a definição dada por Yves Michaud (1989):

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em participações simbólicas e culturais (Michaud, 1989, p. 11).

A violência, nesse sentido, não pode ser compreendida apenas como um ato isolado ou excepcional, mas como um fenômeno profundamente enraizado nas relações sociais e culturais que moldam a vida coletiva. Sua presença, que atravessa os séculos e se adapta às circunstâncias históricas, revela que ela não surge de forma abrupta ou pontual; ao contrário, ela acompanha a própria formação das sociedades, manifestando-se de diferentes maneiras e assumindo contornos distintos em cada época. Essa historicidade faz com que a violência seja um conceito ao mesmo tempo plural e contingente, difícil de ser definido de forma única, pois está sempre em movimento e em diálogo com as condições sociais em que se inscreve.

A normalização da violência é analisada em Foucault (1998) não como uma legitimação formal ou jurídica, mas perante seu uso sistemático, como instrumento de manutenção e reprodução das relações de poder. O que se observa, portanto, é a violência incorporada ao tecido social, muitas vezes mascarada por dinâmicas de convivência que a tornam menos visível, mas não menos presente.

### **3.1 Golpe de 1964**

Recorremos a um período mais longo da história brasileira para compreender os sentidos sobre a violência contra jornalistas. O golpe do Brasil de 1964 ocorreu dentro do panorama da Guerra Fria, quando o mundo vivia a disputa geopolítica e ideológica entre os Estados Unidos

(capitalista) e a União Soviética (comunista). Essa disputa ditava ações das relações internacionais e influenciava o panorama político de vários países, principalmente na América Latina, que era alvo do desejo de domínio de ambos os lados.

Com receio da expansão do poder soviético, os Estados Unidos implementaram a Doutrina de Segurança Nacional, que fomentava golpes militares nos países latinos – o País vivia a polarização política entre progressistas e extremistas de direita. De um lado, havia lideranças progressistas defendendo as reformas de base<sup>18</sup>; do outro, militares articulados com segmentos políticos e sociais interessados no golpe, incluindo grandes veículos de imprensa, como o Jornal O Estado de São Paulo, o “Estadão”. O jornal paulista havia sofrido, no período do Estado Novo, uma das mais emblemáticas punições à imprensa: a intervenção direta do Governo Vargas, que destituiu sua direção, considerada dissidente, substituindo-a pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>19</sup>, no período de 1940 até 1945. O posicionamento do “Estadão” no golpe militar de 1964 nos leva ao pensamento de Pinto (2005, p. 12): “A censura, uma das primeiras armas das quais as ditaduras lançam mão, parece tão traumática, que uma vez superada, todos a esquecem, inclusive – e surpreendentemente – os que dela foram vítimas diretas”.

Ainda nesse contexto, vimos em Sodré (1999) que a imprensa teve um papel fundamental na cria o do clima ideal para o golpe de 1964, atacando de forma sistemática o presidente João Goulart (1961-1964), fazendo campanha anticomunista e pregando uma suposta ameaça à ordem social. Preocupados com seus privilégios, os empresários da comunica o estavam alinhados com as elites agrárias, industriais e financeiras, com o capital estrangeiro, tornando-se porta-vozes dos golpistas e ignorando seus antagonistas, que defendiam a democracia.

Boa parte do século XX, no mundo, foi marcado pela atua o de regimes antidemocráticos e balizados em pautas fascistas e nazistas.

Dois dos regimes mais abomináveis da história da humanidade chegaram ao poder no Século XX, e ambos se estabeleceram com base na viola o e no esfacelamento da verdade, cientes de que o cinismo, o cansaço e o medo podem tornar as pessoas

---

<sup>18</sup>As reformas de base, idealizadas pelo presidente João Goulart, objetivavam a promo o da justiça social por meio de mudanças estruturais na área socioecon mica brasileira. Essas mudanças deveriam garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todos, em especial aos trabalhadores rurais e urbanos. Eram previstas, portanto, reformas diversas, como a agrária, a administrativa, a constitucional, a eleitoral, a bancária, a tributária (ou fiscal) e a universitária (ou educacional). Fontes diversas.

<sup>19</sup> O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foi criado em 1939, durante o Estado Novo. Era um órgão central responsável por controlar a informa o e a propaganda no Brasil, tendo como principal objetivo garantir a dissemina o da imagem positiva do governo do presidente Getúlio Vargas e, simultaneamente, reprimir a liberdade de expressão e o debate público. Para isso, uma de suas principais ferramentas foi a censura. Fontes diversas. Fontes diversas.

suscetíveis a mentiras e falsas promessas de líderes determinados a alcançar o poder incondicional (Kakutani, 2018, p. 09).

No Brasil, o exercício do jornalismo tornou-se uma atividade de alto risco. Os jornalistas eram constantemente assediados e monitorados pelo governo. A lupa da censura do estado analisava todas as suas produções: notícias, editoriais, notas e artigos. As redações estavam contaminadas pelos censores militares ou civis ligados ao governo, que analisavam e cortavam tudo que consideravam “imoral” ou “subversivo”. Não se podia falar sobre recessão econômica, desaparecimentos, mortes, torturas, greves ou manifestações de trabalhadores e estudantes, bem como quaisquer assuntos que pudessem atingir o governo e trazer desequilíbrio à chamada ordem social e moral.

Naquele período, para os jornalistas, o perigo estava em diversos lugares, especialmente dentro das redações, onde, a partir de 1968, com o AI-5<sup>20</sup>, estabeleceu-se a censura prévia país afora. Não de forma homogênea, mas significativa, o setor de comunicação se dividiu: com padrões ao lado dos poderosos de plantão e os operários ao lado do sonho da democracia (Ferreira, 2015).

A adesão ao novo regime foi realidade também nas redações da capital paraense, conforme relata Ferreira (2015, p. 126), a partir do depoimento dado pelo jornalista Edson Salame: “A verdade é a seguinte: todo mundo apoiou 64. Os veículos do Pará, todos apoiaram 64, todos indistintamente”. De acordo com o autor, o único periódico que não apoiou o novo regime foi o Jornal do Dia. Com o acirramento da censura, porém, esse periódico mudou sua linha editorial publicando apenas notícias que não entravam em conflito com as orientações dos militares.

Transcorridos os primeiros dias de 1964, percebe-se um maior volume de notícias na mídia de Belém sobre os rumos do governo federal. As manifestações de rua eram vistas como distúrbios da vida nacional, “casos de polícia”, como ocorria na República Velha. As palavras “agitação” e “agitadores” passaram a ser bastante utilizadas (Ferreira, 2015, p. 56).

Contra essa passividade e colaboração da mídia hegemônica, surgem, nesse período, os jornais alternativos ou “nanicos”, com o objetivo de resistir e noticiar aquilo que foi silenciado pela ditadura.

---

<sup>20</sup> O Ato Institucional Nº 5 foi decretado em dezembro de 1968, tendo sido medida decisiva para o endurecimento do regime militar de 1964. Esse instrumento sufocou o movimento estudantil, que era a base da resistência em favor da democracia. Por meio dele, militares provocaram atrocidades, como sequestros, prisões arbitrárias, torturas e mortes.

Antes, a história do jornalismo brasileiro só registrava impulso da mesma natureza na proliferação dos pasquins, ocorrida na primeira metade do século 19, em meio às lutas políticas contra Portugal. Resultado de iniciativas na maioria das vezes solitárias e quase sempre condenadas a não passar da primeira edição, essa pequena imprensa panfletária tinha como marca a linguagem violenta e apaixonada, conforme atesta Nelson Werneck Sodré (1999) (Veloso, 2014, p. 35).

No Pará, a imprensa alternativa, assim como em todo o Brasil, desempenhou um papel essencial de resistência, denúncia e manutenção do sonho da volta da democracia. Dentre os chamados panfletários estava o Jornal Bandeira 3, que iniciou sua circulação em Belém como encarte do Jornal A Província do Pará<sup>21</sup>, em 1971. Em 1975, passou a ser um jornal independente, coordenado pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, mas sua circulação não foi mantida de forma periódica. Em 1991, o jornalista tentou colocá-lo novamente em circulação, porém o projeto não foi adiante devido, dentre outros fatores, aos custos de produção.

Outro ícone da imprensa alternativa paraense é o Jornal Resistência, ligado à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). O impresso, criado em 1978, permanece em atividade até hoje, em formato predominantemente digital, tratando de pautas relacionadas aos direitos humanos. Durante a ditadura, era um dos principais símbolos do ativismo em favor da Amazônia e da democracia. O jornal contava com uma equipe formada por grandes nomes de intelectuais, jornalistas, fotógrafos e cartunistas da região.

A exemplo do que ocorria país afora, a Polícia Federal, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPs) e o Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) atuavam de forma implacável e recorrente contra a imprensa alternativa paraense. Quando ocorriam as invasões, os jornalistas eram os primeiros a serem atacados com atos de intimidação, prisões, violência física e psicológica. Balizadas na Lei de Segurança Nacional<sup>22</sup>, as prisões e detenções eram feitas à revelia da justiça. As detenções eram por pouco tempo e objetivavam sobretudo a intimidação das vítimas. Já as prisões, geralmente,

---

<sup>21</sup> O Jornal “A Província do Pará” é um dos mais antigos impressos do Brasil. Foi fundado em 1876 por Joaquim José de Assis, criador de outras publicações impressas. Circulou em formato *standard*, como jornal diário, por 125 anos. Também pertenceu ao intendente de Belém, Antônio Lemos, durante o ciclo da borracha (entre os Séculos XIX e XX). Integrou o conglomerado de empresas de comunicação do magnata Assis Chateaubriand, Diários Associados, a partir de 1947. Em 1997, foi vendido para o empresário Gêngis Freire. E, em 2001, ao empresário Miguel Barlete Arraes, quando deixou de circular durante 16 anos. Em 2018, foi relançado pelo grupo Marajoara, de propriedade do radialista e ex-governador Carlos Santos, nas versões impressa (em formato tabloide e periodicidade quinzenal) e digital. Fontes diversas.

<sup>22</sup> No período da ditadura militar, a Lei de Segurança Nacional (LSN) era um instrumento de repressão política e controle social usado para silenciar a oposição e restringir a liberdade de expressão e reunião. Essa lei permitia a perseguição e o julgamento de civis por crimes considerados contra a segurança nacional, transferindo a competência para a Justiça Militar e, em alguns casos, incluindo a pena de morte e prisão perpétua. Em 2021, a LSN foi revogada pela Lei 14.197/2021, que criou um novo título no Código Penal, com novas tipificações de crimes relacionados à segurança nacional. Fontes diversas.

eram por tempo mais longo. Nesse processo, tanto jornalistas quanto colaboradores dos jornais eram torturados física e psicologicamente. Os policiais queriam respostas sobre quem financiava os periódicos, os motivos desse financiamento e a rede de apoio que os ajudava. O intuito era encontrar uma justificativa para fechá-los, mas eles resistiam e seguiam adiante, utilizando sua criatividade em estratégias para driblar a censura, tais como a sátira, a crítica velada e as estrelinhas.

### **A redemocratização**

Os resultados da luta começaram a ser sentidos em 1974, durante o governo do general Ernesto Geisel<sup>23</sup>, quando a ditadura militar começou a agonizar. Era o início do lento e gradual processo de redemocratização do Brasil. Essa fase foi fruto de intensas lutas e resistência por parte de diversos setores da sociedade brasileira, como os movimentos sociais que, por meio das greves de metalúrgicos no ABC Paulista, mostraram a força da classe trabalhadora; do movimento estudantil, que após muita repressão, no início da ditadura, ressurgiu fortalecido; da atuação de artistas e intelectuais, que não se calaram diante do poder da censura, mobilizando o País por meio da arte e da educação; e da Igreja Católica, por meio de seus setores progressistas, como a Comissão de Justiça e Paz, que denunciava as violações dos direitos humanos e apoiava os perseguidos políticos. Nesse contexto, destaca-se o jornalismo alternativo, onde veículos como o Resistência (de circulação local) e O Pasquim<sup>24</sup> (circulação nacional) atuaram de forma contundente desafiando a censura e se tornando importantes meios de comunicação em favor da união e do fortalecimento dos setores que formavam a resistência brasileira, como explica Veloso (2014, p. 68): “os jornais chamados de ‘alternativos’, porém, proliferaram nos centros mais desenvolvidos do país, acompanhando as experiências bem sucedidas de O Pasquim, Opinião e Movimento”.

---

<sup>23</sup> O general Ernesto Geisel foi o quarto militar a assumir a presidência do Brasil durante a ditadura de 1964-1985. Ocupou o cargo de 1974 a 1979. Seu governo foi marcado por uma política de "abertura", onde se incluiu a revogação de alguns dos Atos Institucionais (AI) que davam poderes excepcionais ao governo, como o AI-5. Seu governo também foi responsável pela Lei Falcão, que limitava a propaganda eleitoral; e pela Lei da Anistia, que perdoou crimes políticos cometidos por militares e opositores do regime. Fontes diversas.

<sup>24</sup> O Pasquim (1969-1991) era uma das publicações mais populares da chamada imprensa alternativa. Símbolo de resistência, uma de suas características mais marcantes foi a linguagem irreverente, coloquial e cheia de humor, que atraía um público jovem e engajado em todo o país. Por meio de textos irreverentes e charges provocadoras, ridicularizava as autoridades e denunciava os abusos do regime militar. Era vendido em bancas de jornal em diversas cidades brasileiras, servindo como fonte de informação e crítica para além do eixo Rio-São Paulo. A alta tiragem e o alcance do jornal, que era semanário, incomodavam a ditadura militar, que lhe impôs forte censura, tendo seus jornalistas e colaboradores presos e perseguidos em diferentes momentos. Faziam parte de sua equipe os icônicos Henfil, Ziraldo e Millôr Fernandes. Fontes diversas.

A grande imprensa brasileira, ideologicamente alinhada com a ditadura militar por um bom tempo, estava do outro lado dessa luta. O governo era conivente com seus interesses econômicos, que incluíam negociações com o capital estrangeiro (o que era legalmente proibido). O caso mais emblemático foi o acordo entre a Rede Globo e o grupo de mídia norte-americano Time-Life, no final dos anos 1960. Por meio desse acordo, a Time-Life investia na emissora brasileira, embora fosse um ato proibido pela legislação federal. Em função dessa parceria, a Globo pôde se tornar a maior emissora de televisão do país e a principal porta-voz da ditadura, defendendo seus projetos e escondendo seus atos, como a repressão. Após um longo processo judicial, esse acordo foi extinto.

A linha do governo João Goulart e suas reformas de base eram consideradas ameaças para os negócios desses grupos.

É possível compreender que a mídia tentava vincular o governo João Goulart e suas ações ao regime comunista e ao estigma de clandestinidade que marcaram os seguidores do Partido Comunista Brasileiro, que viveram um histórico de perseguição, que se arrastou desde a ditadura de Getúlio Vargas. O clima da Guerra Fria, que colocou em lados opostos o Bloco da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), liderado pelos Estados Unidos da América, e o Pacto de Varsóvia, também conhecido como Bloco Soviético, liderado pela Rússia, poderia justificar o tratamento diferenciado e visivelmente anticomunista (Ferreira, 2015, p.53).

Já o governo militar representava a segurança desejada ao projeto de expansão financeira da grande imprensa. Nessa parceria, o governo ignorava as negociações proibidas e a grande imprensa adotava discursos de modernização, ordem e progresso da pátria, para tentar legitimar o golpe de 1964, ao mesmo tempo em que minimizava ou ficava indiferente às questões sociais e políticas brasileiras. Como as dos demais estados, a imprensa paraense se encaixava perfeitamente nesse quadro, conforme Veloso (2014, p. 68): “Bajulatória ao regime em alguns momentos, dominada pela autocensura na maioria das ocasiões, e invariavelmente preocupada em aumentar os lucros, a grande imprensa paraense afastou-se das lutas políticas nos anos 1970”.

Mesmo com o processo de redemocratização despontando em todo o país, as grandes empresas de comunicação tentavam ignorar o avanço da resistência, como fez a Globo com o movimento “Diretas Já!” (1983-1984), que consistia em uma série de comícios em praças públicas por todo o país e reunia milhares de pessoas. Todos se manifestavam pela volta da democracia por meio das eleições diretas para a Presidência. Artistas, intelectuais, jornalistas, sindicalistas, estudantes e políticos de oposição organizaram manifestações gigantes e históricas em todo o Brasil. As maiores concentrações ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro

e Belo Horizonte. Conforme Kotscho (2025), a esperança plantada pelo movimento foi fundamental para a chegada dos novos tempos. A grande imprensa não tinha mais como ignorar o sentimento de luta e liberdade que tomou conta do país.

Em que pese o projeto da “Lei Dante de Oliveira”<sup>25</sup> não ter sido aprovado pelo Congresso Nacional, a campanha das “Diretas Já!” prosseguiu mais forte nas ruas, pois desgastou fortemente a ditadura e deu celeridade ao processo de abertura política. A pressão social contínua – apoiada, entre outros, pelo ativismo do jornalismo alternativo – impulsionou a transição para a democracia, que culminou com a eleição de Tancredo Neves<sup>26</sup> pelo Colégio Eleitoral, em 1985, acabando com o ciclo de 21 anos de presidentes militares; e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que ressaltou em seu texto as liberdades democráticas no Brasil.

Em 1989, finalmente, o Brasil teve seu primeiro presidente eleito de forma direta: foi o empresário alagoano Fernando Collor de Mello<sup>27</sup>, que derrotou, no segundo turno, o sindicalista

---

<sup>25</sup> A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05, de 1983, a chamada "Lei Dante de Oliveira" foi apresentada pelo deputado federal mato-grossense Dante de Oliveira (1952-2006). A proposta objetivava restabelecer as eleições diretas para presidente da República no Brasil que, até então, era imposto pela ditadura. A PEC de Dante de Oliveira se tornou a bandeira principal do movimento “Diretas Já!” A pressão popular por sua aprovação foi intensa, gigantesca e histórica. Contudo, a emenda foi rejeitada na Câmara dos Deputados em 25 de abril de 1984, por não ter alcançado o número de votos necessários para a aprovação (precisava de 320, mas obteve 298 votos). Sua rejeição foi fruto da pressão da ditadura, que ameaçou parlamentares, prometeu cargos públicos etc. Essa intervenção no Congresso também provocou uma grande abstenção no processo de votação. Mesmo com esse resultado, a “Dante de Oliveira” foi uma vitória para a democracia, pois enfraqueceu a ditadura e fortaleceu a união dos setores progressistas, onde se destacaram grandes nomes da política brasileira, como Ulysses Guimarães (MDB), Leonel Brizola (PDT), Tancredo Neves (MDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Fernando Henrique Cardoso (MDB) e Teotônio Vilela (MDB). Fontes diversas.

<sup>26</sup> O mineiro Tancredo de Almeida Neves (1910-1985), embora tenha sido eleito Presidente da República em 1985, não chegou a tomar posse devido a uma grave doença. Ao longo de sua vida, ocupou diversos cargos políticos, incluindo o de primeiro-ministro durante o período parlamentarista no governo de João Goulart, senador e governador de Minas Gerais. Durante a Ditadura Militar, foi uma das principais vozes da oposição. Em um dos momentos mais importantes à história da sociedade brasileira – transição do regime militar para a democracia – Tancredo (MDB) foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, derrotando Paulo Maluf (PDS), que representava a ala conservadora, onde estavam os militares e demais setores contrários à democracia. Mas, na véspera da sua posse, foi internado com um problema de saúde grave. Após mais de um mês de internação e diversas cirurgias, Tancredo faleceu no dia 21 de abril de 1985, sem nunca ter assumido o cargo. Sua morte provocou grande comoção popular, pois Tancredo representava a vitória da esperança após mais de duas décadas de ditadura. O vice-presidente eleito, o maranhense José Sarney, assumiu a presidência em seu lugar, ficando no cargo até a posse do alagoano Fernando Collor de Mello (PRN), que foi eleito pelo voto direto em 1989. Fontes diversas.

<sup>27</sup> Fernando Collor de Mello exerceu a presidência do Brasil no período de 1990 a 1992. Foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto após 21 anos de ditadura militar e 5 anos de eleições indiretas. Collor chegou à presidência com apoio da grande imprensa e sob o lema de "caçador dos marajás", prometendo combater a corrupção e a burocracia do Estado. Mas seu governo foi marcado por medidas econômicas radicais e controversas, como o Plano Collor, que confiscou a poupança dos brasileiros para combater a hiperinflação. Seu mandato foi abreviado por escândalo de corrupção, que culminou com um processo de impeachment, o primeiro na história do Brasil. Collor renunciou ao cargo antes da conclusão do julgamento no Senado, mesmo assim foi submetido ao processo, sendo condenado por crimes de responsabilidade, resultando na perda de seus direitos políticos por oito anos. Afastou-se da vida pública por um tempo, mas retornou como senador, por Alagoas, em 2006 e em 2014. Em maio de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) o condenou por corrupção e lavagem de dinheiro. Mas sua prisão só ocorreu de fato em 2025 e foi convertida em prisão domiciliar em função de problemas de saúde. Fontes diversas.

pernambucano Luiz Inácio Lula da Silva (PT)<sup>28</sup>. A grande imprensa aliou-se ao empresário, que foi eleito com discurso de moralidade pública. No entanto, no segundo ano de gestão, em 1992, sofreu impeachment por evidentes e comprovados atos de corrupção. No seu lugar, na presidência, ficou o mineiro Itamar Franco<sup>29</sup>. A democracia seguiu seu curso com a eleição e reeleição do carioca Fernando Henrique Cardoso (FHC)<sup>30</sup>, pelo PSDB, que governou o Brasil de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002; e, depois, de Luiz Inácio Lula da Silva, que governou o País de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010, período em que a imprensa hegemônica se manteve alinhada ao projeto de governo da direita e contra o da esquerda.

Em 2014, uma mulher foi eleita pela primeira vez à presidência do Brasil: a mineira Dilma Rousseff (PT). Acusada de cometer crimes de responsabilidade, balizadas na frágil alegação de “pedaladas fiscais”, Rousseff enfrentou uma forte campanha contra seu governo, incentivada pela grande imprensa, que culminou com seu impeachment, em 2016. Em seu lugar assumiu o vice-presidente, o peemedebista paulista, Michel Temer<sup>31</sup>, alinhado aos setores que promoveram a derrubada da ex-presidente.

---

<sup>28</sup> Luiz Inácio Lula da Silva é considerado um dos maiores políticos da história do Brasil e um dos líderes mundiais mais influentes da contemporaneidade. O sindicalista, que fundou o Partido dos Trabalhadores (PT), participou ativamente da luta pela redemocratização do Brasil. Seus governos são conhecidos por programas sociais de grande impacto, como o Bolsa Família, que objetiva a redução da pobreza e da desigualdade; investimento na ciência e educação; combate à devastação ambiental e apoio aos povos tradicionais; avanço econômico e liderança no cenário internacional, com fortalecimento de fóruns como o BRICS. Ao longo de sua história, Lula enfrentou desafios como a campanha sistemática das elites e da imprensa hegemônica brasileiras, em função de seu posicionamento à esquerda, com foco nas camadas sociais mais desprotegidas economicamente. Lula foi vítima de prisão política por 580 dias (2018-2019) em um polêmico julgamento da operação Lava Jato. As decisões e procedimentos da Operação Lava Jato contra Lula foram alvo de muitas críticas e debates dentro e fora do Brasil por terem muitos indícios de utilização para perseguição política, com o fim de impedir sua candidatura à presidência em 2018. Uma das figuras mais criticadas foi o ex-juiz Sérgio Moro. Em mensagens vazadas de conversas entre Moro e procuradores da Lava Jato, como Deltan Dellagnol, juristas viram as evidências sobre a parcialidade do processo. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou as condenações de Lula, declarando que o juiz Moro era parcial. Hoje, presidente pela terceira vez, tem como principais adversários as lideranças extremistas alinhadas ao ex-presidente Bolsonaro, que está inelegível e em processo de julgamento por tentativa de golpe de estado em 2022. Fontes diversas.

<sup>29</sup> O mineiro Itamar Augusto Cautiero Franco (1930-2011) assumiu a presidência do Brasil em 1992, após o impeachment de Collor de Mello, de quem era vice-presidente. Apesar de ter assumido a presidência em um período de grande instabilidade política e econômica, o ponto mais alto de sua gestão foi a implementação do Plano Real, em 1994, que estabilizou a economia e pôs fim à hiperinflação, que o país enfrentava há anos. Fontes diversas.

<sup>30</sup> O carioca Fernando Henrique Cardoso (FHC) é um dos nomes mais influentes da história contemporânea do Brasil. Sociólogo, professor e escritor, foi presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos (1995 a 2002). Como Ministro da Fazenda, no governo de Itamar Franco, liderou a implementação do Plano Real, que virou uma moeda forte e controlou a hiperinflação, um dos maiores desafios do país na época. Seu governo foi marcado por estabilidade econômica, privatizações, reformas constitucionais e crise de energias. Após deixar a presidência, FHC se aposentou da política eleitoral, mas continuou ativo no debate público, escrevendo artigos, dando palestras e atuando como presidente de honra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que fundou em 1988, juntamente com outros grandes nomes que estavam insatisfeitos com a política do então presidente José Sarney (PMDB). Fontes diversas.

<sup>31</sup> O paulista Michel Miguel Elias Temer Lulia (MDB) era vice-presidente da presidente Dilma Rousseff, que sofreu o impeachment em 2016. Seu mandato durou até 1º de janeiro de 2019. Foi deputado federal por diversos mandatos, chegando a ser presidente da Câmara dos Deputados por três vezes.

Nesse contexto, foi construída a liderança do então deputado Jair Messias Bolsonaro, eleito presidente da República do Brasil em 2018-2022, período que faz parte da análise seguinte deste capítulo.

### 3.2 Bolsonaro no Poder

Em 2018, quando o mundo vivia a volta do extremismo político, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, defendendo um lema: “Deus, Pátria e Família”, forjado no seio de setores conservadores, como igrejas cristãs e quartéis:

O populista de extrema-direita Jair Bolsonaro liderou uma série de políticas de corte autoritário na comunicação durante seus dois primeiros anos como Presidente do Brasil. Conhecido como um político ligado a grupos conservadores, religiosos e militares, Bolsonaro tem uma carreira histórica no Parlamento brasileiro defendendo valores morais tradicionais. Eleito em 2018 com um forte discurso anti-establishment, uso estratégico da desinformação nas plataformas digitais e uma agenda contra os direitos civis das minorias sociais, Bolsonaro implementou iniciativas em diferentes frentes da mídia e do sistema de radiodifusão brasileiros. A eleição de Bolsonaro para a Presidência ocorreu após quase 15 anos de governo de centro-esquerda. Desde 2011, diferentes grupos de direita ganharam força a partir dos protestos de rua (TATAGIBA, 2014) e da utilização de plataformas digitais (ALVES, 2017) alcançando o centro do debate político, numa articulação para assumir as principais posições institucionais nos poderes Legislativo e Executivo brasileiros. Esses grupos se fortaleceram num contexto de ressentimento contra a esquerda, contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e de agenda moral associada à exploração da questão anticorrupção, na esteira de escândalos de corrupção, como a Operação Lava Jato (SILVA, 2022) (Paulino *et al.*, 2022, p. 118).

Era o início da instalação de uma gestão ultraconservadora e negativa, em específico para os jornalistas, com a institucionalização de violências diversas. As relações entre o governo e a imprensa tradicional foram tensas desde o primeiro ano do mandato de Jair Messias Bolsonaro, mesmo tendo sido essa imprensa uma aliada para alavancar sua candidatura em 2018. Ao contrário da imprensa internacional, a brasileira não identificava Bolsonaro como um líder extremista em 2018. Veículos da imprensa internacional, no entanto, como *The Guardian*, *Financial Times*, *New York Times*, definiam Bolsonaro como um político da “extrema-direita” (Ladeira, 2020).

A evidência desse clima já havia sido revelada desde a cerimônia de posse do então presidente, quando os profissionais de comunicação foram tratados com descaso e restrições, sendo proibidos de circular nos espaços da solenidade de posse<sup>32</sup>. Um tratamento desrespeitoso

---

<sup>32</sup>ATAQUES a jornalistas são constantes no governo Bolsonaro; lembre os principais casos. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 set. 2022. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,jornalistas-agredidos-globobahia-bolsonaro-relembre-casos,70003924770>. Acesso em: 30 set. 2022.

e desumano, que traduz como as lideranças extremistas lidam com quem identificam como inimigos de seus projetos de poder.

Esse comportamento vai ser comparado por Arias (2019) ao ódio do presidente americano Donald Trump pela imprensa, reproduzido, no Brasil, por meio do governo Bolsonaro. Seguindo os passos de Trump, Bolsonaro usou as redes sociais para disseminar seu nome, desinformação contra adversários, defender pautas contrárias aos direitos de grupos minorizados, apoiar o armamentismo, o negacionismo em relação à emergência ambiental e à pandemia da Covid-19, promover ataques à imprensa como instituição e à jornalistas, no âmbito pessoal, contando com o movimento do “antipetismo” da grande imprensa de um lado e, de outro, na rede social digital, onde encontrava apoio de parte da população conservadora.

### 3.2.1 A violência em números

Os números coletados pelas organizações e instituições ligadas aos jornalistas traduziram essa realidade. Em estudo sobre a escalada da violência contra o jornalista no Brasil, o "Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa de 2021, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj, 2022a) diagnosticou o ano de 2020 como um dos mais violentos para os jornalistas brasileiros. Foram registrados 428 casos, representando 105,77% a mais em comparação ao ano de 2019, que havia, por sua vez, registrado um aumento expressivo – 54,07% – em relação a 2018. O relatório destaca que, no período de 2019 a 2021, o principal autor dos ataques foi o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em 2021, foram registrados 430 casos no Brasil, conforme o relatório da Fenaj (2022a). Um aumento de 0,47% com relação ao ano anterior, demonstrando que o clima para o jornalista no Brasil se mantinha hostil e que a liberdade de Imprensa continuava ameaçada. O dossiê “Ataques ao Jornalismo e ao seu Direito à Informação”<sup>33</sup> (2022) – realizado pela Fenaj, em parceria com o Observatório de Ética Jornalística (ObjEthos), do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – também apontou como a violência contra jornalistas afeta o direito à informação no país. Segundo esse dossiê, houve mais agressões aos jornalistas nos três primeiros anos do Governo Bolsonaro (1.066 casos) do que o acumulado em quase uma década.

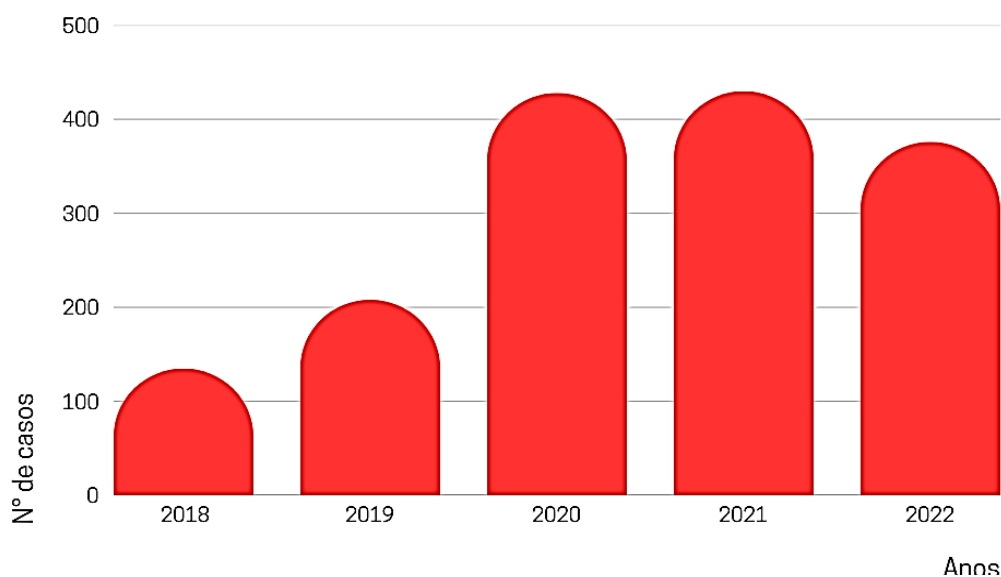
---

<sup>33</sup>FENAJ – Fundação Nacional dos Jornalistas. **Dossiê FENAJ-objEthos mostra como a violência contra jornalistas afeta o direito à informação no país.** [s.l]: Fenaj – Fundação Nacional dos Jornalistas. Disponível em: <https://fenaj.org.br/dossie-fenaj-objethos-mostra-como-a-violencia-contra-jornalistas-afeta-o-direito-a-informacao-no-pais/>. Acesso em 30 set. 2022.

De 2010 a 2018, foram 1.024 casos registrados, com cerca de 365 ataques, em média, por ano, durante os últimos três anos – o equivalente a um ataque por dia.

Abaixo apresentamos Gráfico 1, elaborado em nossa pesquisa, sobre o panorama de violência entre os anos de 2018 a 2022, balizado em dados da Fenaj sobre os respectivos anos.

Gráfico 1 – Violência contra jornalistas e veículos de comunicação, entre 2018 e 2022, no Brasil, segundo dados da Fenaj



Fonte: Elaborado pela autora (2025) a partir de dados da Fenaj sobre os respectivos anos.

Em 2024, os números da violência continuaram a cair no Brasil, conforme registraram diversos relatórios. O Relatório da RSF (2025)<sup>34</sup> sobre o Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa também trouxe um resultado positivo ao Brasil, constatando que o país subiu em 47 posições nesse *ranking* em relação ao ano de 2022, ao contrário da média mundial. A média dos países avaliados caiu para o pior nível da história desde que as medições desse evento foram iniciadas, ficando abaixo de 55 pontos em 2025. O levantamento constata que, pela primeira vez, na escala global, a liberdade de imprensa se tornou “difícil”.

### 3.2.2 Repercussão na Amazônia Paraense

Em consonância com o cenário nacional, os casos de violência contra os jornalistas também cresceram na Amazônia durante o mandato do ex-presidente. O noticiário nacional e

<sup>34</sup>REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS (RSF). Ranking mundial da RSF 2025: enfraquecimento econômico dos meios de comunicação é uma das principais ameaças. **Repórteres Sem Fronteiras (Rsf)**, 2025. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-da-rsf-2025-enfraquecimento-economico-dos-meios-de-comunicacao-e-uma-das-principais>. Acesso em: 12 maio 2025.

internacional sobre o duplo assassinato do jornalista inglês Dom Philips e do indigenista Bruno Pereira, em junho de 2022, no estado do Amazonas, reforçaram a gravidade do problema<sup>35</sup>. Bruno colaborava com os indígenas do Vale do Javari para a implantação de um sistema moderno de vigilância, a fim de registrar crimes na área indígena. Philips documentava a ação para escrever um livro sobre o tema.

Mesmo após suas mortes, ambos foram alvos de milícia digital, que tentou desqualificar suas respectivas atividades para transformá-los em réus, por auxiliarem os povos indígenas na denúncia de ações, como garimpo e pesca ilegal em seus territórios<sup>36</sup>. Um dos principais envolvidos nos assassinatos, Amarildo da Costa, estava ligado ao tráfico de animais, drogas e armas na Amazônia.

É nesse panorama que contextualizamos política e socialmente a região Amazônica para, depois, abordarmos o cenário paraense. Conforme Márcio Souza (2019), a história da Amazônia é um processo social entrecortado pelas relações de poder político de nove estados-nação e centenas de etnias, com diversos grupos sociais de interesse, de todos os tamanhos, nacionais e internacionais.

Apesar da exaltação nacional e internacional de sua exuberância florestal e da riqueza de recursos, sua realidade é marcada pelos problemas sofridos por seus povos em virtude do interesse econômico em suas potencialidades. Segundo Castro (2017, p. 7), a Amazônia está cada vez mais atravessada por conflitos devido a processos e decisões de agentes governamentais e privados, que “pensam este espaço como oportunidades de mercado e de lucro fácil, reproduzindo as práticas coloniais, e bárbaras, de saque dos recursos naturais e da cultura, que atravessaram as Américas na colonização europeia” e reproduzem o pensamento hegemônico.

A violência contra populações tradicionais, o genocídio indígena, a grilagem de terras, o garimpo ilegal, o desmatamento desenfreado, o trabalho escravo em fazendas e a atuação da agromilícia (criminosos bancados por fazendeiros e grileiros formados, geralmente, por policiais militares), contanto com a “vista grossa” e a ajuda de autoridades locais, dão à região uma configuração de impunidade sem limites.

---

<sup>35</sup>CAPÍTULO escuro na história sangrenta da Amazônia’: como imprensa internacional repercutiu confissão de assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira. **UOL**, [s.l.], 16 jun. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/06/16/capitulo-escuro-na-historia-sangrenta-da-amazonia-como-imprensa-internacional-repercutiu-confissao-de-assassinato-de-dom-phillips-e-bruno-pereira.htm>. Acesso em: 1 out. 2022.

<sup>36</sup>ATIVIDADES de Bruno Pereira e Dom Phillips eram legais, ao contrário do que diz post. **Comprova**, 2022. Disponível em: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/atividades-de-bruno-pereira-e-dom-phillips-eram-legais-ao-contrario-do-que-diz-post/>. Acesso em: 10 out. 2022.

Essa realidade dolorosa foi pano de fundo para a nossa pesquisa. O estado do Pará é o segundo maior estado da Amazônia em grandeza territorial, trazendo em sua história a violência resultante do legado colonial, marcada por práticas coronelistas e patrimonialistas, associada a disputas territoriais e aos conflitos que envolvem as populações que habitam essas regiões:

Essa complexa realidade e sua vida cotidiana fazem parte do contexto dos fatos sociais que devem ser interpretados jornalisticamente pelos profissionais, esbarrando assim, e quase sempre, nos interesses e poderes envolvidos nas disputas. (Machado; Souza; Costa; 2023, p. 28).

O estado do Pará apresenta um histórico preocupante de violência contra jornalistas, evidenciado pelos dados consistentes ao longo dos anos. Conforme o Relatório do Sinjor-PA, (2023)<sup>37</sup>, o Pará despontou como o estado mais violento do Brasil em 2011, com nove casos de agressões a jornalistas, superando o estado de São Paulo. Essa posição de destaque negativo manteve-se nos anos seguintes, com o estado figurando entre os mais violentos: em 2012, ocupou o segundo lugar; em 2015, o terceiro. Em 2021, mesmo em quarto lugar, o Pará registrou um episódio emblemático – o assassinato do jornalista Eranildo Cruz, conhecido como “Chocolate”, do jornal Tribuna Regional, no município de Almeirim<sup>38</sup> (Brito, 2021). Apesar de a investigação ter apontado latrocínio, o caso ilustra as vulnerabilidades enfrentadas por jornalistas paraenses.

Em 2022, o Pará voltou ao terceiro lugar no ranking nacional de violência contra jornalistas, evidenciando a persistência desse cenário de risco. No último ano do governo Bolsonaro, o Relatório da Fenaj (2022)<sup>39</sup> indicou que o Pará se consolidou como o estado mais violento da Amazônia Legal e o terceiro mais violento do país, com um salto expressivo no número de casos: de oito em 2021 para 21 em 2022, quase triplicando as ocorrências. Esse crescimento contrasta com a ligeira redução observada em nível nacional – de 430 para 376 casos – revelando uma intensificação localizada no Pará.

Diante dessa escalada, o Sinjor-PA instituiu, em 2022, o Grupo de Trabalho (GT) de Enfrentamento à Violência contra Jornalistas no Pará, com a missão de registrar e monitorar os casos de violência contra profissionais da imprensa. Entre suas atribuições, o GT lançou, em

---

<sup>37</sup> SINJOR-PA – Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará. **Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa** - 2022. Belém, 2023. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1g-WaQkU5kju0xY511XliEA\\_TI9pGL2D/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1g-WaQkU5kju0xY511XliEA_TI9pGL2D/view?usp=sharing). Acesso em: 08 mar. 2024.

<sup>38</sup> Almeirim é um município histórico da região Oeste do Pará, emancipado em 1930. Tem 72.954,798 km<sup>2</sup> de área territorial e uma população de 34.076 pessoas (IBGE, 2022). Sua base econômica é diversificada, mas nela se destaca a produção de leite de búfala. Fica a 478 km da capital Belém.

<sup>39</sup> FENAJ. **Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa** – 2022. Brasília, 2023. Disponível em: <https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contra-jornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

março de 2023, o primeiro relatório de violência, que confirma os dados da Fenaj: o Pará ocupa a terceira posição no ranking nacional, com 7,30% do total de 376 ocorrências registradas no Brasil, atrás apenas de São Paulo (16,67%) e do Distrito Federal (30,57%), como ilustrado no Gráfico 2. Esses números não apenas dimensionam o risco enfrentado pelos jornalistas no Pará, mas também apontam a necessidade urgente de políticas de proteção e de reconhecimento das especificidades regionais no debate sobre liberdade de imprensa e segurança profissional.



Fonte: Sinjor-PA (2023).

Em 2022, o crescimento da violência contra o jornalista em atividade foi tão grande no estado que o Pará registrou, sozinho, mais do que a soma de todos os estados do Norte do Brasil.

Os 21 casos registrados no Estado do Pará superam os outros 17 casos registrados somados da região Norte. Depois do Pará vem Amazonas com 7 casos (2,43%), Rondônia com 6 casos (2,08%), Roraima com dois casos (0,69%), e Acre e Tocantins empatados com 1 caso (0,35%) cada. O Estado do Amapá foi o único a não ter nenhum registro de violência em 2022 (Sinjor-PA, 2023, p. 05).

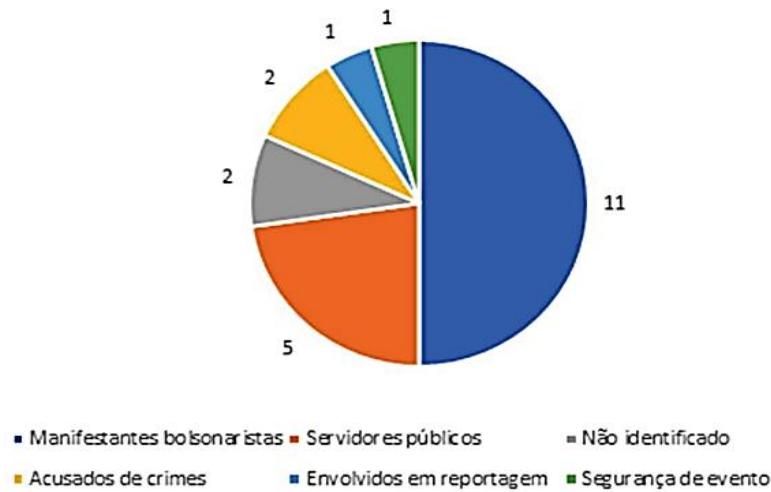
De acordo com o relatório do Sinjor-PA (2023), quando o recorte geográfico considerado foi a Amazônia Legal, o Pará se destacou como o estado mais violento da região, com Maranhão e Mato Grosso apresentando, respectivamente, seis e um casos de violência contra jornalistas. Entretanto, é importante destacar que esses números podem não refletir plenamente a realidade, pois há indícios de subnotificação e de casos que sequer chegaram ao conhecimento das entidades responsáveis pelo monitoramento. O Grupo de Trabalho (GT) de Enfrentamento à Violência contra Jornalistas reconhece essa subnotificação, considerando, especialmente, as limitações estruturais dos sindicatos para cobrir uma região tão extensa.

Soma-se a isso a dificuldade de registro formal de ocorrências: “muitas vezes as agressões não chegam ao conhecimento das entidades e os profissionais de imprensa não registram Boletim de Ocorrência ou sequer são produzidas matérias sobre a agressão” (Sinjor-PA, 2023, p. 05).

Essa lacuna nos registros não decorre apenas das dificuldades logísticas ou da falta de estrutura sindical, mas também de um ambiente de intimidação e medo que inibe as vítimas de formalizar as denúncias. Além disso, observa-se um comportamento de indiferença por parte de algumas empresas jornalísticas, que não garantem o tratamento necessário às denúncias relatadas por seus profissionais, deixando de formalizá-las ou de oferecer respaldo adequado. Tal cenário evidencia uma tendência à naturalização da violência, que não se limita ao silêncio institucional, mas é alimentada e amplificada pelo discurso de hostilidade e deslegitimação fomentado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e por seus seguidores. Como assinalam Machado, Souza e Costa (2023), essa dinâmica também envolve o poder simbólico (Bourdieu, 1989), manifestado na tentativa de impor uma construção social que desqualifica e fragiliza a atuação dos jornalistas. Assim sendo, os dados do Sinjor-PA refletem não apenas os casos formalmente registrados, mas principalmente aqueles em que as vítimas se sentiram suficientemente seguras para denunciar. Esses profissionais receberam o amparo do Sindicato e da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa da OAB-PA, tanto para formalizar as queixas quanto para acompanhar o andamento dos processos.

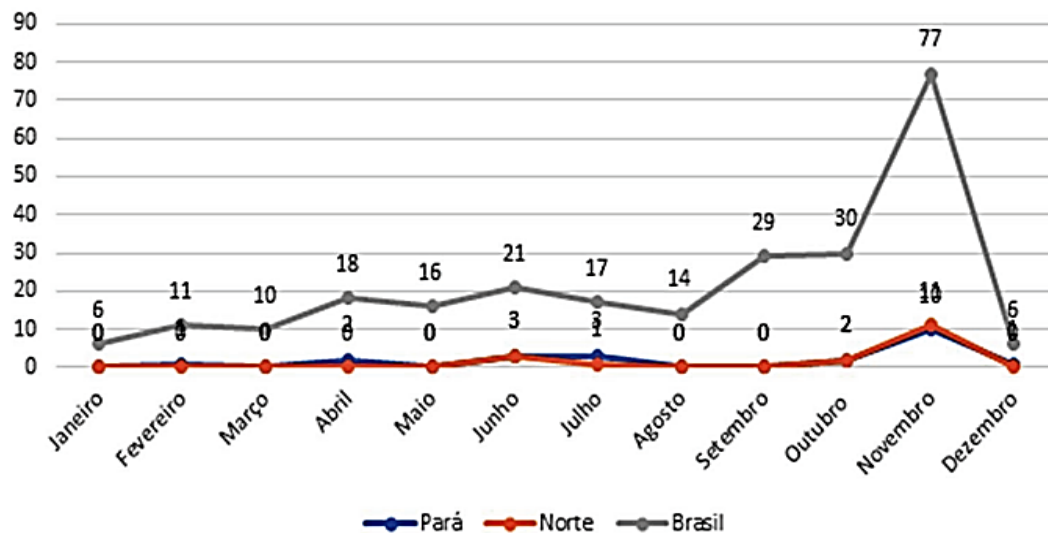
Um dos momentos mais críticos foi o período eleitoral de 2022, marcado pela disputa entre o então presidente Jair Bolsonaro e o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o Sinjor-PA, o maior número de casos ocorreu no final do ano, após a eleição, quando apoiadores de Bolsonaro, insatisfeitos com o resultado, iniciaram manifestações antidemocráticas em todo o país – sobretudo em frente aos quartéis. Locais que se tornaram espaços privilegiados para ataques a jornalistas, consolidando o Pará como um dos estados com maior incidência desses episódios de violência (Gráficos 3 e 4). Essa análise evidencia que a violência contra jornalistas na região é, em grande medida, atravessada por disputas políticas e por dinâmicas simbólicas que vão além dos números, revelando um contexto de vulnerabilidade que exige respostas concretas para a proteção da liberdade de imprensa.

Gráfico 3 - Agressores de jornalistas no Pará



Fonte: Sinjor-PA (2023).

Gráfico 4 - Violência contra jornalistas mensalmente no estado em 2022



Fonte: Sinjor-PA (2023).

Na maioria dos episódios de violência, os apoiadores do ex-presidente atacaram em grupo os jornalistas que estavam cobrindo as “manifestações” em frente aos quartéis e/ou nas vias públicas do Pará. O relatório do Sinjor-PA não faz uma descrição específica do perfil dos integrantes, mas por meio das imagens capturadas por repórteres fotográficos e cinematográficos, pôde-se construir esse corpo coletivo como “formado por pessoas de diversas idades, homens e mulheres, que têm em comum o uso de roupas verdes e amarelas e a bandeira nacional” (Machado; Souza; Costa; 2023, p. 12).

Do total de 21 casos em 2022, 11 foram contabilizados somente na capital do estado, Belém. O segundo lugar nesse *ranking* ficou com Marabá<sup>40</sup>, outra grande cidade paraense, situada na região sudeste, que registrou 3 ocorrências, dentre elas um ataque virtual a uma jornalista dirigente de TV, que foi ameaçada e intimidada por apoiadores de Bolsonaro, por meio da rede social digital. Ainda naquele ano, houve o registro de um caso em cada um dos seguintes municípios: Parauapebas<sup>41</sup>, Tucuruí<sup>42</sup> e Vitória do Xingu<sup>43</sup>, todos integrantes do eixo sul/sudeste do Pará; Santarém<sup>44</sup> e Oriximiná<sup>45</sup>, municípios do oeste do estado; e São Miguel do Guamá<sup>46</sup>, no nordeste paraense. A maioria dos casos – 11 do total – ocorreu somente no período pós-eleitoral.

Conforme o Sinjor-PA, em todos os casos de violência, que envolviam ou não apoiadores do ex-presidente, as vítimas estavam no exercício da profissão, em trabalho de equipe ou sozinhas. No total, foram atacadas 9 equipes, sendo 9 repórteres, 7 repórteres cinematográficos e 2 repórteres fotográficos. Entre os 9 repórteres que sofreram agressões, 2 eram mulheres que compunham equipes de Oriximiná, Marabá e Belém. Foram atacados ainda, em trabalho solo, 13 jornalistas, sendo 7 repórteres, 3 repórteres fotográficos, um

---

<sup>40</sup> O município de Marabá está localizado no sudeste paraense. Ele está situado na confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins. Foi fundado em 1913, possui uma área territorial de 15.228 km<sup>2</sup> e uma população de 266.533 pessoas (IBGE, 2022). Tem base da econômica diversificada e forte com a agropecuária, a indústria e os serviços, mas se destaca com a extração de minérios do Projeto Salobo, da Vale, além de ser o principal polo de desenvolvimento político, social e econômico da região. Fica a 458 km da capital Belém.

<sup>41</sup> O município de Parauapebas, fundado em 1976, localiza-se no sudeste do Pará, possui uma área territorial de 6.885,865 km<sup>2</sup> e uma população de 267.836 habitantes. É a quarta maior cidade do Pará em população e uma das mais ricas. Em 2020, superou a capital, Belém, com um PIB de R\$ 38.014.863,23 bilhões. Sua base econômica é formada, principalmente, pela extração do minério de ferro: tem uma das maiores reservas de minério do mundo, na Serra do Carajás, explorada pela Vale. Fica a 619 km da capital Belém. IBGE e fontes diversas.

<sup>42</sup> O município de Tucuruí (PA) está localizado região sudeste do estado, com área territorial de 2.084,287 km<sup>2</sup>, população 91.306 (IBGE, 2022). Sua base de economia é a indústria de energia, pois abriga a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que gera energia para o Brasil e contribui significativamente para o PIB do município. Recebe recursos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), uma espécie de *royalties* sobre a água utilizada para geração de energia. Fica a 458, 7 km da capital Belém.

<sup>43</sup> O município de Vitória do Xingu (PA) está localizado no sudoeste do estado, com uma área territorial de 3.089,537 km<sup>2</sup> e uma população de 15.607 habitantes (IBGE, 2022). Sua base de economia é a indústria de energia: recebe recursos financeiros da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH). Fica a 809 km da capital Belém.

<sup>44</sup> Santarém é um dos maiores municípios paraenses, com uma área territorial de 22.887 km<sup>2</sup> e uma população 331,9 mil habitantes (IBGE, 2022), fica no Oeste do estado, e é o principal centro urbano, financeiro, comercial e cultural da região. Banhada pelos rios Amazonas e Tapajós, é uma das mais antigas cidades do Pará, fundada em 1661, e é sede da Região Metropolitana da Santarém. Fica a 697,24 km da capital Belém.

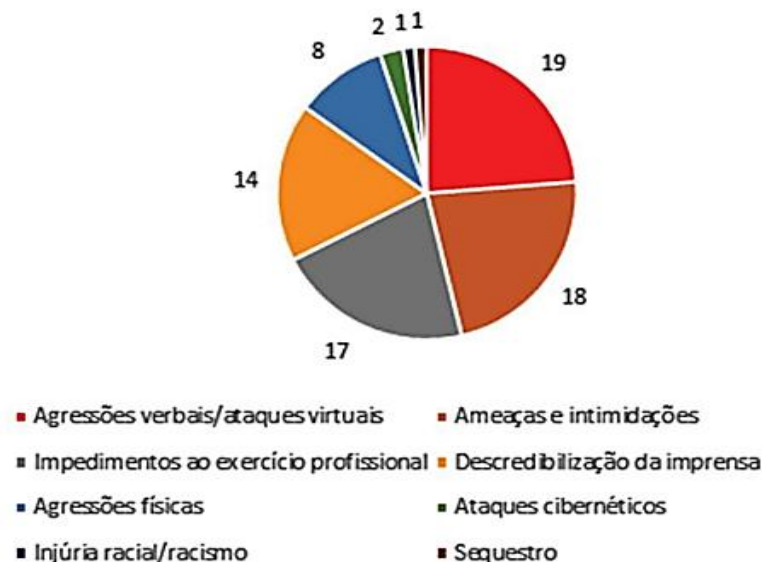
<sup>45</sup> Oriximiná é um município de referência histórica, localizado no Baixo Amazonas/Oeste do Pará. Por volta de 1815, a região, que era habitada por indígenas, recebendo, também, quilombolas, que fugiram da escravização de fazendas e da lavoura cacauceira. Em 1877, foi fundado o povoado Uruá-Tapera, que, em 1886, virou freguesia e, em 1894, foi elevado a vila. Sua emancipação definitiva, como município, ocorreu em 1934. Sua área territorial é de 107.560,161 km<sup>2</sup> e população de 68.294 (IBGE, 2022). Fica a 1525 km da capital Belém.

<sup>46</sup> São Miguel do Guamá (PA) é um município histórico fundado em 1874, localiza-se no nordeste do estado e possui uma área territorial de 1341 Km<sup>2</sup>. É cortado pelo rio Guamá. Sua população é de 52.894 habitantes (IBGE, 2022). A base econômica é a indústria de tijolos e telhas. Fica a 148 km da capital Belém.

cinematográfico, uma diretora de jornalismo e 2 blogueiros. Entre os 13, duas eram mulheres: uma diretora de jornalismo, de Marabá, e uma repórter de TV, de Belém.

Quanto ao tipo de violência sofrida, os dados do Sinjor-PA dão conta que a maior parte foram de agressões verbais e ataques virtuais, com 19 casos. Em segundo lugar, ficaram as ameaças e intimidações, com 18 casos; em terceiro, ficou o impedimento do exercício profissional, com 17 casos; em quarto, ficaram as agressões físicas, com oito casos, uma delas envolvendo o sequestro e espancamento de um jornalista, no município de Tucuruí. Ainda foram contabilizadas injúria racial/racismo e tentativa de descredibilização da imprensa. Mais detalhes no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Tipos de agressões contra jornalistas



Fonte: Sinjor-PA (2023).

Esses números, bem como os diversos outros registros e levantamentos realizados por entidades e instituições dedicadas à defesa da categoria, evidenciam que o jornalismo permanece como uma profissão exposta a riscos significativos e persistentes. Essa realidade, marcada por agressões, ameaças e violências direcionadas a quem exerce a prática jornalística, indica que a análise desse contexto não pode se limitar aos dados ou à profissão em si, mas deve considerar, necessariamente, o protagonista dessa atividade: o jornalista.

Afinal, é por meio de suas vozes, de suas experiências e de seus corpos que as violências se concretizam, configurando não apenas um risco ocupacional, mas também um atentado à liberdade de expressão e ao direito à informação. Reconhecer o jornalista como figura central nesse processo é essencial para avançar na construção de políticas e práticas que protejam não

apenas a integridade física e emocional desses profissionais, mas também a função social que desempenham ao garantir o acesso à informação e a pluralidade de vozes na sociedade.

### 3.2.3 Covid-19 potencializa violência

A crise sanitária vivida no mundo e, em particular, no Brasil, agravou ainda mais a situação dos jornalistas. Pois, para consolidar suas ideias, como o negacionismo, o ex-presidente Bolsonaro travou embates com diversas instituições, dentre elas a imprensa, que já era tratada como inimiga antes mesmo da pandemia, por divulgar dados sobre medidas do Governo sobre economia, meio ambiente e políticas sociais. Com a pandemia da Covid-19 em 2020, o clima de hostilidade cresceu de forma assustadora no país, elevando o já alto índice de violência contra jornalistas que existia no Brasil.

A simples presença de uma equipe de reportagem em eventos onde estivessem apoiadores de Bolsonaro era vista como uma afronta. Afinal, Bolsonaro negava a existência da Covid-19 e sua letalidade. Conforme Nicoletti e Flores (2022, n.p.), discurso do ex-presidente “estimulava seus seguidores contra a imprensa e a desacreditar as notícias sobre a pandemia”, reforçando ideia de que a imprensa era pouco confiável e credível, enquanto se colocando como a fonte da “verdade” sobre os fatos. A organização Repórteres Sem Fronteiras publicou uma notícia, em março de 2020, “denunciando a atitude de Bolsonaro contra a mídia no país enquanto não agia para combater a disseminação da pandemia” (Nicoletti; Flores, 2022, n.p.).

Para além do não agir contra a pandemia e a violência contra os jornalistas, havia a produção em larga escala de desinformações que negavam a existência da Covid-19, minimizavam a importância da vacina e desqualificavam os protocolos recomendados pela Organização Mundial da Saúde quanto ao combate à contaminação pela doença:

Em abril de 2020, a Federação Internacional dos Jornalistas (IFJ, 2020) ouviu 1308 profissionais em todo o mundo, sendo 22% brasileiros, e concluiu um aumento nas violações contra a imprensa no período. Foram verificados ataques verbais feitos por políticos, falta de segurança para realizar investigações jornalísticas e restrições para fazer perguntas sobre a Covid-19, assim como dificuldade para acessar fontes. Além disso, considerando o cenário brasileiro, as condições de trabalho se agravaram (Nicoletti; Flores, 2022, [s.p.]).

Em 20 de janeiro de 2021, quando a vacinação no Brasil ainda atendia somente a alguns segmentos prioritários, o Sinjor-PA solicitou, junto ao Governo do Estado, a inclusão dos jornalistas na lista de categorias com prioridade para a vacina, justificando o trabalho diário do profissional – inclusive em período de *lockdown* – destacando que a categoria era estratégica

no combate à Covid-19 e imprescindível na luta contra a desinformação, especialmente em relação à doença.

Tentando diminuir a importância do trabalho dos jornalistas, o Deputado Federal pelo estado do Pará, Eder Mauro (PL)<sup>47</sup>, apoiador de Bolsonaro, fez campanha em sua rede social criticando o pedido do Sinjor-PA, com texto que tentava induzir a população a desrespeitar a categoria<sup>48</sup>. No dia 7 de abril de 2021, a Fenaj lançou o dossiê “Jornalistas Vitimados pela Covid-19” (2022b). De acordo com esse levantamento, o Brasil foi o país com maior número de mortes de jornalistas por Covid-19, com 169 óbitos na época, com o Pará entre os três estados com maiores registros de morte pela doença até aquela data, com 19 óbitos<sup>49</sup>.

Em estudo realizado sobre a violência contra jornalistas brasileiros em tempos de crise sanitária e política, a partir do perfil de Jair Bolsonaro no *YouTube*, Nicoletti e Flores (2022) constataram que - na constante meta de tentar descredibilizar o jornalismo - o comportamento de Bolsonaro se assemelhava ao de políticos populistas que atacam a imprensa como forma de fugir de críticas.

O contexto da pandemia também revelou a vulnerabilidade dos próprios jornalistas, que trabalhavam em condições de risco, sem proteção adequada e expostos ao contágio, especialmente nas regiões mais afetadas e com menos recursos. Isso se torna particularmente evidente em regiões como a Amazônia, por exemplo, onde as condições geográficas e a falta de infraestrutura agravaram ainda mais os desafios do exercício jornalístico. Em meio a esse cenário, a imprensa teve um papel fundamental em amplificar as vozes e as realidades locais, conectando a narrativa global da pandemia à contextos específicos, frequentemente negligenciados pelo Governo Federal.

### 3.2.4 A política e a pandemia

Em 2020, os dois processos – político e sanitário – confundem-se no Brasil devido à resistência do então presidente Jair Bolsonaro em aceitar que o país vivia a pandemia e que

---

<sup>47</sup>Eder Mauro Cardoso Barra (PL), 64 anos, está no terceiro mandato de deputado federal pelo Pará. É alinhado à extrema direita brasileira e ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Foi candidato às eleições da capital paraense em 2016, quando ficou em terceiro lugar; e em 2024, quando foi derrotado, no segundo turno, pelo candidato Igor Normando (MDB).

<sup>48</sup>MAURO, Éder. **FARINHA POUCA MEU PIRÃO PRIMEIRO!**. [s.l.], 19 jan. 2021. Instagram: @edermauopa. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CKPIFt2MPue/?igshid=NjQxMzA2Mjk=>. Acesso em: 30 set. 2022.

<sup>49</sup>Fenaj – Fundação Nacional dos Jornalistas. Brasil é o país com maior número de jornalistas mortos por Covid-19. **Fenaj – Fundação Nacional dos Jornalistas**, 2021. Disponível em: <https://fenaj.org.br/brasil-e-o-pais-com-maior-numero-de-jornalistas-mortos-por-covid-19/>. Acesso em: 30 set. 2022.

medidas de contenção do vírus deveriam ser tomadas. Contexto no qual a ação dos jornalistas e da imprensa foi essencial no enfrentamento da crise na saúde, em específico no Brasil, evidenciando a importância do jornalismo como serviço público essencial. Em um cenário marcado por incertezas, desinformação e discursos polarizados, os jornalistas desempenharam uma função crítica não apenas na transmissão de informações precisas, mas também na construção de um espaço de compreensão sobre a gravidade da situação e as medidas necessárias para conter a propagação do vírus. As informações nortearam o comportamento da população, assim como contribuíram para evitar um aumento ainda maior de mortes.

Para além da possibilidade de contaminação pela Covid-19, havia, ainda, os riscos de violência aos profissionais em razão da cobertura dos fatos, visto que estavam tratando de uma realidade que parcela considerável da população resistia em admitir: a Covid-19 contaminava e matava; era preciso usar máscara e manter o distanciamento; não havia medicamentos para a cura daquele mal; a vacina era importante. Por diversas formas, muito esforço e coragem, os jornalistas conseguiram mostrar situações graves da pandemia.

Outro importante desafio enfrentado pelos jornalistas foi o combate à desinformação associada à pandemia. Com a grande disseminação de informações falsas sobre a Covid-19, os jornalistas precisavam reforçar sua função de mediadores da verdade factual, investigando fontes científicas, autoridades de saúde e dados epidemiológicos. Esse trabalho de verificação foi fundamental para orientar a população, sobretudo em um momento em que as decisões individuais e coletivas poderiam impactar diretamente a saúde pública.

A luta da imprensa foi contínua contra a desinformação, além de essencial para denunciar as ações e omissões dos governos, trazendo à tona questões relacionadas à gestão da pandemia, falta de equipamentos médicos e os desafios enfrentados pelos profissionais de saúde. No caso brasileiro, em particular, o jornalismo desempenhou um papel fundamental ao contrapor-se, de forma evidente, ao discurso de negação da gravidade da pandemia por parte do governo Bolsonaro.

Além da cobertura da pandemia, jornalistas também tinham o desafio da cobertura diária da política, especialmente quando a pauta era com o Poder Executivo, visto que, além do relacionamento tenso com a imprensa, o ex-presidente também negava a gravidade da crise sanitária. Esse contexto foi retratado no documentário “Cercados”, da Globoplay (2020), no qual são narrados diversos *fronts* dos profissionais: como no Palácio da Alvorada, com o cercadinho, adotado por Bolsonaro desde sua posse; as respostas violentas do ex-mandatário às perguntas da imprensa; a luta diária para derrubar inúmeras notícias falsas; as dificuldades para apurar e retratar o cenário de guerra nos hospitais; e a tristeza e o desespero dos enlutados.

A pressão por dados precisos sobre a pandemia colocava os profissionais em situação de alto risco de contaminação, com pautas em locais de aglomeração e/ou em entrevistas com pessoas doentes. Conforme a Fenaj (2022a), no Brasil, morreram 169 jornalistas somente entre abril de 2020 a março de 2021, com o país despontando em primeiro lugar em mortes de jornalistas pela Covid-19 no primeiro trimestre de 2021. Até 2022, o número de jornalistas mortos por essa doença chegou a 314.

### **3.2.5 Consórcio pela vida**

Ignorando sua obrigação legal como chefe de estado de divulgar corretamente os dados relacionados à saúde pública e prestar contas sobre um plano de ação de combate à pandemia, o então presidente Jair Bolsonaro evitava falar sobre o assunto com a imprensa e minimizava a gravidade da doença, atitude seguida fielmente por seus apoiadores. Em março de 2020, no início da pandemia, repórteres que estavam escalados para ouvir o então presidente sobre as providências que seriam tomadas mediante o avanço da doença foram atacados e praticamente escorraçados do cercadinho do Palácio da Alvorada por apoiadores do ex-presidente, que gritavam que não precisavam da imprensa, pois bastava ter a internet e as redes sociais para se manterem informados. Um argumento que historicamente não tem sustentação, especialmente pela situação de instabilidade que o mundo vivia com a crise sanitária. Estava claro que era imprescindível a atuação da imprensa livre, trabalhando com dados oficiais.

Se tem uma coisa que a pandemia do coronavírus provou é que não, a gente não se informa “uns com os outros” e, não adianta simplesmente “ter a internet”. O mundo está combatendo não apenas uma pandemia, mas uma “infodemia”, como disse Tedros Adhanon, diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS). Existe uma superabundância de informações, algumas verdadeiras, outras não, o que torna muito difícil encontrar fontes confiáveis e diretrizes corretas a respeito da Covid-19. A infodemia também representa um risco à saúde pública, porque as pessoas precisam de orientações sérias para se protegerem e ajudarem a conter a disseminação da doença (Mello, 2020, p. 229-230).

Ainda em 2020, a imprensa reagiu ao silêncio do Governo Bolsonaro sobre os casos e números de mortes relacionadas à Covid-19. O Ministério da Saúde (MS) recebia os dados das unidades federativas por meio das secretarias estaduais, mas atrasava sua divulgação no site oficial que, inicialmente, era dada às 17h, mas passou a sair tarde da noite, após o horário dos principais telejornais. No dia de 3 de junho de 2020, quando houve um pico de 1.349 mortes em um dia, o MS só publicou os dados no site às 21h45. No dia seguinte, 4 de junho, novo recorde: 1.471 mortes, mas os dados só foram liberados às 22h. O presidente Bolsonaro disse,

na época, que não era bom para o Brasil mostrar os números reais de casos e que o atraso dos boletins era intencional, para não atender às demandas da Rede Globo (UOL, 2020).

Desde o início da pandemia [...] a maior autoridade do Brasil tratou com a questão de forma negacionista e negligente diante da gravidade da disseminação do vírus. O governo de Jair Bolsonaro lidou com a emergência sanitária de forma política, tendo como estratégia principal uma rede de desinformação que atua disputando espaço de narrativas com o jornalismo (Prado, 2024, p. 102).

Em virtude da decisão de Bolsonaro, as empresas de comunicação criaram, em 2020, o Consórcio de Veículos de Imprensa, formado pelo O Globo, UOL, G1, Extra, Folha de S. Paulo e Estadão (UOL, 2023). O Consórcio contava com o trabalho de 100 jornalistas na coleta diária de dados sobre número de contaminados, óbitos e, com a chegada da vacina, o número de imunizados. Ele tinha a incumbência de receber os dados das secretarias estaduais, mapear, contabilizar e divulgar diariamente para a sociedade as informações sobre os casos de contaminação e as mortes. Somente por meio dele era possível saber, de forma atualizada, qual região estava em situação mais crítica com relação à Covid-19. O boletim desse o consórcio era a única fonte que o país tinha para se informar sobre a real situação da crise sanitária no Brasil.

A divulgação do boletim do Consórcio de Imprensa era esperada com ansiedade por aqueles que viam no jornalismo uma fonte segura para se orientarem sobre o que estava acontecendo, de fato, no Brasil, em termos de pandemia. Christofolletti e Becker (2024) definem que a confiança não é algo que se gera do nada: “É construção, tessitura, urdimento” (Christofolletti e Becker, 2024, p. 20). Por isso, eles preconizam que a confiança seja cuidada e mantida constantemente por quem trabalha na imprensa.

Após o funcionamento regular dos boletins do Consórcio, o Governo Federal voltou a divulgar os dados no site do Ministério da Saúde, mas os veículos continuaram com o trabalho em parceria com as secretarias estaduais. Em janeiro de 2021, eles identificaram a Amazônia como uma das regiões que mais sofreram com a pandemia, momento em que Manaus (AM) passava pela crise da falta de cilindros de oxigênio nos hospitais (Welle, 2021). O mapeamento dos veículos durou pouco mais de dois anos e meio, encerrando suas atividades em janeiro de 2023.

De modo geral, contextualizamos, nesse capítulo, a política a partir do âmbito nacional e regional, para entendermos o cenário vivido pelos jornalistas nos períodos de acirramento político, em que essa atividade, mais do que nunca, torna-se uma profissão de risco. Ressaltamos que o ato de registrar em livros, matérias jornalísticas e em documentos o perigo de ser jornalista, em tempos de intolerância, é importante para a tomada de medidas legais de

proteção às vítimas, bem como para impedir a impunidade dos agressores. Para além disso, é uma ação de defesa da liberdade de imprensa e, conseqüentemente, da democracia.

Com relação à violência no contexto do Governo Bolsonaro (2019-2022), a denúncia e a divulgação das agressões – por parte das instituições ligadas ao jornalismo e à categoria – foram atos de resistência ao clima de intolerância que tentava se “institucionalizar” novamente em nosso País. Tal intento era percebido por meio de semelhanças entre a ditadura militar (1964-1985) e o governo Bolsonaro (2019-2022) que se concentraram, amplamente, nos aspectos ideológicos e retóricos dos dois períodos, como ataques à democracia e às instituições que a compõem, como a imprensa; o discurso do anticomunismo; a estratégia geopolítica de se alinhar fortemente com os Estados Unidos; a política antiambiental e contrária aos direitos dos indígenas; e o discurso que colocava o protagonismo militar como fundamental para o futuro do Brasil, conforme pregavam os setores extremistas antes da redemocratização.

No próximo capítulo – “Jornalista como transformador social” – refletiremos sobre o papel do jornalismo e as suas transformações, abordando a discussão sobre a criação da profissão e sua contribuição para a consciência social; o mercado de trabalho; a precarização; e a saúde do profissional, compreendendo, assim, a figura do jornalista no contexto em que ele se torna alvo da violência. Também abordaremos a importância da credibilidade da imprensa e do trabalho do jornalista no combate à desinformação.

## 4 JORNALISTA COMO TRANSFORMADOR SOCIAL

Evidente que, ao falarmos sobre a violência contra os jornalistas, temos que refletir sobre papel do jornalismo na sociedade. Retomamos Park (2008) e sua afirmação de que o jornalismo é uma forma de conhecimento, porque não apenas informa, mas influencia na construção da opinião e no comportamento das pessoas. O fruto do trabalho do jornalista, a notícia, contém esse conhecimento, evidenciando o seu papel como transformador social, uma vez que é a partir das informações divulgadas por esses profissionais que as pessoas podem se orientar no mundo.

Ao tratar dos múltiplos aspectos que compõem a vida social – política, ciência, cultura e religião – o jornalista desempenha um papel relevante na construção e consolidação da cidadania. Essa atuação é fundamental, porque a cidadania constitui a própria base da democracia ao viabilizar a percepção de pertencimento a um corpo social e fomentar a criação de um futuro comum e inclusivo. Nesse processo, o jornalismo não apenas informa, ele estrutura o debate público e fortalece a consciência coletiva, oferecendo aos cidadãos as ferramentas para compreenderem, questionarem e, sobretudo, reivindicarem seus direitos.

A produção jornalística, fruto do trabalho investigativo, analítico e reflexivo do jornalista, ocupa um lugar estratégico no tecido social. Ao investigar e denunciar irregularidades como a corrupção, nepotismo, violência de Estado e outras formas de abuso de poder, o jornalista não apenas cumpre uma função de vigilância, mas também contribui ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e transparente. Esse papel vai além do simples relato factual e implica uma atuação crítica que desafia as estruturas de poder e propõe caminhos para a transformação social. Em um cenário em que as ameaças à liberdade de imprensa se intensificam, reconhecer o jornalista como protagonista desse processo é fundamental para assegurar a integridade do direito à informação e a manutenção do pluralismo democrático.

Além disso, o jornalista tem a responsabilidade de ampliar o horizonte de vozes e experiências socialmente marginalizadas ou silenciadas. Ao incluir narrativas de grupos periféricos, negros, indígenas, idosos e pessoas com deficiência, o jornalismo contribui para a promoção da diversidade e da inclusão social, desafiando as desigualdades históricas e as hierarquias simbólicas que marcam a sociedade brasileira. Nesse sentido, o jornalismo atua como mediador entre as demandas sociais e as instituições – formais e informais – ampliando o debate público e incentivando uma educação cívica que vai além da mera escolarização. Essa mediação não se restringe ao fornecimento de informações sobre temas complexos e

fundamentais para a vida em sociedade, mas se estende ao estímulo do pensamento crítico e à consciência reflexiva sobre as responsabilidades individuais e coletivas, fortalecendo, assim, o compromisso democrático em todas as suas dimensões.

Ainda nesse sentido, a imprensa possui características formais e informais: formal, porque tem estruturas organizadas como redações, editorias, setor de recursos humanos, publicidade; observa regras, normas e leis que regem a produção, dentre elas, o código de ética profissional, a Constituição Federal e os padrões de qualidade empresariais; e desempenha um papel social essencial para o debate público ao produzir e divulgar informações importantes para a sociedade. E informal, porque é constituída por complexos e diversificados meios de comunicação, que vão desde os tradicionais – rádio, TV e impressos – até *blogs, sites, portais, redes sociais*, operando conforme suas respectivas características e formas de produção, sendo, portanto, uma instituição que vive em constante interação com o público, o que permite a geração de um diálogo mais informal.

Segundo Franciscato (2003, p. 36), essa instituição configura-se, atualmente, tanto como um espaço de interação – sendo sua forma mais elaborada e complexa a organização social – quanto como um modelo padronizado de ação social, seja individual ou coletiva. Ela se constitui como espaço de interação ao estabelecer regras, definir posições e disponibilizar recursos – ou capitais, na perspectiva de Bourdieu (1989) – aos indivíduos que dela fazem parte. Quando esses atores sociais atuam em um corpo coletivo, algo particularmente frequente no jornalismo, a instituição, entendida como organização, molda e expande as formas de ação dentro de um ambiente social, seja ele formalmente institucionalizado ou não.

Já na primeira metade do século XX, Park (2008) analisou como a imprensa interagiu com as demais instituições: o governo, as empresas e as comunidades; e como essa interação influenciava na produção e na distribuição das notícias, defendendo o estudo sobre o jornalismo como instituição. O elo para essa interação é o jornalista, que é o agente humano da atividade intermediária da imprensa entre os eventos que ocorrem na sociedade e com o público. Ele é o responsável por investigar, coletar, analisar, interpretar, organizar as informações e apresentá-las em forma de notícia.

Por outro lado, afirma Guerreiro Neto (2012), a institucionalização do jornalismo é também a história da institucionalização do jornalista:

Tomar o jornalismo como uma instituição social significa considerar que a história da institucionalização do jornalismo é também a da institucionalização dos jornalistas, da redação, das editorias, da entrevista, da notícia, do lead... Ou seja, a instituição jornalística, além de se constituir enquanto entidade abstrata, é formada por uma série de instituições, é o agrupamento de papéis, ambientes, estruturas, procedimentos,

formatos, práticas, rotinas cristalizadas, institucionalizados (Guerreiro Neto, 2012, p. 01).

#### **4.1 A construção da profissão**

O jornalista é um profissional que lida (por vezes, no mesmo dia) com realidades e pessoas em situações diversas. Abordando especificamente a atividade da reportagem, o profissional pode cobrir eventos relacionados e/ou ouvir moradores de ruas, estudantes, trabalhadores, empresários, juízes, policiais políticos (poderes Executivo e Legislativo) e religiosos. Essa diversidade faz parte da natureza da profissão e requer que o jornalista tenha, além do conhecimento intelectual e técnico específicos, preparo ético e humano, devendo estar consciente do seu papel como agente de transformação social.

Para compreendermos o papel que o jornalista desempenha na sociedade contemporânea, é fundamental revisitarmos a formação histórica do jornalismo enquanto prática social e atividade profissional. O jornalismo, embora tenha se consolidado como profissão apenas no início do século XX, é resultado de uma longa trajetória que reflete as transformações das dinâmicas comunicativas ao longo da história. Desde suas origens, a comunicação ocupou uma posição essencial para a sobrevivência e o desenvolvimento social, evidenciando o surgimento do jornalismo não apenas como técnica de transmissão de informações, mas como mediação simbólica e política entre os indivíduos e a sociedade.

Um dos primeiros exemplos de comunicação pública organizada foi a *Acta Diurna*, no Império Romano, que visava a informar a população sobre decisões políticas de Roma. Esse registro histórico, lido em praças públicas na época, revela a comunicação como instrumento de poder e de articulação social. Séculos mais tarde, no século XV, a invenção da prensa de Gutenberg marcou uma inflexão fundamental ao permitir a reprodução em larga escala dos textos. A imprensa, então, expandiu o alcance das narrativas, democratizando – ainda que de modo desigual – o acesso à informação. Essa inovação técnica foi decisiva para moldar as condições que tornariam possível o jornalismo moderno.

O impulso decisivo para o jornalismo, no entanto, ocorreu no século XVIII, em um contexto de crescente urbanização e industrialização, quando a comunicação escrita passou a acompanhar as mudanças sociais e econômicas, moldando uma nova esfera pública. Os avanços tecnológicos do século XX (surgimento do rádio e da televisão) consolidaram uma nova era de comunicação de massas, ampliando o alcance e a velocidade das notícias. No Brasil, conforme aponta Sodré (1999), essa transição para o jornalismo empresarial se deu a partir de 1930,

quando a imprensa brasileira começou a assumir uma estrutura de grande empresa, exemplificada pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand (Nicoletti e Figaro, 2023).

Melo (2012) destaca que o verdadeiro divisor de águas na história do jornalismo foi a profissionalização, momento em que a prática informativa deixou de ser amadora e se consolidou como ofício. Essa profissionalização implicou na criação de regras éticas e rotinas técnicas próprias, que legitimaram o jornalismo como prática reconhecida, ao mesmo tempo que o inseriram nas engrenagens da indústria cultural e da lógica de mercado. Isto posto, a historicização do jornalismo evidencia que a atividade não nasce de uma necessidade neutra de comunicação, mas como resposta às demandas e às disputas sociais, políticas e econômicas que moldam cada época. Reconhecer essa genealogia crítica é essencial para problematizarmos, hoje, os desafios e os sentidos do trabalho jornalístico em um mundo cada vez mais midiático e em constante disputa por narrativas.

O primeiro curso de jornalismo foi implantado no Brasil em 1947, em São Paulo<sup>50</sup>. Já a exigência do diploma de nível superior e do currículo mínimo para jornalistas foi instituída, paradoxalmente, a partir da Ditadura Militar, por meio do Decreto-Lei 972, em 1969, em um período de censura institucionalizada e de violência contra jornalistas.

Como enfatiza Lopes (2013), foi difícil encontrar material histórico para analisar a repercussão dessa lei em segmentos sociais vinculados ao campo jornalístico na época. No entanto, a autora encontrou documentos de sindicatos e da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) que tratavam do pedido da regulamentação da profissão, a partir dos quais pôde concluir que a “Lei 972 causou polêmica e insatisfação por alguns aspectos, mas também atendeu, em alguma medida, a anseios de organizações da classe de jornalistas” (Lopes, 2013, p. 84). Ainda nesse sentido:

As reivindicações por uma definição legal sobre a profissão de jornalista acabaram recaindo sobre o governo provisório da junta militar, que, como mencionado, assinou o decreto. [...] É interessante lembrar que a relação das entidades de classe jornalísticas com o governo nesse momento era bastante tensa em virtude da censura imposta aos meios de comunicação e das prisões de jornalistas em todo o país (Lopes, 2013, p. 87).

Em 2009, a exigência do diploma foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por oito votos favoráveis contra um, com a maioria dos ministros votando com o parecer do

---

<sup>50</sup> O primeiro curso de Jornalismo foi fruto do testamento do jornalista, advogado e empresário da comunicação, Cásper Líbero.

relator do processo, ministro Gilmar Mendes<sup>51</sup>, que igualou o jornalismo a outras profissões que não requerem de diploma, como a de costureira, alegando que a criação do diploma era inconstitucional por restringir o direito de liberdade de expressão, tendo como finalidade afastar dos meios de comunicação pessoas que eram oposição ao regime militar, como políticos e intelectuais. Para Lopes (2013, p. 85), as justificativas de Gilmar Mendes não eram suficientes para a derrubada do diploma:

De fato, a promulgação daquela norma ocorreu durante a ditadura militar, mas esse fato puro e simples não consegue demonstrar qualquer tipo de inconsistência nela, nem é justificativa suficiente para desacreditá-la. Se fosse assim, toda e qualquer lei aprovada naquele período estaria automaticamente tachada de inválida, o que não é necessariamente verdadeiro.

Apesar de a queda do diploma ter repercutido no campo acadêmico, com a redução de oferta de vagas nas faculdades, o curso de jornalismo resistiu e a busca do preparo técnico e do embasamento filosófico continuaram a fazer parte dos desafios daqueles que se preparam para a profissão. Desafios esses que se diversificam e se intensificam após a graduação, com a prática da atividade jornalística, onde há novos aprendizados a partir das vivências do mercado de trabalho. Nessa seara, Meditsch (2002, p. 20-21 *apud* Melo, 2012, p. 96) observa que quando se considera o jornalismo um meio de conhecimento e não apenas de comunicação, o nível da exigência sobre o seu conteúdo aumenta, o que eleva, conseqüentemente, “a exigência sobre a formação profissional dos jornalistas, que deixam de ser meros comunicadores para se transformarem em produtores e reprodutores do conhecimento”.

Seguindo essa linha de pensamento, é importante refletir sobre a relevância de um jornalismo crítico e propositivo, socialmente responsável e comprometido com a informação de qualidade, com a Democracia e com a transparência, que permita ao público acompanhar e avaliar o trabalho, pois o conhecimento produzido e reproduzido pelo jornalismo e por seus efeitos “pode ser demasiado estratégico para a vida de uma sociedade para ser controlado exclusivamente pelos jornalistas como grupo profissional ou pelas organizações onde trabalham” (Melo, 2012, p. 96).

#### **4.1.1 O mercado e a precarização**

---

<sup>51</sup> Gilmar Ferreira Mendes Gomm, 69 anos, é professor, jurista e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2002, cargo para o qual foi indicado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Antes, ainda na gestão de FHC, foi titular da Advocacia Geral da União e presidiu o STF entre 2008 e 2010. Sua atuação no Supremo é marcada por episódios polêmicos, discussões e críticas, especialmente contra lideranças do Partido dos Trabalhadores, tendo deferido, também, críticas à Lei da Ficha da Limpa e à Operação Lava Jato.

Devemos refletir sobre o campo do jornalismo, pois como bem diz Bourdieu (1989), ele é um espaço de disputa pelo poder, no qual estão inseridos, além dos jornalistas, empresários (de diversos setores, especialmente da comunicação), anunciantes, políticos, poder público, sindicatos (empregado e patrão) e público (leitor, ouvinte, telespectador) – todos com diferentes interesses e níveis de poder, em uma relação dinâmica e em constante transformação, e sob a influência de fatores sociais, políticos, econômicos e tecnológicos. Tal interação influencia na produção e na circulação de notícias, bem como na maneira que a sociedade se informa e se relaciona.

Inserido nesse contexto, o jornalista tem um papel complexo e multifacetado, lidando com a pressão pela audiência e com os interesses diversos de anunciantes e proprietários; verificando de forma técnica e rigorosa a informação; combatendo e evitando a desinformação; atualizando-se sempre em função das novas tecnologias e de suas ferramentas; e com a obrigação moral de atuar eticamente em todas essas atividades.

Para além disso, existe a histórica precarização da atividade, que se intensificou, nos últimos anos, devido à gradativa plataformização da imprensa; à pandemia da Covid-19; à crise econômica mundial; às mudanças no modelo de negócios de veículos de comunicação<sup>52</sup>; e ao fim da exigência do diploma de jornalista. A constante oferta de trabalhos por meio de projetos, *freelancer* e PJ (pessoa jurídica) e até para não profissionais, como os *influencers*<sup>53</sup>, aumentou o nível da instabilidade e da insegurança no emprego para jornalista, pois esses contratos não possuem vínculos empregatícios seguros, tampouco garantia de aposentadoria no futuro.

[...] desde a faculdade, o aspirante a jornalista demonstra estar sujeito a pressões para ser polivalente, adquirir *expertise* para usar o máximo possível de recursos tecnológicos, ser capaz de produzir para várias plataformas e trabalhar com audiência participativa; enfim, estar pleno e profissionalmente apto a ser um jornalista bem-sucedido no contexto da convergência e da multimídia (Lopes, 2013, p. 176 – grifo da autora).

Com a *internet* e a plataformização, a partir da década de 1990, houve a quebra do paradigma de espaço de publicação da grande imprensa. Um novo espaço midiático surgiu, com a virtude de ser amplo, acessível, com menor custo de produção, rapidez na publicação e circulação da informação. Nele, convivem *sites*, portais, *blogs* e redes sociais digitais ligados a

<sup>52</sup> As mudanças profundas no setor empresarial de mídia foram impulsionadas principalmente pela digitalização e pela mudança da audiência no consumo de conteúdo, que agora vem principalmente das plataformas.

<sup>53</sup> Palavra em inglês que significa influenciador(a). Considerada informalmente pela sociedade como uma nova profissão, surgiu como fruto das redes sociais, especialmente do *Instagram*. São pessoas que publicam sobre imagem, estilo de vida e opinião; possuem muitos seguidores e geralmente recebem patrocínio para “influenciar” determinados grupos sobre determinados assuntos.

conglomerados da comunicação, ONGs, associações, sindicatos, empresas e profissionais liberais, como jornalistas e pessoas comuns.

O início desse novo momento foi, no entanto, o fim do espaço hegemônico de veículos tradicionais, principalmente dos impressos. Várias empresas fecharam as portas, causando muitas demissões, mas outras sobreviveram, migrando e se adaptando à *internet*, levando consigo seus anunciantes e práticas empresariais, como o relacionamento tradicional patrão e empregado. Foram consequências diretas desse processo o aumento da “pressão sobre os profissionais, que passaram a atuar com equipes cada vez mais enxutas e a performar variadas funções ao mesmo tempo – muitas vezes, sem a devida qualificação ou treinamento adequado” (Pereira *et al.*, 2020 *apud* Nicoletti; Figaro, 2023, p. 44).

A plataformização e a produção de conteúdo por não profissionais aumentou a concorrência no mercado e causou a desvalorização da profissão. Esse novo panorama também fez e faz pressão sobre o tempo de apuração jornalística, em virtude do cumprimento de horário: “a rotina já acelerada da redação mirou o compasso da internet e aos jornalistas foi imposto o tempo real, trazendo implicações para a qualidade da informação, como erros, deslizos éticos, falhas na verificação e a falta de diversidade de fontes de informação” (Nicoletti e Figaro, 2023, p. 43-44).

Marcondes Filho (2009) já anunciava, no início dos anos 2000, que a vida do jornalista teria ficado mais difícil a partir dessa transformação digital da atividade. O autor define três consequências diretas na atividade, em função desse quadro:

O trabalho aumentou, o contingente foi reduzido, as responsabilidades se tornaram mais individuais. Aos poucos a mística do *contrapoder* se esvai. Chantageados pelo desemprego, os jornalistas de posição intermediária na empresa e os precários (frilas, repórteres-redatores, focas) perdem rapidamente de vista o fascínio pela profissão. Mas não só eles: mesmo tarimbados jornalistas de informação política e geral estão reconhecendo o recuo de seu prestígio: primeiro a TV tem de noticiar para despertar interesse na notícia, depois é que eles podem aspirar a ser lidos (Marcondes Filho, 2009, p. 61-62)

Um panorama detalhado da situação do jornalista em nosso país foi apresentado pela pesquisa “O Perfil do jornalista Brasileiro 2021”, realizada pela Rede de Estudos sobre Trabalho e Identidade dos Jornalistas (RETIJ/SBPJor)<sup>54</sup>, no período de agosto a outubro de

<sup>54</sup>A Rede de Estudos sobre Trabalho e Identidade dos Jornalistas (RETIJ) é uma iniciativa importante para aprofundar a compreensão sobre a profissão jornalística no Brasil. Vinculada à Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), a RETIJ reúne pesquisadores de diversas regiões do país com o objetivo de: analisar as condições de trabalho dos jornalistas, investigar a identidade profissional, promover debates sobre temas importantes para a categoria. A RETIJ realiza, de forma coletiva, a pesquisa “O Perfil dos Jornalistas Brasileiros”, uma série de pesquisas, iniciada em 2012, que tem como meta mapear, de forma abrangente, a realidade do profissional no Brasil. Os dados desse estudo são discutidos no livro “O Trabalho de Jornalistas no

2021. De acordo com Nicoletti e Figaro (2023), houve aumento da precarização do trabalho, com queda expressiva no número de jornalistas com carteira assinada e, por outro lado, um crescimento de profissionais atuando como microempreendedores individuais (MEI) e *freelancers*, totalizando 36,2% dos entrevistados com vínculos de trabalho.

Ainda de acordo com esse estudo, a maioria dos jornalistas brasileiros, na época, possuía vínculos de trabalho considerados estáveis, sendo que 45,8% dos participantes da pesquisa foram contratados em acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e os outros 10,5% atuavam como servidores públicos. Porém, de modo geral, o mercado de trabalho do jornalista é historicamente um local volúvel e complexo. De acordo com levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese-2024), realizado a pedido da Fenaj, houve demissões em massa de jornalistas em 2023.

De norte a sul do Brasil, as entidades que defendem os trabalhadores vivenciam uma rotina constante de denúncias contra empresas de comunicação. As irregularidades mais recorrentes envolvem a não observância da legislação trabalhista, o descumprimento de acordos firmados com sindicatos, especialmente em relação à jornada de trabalho, o não pagamento de salários dignos, horas extras e/ou banco de horas, além da ausência de fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como coletes à prova de balas, fundamentais para repórteres do jornalismo investigativo ou da editoria de polícia/segurança pública. Também são frequentes denúncias sobre a falta de equipamentos básicos de trabalho – como celular, máquina fotográfica e câmeras de vídeo, muitas vezes substituídos pelo uso dos próprios dispositivos dos profissionais, sem qualquer garantia de reposição em caso de furto ou assalto durante a atividade – e a utilização de carros de aplicativo, ao invés de veículos institucionais, em pautas e eventos realizados em áreas de risco para a segurança do jornalista.

Diante desse quadro do mercado de trabalho, observamos que a precarização é uma forma de violência que se enquadra no conceito de violência simbólica de Bourdieu (1989). Conforme sua filosofia, as relações sociais são afetadas por forças coercitivas, por influência e por poder que não tem, necessariamente, o corpo físico como alvo, pois a violência simbólica é qualquer tipo de coação não tangível, de natureza moral, emocional e psicológica: “[...] é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989, p. 7-8).

A violência contra os jornalistas vai da forma simbólica à forma física, uma vez que diversos mecanismos de ataques são utilizados com a finalidade de coibir o papel de ação da

---

Brasil: Desigualdades, identidades e precariedades”, organizado por Janaína Visibeli Barros, Janara Nicoletti e Samuel Pantoja Lima (2023).

atividade jornalística. Fenômeno mundial, essas duas modalidades de violência contra o profissional quase sempre estão presentes nos momentos mais acirrados do convívio humano, principalmente os que envolvem disputa pelo poder político. A Ditadura Militar é exemplo disso – período em que os jornalistas eram considerados inimigos. Sendo, por isso, alvo de constante perseguição e vítimas de violência física. Vários jornalistas fizeram parte da lista de espionados pelo Serviço Nacional de Informação (SNI)<sup>55</sup> – um deles foi o jornalista Wladimir Herzog, que foi perseguido, torturado e morto em 1975, em São Paulo (Brasil de Fato, 2020).

Muitos anos depois, em 2024, já como consequência das investigações de atos ilegais do governo de Jair Messias Bolsonaro (PL) – que havia encerrado em 2022, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) – o STF derrubou o sigilo de investigações da Polícia Federal (PF), revelando que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) monitorava ilegalmente, por meio da “ABIN Paralela”, entre 2019 e 2021, autoridades do Legislativo, do Judiciário e Executivo e alguns jornalistas ligados a grandes empresas de comunicação (Carta Capital, 2024).

#### 4.1.2 A saúde

A saúde dos jornalistas também é objeto de estudos em todo o mundo, sendo o medo da violência como consequência da pauta (no trabalho externo), a pressão por resultados e os assédios sexual e moral, aliados à sobrecarga diária e à insegurança dos contratos de trabalho, fatores comumente associados ao adoecimento desses profissionais. Nicoletti e Figaro (2023), em análise do relatório “Perfil do jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho”, obtiveram 7.029 respostas, oriundas de 26 estados e do Distrito Federal, das quais 6.650 foram consideradas válidas para a pesquisa, após uma etapa de análise e limpeza dos dados. Foram conclusões da pesquisa:

Todos os grupos de participantes apresentam níveis de estresse elevados devido ao trabalho e estão expostos a diferentes tipos de violações que podem comprometer sua atuação profissional, tomada de decisão, qualidade de vida e, em alguns casos, atingir familiares (Nicoletti e Figaro, 2023, p. 49).

Para as autoras, o estresse elevado virou uma característica do ambiente do jornalismo brasileiro, com destaque para o assédio, conforme constatação do relatório, com 40,6% dos

---

<sup>55</sup> O SNI – Serviço Nacional de Informação – era um órgão de inteligência da Ditadura Militar do Brasil, criado em 1964. Seu objetivo era controlar e reprimir toda a oposição ao regime militar. Para isso, contava com infiltrados em vários setores da sociedade (universidades, órgãos públicos, imprensa).

profissionais entrevistados afirmando terem sofrido assédio moral e 11,1% assédio sexual no trabalho:

Esses números são inconcebíveis em qualquer situação laboral, mas chocam ainda mais por se tratar de comportamentos que estão diretamente ligados ao ambiente interno de trabalho, ou seja, são agressões perpetradas por colegas, gestores e pessoas próximas profissionalmente das vítimas (Nicoletti e Figaro, 2023, p. 50).

No período mais agudo da pandemia, 2020-2021, quando a população vivenciou as restrições e o isolamento físico, os jornalistas continuaram fazendo coberturas nas ruas, hospitais, necrotérios, cemitérios, supermercados, farmácias, entre outros locais. Esses profissionais, que estavam na linha de frente, além de sofrerem com os diversos tipos de violência e correrem riscos de contaminação com a doença, eram os responsáveis por manter a sociedade informada sobre o real contexto da pandemia.

#### **4.2 Credibilidade *versus* Desinformação**

Com a revolução tecnológica (transformação digital, *internet*, novos canais e redes sociais), a relação entre os jornalistas e o público também mudou: o relacionamento que antes era processado praticamente somente pela grande imprensa e demandava um tempo mais longo para o *feedback*, com a plataformação, passou a ser mais direto e instantâneo, realizado tanto pelos canais vinculados a empresas de comunicação, ONGs, comunidades (site, portais, radioweb) quanto pelos vinculados diretamente a um indivíduo, como os blogs e as redes sociais digitais.

Um dos momentos mais intensos dessa nova relação aconteceu durante a forte onda de desinformação que marcou a pandemia da Covid-19. No Brasil, a letalidade da doença, a importância dos cuidados para não se contaminar, a importância e a eficácia da vacina, os números de casos e de mortes diárias foram negados e negligenciados por fontes oficiais – como o próprio ex-Presidente Jair Bolsonaro – e não oficiais – como os milhares de internautas que eram seus seguidores/apoiadores.

O trabalho dos jornalistas foi fundamental naquele panorama, combatendo e derrubando a desinformação, substituindo-a por informações apuradas e verificadas, de forma tempestiva, por meio de plataformas e canais de mídia convencionais. Um dos principais projetos, na época, foi o já citado Consórcio de Veículos de Imprensa, serviço que resultou da falta de prestação de informações oficiais em tempo hábil do Governo Federal sobre o número de casos e de morte por Covid-19. Esse trabalho possibilitou à população brasileira manter-se informada de forma

atualizada sobre quais regiões do país estavam em situação mais crítica. Foi um momento no qual “boa parte da imprensa do Brasil se mobilizou para não só reportar os fatos, mas também ocupando algumas funções que tecnicamente deveriam ser do governo” (Prado, 2024, p. 102).

Nesse contexto, marcado por incertezas, desinformação e discursos polarizados, os jornalistas desempenharam uma função crítica, não apenas na transmissão de informações precisas, mas também na construção de um espaço de compreensão sobre a gravidade da situação e as medidas necessárias para conter a propagação do vírus. As informações influenciaram o comportamento da população, assim como contribuíram para evitar um aumento das mortes.

Mostrou-se, na prática, que a informação é poder. No entanto, em uma dimensão social digital, onde a moderação de conteúdo é negligente, o poder da desinformação não pode ser ignorado. O fenômeno do ecossistema de desinformação envolve todo o planeta, atingindo, neste século, novas e antigas democracias. Podemos confirmar isso ao analisarmos episódios ocorridos a partir do recrudescimento do extremismo político, com postagens de “notícias falsas”, como a promessa de cura e a prevenção da Covid-19 a partir de medicações que não tinham eficácia científica comprovada e, mais recentemente, a fictícia taxaço do Pix (Aleixo; Souza, 2025).

Destacamos como momento chave da explosão de desinformação a campanha presidencial de 2018, no Brasil:

Várias reportagens publicadas durante aquele período revelavam como as redes haviam se transformado em uma ferramenta vital para alguns candidatos, Jair Bolsonaro em particular. A revista *Época* e a *Folha* fizeram grandes matérias sobre sites de notícias falsas ou extremamente enviesadas. A repórter Juliana Gagnani, da BBC do Brasil, passou uma semana participando de 272 grupos políticos públicos de WhatsApp em outubro de 2018 e acompanhou os conteúdos que circulavam. Pablo Ortellado, coordenador do Monitor do Debate Político no Meio Digital da Universidade de São Paulo (USP), fez um levantamento sobre páginas e site do Facebook que se dedicavam ao “proselitismo e propaganda na forma de matérias noticiosas, inclusive mentindo, embora apenas ocasionalmente”, que foi publicado na *Época* e no Estado de S. Paulo. Eram sites de notícias ou páginas no Facebook, como *Imprensa Viva*, *Folha Política*, *Plantão Brasil*, *Intervenção das Forças Armadas*, *Jair Bolsonaro 2018* ou *Burguesia Fede*, que adaptavam as notícias a sua visão de mundo, pontuando com distorções ideológicas as informações (Mello, 2020, p. 30-31).

Com esse quadro agudo de disseminação de desinformação e uma moderação insuficiente nas plataformas, tornou-se imprescindível o serviço jornalístico de checagem de notícias no mundo virtual, o qual já fazia parte do habitus (Bourdieu, 2009) jornalístico de apuração de informações, mas que, a partir de 2018, cresceu em agências e instituições. Um deles é o “Fato ou Fake”, realizado em conjunto por empresas de comunicação (G1, 2018); e o

“Fato ou Boato”, realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em rede com os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) dos 26 estados federais e do Distrito Federal, junto com as agências de checagem de notícias (TSE, 2021). Ambos os projetos de checagem contavam com o trabalho de jornalistas para serem realizados.

É preciso que o jornalismo consolide seu protagonismo no universo das tecnologias digitais e isso passa por um processo contínuo e desafiador, que envolve diversas instituições em ações relacionadas à comunicação social, como a qualificação profissional, que necessita de ensino superior bem estruturado, técnica e teoricamente; o mercado, com as empresas fiscalizadas pelo poder público quanto à observação das leis, acordos trabalhistas, proteção jurídica, uso EPIs etc; e o fortalecimento dos sindicatos e da entidade nacional, a Fenaj, com maior envolvimento dos trabalhadores.

Todos esses atores também estão envolvidos na necessidade da regulamentação das plataformas e redes sociais digitais. É imprescindível construirmos um debate claro, direto e frequente com a sociedade sobre os riscos de as redes sociais virarem “terras de ninguém”, em termos de fronteira dos Direitos Humanos e da civilidade, visto que os processos de desinformação, amplamente ramificados nas redes sociais e constantemente visíveis nas plataformas digitais “têm rivalizado com a imprensa na oferta de conteúdo com potencial de agendamento do debate público” (Guerra e Pereira, 2024, p. 175).

Após a eleição de Donald Trump à presidência dos EUA, em novembro de 2024, o empresário Mark Zuckerberg, proprietário da Meta, decidiu abolir a checagem de conteúdos e remover a moderação quanto aos discursos de ódio em suas redes. Seguindo o exemplo do empresário Elon Musk, proprietário do X (antigo *Twitter*), ele deixou que os próprios usuários “verifiquem” a veracidade dos conteúdos publicados. Tais deliberações foram rechaçadas pelas autoridades do Brasil e de diversos países, que impuseram a condição da observação de suas respectivas leis nacionais, incluindo a mediação contra o discurso de ódio e a desinformação, para que as redes dessas big techs (empresas gigantes e responsáveis pelo controle da infraestrutura de comunicação digital) funcionem em seus respectivos territórios (UOL, 2025b).

Após os embates entre o Brasil e os donos das big techs, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso<sup>56</sup>, declarou em entrevista coletiva: “o Brasil nunca precisou tanto de imprensa de qualidade” (Estado do Ceará, 2024, n.p.). Barroso também enfatizou que é a “imprensa que confere fatos, que separa fato de opinião e que, sobretudo, tem esse papel

---

<sup>56</sup> Atual presidente do STF, o ministro Luís Roberto Barroso, 67 anos, é jurista e professor de direito desde 1982. Também presidiu o Superior Tribunal Eleitoral (TSE) de maio de 2020 a fevereiro de 2022. Tornou-se alvo de extremistas por ter se posicionado a favor da democracia e contrário à tentativa de golpe de 8 de Janeiro de 2023.

importantíssimo que é criar um conjunto de fatos comuns sobre os quais as pessoas formam a sua opinião” ((Estado do Ceará, 2024, a.p.).

O crescente poder das big techs é visto por Bucci (2023) como um perigo para as democracias, por diversos motivos que se emaranham e se complementam, impactando o debate público e a soberania dos estados. Detentoras das plataformas, as big techs influenciam, por meio de algoritmos, a circulação de informações e privilegiam as temáticas que são de seus interesses políticos e econômicos. Alinhadas ao movimento extremista planetário, esses ecossistemas disseminam e promovem o discurso de ódio, enfraquecendo as lutas dos grupos minorizados. Por isso, Bucci (2023) defende que a regulação da ação das big techs não é uma opção, mas a única forma de salvar as democracias dos malefícios da terra sem lei das plataformas e suas redes sociais.

Nesse contexto, é importante considerar que as big techs possuem poder econômico imenso, superando até mesmo o PIB de diversos países. E aliam isso a um poder de influência político gigantesco, nunca visto no planeta. Por meio dos algoritmos, as plataformas sabem muito sobre seus usuários, que não sabem nada sobre elas. De tal modo que o capital digital segue tendo um controle crescente sobre a vida das pessoas em todo o planeta

Sem a regulação, analisa Bucci (2023), as big techs passam por cima dos princípios da democracia, disseminando desinformação em massa, manipulando debates públicos e se alinhando a ideologias autoritárias, fomentando, inclusive, o discurso de ódio. Por isso, para ele, a regulação não é censura. Já a ausência de marcos legais e de fiscalização democrática, sim, pois essa falta abre espaço para o exercício da censura particular feita pelas plataformas.

O tema é complexo e atinge o mundo como um todo. É visível a influência das plataformas nos aspectos pessoal, social e político da vida dos cidadãos na contemporaneidade, o que demonstra a necessidade do debate profundo sobre os limites e as responsabilidades das big techs e do poder público de cada país.

Conforme Bucci, (2023) a atuação avassaladora dos ecossistemas de desinformação, que avançam cada vez mais sobre o espaço da imprensa, é uma ameaça preocupante para a democracia e para a civilidade em todo o planeta. Para o autor, o perigo não está na tecnologia em si, mas no regime de poder por trás das plataformas.

Dentro desse contexto, observamos a necessidade e a importância de que a imprensa, mais do que nunca, seja protagonista no combate ao ecossistema de desinformação, tendo a credibilidade como um de seus principais pilares para oferecer informações de qualidade à sociedade e se consolidar como fonte segura de notícias. Essa preocupação levou um grupo de cientistas brasileiros da área de Comunicação Social a desenvolver o projeto Índice de

Credibilidade Jornalística (ICJor). O projeto busca avaliar a qualidade e a credibilidade dos veículos de comunicação por meio de critérios como transparência, ética e exatidão das notícias, incentivando o fortalecimento do jornalismo como serviço indispensável à vida em sociedade, forjado na defesa dos Direitos Humanos e sociais. Seu surgimento se deu a partir de duas pretensões: “ampliar o arsenal de enfrentamento da desinformação e sugerir soluções que atendam às demandas específicas de países do Sul Global, como o Brasil” (Christofoletti, 2024, p. 14).

Percebemos, então, a necessidade essencial de construir uma identidade jornalística no contexto das tecnologias digitais, como reflete Lopes (2013). Entretanto, entendemos que essa construção só é possível com a atuação do jornalista como elo humano entre o fato e o público. Inspirados na filosofia de Ricoeur (2010), reconhecemos que, ao selecionar fatos, construir narrativas e atribuir significados, o jornalista age como intérprete, moldando a realidade e oferecendo múltiplas perspectivas ao público. Essa responsabilidade exige mais do que habilidades técnicas, uma vez que requer um sólido repertório teórico e um compromisso ético capaz de sustentar a confiança e a qualidade das informações.

No que tange ao embate entre as big techs e a imprensa, a credibilidade torna-se a maior moeda que se pode oferecer à sociedade. Porém, essa oferta se inicia na compreensão ética do trabalho do jornalista, que deve, apesar de todos os percalços inerentes à profissão — como as dificuldades de formação, a precarização das condições de trabalho e as violências que atravessam a prática jornalística — ter plena consciência sobre sua responsabilidade social e seu papel transformador na sociedade, a partir do serviço público que a informação representa. Neste capítulo, discutimos o papel do jornalismo e suas transformações, abordando a história da formação da profissão e sua contribuição para a consciência social. O capítulo também analisa os desafios do mercado de trabalho, incluindo precarização, baixos salários e as novas responsabilidades advindas da plataformização da atividade. A saúde do profissional é examinada no contexto das violências institucionais, tais como cobranças, abusos e assédios. Além disso, enfatizamos a importância da credibilidade da imprensa e do trabalho do jornalista no combate à desinformação, profissional que, apesar dos inúmeros desafios, atua como agente de transformação social, interpretando e analisando fatos que impactam a vida da sociedade, uma vez que sua atuação impulsiona o debate público e contribui para a formação da opinião pública.

No próximo capítulo – “Vozes do Front da Amazônia Paraense” – conheceremos, pelos relatos dos próprios protagonistas, os desafios de vivenciar, com sofrimento e enfrentamento, a violência em situações que envolvem batidas da polícia nas redações durante a ditadura militar,

o massacre envolvendo agentes públicos de segurança (como o de Eldorado do Carajás, nos anos 1990), a chegada da blogosfera, os riscos na cobertura de pautas ambientais, além da violência urbana e dos ataques de apoiadores do ex-presidente Bolsonaro aos repórteres que cobriam questões políticas e/ou relacionadas à pandemia de Covid-19.

## 5 VOZES DO *FRONT* JORNALÍSTICO DA AMAZÔNIA PARAENSE

Neste capítulo, somos conduzidos pelos ensinamentos de Martino (2018, p, 99), quando o autor afirma que as “pesquisas qualitativas estão preocupadas com os significados presentes nas ações humanas”, a fim de compreendê-las, não as explicar. Segundo ele, esse tipo de pesquisa lida com o universo da subjetividade, das motivações e elementos pessoais de sujeitos, que assumem a forma, aqui, dos jornalistas selecionados para relatarem suas experiências com a violência no exercício profissional.

O autor deixa claro que, nas pesquisas qualitativas, não são os números ou quantidades que indicam a relevância do que está sendo pesquisado. Os aspectos buscados são outros, como as características daquilo que se deseja saber sobre a mesma experiência. Ainda conforme Martino (2018, p. 101), uma única pergunta deve ser levada em consideração: “Os elementos selecionados representam bem as qualidades. Isto é, as características a analisar?”.

O autor enfatiza, ainda, que esse critério passa por uma definição arbitrária, mas não ao acaso, tendo o pesquisador o desafio de criar um critério de seleção de amostra que permita alcançar as respostas que deseja com relação ao que está investigando. Lembra, também, que o ponto de saturação se configura em um elemento definidor, uma vez que ele indicará o momento no qual “as informações necessárias já foram obtidas e começam a se repetir” (Martino, 2018, p. 101). Fato constatado no diálogo com os sete interlocutores que, em que pese suas histórias individuais, tiveram diversos pontos de intercessão inerentes ao exercício da profissão. Diálogo que corroborou a densidade e a subjetividade da temática “violência contra os jornalistas na Amazônia Paraense”.

Para sua realização, aplicamos o método da entrevista em profundidade com caráter de entrevista narrativa, balizada em Jovchelovitch e Bauer (2002). Percebemos – por meio da análise desses autores – que estava na entrevista narrativa o suporte necessário para realizar o diálogo com os sete interlocutores que fazem parte do corpus da pesquisa. Conforme essa análise, nas entrevistas narrativas, considera-se que a memória é seletiva e as histórias narradas, além de revelarem fatos, demonstram como os eventos são percebidos, interpretados e encadeados por quem os vivenciou.

Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal (Jovchelovitch e Bauer, 2002, p. 91).

Cada um dos interlocutores vivenciou, no exercício da profissão, episódios de violência que resultaram nas memórias que compõem, hoje, suas respectivas histórias. A apresentação desses relatos, por quem os vivenciou, é o cerne do presente estudo. Afinal, foi a partir das entrevistas narrativas que nosso trabalho recebeu a musculatura necessária para se configurar como pesquisa.

O uso desse método exigiu que providenciássemos um ambiente que deixasse cada um dos sete entrevistados tranquilos e à vontade para compartilhar suas respectivas experiências e memórias; reflexões, com opiniões sobre os episódios vividos; e perspectivas sobre a temática no contexto de suas experiências. Encontramos em Martino (2018) o reforço para tais cuidados, quando o autor define que a base desse método é a liberdade de fala do interlocutor, estando a qualidade e a riqueza dos resultados dependendo crucialmente das condições dadas a ele para se expressar de forma livre, espontânea e sem limitações.

Essa fase foi cumprida sob a inspiração das diretrizes definidas na análise de Jovchelovitch e Bauer (2002) sobre entrevista narrativa:

- (1) A narrativa privilegia a realidade do que é *experienciado* pelos contadores de história: a realidade de uma narrativa refere-se ao que é *real* para o contador de história.
- (2) As narrativas não copiam a realidade do mundo fora delas: elas propõem representações/interpretações particulares do mundo.
- (3) As narrativas não estão abertas à comprovação e não podem ser simplesmente julgadas como verdadeiras ou falsas: elas expressam a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço.
- (4) As narrativas estão sempre inseridas no contexto socio-histórico. Uma voz específica em uma narrativa somente pode ser compreendida em relação a um contexto mais amplo: nenhuma narrativa pode ser formulada sem tal sistema de referentes (Jovchelovitch e Bauer, 2002, p. 110, grifo do autor).

Com base nesse apontamento, ouvimos as narrativas como reflexos da realidade subjetiva de cada um dos interlocutores, compreendendo que não se tratava de verdades universais. Isso porque as narrativas foram engendradas pela percepção, pela emoção e pelo significado que cada interlocutor deu a determinado evento. Assim, cada um deles havia trazido suas respectivas interpretações e representações, por meio das quais selecionaram, organizaram e deram sentido aos acontecimentos de violência vivenciados no exercício da profissão. Consideramos incontestável a realidade exposta por cada um, dado que era a verdade da sua história, fazia parte de seu ponto de vista, de algo sentido individualmente sobre um momento que lhe pertenceu. E, finalmente, compreendemos que o contexto sócio-histórico de cada um fez parte da construção dessa realidade, pois nele estão os elementos que balizam a vida humana, como o ambiente social, histórico e cultural. Enfim, por meio dessas diretrizes de

Jovchelovitch e Bauer (2002), compreendemos o encadeamento do passado, presente e futuro na visão de cada interlocutor, para fazermos, por nossa vez, a análise de suas respectivas narrativas.

A escuta de cada um e cada uma nesta pesquisa nos proporcionou um momento ímpar, uma vez que as falas estiveram marcadas por emoção, coragem e, sobretudo, por uma reflexão crítica sobre o próprio ofício, iluminando dimensões pouco visíveis do jornalismo enquanto prática social. Cada narrativa traz à tona histórias únicas, mas interligadas pela condição comum de exercer o jornalismo em contextos de risco, enfrentando censura, ameaças, tentativas de silenciamento e agressões físicas ou simbólicas. Ao relatar essas experiências, os jornalistas não apenas revisitam acontecimentos concretos, mas atualizam memórias que atravessam o tempo: são lembranças que se tornam matéria viva de análise e de reconhecimento da violência como fator estruturante do campo profissional em determinadas conjunturas.

Os relatos oferecem uma compreensão mais densa e complexa das relações entre poder, mídia e violência, convidando-nos a considerar as múltiplas formas de resistência e reinvenção que emergem nesses cotidianos de trabalho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que valoriza o discurso como expressão de subjetividades e, ao mesmo tempo, como inscrição social de sentidos – um ponto de intersecção entre o vivido e o narrado. Assim, as entrevistas não se reduzem a meros testemunhos de fatos passados, mas se configuram como práticas de memória e de reivindicação de cidadania e dignidade, reforçando a importância de escutar o outro, de legitimar a experiência como fonte de conhecimento e de valorizar as vozes dos profissionais que arriscam a própria integridade em nome de um bem maior: o direito à informação e à liberdade de expressão.

Esse exercício de escuta e interpretação é, portanto, também um ato político e ético: ao acolher e analisar os depoimentos, a pesquisa reafirma a atualidade e a relevância de discutir a violência no jornalismo como um problema social que transcende as redações e ecoa na sociedade. As falas aqui reunidas testemunham, cada uma à sua maneira, a persistência e a esperança de que contar – e ser escutado – ainda é um gesto capaz de transformar a realidade.

Esse encontro intersubjetivo entre o pesquisador e o interlocutor (Martino, 2018) permite que haja a participação de forma ativa da construção da narrativa e do seu significado. E se traduz em uma troca, ao invés de uma extração unilateral de informações. Logo, reiteramos, as respostas não são dadas como verdades absolutas. São produções contextuais, frutos da dinâmica da interação. Por isso, nesse contexto, a subjetividade do pesquisador, elemento que integra o processo de pesquisa, também deve ser considerada, já que a entrevista é dinamizada pelo encontro das subjetividades de ambos os lados. Segundo Medina (1986, p. 08), “a

entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação informativa”, assim sendo, “pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação”.

Por fim, destacamos a entrevista em profundidade com caráter narrativo como uma janela que nos levou para além da coleta de dados. Por meio das narrações dos interlocutores, aprofundamos nossas perguntas em conformidade com as histórias contadas. O processo se deu de forma livre, sem um questionário estruturado, apenas um roteiro indicativo. Assim foi possível alcançar as perspectivas dos entrevistados a partir de seus próprios relatos, apenas formulando perguntas abertas e de aprofundamento, sem direcionar as respostas e sem interferir no encadeamento de memórias selecionadas por eles espontaneamente.

## **Os encontros**

O período das entrevistas representou, para nós, a etapa mais sensível e singular de todo o percurso da pesquisa, que incluiu aulas, trabalhos individuais e coletivos, reuniões, debates e outras atividades essenciais à sua construção. Diferentemente das demais fases vividas na pós-graduação, esse momento nos colocou em contato direto com histórias contadas pelos próprios protagonistas, conferindo uma densidade humana e experiencial única ao trabalho. Por isso, elaboramos um modelo de relato narrativo que privilegia a escuta e valoriza a voz de cada um dos sete jornalistas entrevistados, buscando encadear suas trajetórias e organizar os episódios a partir da forma como foram sendo narrados.

Durante 16 meses, entre outubro de 2023 a fevereiro de 2025, estivemos envolvidos em uma escuta atenta e comprometida dos relatos de jornalistas em atuação na Amazônia Paraense. Cada encontro foi único, marcado não apenas pela formalidade de uma entrevista, mas por uma troca densa, muitas vezes iniciada com conversas informais sobre o cotidiano da profissão, que permitiram a criação de um ambiente de confiança e escuta sensível. Em média, cada entrevista durou cerca de duas horas, tempo que incluía a apresentação da pesquisa, com explicitação de seus objetivos e do caráter científico do método adotado, distinto da lógica jornalística tradicional, e o desenvolvimento do diálogo, conduzido por perguntas abertas e formuladas em consonância com o fluxo da narrativa de cada entrevistado.

Mais do que uma simples coleta de dados, esses encontros foram atravessados por contextos afetivos, profissionais e simbólicos que ressoaram em cada depoimento. As entrevistas aconteceram em momentos distintos, respeitando os ritmos e a disponibilidade dos profissionais, todos ainda em plena atividade. A escolha do local, data e horário foi deixada a

critério dos entrevistados, o que resultou em situações diversas, que contribuíram para a densidade e autenticidade das conversas.

Seis entrevistas foram realizadas presencialmente, em locais públicos ou privados como cafés, a sede do Sinjor-Pa, residência e locais de trabalho dos entrevistados. Uma delas foi realizada remotamente, por videochamada, com o entrevistado em sua residência, no município de Tucuruí, e a entrevistadora em Belém, demonstrando a necessidade de adequação metodológica aos limites geográficos e logísticos do campo.

As análises construídas a partir dessas entrevistas não seguem uma hierarquia cronológica ou de importância, pois cada relato carrega consigo um valor inestimável na compreensão do fazer jornalístico em contextos de tensão, risco e resistência. O critério que orienta a organização das narrativas é a tentativa de compreender as múltiplas configurações da violência e as formas como os jornalistas enfrentaram e enfrentam os desafios da cobertura dos fatos sociais na Amazônia contemporânea.

As entrevistas transcorreram em um clima tranquilo e acolhedor, em que os interlocutores e as interlocutoras se mostraram à vontade para narrar suas experiências, permitindo que viessem à tona emoções profundas vividas à época de cada episódio relatado, tanto o medo, a insegurança, a tristeza, a raiva e a indignação, quanto a alegria, a satisfação, a confiança e a fé. Esse ambiente de escuta respeitosa e empática foi fundamental para que os depoimentos fluíssem com autenticidade e densidade emocional. Todos os participantes autorizaram a identificação com seus nomes na pesquisa, mediante consentimento registrado conforme os protocolos estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Ainda que alguns relatos remetam a episódios já documentados em boletins de ocorrência, processos judiciais ou relatórios institucionais, a escuta dessas histórias em primeira pessoa revelou outra camada de significado, não apenas o relato dos fatos, mas a expressão de um desabafo, muitas vezes comovente, sobre a dor de ser violentado no exercício de uma profissão que deveria, em sua essência, servir ao bem comum. As palavras compartilhadas em cada entrevista carregaram também o gesto solidário de contribuir com o debate público sobre as violências enfrentadas por jornalistas na Amazônia. Nesse gesto, reconhecemos não apenas o desejo de denunciar, mas a disposição de transformar a experiência da dor em instrumento de resistência e reflexão coletiva.

Ressaltamos que não consideramos necessária, para essa análise, a utilização de filtros mais específicos, tais como etnia, gênero e faixa etária. No entanto, dada a evidente importância de seu uso em pesquisas do campo que abordem temáticas relacionadas a eles, futuramente poderemos avaliar a realização de estudo com esse fim.

### 5.1 “O jornalismo e minha paixão e a Amazônia minha paixão temática”

Iniciamos a fase de entrevistas narrativas com o jornalista Lúcio Flávio Pinto, 75 anos, natural do município de Santarém, casado, pai de quatro filhos e avô. Graduado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), foi professor visitante do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida nos Estados Unidos e da UFPA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e do curso de Jornalismo). Nessa entrevista<sup>57</sup> o identificamos pelas iniciais de seu nome – LFP – como é citado comumente em entrevistas e outros trabalhos sobre ele.

A entrevista com Lúcio Flávio Pinto apresenta o testemunho de uma das figuras mais emblemáticas do jornalismo investigativo na Amazônia. Sua narrativa é marcada por um comprometimento ético intransigente, que resiste a qualquer tentativa de silenciamento ou cooptação por parte de poderes econômicos e políticos. Lúcio revela como a prática jornalística na região amazônica não apenas exige coragem, mas também se transforma em trincheira de resistência à barbárie, à violência e à impunidade.

Autor de diversos livros sobre a Amazônia<sup>58</sup>, ele atua no jornalismo desde 1966. LFP é conhecido internacionalmente por seu trabalho e por ser um dos jornalistas mais ameaçados e perseguidos da história local. Enfrentou ameaças de morte e a prática deliberada de *lawfare*<sup>59</sup> em 33 processos judiciais. Em 2005, chegou a ser agredido fisicamente pelo diretor e dono de um dos maiores grupos de comunicação do Pará, para o qual já trabalhou. Atuou como correspondente da BBC Rádio News; trabalhou na redação da grande imprensa nacional, passando 18 anos no Estado de São Paulo, o “Estadão”; criou e coordenou a sucursal do “Estadão” na Amazônia; e foi repórter e colunista nas redações da grande imprensa paraense. Sua atuação na imprensa alternativa, no Pará, marcou a história dessa vertente do jornalismo,

---

<sup>57</sup> As informações aqui tratadas foram obtidas por meio de entrevista com Lúcio Flávio Pinto em Belém-PA, no dia 03 out. 2023.

<sup>58</sup> Lúcio Flávio Pinto publicou 21 livros sobre a Amazônia, entre eles “Amazônia Decifrada” (2012), “Amazônia: o anteato da destruição”, “Guerra amazônica” (1977), “O jornalista na linha de tiro (de grileiros, madeireiros, intelectuais etc. & cia)” (2005) e, o mais recente, “Como me tornei um Amazônida: memórias de um jornalista investigativo na maior floresta tropical do planeta” (2025)

<sup>59</sup> *Lawfare* é o uso estratégico da lei e de processos judiciais como instrumento para deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um adversário político, econômico ou social. Essa prática busca dar uma aparência de legalidade a ações que visam o enfraquecimento da credibilidade e da posição do oponente, servindo como um substituto para o conflito físico e alcançando objetivos que vão além da esfera jurídica, como na política e até na segurança nacional. União das palavras inglesas lei (*law*) e guerra (*warfare*), *lawfare* foi popularizado e ganhou dimensão militar, em 2001, pelo general americano Charles Dunlap Jr., que o definiu como o uso estratégico da lei para alcançar objetivos militares ou políticos, usando o sistema legal como uma arma em um conflito, em vez de um meio de justiça.

especialmente com o *Jornal Pessoal* (1987-2019)<sup>60</sup>, que existiu durante 32 anos, sendo o veículo contra hegemônico mais influente, crítico e longo do país.

Desde cedo, LFP se engajou em uma luta solitária por um jornalismo que cumprisse seu papel de informar com independência e rigor. Ao criar o *Jornal Pessoal*, rompeu com o modelo de imprensa tradicional e corporativa, desafiando as estruturas de poder locais. Essa decisão o colocou diretamente na mira dos interesses que ele denuncia, acarretando retaliações, processos judiciais (mais de 30 ao longo da vida) e ameaças à sua integridade física. No entanto, ele reafirma sua opção pelo jornalismo como um “sacerdócio”, uma escolha que transcende a profissão e se torna projeto de vida.

Além das experiências pessoais, Lúcio reflete sobre a degradação da imprensa como instituição, sobretudo diante da mercantilização da informação, da superficialidade das pautas e da dependência de verbas estatais. Ele denuncia a transformação de parte da imprensa em extensão do marketing político e empresarial, algo que considera um atentado à função social do jornalismo. Para ele, o jornalismo verdadeiro deve ser um instrumento de transformação, e não de manutenção da ordem hegemônica.

Também chama atenção sua análise crítica sobre a Amazônia como território cobiçado, violentado e, simultaneamente, invisibilizado. O jornalista evidencia como a cobertura jornalística nacional (e muitas vezes internacional) sobre a região costuma ser esporádica, enviesada ou caricata, falhando em revelar as complexas dinâmicas de exploração e resistência que a marcam.

## **A trajetória pessoal e profissional**

---

<sup>60</sup> O *Jornal Pessoal* (JP) foi criado pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto em 1987, após o assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles (PCdoB), advogado fundiário, defensor de trabalhadores rurais e sem-terra. Na época do crime, LFP trabalhava na redação de *O Liberal* e como correspondente do “Estadão” em Belém (PA). O jornalista investigou minuciosamente e escreveu uma extensa matéria sobre o caso, que envolvia, além da ação de milicianos, ruralistas, pecuaristas e grandes empresários com forte relacionamento com a imprensa local. Por isso não pôde publicar o material na grande imprensa local. Já a grande imprensa nacional não deu a devida importância ao caso, julgando tratar-se de um pequeno conflito local, e publicou apenas notas sobre o caso. Foi então que surgiu a primeira edição do *Jornal Pessoal*, com a manchete “O caso Fonteles - Um crime bem planejado”, cuja primeira edição, com 5 mil exemplares, foi dada em cortesia pelo *Jornal O Liberal*, para compensar seu trabalho não publicado no jornalão. O JP seguiu combativamente abordando temas como política, meio ambiente, economia e direitos humanos na Amazônia, pautando-se sempre em fatos apurados por LFP. A maioria dos assuntos jamais encontraria espaço na grande imprensa, comprometida por interesses de anunciantes ou de órgãos públicos. Nem nas fases mais difíceis – como no seu isolamento e durante a enxurrada de processos judiciais – LFP parou de escrever e publicar. Seu jornal tinha periodicidade bimestral, com 12 páginas, uma tiragem de dois mil exemplares e era vendido nas bancas de revista.

Com uma fala contundente e marcante, proveniente das diversas experiências ao longo da profissão, observa-se em seu corpo as marcas das inúmeras lutas travadas, principalmente as de violência simbólica. Desde o início da entrevista, LFP se insere como sujeito de uma história vivida, não apenas narrada. Sua biografia é inseparável da Amazônia: “o jornalismo é minha paixão e a Amazônia minha paixão temática”. Essa frase não é um simples jogo de palavras, mas a síntese de uma prática existencial. A Amazônia, para ele, é território, personagem e pano de fundo de um conflito central: a disputa entre poder e verdade. Essa construção simbólica o coloca como uma espécie de "guardiões da memória factual" de uma região historicamente invisibilizada.

De imediato, observamos que seu relato carrega o peso das experiências e vivências ao tratar da violência sofrida e testemunhada em sua trajetória. Sua narração nos remete ao que Walter Benjamin (2012) distingue como *Erlebnis* (vivência) e *Erfahrung* (experiência). Enquanto a vivência se refere a acontecimentos imediatos, fragmentados e muitas vezes desprovidos de elaboração, a experiência se consolida na partilha, na memória e na transmissão reflexiva do vivido. No caso de Lúcio, sua escrita jornalística transforma a brutalidade do cotidiano amazônico, atravessado por ameaças, agressões e silenciamentos, em uma experiência comunicável, crítica e histórica. A cada relato, ele escava sentidos mais profundos dos fatos, abrindo caminhos para a reflexão coletiva sobre o poder, a impunidade e a resistência. Assim, sua prática ultrapassa a notícia do dia, ela se torna testemunho insurgente, memorial e ético, gesto que, como em Benjamin (idem), desafia o tempo homogêneo da história oficial e inscreve outras vozes na luta pela verdade.

O jornalista em sua narração inicial afirma que sua “entrada no jornalismo estava predestinada”. Acreditando que nasceu com esse propósito, LFP diz que se dedicou ao jornalismo desde a juventude, quando encarava, com “empolgação”, o uso da tecnologia precária de “estêncil e mimeógrafo”. Recorda que um dia, com apenas 16 anos, ainda estudante secundarista, passou na porta do jornal A Província do Pará e teve vontade de entrar e conhecer a redação. Fez isso e foi desafiado pelo diretor do jornal a escolher e escrever sobre o assunto que quisesse, com prazo de entrega de menos de quatro horas. A data era véspera da data de comemoração do final da II Guerra Mundial e ele pediu para fazer seu texto sobre o assunto.

Eu já tinha lido os textos de Norman Mailer e Thompson sobre o “Novo Jornalismo Americano”<sup>61</sup>. Por isso, podia começar contando a história e não dando notícia.

---

<sup>61</sup> O movimento *New Journalism* – Novo Jornalismo Americano – surgiu na década de 1960, nos EUA. Uma de suas principais características é a aplicação de técnicas literárias na reportagem, com uma abordagem subjetiva e bem elaborada esteticamente, com a imersão do repórter na narração, ao contrário do jornalismo “objetivo” tradicional, que predominava, na época. Os jornalistas Norman Mailer e Hunter S. Thompson eram liderança no

Comecei descrevendo a rendição alemã, na França e fui desenvolvendo a matéria. Entreguei o texto para o diretor e não dormi, esperando passar o primeiro “folheiro”, como era chamado na época o jornalista. Eu e meus amigos ficamos direto, na praça da Trindade (centro de Belém), aguardando. Quando vimos, minha matéria estava na primeira página e quando cheguei lá o diretor disse “estás contratado”. Passaram 57 anos e eu continuei no jornalismo (LFP, em entrevista, 2023).

Atento às mudanças tecnológicas provocadas no jornalismo com o advento da internet, em 2014, lançou o blog “Lúcio Flávio Pinto - Agenda Amazônica de um Jornalismo de Combate”, pois previa que “o impresso estava condenado”. Também nesse período vieram os primeiros sintomas do Parkinson. Apesar da natural e gradual imposição de limites físicos causados pela doença, LFP afirma com satisfação que não se afastou do jornalismo, pois continuava “na cuíra<sup>62</sup> e com muita curiosidade”. Por isso, apesar de todas as dificuldades, seu blog segue em atividade. Outro exemplo dessa “cuíra” é seu último livro – “Como me tornei um amazônida: memórias de um jornalista investigativo na maior floresta tropical do planeta”<sup>63</sup> – lançado em fevereiro de 2025.

### **O jornalismo como experiência existencial e compromisso ético**

Na narrativa de LFP, ser jornalista é, antes de tudo, um modo de ser-no-mundo, isto é, uma experiência existencial que demanda paixão, coragem e disposição permanente para o risco. Seu testemunho é carregado de sentido ontológico, pois define o jornalismo como uma forma de estar comprometido com a verdade factual e com a sociedade. Ao afirmar que “tem que ter paixão sem ser passional” e que “o jornalista, por essência, é o repórter”, ele reivindica o fazer jornalístico como prática situada, encarnada na rua, na escuta direta, no corpo-a-corpo com a realidade. Aqui, a experiência ultrapassa a simples vivência (*Erlebnis*) e se inscreve no plano da *Erfahrung*, nos termos de Benjamin (2012), como uma travessia que marca e transforma o sujeito, que se dispõe a ver o que outros não veem, a viver o que muitos evitam.

### **Desconstrução da neutralidade e reafirmação da subjetividade ética**

---

movimento. A atuação de cada um deles foi fundamental para a tessitura dessa nova visão jornalística que permitia à reportagem ter profundidade, complexidade e a estética da literatura.

<sup>62</sup>Expressão paraense que significa grande vontade, ansiedade, em fazer algo. O termo tem origem na língua indígena tupi-nheengatu.

<sup>63</sup> O livro “Como me tornei um amazônida: memórias de um jornalista investigativo na maior floresta tropical do planeta” é uma obra dividida em 35 capítulos, que abordam as experiências da vida pessoal e profissional de LFP. Neste trabalho, o jornalista apresenta ao leitor personagens importantes e investigações feitas por ele no contexto amazônico, trazendo reflexões sobre os desafios do jornalismo mediante aos conflitos socioambientais. Sua narrativa vai além do formato tradicional de memórias e apresenta ao leitor um quadro singular das complexidades da região. A publicação está disponível em formato e-book.

Ao declarar que "não existe neutralidade", LFP desmonta a ilusão do jornalismo objetivo e reivindica o lugar da subjetividade ética do profissional. Essa posição está em sintonia com os postulados de Ricoeur (2014), para quem o sujeito da narrativa (e aqui o sujeito-jornalista) é ao mesmo tempo aquele que interpreta e se deixa interpelar pelo mundo. O jornalista, portanto, é um agente que age no mundo e se afeta por ele, é responsável pelo que narra, mas também pelo silêncio que decide romper. LFP revela que essa subjetividade não é caprichosa, mas construída por compromisso com a investigação, com a checagem rigorosa e com a escuta atenta da realidade.

Ao evocar a metáfora da rua como espaço onde "nunca se sabe o que pode acontecer", LFP aproxima-se de uma compreensão do jornalismo como acontecimento – imprevisível, aberto, disruptivo. A narrativa do jornalista aponta para a urgência de estar disponível ao imprevisível, recusando os limites impostos pelo expediente burocrático. Sua crítica à atuação sindical que privilegia a jornada formal de trabalho é, nesse sentido, menos um ataque aos direitos trabalhistas e mais uma denúncia da despotencialização do ofício jornalístico em sua essência investigativa. Segundo ele, muitas pessoas atuam como jornalistas apenas durante o expediente legal de cinco horas. A rua torna-se, então, um espaço hermenêutico de revelação, onde o mundo se mostra em sua opacidade e complexidade. É ali que o jornalista experimenta o real em sua crueza e não no conforto mediado da redação.

### **A sucursal da Amazônia como ato Político e projeto descolonizador**

Ao fundar a sucursal da Amazônia no Estadão, LFP não apenas criou um canal de visibilidade para a região, mas operou um gesto simbólico de insurgência narrativa. Sua crítica à “narrativa colonialista da mídia sudestina” revela um projeto de comunicação contra-hegemônico: dar voz à Amazônia com autonomia editorial, romper com os estereótipos e o exotismo e instituir um jornalismo enraizado no território, pois “recria diariamente e conforma o Brasil dividido, onde o Norte e a Amazônia são tratados com estranhamento e curiosidade quando da exposição de sua gente, sua cultura e suas riquezas” (Costa, 2022 p. 106). Essa atuação denuncia a Amazônia como lugar de disputa simbólica e geopolítica. A sucursal, nesse contexto, não é apenas um escritório de imprensa, mas uma trincheira epistêmica contra o silenciamento imposto ao Norte do Brasil.

LFP defendeu a importância de a empresa ofertar ao profissional boas condições para desenvolvimento do trabalho. Ele recorda que, quando estava no “Estadão”, tinha garantida uma estrutura logística que incluía passagens, hospedagens e alimentação. E, para dispor disso,

“bastava solicitar à empresa”. Essa estrutura contribuiu com a consolidação de sua atuação no jornalismo investigativo na Amazônia: “Essas viagens me permitiram formar fonte em todos os lugares da Amazônia. Ver coisas que só vendo no lugar”. Ele lembra que cobriu, em 1976, “a maior enchente do rio Amazonas”, porque conseguiu fretar, somente para si, um tipo de barco – chamado boiadeiro – que conseguia navegar em lugares mais complicados: “Foi uma matéria vivida realmente: seis dias e eu era o único passageiro”, relembra, “o jornalista tem que repetir a famosa frase do Juca Pirama, do Gonçalves Dias: ‘meninos, eu vi’. E eu tive o privilégio de viver assim o jornalismo”.

No relato, LFP reafirma o valor da experiência, não como tempo de serviço, mas como profundidade existencial, quando lamenta a ausência de jornalistas veteranos na formação dos novos profissionais. O saber da redação é, para ele, um saber tácito, coletivo, construído na partilha e na convivência, onde o novato é moldado pela escuta dos mais velhos. A memória da profissão se transmite pela prática, pela fricção cotidiana com a realidade, e não apenas pelas escolas formais. Essa dimensão remete à tradição benjaminiana de que a experiência só se realiza em comunidade e só se transmite na forma de relato, o que o próprio LFP faz com maestria ao transformar sua trajetória em testemunho compartilhado.

LFP reafirma o papel do jornalista, quando enfatiza que ele deve ser “um profissional comprometido em colocar a informação essencial na agenda do cidadão”. Reforça ainda que, o produto do seu trabalho, o jornal, deve ser lido como a abertura de uma agenda, onde se busca “qual assunto novo do momento, qual assunto importante que o jornal está divulgando e que eu preciso saber”. Para ele, é fundamental que a matéria diga algo que realmente seja útil para quem a está lendo, dado que “o repórter tem que colocar isso na agenda das pessoas”. Inclusive defende que a atividade jornalística não deve ser acompanhada de adjetivos, como: jornalismo ambiental, jornalismo econômico, jornalismo investigativo etc., “é jornalismo e só”. Segundo LFP, as derivações são de acordo com as informações de interesse em geral, “em cada circunstância e em cada dia”. O importante, enfatiza, é que o profissional tenha contribuído de alguma forma, por meio de seu trabalho, com a vida do público. Pensamento que se alinha à definição de Correia (1997, p. 16), de que o jornalista é “um trabalhador intelectual, produtor de um bem específico, que é a informação”.

A produção na informação está longe de se reduzir à simplicidade de um esquema linear: acontecimento – jornalista – notícia. Nas diversas fase de sua actividade (recolha, selecção, elaboração e edição da informação, a acção mediadora do jornalista exerce-se no contexto de diversos factores constitutivos de uma rede complexa de condicionalismos e constrangimentos que, no termo do processo, fazem com que as notícias tenham um determinado conteúdo, uma determinada forma e assumam, globalmente um determinado ou determinados modelos (Correia, 1997, p. 18).

LFP relembra que, em 1979, após uma greve geral, o “Estadão” fechou a sucursal. O que, para ele, foi ação motivada não pela greve, mas pela contrariedade que a atuação da sucursal causava a São Paulo, pois “havia uma reação muito grande dentro do jornal a essa sucursal. Além disso, os paulistas estavam destruindo a Amazônia. Eles aproveitaram e encerraram a sucursal”. Mas, lembra que, mantiveram a cobertura com um jornalista em cada uma capital. Em função dessa mudança, LFP dobrou sua atuação, passando a ser “o repórter que mais estava presente em tudo que acontecia na Amazônia”. E o “Estadão” seguiu dando informações sobre a região antes, por vez, que a imprensa local.

O jornalista também relata que, quando foi professor de Comunicação Social, estimulava os alunos e alunas a se interessarem pela realidade amazônica, pois havia um desinteresse pelos acontecimentos do território. E isso, sem dúvidas, era proveniente de um silenciamento da grande imprensa sobre determinados assuntos. Motivo pelo qual sempre se sentiu obrigado a fortalecer seu projeto de jornalismo independente.

LFP também reitera que nas suas coberturas aconteceram muitos furos frutos “da displicência, do desinteresse e, às vezes, até da covardia” da imprensa hegemônica. E cita como exemplo a matéria sobre o caso do aparelho Pet-Scan do Hospital Ofir Loiola – instituição pública referência no tratamento contra o câncer – que estava encaixotado desde 2018, mesmo sendo o mais importante equipamento para o diagnóstico precoce<sup>64</sup>.

E nenhum jornal deu uma linha. Eu fiz 47 matérias sobre o assunto. É de interesse de milhares de pessoas, principalmente os pobres, que não têm acesso a um exame que custa entre 4,5 mil a 5 mil reais. E, lá no Ofir Loiola, é de graça. Mas está se esperando a montagem do aparelho, que até hoje não foi feita. E a direção do hospital não explica o porquê. Fiz tanta denúncia do assunto e a direção do hospital não se manifestou nenhuma vez. Esse silêncio, para mim, é uma demonstração de vilania da imprensa paraense (LFP, em entrevista, 2023).

LFP narra que, apesar do desânimo com o silêncio da imprensa, procura não se “quedar”, pois, conforme afirmado anteriormente, o jornalismo é sua paixão, assim como a Amazônia. Por isso, se interessa por todo e qualquer assunto sobre a região, que afete a vida das pessoas. O jornalista também desabafa, com tristeza, que consegue muito mais informações sobre a Amazônia fora dela do que dentro do território. Esse aspecto configura, para ele, uma violência, uma vez que há silenciamento sobre os acontecimentos. Cita, ainda, como exemplo,

---

<sup>64</sup>PINTO, Lúcio Flávio. PET Scan do Ophir Loyola: mais um ano sem funcionar. **Lúcio Flávio Pinto**, [s.l.]. 25 set. 2024. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2024/09/25/pet-scan-do-ophir-loyola-mais-um-ano-sem-funcionar/>. Acesso em: 2 set. 2025.

a vinda de colegas de São Paulo para apurar, em primeira mão, no âmbito da grande imprensa, a questão da fraude no mercado de carbono, na região do Marajó.

Ao recordar desses desafios diários, o jornalista também relembra de sua luta à frente do Jornal Pessoal (JP), que publicou durante 32 anos, recusando a existência de qualquer tipo de publicidade. “Nunca teve”, afirma ele. Para ele, “ser jornalista é usar todo seu conhecimento, coragem, curiosidade e a capacidade de apurar as informações, mesmo que seja para apenas um jornalzinho”.

Que jornal do Brasil recebeu uma matéria de uma página inteira, com chamada na primeira página do mais importante jornal do oeste dos EUA, o “Los Angeles Time”, da Califórnia? Qual teve editorial do “Washington Post”? Qual teve matéria de capa do “La Repubblica”, “Corriere della Sera”, “Le Monde”. Por que o JP teve essa repercussão internacional? (LFP, em entrevista, 2023)<sup>65</sup>.

Como bem afirma Veloso (2014), LFP se configura, por seu trabalho e luta, como uma “voz especializada” sobre e da Amazônia.

No desempenho do papel de intelectual público, Lúcio Flávio gradativamente abandonou a condição de mediador de informação para assumir o *status* de **voz especializada** (grifo da autora), de disseminador de saberes sobre a região. É por essa razão que praticamente inexistem fontes de informação – pelo menos aparentes – nos textos do JP; o produtor de conhecimentos ali compartilhados é, em última análise, o próprio Lúcio Flávio (Veloso, 2014, p. 198).

O jornalista se orgulha de nunca ter sido desmentido por nenhum fato publicado e nem questionado sobre sua honestidade e sua competência e faz questão de mencionar que, duas semanas antes da entrevista com a pesquisadora, no dia 02 de outubro, deu um furo internacional, no seu blog, com matéria sobre a paralisação da hidrelétrica de Santo Antônio, em Rondônia, a quarta maior do Brasil e a 20ª do mundo.

LFP lembra que, ao dar a informação, a empresa concessionária explicou que a paralisação aconteceu devido aos baixos níveis de vazão do rio Madeira – estava 50% abaixo

---

<sup>65</sup> LFP credita ao Jornal Pessoal algumas premiações que recebeu e destaca o “*Colombe d’Oro per la Pace*” (1997), prêmio concedido pela ONG italiana *Archivio Disarmo* (foi o primeiro não europeu a recebê-lo); o “Prêmio Internacional de Liberdade de Imprensa”, outorgado pelo Comitê de Jornalistas de Nova York (2005), o Prêmio Wladimir Herzog (2012), pelo conjunto da sua obra; e o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Amapá, entre outros. Lembra também que foi o único brasileiro selecionado pela ONG Repórteres Sem Fronteiras entre os 100 Heróis da Liberdade de Imprensa no mundo, em 2014. E afirma que acha injusto tal reconhecimento porque “tem jornalistas melhores que eu”. Na primeira edição do JP, em 15 de setembro de 1987, LFP recebeu dois prêmios Esso de Jornalismo pela reportagem “O caso Fonteles: um crime bem planejado”, que trata do assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles, uma das maiores lideranças de defesa da reforma agrária no Pará. Mas LFP também foi premiado por duas edições do Esso antes do JP: em 1971, pela edição especial de 400 páginas sobre a Amazônia, publicada na revista Realidade, que teve uma tiragem de 450 mil exemplares; e em 1977, com a série de reportagens “Amazônia: A Ocupação Ilegal”, publicada pelo “Estadão”.

da média – um percentual histórico para o período. O que o incomodou bastante foi o fato de o assunto ser de interesse internacional e “ninguém deu no mundo inteiro” a informação sobre essa paralisação da usina, que “já foi desestetizada e depois desnacionalizada”. Para ser um profissional, tem que checar a informação e isso exige tempo. Dessa dedicação ao processo de checagem depende o produto final, a informação, conforme reafirma Prado (2024):

Boatos, rumores, informação incorreta, erros de checagem, apuração tendenciosa, ausência de pluralidade de fontes e falta de precisão... Enfim, pode-se dizer que esses são alguns dos “deslizes” aos quais o jornalismo profissional está sujeito e que afetam a qualidade do principal produto do jornalismo, a informação. Isso sem mencionar as questões éticas, os interesses comerciais e as rotinas produtivas massacrantes nas redações, problemas que impactam o valor do que é oferecido ao público, cada dia mais submetido a outras formas de conteúdo, alvos fáceis da indústria da desinformação (Prado, 2024, p. 106).

### **A Amazônia como sujeito histórico e epistêmico**

LFP propõe uma leitura da Amazônia como espaço de historicidade própria, marcado por um processo contínuo de não integração ao Brasil. Ao rememorar o contexto do Grão-Pará e os projetos imperialistas do Marquês de Pombal, ele reivindica a necessidade de uma memória contra-hegemônica, em que o passado colonial não seja apagado, mas interpretado como chave explicativa das desigualdades atuais. Sua narrativa encarna o gesto hermenêutico de retorno ao passado para compreender o presente, um retorno não nostálgico, mas crítico e prospectivo. Essa postura está alinhada com Ricoeur (2010), ao enfatizar a importância de uma história narrada que carrega sentidos para o hoje. Ao reconstituir a desconexão física, simbólica e política entre Amazônia e Brasil, LFP denuncia uma permanência da colonialidade na lógica comunicacional e econômica vigente.

A Amazônia, durante a época colonial portuguesa tinha dois governos: o do sul e o do norte (que era a Província do Grão-Pará e Maranhão e, depois, Grão-Pará e Rio Negro); e o governo geral da colônia do Brasil. Para efeito de administração, colonialismo e uso político, uma região não conversava com a outra. No último ímpeto imperialista do governo português, o Marquês de Pombal (que foi o único déspota esclarecido de Portugal), dividiu mais ainda as duas regiões. Ele achava que não tinha como Portugal manter a metade do Brasil para o sul, mas poderia manter para o norte. Por isso construiu palácios aqui em Belém, em contraste com uma cidade precária; expulsou os jesuítas daqui para não haver poder paralelo; e mandou seu irmão administrar a Amazônia. Ele queria estabelecer um novo império português só na Amazônia. Então, a Amazônia teve sempre poucos contatos com o Brasil. Uma viagem de caravelas entre Belém e Rio era três vezes mais demorada que para Lisboa, em Portugal, porque as correntes eram mais favoráveis. Isso continuou até virem as estradas. As estradas foram a primeira ação do sul do Brasil para dominar a Amazônia (LFP, em entrevista, 2023).

O conhecimento, assim, se configura como uma arma poderosa do jornalista, uma vez que ele pode fazer conexões com a formação histórica e política da Amazônia. É preciso conhecer para desvelar as armadilhas ou o que está encoberto para a sociedade.

### **A cobertura jornalística como gesto de tradução crítica**

Quando LFP afirma que “é impossível cobrir o que acontece na Amazônia a cada dia sem ter uma visão mundial”, ele desloca o jornalismo de uma prática localista para uma prática tradutora de escalas. O jornalista é convocado a se tornar um hermeneuta de inter-relações geopolíticas e econômicas, capaz de interpretar os impactos globais no território amazônico. O exemplo dos grandes projetos revela que a cobertura crítica exige mediação profunda com as estruturas do capital, do Estado e das corporações, aquilo que Segato (2021) chamaria de complexo empresarial-militar. O jornalista, nesse caso, é um mediador entre discursos globais e vivências locais, e sua responsabilidade ética reside em traduzir essa assimetria em narrativas compreensíveis e transformadoras.

Evidente que ao trazer todos esses aspectos do jornalismo, LFP busca mostrar de que forma uma violência quase sistêmica se apropria do falar, do escrever e do noticiar sobre a Amazônia. É necessário que os profissionais tenham preparo para enfrentar os vários desafios postos, com a finalidade de mediar fatos e sociedade. Essa construção vai ao encontro do que diz Bourdieu (1987, p. 155) sobre as estruturas mentais pelas quais os agentes sociais apreendem o social e o modo como geram visões de mundo que contribuem para a construção deste mesmo mundo.

### **Da censura explícita ao silenciamento estrutural**

Outro importante relato sobre a experiência de LFP foi com a censura durante a ditadura militar, especialmente com a série sobre a reforma agrária, que revela uma tensão central na história do jornalismo brasileiro, ou seja, a luta contra os mecanismos institucionais de apagamento. Sua denúncia – de que a publicação aconteceu mesmo contra a vontade do jornal – aponta para a complexidade interna das redações, em que resistências pontuais ainda podiam emergir. No entanto, LFP não romantiza o passado e reconhece que, mesmo em tempos de “liberdade de imprensa”, a censura se reinventa como silenciamento estrutural, especialmente nas regiões periféricas do país. Essa reinvenção é alimentada por alianças entre mídia e poder

econômico e jurídico, criando um campo de exclusões e invisibilizações, uma espécie de “zonas de não notícia” que perpetuam o epistemicídio.

Ao afirmar que “as pessoas devem temer o jornalista não por sensacionalismo [...], mas pela sua inteligência”, LFP reivindica uma ética jornalística baseada no rigor, na sagacidade e na astúcia crítica. A inteligência, nesse caso, não é técnica, mas ética e política, forjada pela escuta, pela experiência e pela vigilância constante frente aos dispositivos de poder. Trata-se de uma forma de resistência que ultrapassa o ato de publicar matérias: é a própria presença do jornalista no mundo que se torna ameaçadora aos sistemas de dominação.

Outro aspecto marcante na narração do jornalista é a violência jurídica como forma de censura. A narrativa sobre os 33 processos sofridos por ele revela um dispositivo sofisticado de censura, o uso do aparato jurídico para desgastar, paralisar e tentar silenciar vozes dissidentes. Aqui, o tempo jurídico, lento, estratégico, cruel, transforma-se em instrumento de tortura simbólica. A judicialização da violência se articula a uma forma de morte civil do jornalista, que passa a viver sob constante ameaça. Ao mesmo tempo, sua resistência, simbolizada pela recusa em fugir, pela aceitação do julgamento e pelo apoio de redes solidárias, evoca a potência política da testemunha que permanece. O jornalista, aqui, não é apenas um relator de fatos, mas um sujeito cuja vida se entrelaça à luta por justiça e verdade.

O episódio narrado por LFP quanto à denúncia de grilagem que levou à anulação de registros por parte da Justiça Federal ilustra essa máxima, representando um momento de refiguração do mundo pela narrativa. O *Jornal Pessoal*, como gesto de enunciação autônoma e desvinculada dos interesses hegemônicos, demonstra que o jornalismo pode, sim, modificar estruturas concretas. O texto se torna ação; a denúncia se converte em justiça. Nesse ponto, LFP encarna o que Ricoeur (2010) considerava como capacidade narrativa de agir no mundo. Sua história não é apenas individual, mas representa uma possibilidade de pensar o jornalismo como força pública, como prática de cuidado com a coletividade e como política de memória.

Apontamos, também, proximidades com o pensamento de Castro (2017), no que tange a uma crítica semelhante sobre como os grandes projetos – iniciativas impulsionadoras de um novo ciclo de acumulação capitalista para grupos empresariais – geram intensos conflitos de terra, desapropriações e deslocamentos forçados de comunidades tradicionais na Amazônia, sendo a exploração de recursos fator que acentua a desigualdade social na região. Esse quadro é uma das principais preocupações de LFP:

[...] emerge do discurso de Lúcio Flávio uma preocupação comum: o desornamento institucional, econômico e social da Amazônia. Essa preocupação manifesta-se na crítica à condição miserável dos garimpos e à acelerada devastação da floresta, na denúncia da grilagem recorde da terra e do assassinato de ativistas sociais, na

constatação de que há uma troca desigual entre a Vale<sup>66</sup> e o estado do Pará (Veloso, 2014, p. 198).

LFP narra, ainda, que sua lista de inimigos era diversificada e incluía, além dos empresários da mídia, políticos poderosos, que tentaram obter seu silêncio inclusive por suborno; militares, que se incomodavam com sua análise sobre deliberações equivocadas; e agro negociantes e demais exploradores da floresta e dos minérios, que priorizavam o lucro independentemente do contexto socioambiental da Amazônia.

No topo dessa lista, enfatiza, estava o agente público mais importante para quem sofre a necessidade da justiça (como era o seu caso), o juiz. Conforme o jornalista, estes agentes aguardavam qualquer deslize seu para prendê-lo. Por isso, era bastante cauteloso com a agenda de audiências que tinha que cumprir. Ele lembra que por mais de dois anos teve que se recusar ir a Nova Iorque, para receber o Prêmio Internacional de Liberdade de Imprensa do Comitê para a Proteção dos Jornalistas, porque receava que, de propósito, os juízes marcassem o julgamento para o dia em que estivesse nos EUA. E, com isso, poderiam alegar que ele fugiu do país por ser culpado das acusações que o imputavam.

A violência contra LFP se concretiza quando o jornalista é condenado em quatro desses 33 processos, dos quais três expiraram porque os tribunais de recurso não cumpriram os prazos legais. Restou apenas a condenação decorrente do caso do empreiteiro conhecido como o maior

---

<sup>66</sup>A Vale S.A. é uma das maiores mineradoras do mundo e tem acionistas nacionais e internacionais. A empresa se destaca globalmente pela grande produção de minério de ferro, pelotas de minério de ferro e níquel, e na produção de cobre, bauxita, manganês, ferroligas e cobalto, tendo significativa importância para a economia brasileira e para o mercado global de commodities. Operando em diversos países, tem uma logística complexa que envolve ferrovias, portos e navios para transportar sua produção. A história da empresa começa em 1942, durante a gestão do presidente Getúlio Vargas, como parte de um plano do governo para impulsionar a produção mineral e industrial do país. Chamava-se Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e foi criada como uma empresa estatal. Seu objetivo era explorar as jazidas de minério de ferro de Itabira (MG). Com o tempo, a empresa expandiu suas operações e se tornou uma gigante global, especialmente em 1985, quando chegou no Pará para explorar a maior mina de ferro a céu aberto, por meio do projeto Grande Carajás. Esse empreendimento é de fundamental importância para a Vale, representando o principal ativo da empresa e é a base de sua atuação no setor de minério de ferro. Em 1997, durante a onda de privatizações do governo de Fernando Henrique Cardoso, a CVRD foi privatizada, em um dos maiores e mais polêmicos leilões da história do Brasil, com uma enxurrada de críticas em diversos segmentos (político, econômicos e sociais) sobre o valor do negócio, que vendeu a empresa a um preço ínfimo para o que valia no mercado. A mudança de nome para “Vale” ocorreu em 2007. A nova marca foi adotada para refletir sua expansão internacional e consolidar a imagem da empresa, pois o nome Vale já era usado nas bolsas de valores e era considerado mais simples e universal pelo mercado. A história da empresa também é marcada por grandes tragédias. Mariana (2015): O rompimento da barragem de Fundão, da Samarco (joint venture entre a Vale e a BHP Billiton), resultou em um desastre ambiental sem precedentes, com um mar de lama que destruiu o distrito de Bento Rodrigues e poluiu o Rio Doce, deixando centenas de desabrigados e matando 19 pessoas. Brumadinho (2019): O rompimento da barragem de Córrego do Feijão, de propriedade integral da Vale, causou a morte de 270 pessoas e soterrou parte do município de Brumadinho. Os episódios geraram profundas críticas e processos judiciais contra a empresa. A partir daí se intensificaram os questionamentos sobre sua política de segurança e governança, havendo forte pressão político-social para que a companhia repensasse suas operações e intensificasse esforços para mitigar riscos e melhorar a segurança dentro da empresa e em toda a região em que está implantado seu projeto.

grileiro da história do Brasil e do mundo, que o processou em razão das matérias que fez sobre as grilagens escandalosas, colocando-o no epicentro do caso e o definindo como um “pirata fundiário”. LFP recorda que o intuito do empresário era vê-lo preso. Porém, sua condenação foi o pagamento de uma alta soma de indenização à família do empresário (na época já falecido). Sem recursos para arcar com a quantia, contou com o apoio de uma ampla rede de amigos e admiradores, no Brasil e no exterior, que coletaram o valor necessário, com a dívida sendo paga em 2013, por meio de depósito nos cofres do judiciário. Esses recursos, porém, foram revestidos para a justiça estadual, porque a família do empresário não se habilitou a retirá-los até o prazo legal.

Esse episódio demonstra como a atuação de LFP, embora solitária, permitiu que a sociedade, em nível mundial, enxergasse as evidências da ilegalidade com que eram tratados os recursos da Amazônia – neste caso, as terras públicas (ricas em fauna, flora, recursos hídricos e minérios, além de sua própria extensão física), que tinham registros forjados criminosamente por cartórios. Para LFP, foi graças à visibilidade que o JP deu ao caso da grilagem escandalosa que o assunto chegou às portas Ministério Público da União (MPU). A partir daí, o MPU transferiu o caso do âmbito da justiça estadual para o da federal, que anulou os registros imobiliários do latifúndio. LFP diz que isso fez sua luta valer a pena, pois permitiu acabar com a grilagem absurda, que envolvia quase sete milhões de hectares (maior que muitos países mundo afora) de terras públicas amazônicas<sup>67</sup>.

A Amazônia Legal abrange um território de mais de 5 milhões de km<sup>2</sup>, com alguns recursos naturais mais importantes do mundo. Um território ameaçado pela pecuária extensiva, pela expansão das terras agrícolas e pela mineração, os poderes políticos e econômicos da Amazônia brasileira agem há décadas baseados em uma lógica de violência e pressão sobre aqueles que se opõem aos seus interesses. A preservação de florestas e culturas locais ainda é vista por muitos dos líderes da região e seus cúmplices regionais e internacionais como um freio ao desenvolvimento. Jornalistas e comunicadores que trabalham diariamente nessa região, bem como aqueles que se deslocam de outras partes do Brasil ou do mundo para realizar suas coberturas, são confrontados com a imensidão da área e a complexidade das relações com os poderes político e econômico (RSF, 2023, p. 6).

LFP analisa essa enxurrada de processos como um estratagema para afastá-lo da apuração jornalística e/ou fazê-lo desistir da profissão, pois ele passava 80% do seu tempo cuidando das questões judiciais, relato que evidencia a afirmação da RSF (2023) de que as coberturas relacionadas a crimes fundiários expõem os jornalistas a intimidações de forma

---

<sup>67</sup> PINTO, Lúcio Flávio. Maior grilagem do planeta chega ao fim. **Amazônia Real**, [s.l.]. 28 maio. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/maior-grilagem-do-planeta-chega-ao-fim/>. Acesso em: 5 set. 2025.

sistemática, na Amazônia, estando o Poder Judiciário entre os principais perpetradores das ameaças. O jornalista acredita, ainda, que seus algozes tinham por meta o seu silêncio, porque sua morte “causaria grande impacto” e poderia expô-los. Por isso, sem recursos financeiros e contando apenas com a venda do *Jornal Pessoal*, o jornalista fez a escolha corajosa da estrada franciscana, “nunca aceitando se submeter ao poder de quem o queria calado”. E levou adiante, com muitos percalços pelo caminho, especialmente na área judiciária, seu projeto de jornalismo independente.

### **A violência física como evidência da impunidade estrutural**

O episódio da agressão sofrida por LFP, em 2005, em pleno centro de Belém, por parte de um dos herdeiros do grupo empresarial de comunicação ORM<sup>68</sup>, proprietário do jornal *O Liberal* – seu antigo empregador – não pode ser lido apenas como uma ocorrência isolada de violência interpessoal. Trata-se de uma expressão encarnada da violência estrutural que rege os bastidores do jornalismo na Amazônia, especialmente quando este se propõe a desvelar os mecanismos de dominação das elites locais.

A agressão, pública e brutal, realizada com a anuência dos seguranças do restaurante e da lentidão da polícia militar, revela uma arquitetura de impunidade sustentada pelo capital. O agressor não apenas agiu fisicamente, mas o fez com a convicção de que nada lhe aconteceria, pois o poder que o protege é o mesmo que inibe a resposta estatal. A leitura de LFP dessa cena está impregnada de um olhar hermenêutico sobre o poder: não se trata apenas da força bruta, mas da certeza de que o Estado se ausenta quando confrontado com o dinheiro e os sobrenomes influentes.

### **A solidão do jornalista e o abandono institucional**

Esse acontecimento também marca, simbolicamente, o grau de solidão vivenciado pelo jornalista que ousa romper o pacto de silêncio que envolve os grandes grupos de comunicação e os interesses econômicos locais. A ausência do Estado no momento da agressão e, posteriormente, a intensificação da perseguição judicial, reforçam o lugar de vulnerabilidade

---

<sup>68</sup> ORM (Organizações Rômulo Maiorana) é constituída por um conglomerado de veículos que inclui, entre outros, emissora de televisão, rádios, portais e jornais impressos e eletrônicos. O grupo foi criado a partir da aquisição do jornal impresso *O Liberal*, em 1966, pelo empresário e jornalista Romulo Elégio Dario Severo Maiorana Chiapetta (1922-1986).

extrema ocupado por LFP. A narrativa de seus amigos tentando intervir e sendo agredidos, bem como a passividade dos demais presentes compõem um cenário ético que remete a Arendt (2023), quando a autora afirma que a violência precisa ser justificada por um fim, pois, por si só, ela nada sustenta, apenas revela o esvaziamento da política e a falência da justiça. “(...) como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. E aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser a essência de nada” (Arendt, 2023, p. 62).

O episódio foi lido publicamente, inclusive por representantes de grandes veículos nacionais, como uma manifestação do “coronelismo”, termo que, no caso amazônico, adquire conotação territorializada de poder privado que subjuga instituições públicas, impondo-se pela força, pelo medo e pela chantagem. Essa violência coronelista, reconfigurada no século XXI, não é mais apenas rural, mas midiática, urbana, e institucional, e está nos espaços do poder empresarial, nos tribunais, assim como nas redações.

A agressão corporal ganha, assim, contornos simbólicos: é o corpo do jornalista que é atacado, mas o que se tenta violentar é sua liberdade de expressão, sua credibilidade, sua inteligência crítica, e, por extensão, o direito da sociedade de ser informada com responsabilidade e coragem.

Apesar do abandono institucional, a reação da sociedade civil, sindicatos, federações, movimentos sociais, organizações de jornalismo e direitos humanos, demonstra que o jornalismo crítico ainda encontra amparo na esfera pública. Essa solidariedade difusa, mas potente, é um dos elementos de resistência simbólica que impediu LFP de ser silenciado. Seu gesto de seguir adiante com o processo judicial, mesmo ciente do conluio entre judiciário e empresariado, reafirma uma ética de enfrentamento que não se rende à violência.

Sob uma perspectiva narrativa e hermenêutica, esse momento da entrevista não apenas relata um evento violento, mas o significa a partir do modo como o sujeito-narrador o interpreta. Há um entrelaçamento entre vivência traumática e análise crítica do sistema que o produziu. O testemunho de LFP é mais do que um relato: é uma denúncia fundamentada, lúcida e politicamente posicionada, que desvela as engrenagens de um modelo comunicacional sustentado na convivência entre mídia, mercado e Estado.

Neste sentido, sua narrativa é uma ação, uma resistência, uma contraviolência da palavra, tal como Benjamin (2012) evoca quando pensa a linguagem como possibilidade de romper o silêncio que legitima o poder.

### **5.1.1 Desfecho interpretativos analíticos**

A narrativa de Lúcio Flávio Pinto (LFP) se apresenta como um testemunho excepcional e singular, que desvela não apenas a violência como fato, mas como sistema, atravessado por relações históricas de poder, silenciamento, resistência e deslocamentos entre os campos político, jurídico, econômico e simbólico da Amazônia. Sua fala escapa do relato episódico ou reativo e se constrói como um ato hermenêutico de interpretação da própria realidade amazônica, em que a violência contra o jornalista não é uma exceção, mas um sintoma estrutural.

Enquanto parte dos outros entrevistados relataram episódios pontuais de agressão física, ameaças ou censura, associados, por exemplo, à cobertura de protestos ou denúncias locais, LFP compreende e descreve a violência como uma engrenagem contínua, articulada e, muitas vezes, institucionalizada, que opera por múltiplos dispositivos: processos judiciais, silenciamento econômico, perseguição política, exclusão institucional e agressão física. Essa capacidade de leitura sistêmica é uma de suas marcas distintivas.

LFP constantemente aciona a história como chave de leitura da violência presente. Sua abordagem conecta o colonialismo português, o isolamento estrutural da Amazônia no período imperial, a ditadura militar, os grandes projetos de desenvolvimento, o coronelismo midiático e os mecanismos contemporâneos de censura e coação jurídica. Essa perspectiva historiográfica o diferencia dos demais jornalistas entrevistados, que, por vezes, abordam a violência como algo recente, conjuntural ou desvinculado de processos mais longos.

Outro elemento distintivo é a opção radical de autonomia, materializada no projeto *Jornal Pessoal*. Diferente dos demais colegas, que se inserem (ou tentam se manter) nas estruturas tradicionais da imprensa, LFP escolheu a trilha solitária, franciscana, feita de doações, redes de apoio e venda direta. Isso permitiu a ele não apenas liberdade editorial, mas a construção de um projeto ético-intelectual próprio, fazendo da resistência um modo de vida.

Se a maioria dos jornalistas relatou episódios envolvendo violência policial, censura institucional ou desrespeito à liberdade de imprensa, LFP é o único cuja trajetória foi marcada por uma guerra jurídica longa e intencionalmente sufocante: 33 processos judiciais, a maioria movida por empresários da comunicação e por figuras políticas influentes. Essa dimensão, o *lawfare* contra a imprensa, aparece com centralidade e profundidade apenas em sua entrevista, conferindo à sua trajetória um caráter paradigmático do que o Relatório da RSF (2023) define como "vilania jurídica".

LFP rompe com a visão autocentrada do jornalismo nacional e aponta a posição estratégica da Amazônia no mundo. Sua compreensão da região como mais conectada à lógica global do capital do que à integração nacional exige que o jornalista amazônico seja, nas

palavras do próprio LFP, “bilíngue, informado, crítico e atento às lógicas transnacionais”. Nenhum outro entrevistado expressou essa consciência com tamanha clareza e amplitude.

A agressão física que sofreu em 2005 é interpretada por LFP como síntese e metáfora da impunidade dos poderosos. O episódio, longe de ser apenas um relato pessoal, é trabalhado por ele como expressão do *modus operandi* de uma elite local que utiliza a violência, física ou institucional, para proteger interesses econômicos e censurar vozes críticas. Nesse sentido, sua análise supera a dimensão da dor pessoal e se inscreve na esfera da denúncia pública de um sistema de silenciamento seletivo.

Ao final da entrevista, o que emerge é a figura de um jornalista profundamente comprometido com a verdade, mas consciente dos riscos de sua prática. LFP não fala apenas como vítima de violência, mas como intérprete das violências estruturais que permeiam o fazer jornalístico na Amazônia. Sua postura ética, sua lucidez analítica, sua coragem em desafiar os poderes locais e sua fidelidade à missão social do jornalismo fazem dele uma referência diferenciadora dentro da cartografia de experiências reunidas nesta pesquisa.

Lúcio Flávio Pinto não é apenas um jornalista amazônico: é um dos nomes que reconfiguram o próprio sentido do jornalismo como prática de resistência e de construção de memória. Seu testemunho exige ser lido não como exceção, mas como denúncia de um modelo que ainda persiste e que precisa ser revelado, combatido e transformado.

## 5.2 O orgulho de ser jornalista

O segundo entrevistado<sup>69</sup> foi o jornalista Paulo Roberto Ferreira, 72 anos, natural de Belém (PA), casado, pai de três filhos e avô. Ferreira é graduado em Administração pela Universidade Federal do Pará, jornalista profissional desde 1975 e mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Évora (Portugal). Com uma trajetória extensa na grande imprensa local e nacional – incluindo passagens pelo O Liberal, A Província do Pará e Gazeta Mercantil – destacou-se como militante da imprensa alternativa, atuando em jornais como Bandeira 3 e Resistência, além de ter participado da fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). Em 2008, assumiu a Secretaria de Estado de Comunicação do Pará. Ao longo de sua carreira, Ferreira também trabalhou em veículos como a TVT (São Paulo) e a TV Cultura do Pará, além de lecionar Jornalismo na Faculdade Ipiranga, em Belém. Embora formalmente aposentado pelo INSS, continua atuando como freelancer e é autor de

---

<sup>69</sup> As informações aqui tratadas foram obtidas por meio de entrevista com Paulo Roberto Ferreira em Belém, no dia 18 nov. 2024.

obras que cruzam suas vivências profissionais, entre elas “A Censura no Pará” (2015), “Encurralados na Ponte – o massacre dos garimpeiros de Serra Pelada” (2019) e “O Apagador de Florestas” (2020).

Ferreira inicia seu relato destacando as experiências acumuladas nos jornais impressos e sua participação ativa na imprensa alternativa, demonstrando orgulho ao afirmar que atuou em diferentes funções no Jornal Resistência: “fui repórter, diretor, vendedor de jornal”. Essa militância custou-lhe o emprego como servidor concursado da Caixa Econômica Federal (1977-1980), sendo demitido sem justificativa funcional: “Fui punido mesmo sem ter uma falta ou nada que funcionalmente justificasse a minha demissão”, relembra. Seu depoimento oferece uma perspectiva singular sobre a atuação jornalística em um período marcado pelas restrições impostas pelo regime militar (1964-1985) e pelas tensões sociais regionais.

A narrativa de Ferreira permite articular a análise das condições em que o jornalismo era exercido na Amazônia durante a ditadura, contexto no qual a violência e a desigualdade social foram intensificadas. Como ele pontua, a cobertura jornalística enfrentava múltiplos desafios: desde as dificuldades de deslocamento e a precariedade de recursos tecnológicos para produção de matérias até as ameaças diretas e indiretas que vinham de um Estado autoritário. Esses desafios, agravados pelas marcas históricas do colonialismo na região (Castro, 2017), potencializavam os riscos enfrentados pelos profissionais da imprensa, em especial por aqueles que ousavam denunciar os conflitos agrários, a grilagem de terras e a violência contra trabalhadores rurais e povos tradicionais.

### **Os desafios geográficos**

Ferreira inicia seu relato evidenciando os desafios geográficos e logísticos impostos pela própria natureza da região amazônica. Ele sublinha como a escassez de infraestrutura de transporte e a ausência de apoio das empresas de comunicação transformavam a simples realização de uma pauta em uma verdadeira aventura. Essa precariedade estrutural se expressa na necessidade de criatividade e coragem para superar obstáculos: desde viagens improvisadas em aviões sem porta, assento ou cinto de segurança, até a completa autonomia em descobrir, por conta própria, como chegar ao local da reportagem. Essa disposição de “ir” aonde poucos iam e de considerar a notícia importante “independente das condições precárias” demonstra o caráter quase mítico do repórter nesse contexto.

Ferreira revela, ainda, um ponto crítico que se configura como violência simbólica e estrutural: a indiferença das empresas jornalísticas diante das condições adversas vividas por

seus profissionais. Essas situações, muitas vezes naturalizadas como parte do ofício, evidenciam a negligência patronal com a segurança e o bem-estar dos repórteres, cujas trajetórias eram marcadas por improvisação e risco. Seu relato mostra como, historicamente, essa falta de respaldo não era reconhecida ou denunciada enquanto violência, mas normalizada dentro da rotina jornalística da época.

Seu depoimento também traz à tona a noção do jornalista como “aventureiro” e “herói”, remetendo à reflexão de Correia (1997). Ele encarna a figura do repórter que desafia o mundo para revelar verdades guardadas pelos poderosos, o que conecta sua experiência com a mística do jornalismo como uma prática de coragem e entrega. Essa perspectiva reforça a compreensão de que, naquela época, o jornalista não apenas informava, mas atuava como um mediador essencial, muitas vezes único, entre comunidades isoladas e o restante da sociedade.

Por fim, Ferreira contrasta as dificuldades do passado com as possibilidades técnicas da atualidade, reconhecendo que, hoje, o acesso à tecnologia facilitou parte do trabalho jornalístico. No entanto, ele insiste na importância de manter o vínculo direto com o lugar e os sujeitos – a necessidade de “ver”, “descrever o ambiente” e “falar do modo de vida das pessoas” – reafirmando que a essência do jornalismo permanece na vivência *in loco*. Essa convicção converge com a visão de Marcondes Filho (2009), que reconhece no jornalista o papel de “reconstruir diariamente o mundo”, mediando as verdades cristalizadas e a dinâmica viva da realidade.

Assim, o relato de Paulo Roberto Ferreira amarra análises fundamentais: a cobertura jornalística na Amazônia como prática que exige disposição física e simbólica para enfrentar adversidades, a naturalização histórica da violência estrutural contra repórteres, a valorização do jornalismo como mediador de mundos e a permanência de uma dimensão ética e política que define a essência do trabalho jornalístico.

### **Entre violências físicas e simbólicas**

No relato de Ferreira, emergem quatro momentos emblemáticos que expõem a violência – física e simbólica – sofrida por jornalistas na Amazônia Paraense, entrelaçando sua trajetória com as disputas de poder e as marcas históricas da região. Esses episódios, que se situam nos períodos ditatorial e de redemocratização, abordam dimensões político-ideológicas, sociais, ambientais e de precarização das condições de trabalho, constituindo um panorama denso da prática jornalística em meio a um contexto de autoritarismo e desigualdade estrutural.

O primeiro momento narrado por Ferreira ocorreu em 1984, durante a cobertura dos 20 anos do Estatuto da Terra<sup>70</sup>, evento organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>71</sup> e sindicatos de trabalhadores em Xinguara<sup>72</sup>, município do estado do Pará. A exposição de fotografias incluía uma imagem do pistoleiro Sebastião da Terezona<sup>73</sup>, figura temida pelos trabalhadores rurais. Ferreira, em pauta para o jornal O Liberal, registrou a imagem. No dia seguinte, as fotos desapareceram, evidenciando a presença e a vigilância de latifundiários infiltrados no evento. Essa tentativa de apagar a memória visual do pistoleiro – identificado como homem de confiança de grileiros e latifundiários – representou, para Ferreira, o início de uma prática de maior cuidado e autocensura, o que o levou a evitar andar sozinho na região. Esse episódio ilustra a forma como a violência simbólica se articula com a ameaça física para silenciar ou intimidar a atividade jornalística.

O segundo momento de violência narrado ocorreu em 1985, quando Ferreira buscava acessar a Gleba Cidapar<sup>74</sup> para ouvir trabalhadores rurais, enfrentando a recusa armada de James Vita Lopes<sup>75</sup>, chefe de segurança das empresas da área e acusado de envolvimento em assassinatos de lideranças camponesas. A recusa em permitir a passagem do repórter, acompanhada da ameaça de morte do fotógrafo de sua equipe, materializou a violência explícita empregada por agentes privados que atuavam em conluio com os poderes estatal e econômico. Para Ferreira, a frase de Vita Lopes, dita ao fotógrafo quando ia fazer o registro do local, “se tu apertar este botão, eu aperto este aqui”, simbolizou o poder letal do latifúndio e a vulnerabilidade extrema do jornalista que ousava dar visibilidade aos conflitos de terra.

---

<sup>70</sup> A Lei nº 4.504, de 1964, o Estatuto da Terra, foi um marco importante para a legislação brasileira regular os direitos e obrigações relacionados aos imóveis rurais. Tinha como alvo a reforma agrária, com a distribuição de terras aos trabalhadores rurais, resguardar direitos de proprietários e promoção da justiça social no campo.

<sup>71</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ela atua na defesa e na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e pela reforma agrária no Brasil.

<sup>72</sup> O município de Xinguara fica na região sul do Pará. Foi fundado em 1982, tem uma área territorial 5779,412 km<sup>2</sup> e uma população de 52.893 pessoas (IBGE, 2022). A base da sua economia é a pecuária de corte. Fica a 783 km da capital Belém. fontes diversas.

<sup>73</sup> Natural da cidade de Carolina (MA), Sebastião Pereira Dias era conhecido como Sebastião da Terezona. Ele chegou EM Marabá (PA) com 16 anos e em pouco tempo foi criando fama pela sua violência. No período de 1970 e 1980, contratado pelos fazendeiros e grileiros do Sul do Pará, participou de diversos crimes relacionados a conflitos de terra, como assassinatos e massacres de trabalhadores rurais e posseiros. Após forte pressão social, ele foi preso em 1986.

<sup>74</sup> A Gleba Cidapar (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará) era uma área de latifúndio de mais de 387 mil hectares, localizado no nordeste do Pará. Em função da política de expansão da fronteira agrícola, grilagem e falta de promoção da reforma agrária na Amazônia, foi palco de uma série de lutas violentas, no período de 1981-1985: de um lado os trabalhadores e, de outro, fazendeiros com milícias e a Polícia Militar do Pará.

<sup>75</sup> O paulista James Sylvio de Vita Lopes era advogado e pistoleiro. foi condenado, em 1993, pelo tribunal do júri da justiça paraense, pelas mortes do ex-deputado estadual Paulo Fonteles (1987) e do deputado estadual João Batista (1988). Crimes para os quais foi contratado por latifundiários contrários aos seus ideais de reforma agrária no Pará.

Esses dois primeiros episódios, marcados por ameaças diretas de agentes ligados ao latifúndio, evidenciam como o jornalismo que desvelava a violência fundiária enfrentava tentativas de silenciamento. Essa análise encontra eco em Arendt (2023), que observa a natureza sedutora e perigosamente atrativa da violência coletiva, demonstrando que a violência não apenas ameaça fisicamente, mas também exerce um poder simbólico capaz de moldar a percepção do que pode ou não ser dito.

O terceiro momento relatado por Ferreira ocorreu no mesmo ano, quando foi removido da reportagem para a editoria do jornal. Essa mudança, justificada como medida de “proteção”, segundo o jornalista, ocorreu após críticas do Governador Jader Barbalho<sup>76</sup> a matérias sobre Quintino Gatilheiro<sup>77</sup>, liderança camponesa que enfrentava os latifundiários. Embora Ferreira não tenha visto a transferência como retaliação direta do jornal, ele a reconheceu como violência simbólica: a remoção representou uma forma sutil de censura, silenciando o jornalista que expunha injustiças e ameaças na região. Essa forma de violência, camuflada sob a aparência de decisão legítima, alinha-se ao conceito de violência simbólica de Bourdieu (1989), em que o poder se exerce sem aparência de coerção, mas com efeitos profundos de silenciamento e dominação.

Ferreira lembrou que, mesmo removido para a editoria, quando houve o assassinato de Quintino, em 1985, voltou às ruas para cobrir o episódio, encontrando-se novamente no centro das tensões entre a violência estatal e a resistência social. Seu depoimento demonstra que a prática jornalística na Amazônia era uma negociação constante entre o desejo de narrar a realidade e as tentativas de silenciamento.

O quarto momento de violência vivido por Ferreira foi sua prisão em duas ocasiões pela Polícia Federal, durante a década de 1970, enquanto militava na imprensa alternativa, no jornal

---

<sup>76</sup> Jader Fontenelle Barbalho, 80 anos, advogado e empresário, dono do Grupo RBA de comunicação, [E um dos personagens mais longevos e influentes da história política do Pará e do Brasil. Pai do atual governador do Pará, Helder Barbalho, e do atual ministro das Cidades, Jader Filho, foi governador do Pará POR duas vezes (1983-1987 e 1991-1994). Antes, foi vereador de Belém, Deputado Estadual e Deputado Federal do Pará. Por diversos mandatos, representou o Pará no Senado Federal, poder que também presidiu em 2001. Seu mandato atual no Senado vai até 2027. Foi titular, ainda, dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (1987-1988) e da Previdência Social (1988-1991) no Governo do presidente José Sarney. Sua história política se iniciou durante a ditadura militar, quando era líder estudantil e lutava a favor da democracia brasileira. Filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1966. Alinhado a pautas progressistas, como da reforma agrária, venceu as eleições para governador em 1982, derrubando o candidato Oziel Carneiro, do Partido Democrático Social (PDS), que era alinhado à ditadura militar. Devido a denúncias de desvio de dinheiro público, chegou a ser preso pela Polícia Federal em 2002. Fontes diversas.

<sup>77</sup> O cearense Armando da Silva Lira, conhecido como Quintino Gatilheiro, foi uma liderança na resistência ao avanço da grilagem de poderosos fazendeiros e mineradoras em terras ocupadas por pequenos agricultores, na área chamada Gleba Cidapar, região do Guamá, no Pará, nas décadas de 1970 e 1980. Tornou-se uma lenda em função da sua luta, sendo chamado pelos segmentos que o apoiavam de “Robin Hood da Amazônia” ou “Pistoleiro do Bem”. Por seus adversários, era tratado como bandido. Quintino foi caçado e morto em 1985, pela Polícia Militar do Pará, em uma ação orquestrada por autoridades e latifundiários. Fontes diversas.

Resistência. No primeiro caso, o jornalista foi intimado a depor por um artigo crítico à cobertura da grande imprensa sobre estudantes sem camisa durante um congresso de medicina. O superintendente da PF tentou forjar uma versão de seu depoimento, inserindo a narrativa de que o encontro estudantil visava a implantar o comunismo no Brasil, o que o jornalista contestou. Esse episódio demonstra como o aparato policial era instrumentalizado para intimidar jornalistas e dissuadir práticas de denúncia, criando um ambiente de medo e autocensura. O interlocutor lembrou que, a partir desse evento, seus colegas do jornal se retraíram diante das ameaças à liberdade de expressão.

A segunda detenção ocorreu durante a invasão da gráfica Suriá e da sede da CPT, ambas ligadas à mobilização pela libertação dos padres franceses e demais lideranças da Guerrilha do Araguaia<sup>78</sup>. Ferreira foi detido arbitrariamente, sem qualquer acusação formal, ilustrando a violência explícita e institucionalizada que visava a calar as vozes dissonantes. Ele recordou como a manifestação do Sinjor-PA em frente à PF – “libertem os nossos presos!” – representou um momento de resistência coletiva diante do autoritarismo.

Esses episódios revelam, de forma contundente, que a violência simbólica e física imposta a Ferreira não se limitava ao ato de censura ou às ameaças de morte, mas era parte de um projeto maior de silenciamento e dominação, que buscava proteger os interesses de grupos dominantes. Como argumenta Butler (2021, p. 214), essas formas implícitas e explícitas de censura operam para restringir o que é possível dizer, criando um campo de disputa onde o discurso censurado se torna, paradoxalmente, ainda mais central e visível.

A operação de formas implícitas e poderosas de censura sugere que o poder do censor não se esgota nas regulamentações ou na política explícita do Estado. Na verdade, tais formas implícitas de censura podem ser mais eficazes do que as explícitas na aplicação de restrições ao que é dizível. As formas explícitas de censura estão expostas a certa vulnerabilidade possivelmente por serem mais facilmente decifráveis. A regulamentação que *declara aquilo que não quer declarar* frustra seu próprio desejo e comete uma contradição performativa que questiona a capacidade de regulamentação de significar e fazer o que diz, ou seja, sua pretensão à soberania. Tais regulamentações introduzem o discurso censurado no campo do discurso público, estabelecendo-o como um lugar de contestação, isto é, como a cena do enunciado público que elas visavam proibir (Butler, 2021, p 214, grifo da autora).

---

<sup>78</sup> A Guerrilha do Araguaia foi um conflito armado que ocorreu na região do Araguaia, formada pelos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970. Cerca de 80 pessoas fizeram parte do movimento liderado pelo Partido Comunista do Brasil (PcdoB), que tinha o objetivo de combater a ditadura militar e promover a justiça social no campo, por meio de ideais como a reforma agrária. Os padres franceses, Aristides Camio e François Gouriou, atuavam na região defendendo os direitos dos trabalhadores rurais e denunciando a violência cometida pelo estado brasileiro. Em 1978, no episódio conhecido como “Caso Cajueiro” (ocorreu na comunidade do Cajueiro), os padres e mais 13 pessoas foram presas pelos agentes da ditadura. Devido à pressão da Igreja Católica e da sociedade, eles foram libertados. Os guerrilheiros do Araguaia foram massacrados pelo Exército e até hoje se busca os corpos dos desaparecidos. Fontes diversas.

Por fim, a violência sofrida por Ferreira foi revestida de discursos de falso moralismo e de marginalização de minorias – estudantes, trabalhadores, camponeses e os próprios jornalistas – configurando uma prática de exclusão política e simbólica que visava a legitimar o poder estatal e impedir o debate público. Mesmo submetido a esses limites, Ferreira demonstra, em seu relato, que a prática jornalística era também um exercício de coragem e de persistência. Ele revela a necessidade de “ter firmeza” para não ceder ao medo e continuar exercendo a profissão, estabelecendo as bases para as estratégias de enfrentamento, tema que abordaremos a seguir.

### **Estratégias de enfrentamento da violência e do medo**

No depoimento de Paulo Roberto Ferreira, as estratégias de enfrentamento da violência e do medo emergem como parte essencial da prática jornalística e da militância política em tempos de ditadura. Ferreira evidencia que, para resistir às ameaças constantes, era indispensável fortalecer os vínculos de solidariedade entre aqueles que partilhavam os mesmos ideais de liberdade e justiça. “A gente se alimentava primeiro das pessoas que pensavam como a gente”, relembra, enfatizando a importância de não se isolar em um contexto hostil. Foi a partir dessa percepção que se articulou a fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), sinalizando a dimensão coletiva e política da luta contra a censura e a violência institucional.

Ferreira também apontou o papel vital desempenhado pelos jornais alternativos, que, ao circularem nacionalmente, alimentavam a esperança e a força dos militantes. Eles ofereciam não apenas notícias, mas sobretudo a consciência de um movimento em curso, como a Assembleia Nacional Constituinte<sup>79</sup> e a anistia<sup>80</sup> aos presos políticos. Essa noção de que “nós estávamos enfrentando um inimigo” reforçava a compreensão da necessidade de união e organização, transformando o medo em combustível para a ação coletiva.

Outro ponto essencial em seu relato foi a dimensão econômica da violência empregada pelo regime autoritário. Ao ser demitido da Caixa Econômica sem justa causa, Ferreira identificou na perseguição financeira uma estratégia de silenciamento. Mas, ao invés de ceder, adaptou seu estilo de vida, passando a usar ônibus em vez de carro, afirmando com firmeza:

---

<sup>79</sup>Assembleia Nacional Constituinte é o órgão responsável pela elaboração da constituição (Carta Magna) de um país, iniciando um novo ordenamento jurídico. A do Brasil foi instalada, no Congresso Nacional, no período de 1987-1988, com a missão de elaborar uma constituição democrática após duas décadas de ditadura militar.

<sup>80</sup>A Lei nº 6.683, de 1979, a Lei da Anistia, acabou com a punição de políticos e intelectuais exilados do país ou presos sob a acusação de crimes políticos cometidos no período de 1961 a 1979. A lei, que foi elaborada e aprovada ainda durante a ditadura, também contemplou militares acusados de crimes contra ativistas da resistência brasileira.

“mas não vão me calar. Isso me dava força”. Essa postura revela a recusa em se submeter ao poder opressor e exemplifica, na prática, o que Chauí (1987) descreve como a coragem de questionar e desafiar as formas de dominação.

Ferreira também rememora o medo constante da infiltração e da vigilância. Em locais públicos, como o Bar do Parque<sup>81</sup>, a presença de estranhos gerava a suspeita de serem espiões a serviço da ditadura. Essa vigilância se fazia tão presente que inspirou matérias no *Resistência*, como “Olha o passarinho”, que denunciava os fotógrafos da polícia flagrando jornalistas. Na crônica “A estranha companhia” (2014), Ferreira narrou a presença persistente de um agente que o acompanhava todos os dias, demonstrando a dimensão cotidiana do medo. O repórter ia em um carro e o outro homem ia ao seu lado, em uma moto. “Eu achava que o cara era meu vizinho. Com o tempo, eu já o cumprimentava”, relata. Mas quando houve a invasão na gráfica, “ele estava lá com uma 765 na mão”. Era um dos agentes da ditadura. A emoção evidencia o impacto subjetivo e familiar dessa violência ao lembrar o comentário de sua filha, feito durante o filme “Ainda estou aqui”<sup>82</sup>: “Pai, meu Deus, tu podias também não ter voltado para casa!”

No relato de Ferreira, a união e a solidariedade entre os perseguidos despontam como mecanismos fundamentais de resistência, contrapondo-se à fragmentação que o poder autoritário buscava impor. Esse compromisso coletivo reconhecia não apenas o risco iminente de violência e morte, mas também a urgência de resistir para garantir a possibilidade de democracia e liberdade de expressão. Ele sublinhou que essa luta, específica e marcada pelo contexto amazônico, foi documentada nos depoimentos colhidos pela Comissão Estadual da Verdade do Pará<sup>83</sup>, fixando na memória coletiva a coragem de quem ousou enfrentar o silêncio imposto pelo poder.

Assim, o depoimento de Ferreira articula as estratégias de enfrentamento à violência e ao medo – a união, a recusa à submissão econômica e a vigilância constante – com uma dimensão ética e política que reafirma o jornalista como sujeito ativo na construção da democracia e como guardião da memória de resistência frente ao autoritarismo.

---

<sup>81</sup> O quiosque do Bar do Parque foi construído em 1921 pelo arquiteto Francisco Bolonha, seguindo a política do intendente Antônio Lemos, que objetivava dar a Belém (PA) um aspecto de cidade europeia. No período da ditadura, o local, que já tinha sido bilheteria do Teatro da Paz, era um ponto de encontro boêmio frequentado por intelectuais, artistas, políticos e estudantes.

<sup>82</sup> Filme brasileiro, lançado 2024, do cineasta Walter Salles, que retrata a vida da família do ex-deputado Rubens Paiva, preso em 1971 e assassinado pela ditadura militar. O filme ganhou diversos prêmios, como o Globo de Ouro (Melhor Atriz de Drama para Fernanda Torres, intérprete da protagonista da história Eunice Paiva, viúva do ex-deputado) e o Oscar (Melhor Filme Estrangeiro). Duas premiações inéditas na história do cinema brasileiro.

<sup>83</sup> A Comissão Estadual da Verdade do Pará foi criada pela Lei Estadual 7.802, de março de 2014, com o objetivo de investigar as violações de direitos humanos ocorridas no Pará durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985). A CVE do Pará fez parte do processo nacional de comissões estaduais, incluindo a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

## Censura, imprensa e resistência criativa

No depoimento de Paulo Roberto Ferreira, emerge de forma contundente a tensão permanente entre censura e resistência que marcou o jornalismo durante o regime ditatorial, mesmo quando o trabalho se dava no âmbito da grande imprensa. Ele relata que atuava, então, “no fio da navalha”, pois mantinha uma postura crítica diante de uma imprensa local profundamente atravessada por interesses políticos e pela censura interna. Um episódio simbólico ocorreu quando, em meio a uma manifestação que rompeu a proibição autoritária, jornalistas de diferentes veículos de Belém decidiram, em conjunto, calcular o número de manifestantes. A tarefa foi delegada a Lúcio Flávio Pinto, reconhecido pela experiência e credibilidade, que contou cerca de 15 mil pessoas. No entanto, ao serem publicadas as matérias, Ferreira se deparou com uma discrepância reveladora: enquanto A Província do Pará e o Diário do Pará<sup>84</sup> mantiveram o consenso, O Liberal – onde o editor era também chefe de gabinete do Governador na época – reduziu o número a 1,5 mil. Ferreira pontua que essa prática ilustrava uma censura velada que operava dentro das redações: “não era o censor oficial, não era o agente da Polícia Federal, não era o agente público, era o assessor oficial, era o assessor da própria casa fazendo esse tipo de exercício”.

Essa observação traz à tona a complexidade da censura durante o regime: ela não se limitava a atos explícitos de repressão estatal, mas era incorporada aos mecanismos internos dos meios de comunicação, criando uma forma de violência simbólica que Bourdieu (1989) denomina como naturalizada e, por isso, mais insidiosa. Nesse contexto, Ferreira reconheceu que driblar a censura tornava-se não apenas uma necessidade, mas um exercício constante de criatividade e resistência. “Aquilo era desafiador!”, relembra. Ele encontrou formas alternativas de registrar a magnitude dos protestos, evitando mencionar números exatos e, em vez disso, descrevendo o ambiente e a atmosfera para que o leitor pudesse deduzir a dimensão do ato: “Eu descrevia o ambiente, não dizia números. Quem conhecia a cidade dizia: ‘então tinha muita gente’”.

---

<sup>84</sup> O Diário do Pará foi lançado em formato *standard*, em Belém, em 1982. Foi fruto de projeto político do jornalista Laércio Barbalho para seu filho, o advogado Jader Barbalho, então candidato ao Governo do Pará. Também usado como instrumento pelo partido de Barbalho, o PMDB, para se contrapor à ditadura militar. Inicialmente, a produção gráfica do jornal era rudimentar, com o método de impressão a quente (conhecido como chumbão). Em 1984, o jornal adotou, de forma pioneira, o sistema *offset* e modernizou o mercado. Com a morte do fundador do jornal (2004), Jader Barbalho Filho, seu neto, assumiu a direção do periódico que, atualmente, é um dos maiores jornais do Norte do Brasil. O Diário compõe um conglomerado de veículos formado, também, por jornal eletrônico, portal, TV e rádios.

Essa estratégia narrativa revela como a luta do jornalista ativista se travava em dois *fronts*: externamente, contra a censura oficial e a repressão do Estado; e internamente, contra a censura praticada pelas próprias chefias e diretores dos veículos de comunicação. Trabalhar na grande imprensa, pontua Ferreira, exigia coragem para enfrentar esse duplo desafio, pois as matérias podiam ser modificadas ou suprimidas a qualquer momento, sempre que contrariassem os interesses do governo ou ameaçassem o *status quo*.

Curiosamente, a presença dessa violência silenciosa dentro das redações também aguçou a capacidade criativa dos jornalistas, que passaram a adotar estratégias narrativas para contornar a censura e, ainda assim, informar o público. Essa criatividade, ao mesmo tempo tática e ética, reafirma o jornalista como mediador essencial entre os fatos e a sociedade, e como guardião de verdades que resistem ao poder, ainda que de maneira sutil, seja por meio da escolha das palavras ou através do modo de narrar. A experiência de Ferreira exemplifica, assim, não apenas a violência sofrida pelos jornalistas, mas também a potência de suas estratégias de resistência e de seu compromisso em manter vivo o debate público em tempos de silenciamento e autoritarismo.

### **Distantes do centro de poder**

No depoimento de Paulo Roberto Ferreira, evidencia-se um aspecto estrutural que intensificou a violência simbólica e material contra jornalistas na Amazônia: o isolamento geográfico e as condições precárias de infraestrutura, que serviam, de fato, como aliados da censura e do autoritarismo. Ferreira destaca que a distância da região em relação aos centros de decisão política do país não apenas dificultava o acesso à informação, mas também favorecia práticas de silenciamento e de manipulação das narrativas. Esse isolamento, somado às limitações logísticas e à escassez de recursos tecnológicos, criava uma espécie de “cortina de invisibilidade” sobre os acontecimentos na Amazônia, permitindo que abusos e arbitrariedades permanecessem à margem do debate público nacional.

O jornalista exemplifica essa realidade ao falar sobre Marabá, a 500 km de Belém, cidade que, apesar de sua importância como polo regional, não tinha acesso pleno ao que era publicado na capital, Belém. Os poucos jornais que chegavam eram rapidamente consumidos no centro da cidade, sem alcançar as periferias. Esse quadro evidencia o que poderíamos chamar de uma violência informacional, em que a negação do acesso à notícia reforçava a exclusão social e política das populações amazônicas. Essa desigualdade informacional, fruto das

condições de circulação restrita e da censura, reforçava a concentração do poder narrativo nas mãos de poucos.

Ferreira também ressalta como o rádio, meio de comunicação essencial em regiões distantes, era ainda mais controlado que a imprensa escrita, tornando-se um instrumento central de doutrinação e propaganda pró-ditadura. O exemplo das listas de censura – onde nomes como o de Dom Helder Câmara<sup>85</sup> eram vetados – demonstra a tentativa sistemática do regime de moldar a opinião pública por meio da supressão de vozes dissidentes e da imposição de um discurso único e oficial. O caso do programa de rádio de Manuel Dutra<sup>86</sup>, em Santarém, censurado porque os agentes entenderam que o padre entrevistado usava palavrão ao usar o termo “ventre”, palavra que faz parte da oração “Ave Maria” ilustra o grau de vigilância absurda e a manipulação da linguagem como ferramenta de silenciamento.

O relato do episódio na Usina Hidrelétrica de Tucuruí explicita o desrespeito institucionalizado contra o jornalista e, por extensão, contra o direito da população à informação. Ferreira estava na guarita de entrada da usina, solicitando liberação para entrar, quando flagrou a ordem dada pela direção, via interfone, aos agentes de segurança: “Te livra dessa raça! Não queremos essa raça aqui”. Essa frase expõe o desprezo e a hostilidade com que empresas estatais e autoridades tratavam profissionais da imprensa. Esse episódio reflete uma cultura autoritária na gestão de grandes projetos na Amazônia, onde a recusa em prestar contas e a prática deliberada de dificultar o acesso à informação eram regras, apesar de não escritas, reforçadas. O fato de o jornalista ter passado 21 dias na região sem ser recebido pela Eletronorte não apenas revela a arrogância do poder empresarial e estatal, mas também demonstra como a censura na Amazônia operava em múltiplos níveis: omissão, manipulação e violência simbólica e moral contra quem buscava narrar o que estava acontecendo.

---

<sup>85</sup> O arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara (1909-1999), foi um ícone na luta pelos direitos humanos e combate à pobreza. Devido a sua dedicação a essas pautas era considerado inimigo do regime militar (1964-1985). Tinha seus passos monitorados, sendo grampeado pela ditadura. O serviço de censura impedia que a imprensa divulgasse suas declarações e homilias.

<sup>86</sup> O santareno Manuel José Sena Dutra (1946-2025) era formado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1972). Professor e pesquisador, sua trajetória é marcada pela atuação na área de comunicação da Amazônia, onde foi responsável por diversos projetos de pesquisa e formação de várias gerações de jornalistas no Pará. Vencedor de três Prêmios Esso Região Norte, ele é referência na cobertura da Amazônia. Dutra foi correspondente do Jornal O Estado de S. Paulo e atuou na grande imprensa paraense. Foi professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Instituto Esperança de Ensino Superior (Iespes). Foi um dos fundadores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA (PPGCOM). A sua tese de doutorado foi publicada como livro em 2009, intitulado "A Natureza da Mídia: os discursos da TV Sobre a Amazônia, a Biodiversidade, os Povos da Floresta". A pesquisa de Dutra abordava os discursos da mídia sobre a Amazônia e recebeu dois prêmios de melhor tese: um pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e outro pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Fontes diversas.

A análise desse episódio nos permite ver que o isolamento geográfico e a precariedade de acesso à informação não eram apenas problemas logísticos ou técnicos, mas constituíam uma forma de dominação, alinhada ao projeto de censura e de supressão da pluralidade de vozes. Essa violência informacional e simbólica, que se manifestava tanto no desprezo explícito quanto na exclusão cotidiana, impedia que denúncias e narrativas alternativas circulassem, consolidando a subordinação da Amazônia aos interesses dos poderes dominantes.

O relato de Ferreira, ao mostrar essas dimensões, sublinha a importância da resistência criativa e do compromisso ético do jornalista, mesmo em um ambiente de hostilidade e descrédito. A ausência de qualquer princípio de transparência e a recusa em reconhecer a imprensa como mediadora legítima entre o poder e a sociedade reforçam a necessidade de pensar o jornalismo na Amazônia não como um simples trabalho de comunicação, mas como um ato político, atravessado pelas disputas simbólicas e materiais que definem o futuro da região.

### **Cobertura refletindo o colonialismo**

No depoimento de Ferreira, emerge uma crítica contundente à cobertura jornalística da Amazônia pela grande imprensa nacional, denunciando como essa cobertura (ou a falta dela) reflete e perpetua um “colonialismo interno”, que trata a região como periferia distante e dispensável. O jornalista aponta que as grandes empresas de comunicação, principalmente do Sul e Sudeste, têm historicamente negligenciado os problemas estruturais e os crimes ambientais que assolam a região, julgando que tais temas não geram “íbope”, “leitura” ou “audiência”. Essa lógica de mercado – que coloca o lucro acima da relevância social e ambiental – acaba legitimando a invisibilização de realidades fundamentais para compreender as dinâmicas de poder e de desigualdade no Brasil.

Ferreira lembra que, até o início do século XXI, havia correspondentes de grandes veículos nacionais na região como Veja, Folha de São Paulo, Time, O Globo e Estadão, além da presença de enviados especiais, como Ricardo Kotscho, que escreveu “Serra Pelada: uma ferida aberta na selva” (1984). Essa presença, porém, foi gradualmente desmontada, marcando um processo de retração que coincide com as transformações econômicas e políticas do país e revela, como ele aponta, uma postura de desconfiança em relação aos profissionais locais. As direções das empresas acreditavam, segundo Ferreira, que “aqui não têm bons profissionais” e que só “o seu olhar” – vindo do eixo Sul-Sudeste – seria capaz de dar conta da narrativa amazônica. Essa avaliação preconceituosa e centralizadora ecoa a reflexão de Costa (2022), que

denuncia o olhar moldado por estereótipos e mitificações, construindo uma Amazônia exótica ou ameaçadora, mas nunca plenamente compreendida em sua complexidade.

Ferreira enfatiza que esse olhar de fora, “distorcido” e baseado em estereótipos, gera não apenas uma cobertura rasa, mas também conflitos diretos com os jornalistas locais, que viam suas realidades distorcidas ou completamente ignoradas. Ele exemplifica com os crimes socioambientais – envenenamento de rios e florestas pelo mercúrio, grilagem e compra de terras para o agronegócio, e a precarização da vida das comunidades tradicionais – que sempre estiveram presentes, mas só ganharam maior visibilidade durante o governo Bolsonaro, quando a destruição ambiental se intensificou dramaticamente.

Essa análise de Ferreira reforça a crítica de Pinto (2005, p. 141), que vê na Amazônia um “fascínio” para o Brasil e o mundo, mas também uma distância que alimenta a incompreensão e a indiferença: “ninguém nos centros decisórios, nacionais e internacionais, a entende. Nem quer”. Segundo Ferreira, a imprensa nacional só se interessa por esses temas quando há mortes ou tragédias que possam gerar comoção pontual. Em outras palavras, a morte se torna o único “gatilho” para que as vozes e as lutas amazônicas sejam ouvidas, evidenciando o descompromisso estrutural da grande imprensa com a denúncia contínua e a promoção de uma agenda socioambiental que dê conta das realidades locais.

Essa crítica contundente mostra que a violência contra a Amazônia não se expressa apenas nos conflitos de terra, na destruição ambiental ou na perseguição a jornalistas. Ela também está inscrita na lógica de produção de sentidos: a recusa em narrar a Amazônia a partir de dentro, a redução de suas vozes a estereótipos e a recusa em ouvir quem vive e resiste cotidianamente em meio a esses conflitos. O depoimento de Ferreira nos leva, assim, a reconhecer que a cobertura jornalística da Amazônia – ou a ausência dela – não é apenas uma questão editorial ou de mercado. É uma forma de perpetuar a desigualdade e o colonialismo interno, ao mesmo tempo em que desafia os jornalistas locais a exercerem, com criatividade e compromisso ético, a tarefa de romper com as invisibilidades e narrar as histórias que, para muitos, conforme Ferreira, “não dão ibope”.

### **5.2.1 Desfechos interpretativos analíticos**

Aqui, fazemos um desfecho interpretativo do depoimento do jornalista Paulo Roberto Ferreira. Sua entrevista revela, de forma intensa e multifacetada, as camadas de violência – física, simbólica e estrutural – que historicamente têm atravessado o jornalismo na Amazônia Paraense. Ferreira narra, com a precisão de quem viveu cada detalhe, o desafio de exercer o

ofício em um território onde as distâncias geográficas, a precariedade de infraestrutura e o isolamento político-cultural amplificam o poder de silenciamento dos grandes grupos econômicos e do Estado. Seu testemunho mostra que a violência contra o jornalista não é um fato isolado ou episódico: ela se apresenta tanto nas ameaças diretas, nos deslocamentos precários e nos riscos de morte quanto na forma insidiosa e cotidiana da censura – que, muitas vezes, parte de dentro das redações e se expressa na manipulação e no apagamento das narrativas locais.

Ao longo de seu relato, Ferreira desmonta a falsa ideia de neutralidade jornalística, mostrando que a prática de contar as histórias do povo amazônica é, por si só, um ato político. Ele evidencia a necessidade de coragem, paixão e disposição para romper com o silêncio imposto pelos donos do poder – sejam eles latifundiários, empresas estatais, garimpeiros ou grandes conglomerados de mídia. Suas experiências revelam o que se poderia chamar de um “jornalismo de fronteira”: um jornalismo que se faz no corpo e na rua, que desafia o medo, a intimidação e o autoritarismo, sempre ancorado na escuta das vozes silenciadas e no compromisso com a dignidade humana.

Ferreira também traz à tona a complexa relação entre a grande imprensa nacional e a Amazônia, desvelando o colonialismo interno que marginaliza a região e perpetua estereótipos e ausências. Essa crítica se articula com uma defesa da necessidade de narrativas que emergem de dentro – das experiências, saberes e resistências locais – e não de um olhar de fora, viciado e carregado de interesses econômicos e políticos. Seu depoimento se transforma, assim, em um convite à reflexão sobre o papel social do jornalismo, não como espetáculo ou mercadoria, mas como espaço de construção de cidadania, de denúncia e de diálogo com as realidades e contradições do território.

Por fim, a entrevista de Paulo Roberto Ferreira revela um jornalista que, longe de se ver como herói, reconhece que ser jornalista na Amazônia é uma prática radicalmente política, é viver na tensão permanente entre contar a verdade e desafiar aqueles que a querem calar. Sua trajetória, narrada com lucidez e coragem, é também um testemunho da memória coletiva de resistência dos jornalistas que, apesar de todas as violências, continuam comprometidos com a missão de ouvir e ecoar a voz de quem insiste em existir e resistir na Amazônia.

### **5.3 A jornalista do combate**

A terceira entrevista foi com a jornalista Franssinete Florenzano, de 62 anos, natural do município de Santarém, servidora pública da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa),

advogada atuante, viúva, uma filha e militante do jornalismo independente. Fundou e é responsável pelo Blog da Franssinete Florenzano (2009) e pelo jornal Uruá-Tapera (1991)<sup>87</sup>, que atualmente compõem o Portal Uruá-Tapera. Florenzano foi presidente por duas vezes da Academia Paraense de Jornalismo (APJ), é membro da Academia Paraense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA), do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (IHGT), da Associação Brasileira de Jornalistas em Turismo (Abrajat) e ativista do Instituto Dom Luiz Azcona.

### **A violência da censura**

A jornalista iniciou seu relato dizendo que sentiu na pele a violência da censura tão logo iniciou sua carreira<sup>88</sup>. Ela ainda era estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Pará (UFPA) quando foi chamada para trabalhar em um jornal alternativo de Belém, que pertencia a um político de Santarém. A jornalista publicou um artigo sobre as eleições municipais em Santarém, descrevendo a trajetória de um dos candidatos, um ex-delegado de Polícia Civil, que tinha diversas acusações contra ele: “Me achando a livre, escrevi um artigo detonando...” Mas, o dono do jornal era amigo e patrocinador da campanha daquele candidato. E houve forte repercussão no município em função do teor do artigo. Ela relatou que foi chamada pelo empresário que lhe perguntou se era comunista, “porque nessa universidade é só comunista” e lhe comunicou que, a partir daquele momento, todo seu material seria visto por ele antes de ser publicado. Florenzano relata que o questionou, dizendo que isso se configurava como censura prévia e o empresário retrucou que teve prejuízo político por conta da liberdade dada a ela. A jornalista lembra que ainda escreveu três artigos e os submeteu ao patrão:

Eu estava me sentindo vítima da censura prévia duas vezes: a minha, que estava antecedendo a dele, porque o fato de saber que ia passar por ele já me obrigava a fazer a minha autocensura. Eu burilava mais um pouco (o texto) para poder me encaixar naquilo que eu já imaginava que seria o aceitável. Era uma situação muito desconfortável (Franssinete Florenzano, em entrevista, 2024).

---

<sup>87</sup> O jornal impresso Uruá-Tapera, lançado em 1991, no município de Oriximiná, pela jornalista Franssinete Florenzano, em formato *standard*, com 8 páginas, tinha como meta inicial ser um espaço de notícias da região Oeste. Hoje compõe, junto com o Blog da Franssinete Florenzano, o portal de notícias <https://uruatapera.com/Uruá-Tapera>. O portal tem como sócia a filha de sua fundadora, Gabriella Florenzano, e conta com o apoio diversos colunistas colaboradores.

<sup>88</sup> As informações aqui tratadas foram obtidas por meio de entrevista realizada com Franssinete Florenzano, em Belém-PA, no dia 04 dez. 2024.

Ela enfatiza que, com a insustentabilidade da situação, preferiu pedir para sair do jornal, mesmo sabendo que era uma estudante abrindo a mão da oportunidade de ter o primeiro emprego no seu meio profissional. Mas, recordou, conseguiu um novo contrato em pouco tempo, dessa vez no jornal impresso A província do Pará, onde passou a escrever artigos no encarte chamado Jornal de Santarém. Mas se sentiu, novamente, tolhida por conta de sua opinião. Ela não lembrou do teor do artigo, mas sabe que desagradou alguém importante da área política ou empresarial.

O diretor do jornal, que era seu amigo, chamou-a e a informou que, em função dessa situação, seu artigo seria analisado por ele antes da publicação. A jornalista recorda que reagiu imediatamente: “Tu viraste um censor!” E o diretor ficou “muito bravo” e lhe disse: “Tu ainda vens me acusar aqui na minha sala? Tu és uma privilegiada, porque tu já chegaste aqui como colunista”. O diretor propôs que ela tirasse um mês de férias e voltasse com “a cabeça no lugar”. Mas, pensou, “isso não vai dar certo e é melhor pedir demissão”. Na sua narração, lembrou que o diretor lhe disse que poderia voltar para o jornal, se quisesse, porém, não seria mais colunista, mas iria para a reportagem do caderno de polícia “porque tu vais começar de baixo, que eu acho que é isso que está te faltando, humildade”. Essa reação do diretor nos reportou ao pensamento de Butler (2021, p. 218): “A censura é uma forma produtiva de poder: ela não é simplesmente privação, ela também é formação”. Na entrevista, a jornalista disse, sorrindo, “nunca voltei” e, desde então, desistiu definitivamente de atuar na grande imprensa paraense.

### **Jornalismo independente**

No depoimento de Florenzano, emerge a força de uma trajetória marcada por iniciativa própria, coragem e criatividade diante de contextos de violência simbólica e estrutural, como a censura e a precarização do trabalho jornalístico na Amazônia. Sua decisão de fundar o jornal Uruá-Tapera surge como um gesto de resistência e de afirmação de autonomia, em um contexto em que a grande imprensa pouco ou nada se ocupava com as realidades locais e onde, como ela própria relata, o mercado de trabalho era escasso e restritivo para jornalistas críticos e independentes.

Esse impulso de “querer ser a pioneira” em Oriximiná<sup>89</sup> revela não apenas uma disposição individual, mas também a consciência de que a comunicação – especialmente aquela

---

<sup>89</sup> Oriximiná é um município histórico, do Baixo Amazonas/Oeste do Pará. Por volta de 1815, a região, que era habitada por indígenas, recebeu e quilombolas (que fugiram da escravização de fazendas e da lavoura cacaeira).

que parte de dentro – tem o poder de inaugurar novas possibilidades de representação e de luta social. O periódico fundado fazia a cobertura dos diversos municípios da região do Baixo Amazonas. Nesse período, ela já era servidora da Alepa, onde se sentiu, recordou, motivada a cursar Direito e a atuar também como advogada, agregando o conhecimento das duas áreas em favor do projeto de trabalho na mídia alternativa.

A jornalista destacou que, além da reportagem de campo (passava 15 dias na região do Baixo Amazonas), da escrita e da edição, acompanhava todo o processo de impressão do jornal, que era feito na Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOEPA), onde o preço era “mais em conta”. Florenzano reconstituiu, com detalhes, o caráter artesanal de seu trabalho, que conciliava a atuação jornalística, a redação e a edição de matérias, com o acompanhamento técnico minucioso da impressão, feito de madrugada: “cheirei muita cola ali, para garantir que não errassem, especialmente na hora de colar as composições”, recordou. Quando terminava o processo de impressão, de madrugada, ela levava o jornal para o aeroporto para a distribuição. “Minha filha dizia: ‘Eu nunca vou ser jornalista nem advogada, porque minha mãe é e não tem tempo para nada.’ Como não podia deixá-la sozinha, ela ia comigo para o aeroporto”.

Esse processo não apenas ilustra as condições precárias em que a mídia alternativa muitas vezes precisou operar, mas também evidencia o compromisso pessoal e político de fazer jornalismo, mesmo sem as estruturas ou recursos convencionais. Sua fala ilumina, assim, a contradição entre a força de vontade e a falta de apoio institucional. Florenzano também relata que tentou, mas não conseguiu patrocínio, e só conseguiu registrar o jornal após seis meses de circulação, uma prática de sobrevivência comum aos veículos alternativos, que sempre precisaram driblar a desconfiança e a invisibilidade para permanecerem vivos.

A jornalista também articula a transição histórica e simbólica que marcou a comunicação nos anos 2000, quando o ambiente digital se tornou, como diz Lopes (2013), um espaço de estímulo e reinvenção para o jornalismo. Ao migrar para a internet, primeiro como blogueira e depois como criadora do portal Uruá-Tapera, Florenzano demonstra sua capacidade de adaptação e inovação, incorporando as novas mídias não como uma ruptura de seu trabalho, mas como continuidade e ampliação de sua luta por independência e voz própria. Seu depoimento destaca como o ambiente digital, longe de ser apenas um espaço de dispersão, tornou-se ferramenta de empoderamento para jornalistas que, como ela, queriam continuar a narrar as vozes esquecidas e as realidades submersas na cobertura hegemônica.

---

Em 1877, foi fundado o povoado Uruá-Tapera, que em 1886 virou freguesia e em 1894 foi elevado a vila. Sua emancipação definitiva, como município, ocorreu em 1934.

Por fim, a fala de Florenzano articula dimensões pessoais e profissionais de forma indissociável, ao narrar como sua filha a acompanhava nas madrugadas de impressão e o processo de distribuição no aeroporto. Essa fusão entre a vida íntima e o compromisso jornalístico revela não apenas as dificuldades práticas de manter um projeto independente, mas também a força simbólica de um jornalismo que nasce, literalmente, do corpo, da casa e das relações de afeto e cuidado. Em seu relato, encontramos a recusa a ceder à censura e à precarização, a aposta na autonomia e a convicção de que narrar a Amazônia – desde dentro – é uma forma de fazer política, de construir cidadania e de forjar novos horizontes de luta e de esperança.

### **Perseguição política a partir dos anos 1990**

Na entrevista da jornalista, emerge um quadro de enfrentamento direto contra as diversas formas de violência – física, simbólica, institucional e judicial – que se abatem sobre jornalistas que ousam expor irregularidades no poder público, especialmente no contexto amazônico. Ao narrar o episódio de 1992, quando denunciou o uso de servidores e equipamentos públicos em benefício privado pelo prefeito de Oriximiná, Florenzano revela o risco cotidiano que marca o jornalismo independente: o risco de retaliação não apenas na forma de processos judiciais e tentativas de censura, mas também de violência física e ameaças diretas, como a multidão incitada a agredi-la. Esse episódio escancara a violência política que se traveste de “defesa da honra” e de abuso do poder local, com o controle social e a tentativa de silenciamento se misturando às relações de parentesco e redes de influência. Em reação a sua publicação, a mulher do prefeito reuniu uma multidão para atacá-la na rua: “Foi um negócio horrível. Foram para cima de mim, quebraram a minha máquina e o gravador”, relata Florenzano, “e eu fui salva por um amigo que passou nessa hora, na moto, e me colocou na garupa dele. Eles poderiam até ter me agredido fisicamente.”

Ela lembrou que o inquérito policial demorou a sair e foi complicado, porque a primeira-dama tinha parentesco direto com o delegado regional: “...foi preciso eu ficar muito em cima”. A jornalista fez sua própria defesa e, no final do processo, saiu vitoriosa. Florenzano demonstra a dimensão estrutural dessa violência ao rememorar a dificuldade de obter justiça no sistema policial, permeado por laços de parentesco que fragilizam ainda mais a posição do jornalista. Sua necessidade de “ficar muito em cima” para que o inquérito policial sequer fosse instaurado ilustra o caráter desigual do acesso à justiça e a busca do poder político e econômico de proteger seus próprios interesses. Ainda assim, ao final, sua vitória judicial simboliza a capacidade de

resistência do jornalismo independente – uma vitória que vai além do caso individual e reforça a defesa da liberdade de imprensa como pilar democrático.

A jornalista relatou que, além do trauma desse ataque, foi processada pelo casal (prefeito e esposa), que ajuizou um processo por calúnia e difamação contra ela. Florenzano ressaltou que esse caso faz parte de série de violências no âmbito judicial que sofreu em virtude da sua atuação na imprensa alternativa, o que se denomina de violência judicial – processos infundados que têm como objetivo intimidar, desgastar e deslegitimar a atuação do jornalista, minando não apenas sua força individual, mas também criando um efeito coletivo de autocensura, como analisa Samira de Castro (Abraji, 2024), que têm como efeito a longo prazo “a autocensura de profissionais e veículos de mídia, porque esse tipo de abuso do poder de litigância tem efeito não só individual, mas coletivo”<sup>90</sup>. Florenzano reflete como essa prática ultrapassa o campo jurídico e adentra a esfera simbólica, atacando a credibilidade e a autonomia do jornalismo como prática de interesse público.

Outro aspecto central em sua fala é a tentativa do casal de embargar a impressão do jornal Uruá-Tapera na Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOEPA). Esse episódio foi mediado pelo então presidente da IOEPA, o jornalista Walter Guimarães<sup>91</sup>, que reconheceu a legitimidade do projeto da jornalista e viabilizou a continuação da impressão do seu jornal. O caso evidencia a tensão entre a censura institucional e as brechas de resistência que, em alguns casos, permanecem mesmo em estruturas estatais. O contraste com a recusa da gráfica privada – que exigia “ler tudinho pra depois liberar” – explicita a natureza essencialmente contra-hegemônica do jornalismo alternativo que, como aponta Veloso (2014), propõe-se como contrapoder, recusando o consenso e criando possibilidades de leitura da realidade.

Seja na forma impressa ou audiovisual, seja por meio de *sites* e blogues, esses meios alternativos de jornalismo no Brasil da pós-ditadura têm em comum a proposta de atuar como uma espécie de contrapoder no campo midiático, buscando maneiras de trazer à tona um outro discurso de realidade, cuja marca singular é a recusa ao consenso. Esses veículos expressam um modelo de jornalismo que pode se apresentar como alternativo, dissidente ou de resistência. A nomenclatura parece, hoje, uma questão de menor importância. A discussão fundamental reside no fato de que são experiências contra-hegemônicas, conduzidas de modo a ecoar não só questões historicamente recusadas pela grande imprensa, mas também nos sentidos de uma outra leitura possível para o modo como os fatos são narrados (Veloso, 2014, p. 41-42).

<sup>90</sup>Violência contra jornalistas cai no Brasil pós-Bolsonaro, mas cerco judicial cresce, aponta Fenaj. **Abraji**, 2023. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/violencia-contra-jornalistas-cai-no-brasil-pos-bolsonaro-mas-cerco-judicial-cresce-aponta-fenaj>. Acesso em: 22 mar. 2025.

<sup>91</sup>O jornalista Walter Guimarães (1939-2012) atuou e dirigiu diversos veículos de comunicação no Pará e presidiu a Fundação de Telecomunicações do Pará (Funtelpa) e a Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOEPA).

Florenzano, ao optar por não se submeter à “pré-aprovação” editorial imposta por empresas privadas, reafirma a independência como essência de seu projeto jornalístico. Sua fala revela o dilema do jornalismo na Amazônia: lidar com a precariedade de recursos e a proximidade de quem detém o poder político e econômico, e forjar, ao mesmo tempo, espaços de resistência e de afirmação de outra narrativa possível – uma narrativa que recusa o silenciamento e insiste em dar visibilidade às realidades e aos conflitos invisibilizados pela grande imprensa.

Ainda em sua fala, Florenzano articula a dimensão pessoal e política de ser jornalista na Amazônia: a necessidade de coragem e convicção para enfrentar as múltiplas faces da violência, mas também a consciência de que a prática jornalística independente carrega uma potência política que vai além do ato de informar: é um ato de reexistência e de recusa a aceitar que o poder dite o que deve ou não ser dito. Esse testemunho, ao mesmo tempo íntimo e coletivo, inscreve-se na memória das lutas do jornalismo alternativo no Brasil, especialmente em territórios onde o autoritarismo, a desigualdade e o preconceito buscam sufocar a voz de quem resiste.

### **Entre poderes, medo e violência judicial**

No depoimento de Florenzano, encontramos uma narrativa contundente e complexa sobre a persistência e a gravidade das violências enfrentadas por jornalistas independentes que se dedicam à denúncia de crimes ambientais, políticos e sociais na Amazônia. Seu relato sobre as ameaças de morte recebidas em 2012, por expor a máfia de madeireiros, garimpeiros e grileiros, ilumina como o jornalismo investigativo na região confronta diretamente interesses poderosos e ilegais que, como ela mesma diz, “movimentam muito dinheiro” e recorrem à violência letal como forma de silenciamento.

A resposta fria e resignada de um agente da Polícia Civil – “se quiserem lhe matar, vão lhe matar” – revela a cumplicidade tácita e a negligência institucional que naturalizam a vulnerabilidade do jornalista, deixando-o à própria sorte. O policial ainda a advertiu, dizendo que, caso ela falasse sobre essa afirmação para alguém, ele iria dizer que era mentira. Essa naturalização do risco, que transforma a ameaça de morte em algo quase banal, dialoga diretamente com as denúncias recorrentes de organizações como a RSF (2023), que alertam para a escalada de violência contra comunicadores em cenários polarizados e instáveis.

Apesar dessa omissão policial, Florenzano encontrou no Ministério Público um aliado na luta contra a impunidade. Esse apoio pontual do MPPA destaca como, muitas vezes, a defesa

da liberdade de imprensa e do direito à informação depende de atores institucionais isolados, em uma engrenagem pública que, em geral, favorece o poder econômico e político dos agressores. Ela enfatizou, ainda, que foi por conta de situações como essa que se sentiu aliviada quando sua filha decidiu estudar fora do estado: “A saudade quase me matou. Mas, por outro lado, eu pensava que era pela segurança dela. Aqui, em Belém, ela seria um alvo muito mais fácil”.

A jornalista amplia ainda mais a dimensão dessa violência ao narrar sua experiência após denunciar o caso de um deputado estadual<sup>92</sup> investigado por pedofilia na CPI da Alepa<sup>93</sup>, que resultou em múltiplos processos judiciais contra ela. O relato da jornalista evidencia não só o poder de quem está “acima da lei” – gastando milhões para manipular o processo – mas também a forma como a violência judicial se transforma em estratégia de vingança e deslegitimação: ao judicializar a denúncia, tenta-se reverter a lógica da informação em difamação, invertendo o papel do agressor e da vítima. Ao reafirmar que suas matérias foram todas baseadas em documentos públicos, Florenzano denuncia o cerceamento da liberdade de imprensa como prática estrutural no Brasil, como frisam Ferreira (2015) e Mattos (*apud* Melo, 2012), destacando como a judicialização tem se tornado uma ferramenta de coerção e silenciamento, especialmente quando usada de forma seletiva e politicamente motivada.

A ditadura militar de 1964 acabou, formalmente, com a posse de José Sarney, em 1985, mas o uso do cerceamento permaneceu. O hábito do cachimbo deixou muita gente de boca torta. E a crítica séria é encarada com intolerância. Quem ousa furar o cerco da muralha levantada para proteger o interesse dos poderosos, paga com processos e condenações judiciais. Blogueiros e jornalistas independentes enfrentam a fúria dos que sequer reivindicam o direito de resposta, quando discordam de uma publicação. Preferem a via judicial ao esclarecimento, ao debate de ideias. Ameaças de prisão ou vultosas indenizações visam novamente a amordaçar os que fazem jornalismo para o cidadão (Ferreira, 2015, p. 170-171).

Outra violência judicial narrada por Florenzano foi a tentativa de censura e intimidação por parte de um vereador de Belém, que tentou prejudicá-la funcionalmente após ter sido alvo de matérias sobre corrupção – episódio que reforça a teia de violência simbólica e institucional que envolve o jornalista. O referido vereador desejava trocar o nome de uma rua de Belém por meio de um projeto de lei, a partir do recurso recebido de um empresário para tal. Florenzano lembrou que, a partir dessa denúncia, iniciou-se em Belém uma campanha contra o projeto do

<sup>92</sup>FLORENZANO, Franssinete. A impunidade chocante de Sefer. **Uruá-Tapera**, 2025. Disponível em: <https://urutapera.com/a-impunidade-chocante-de-sefer/>. Acesso em: 22 mar. 2025..

<sup>93</sup> ALEPA. **Relatório final da CPI. Belém**: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, [s.d.]. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/1522\\_relatorio\\_final\\_da\\_cpi\\_consolidado\\_publicacao%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/1522_relatorio_final_da_cpi_consolidado_publicacao%20(1).pdf). Acesso em: 22 mar. 2025.

vereador<sup>94</sup>. Por essa denúncia feita, abriu-se uma campanha mentirosa contra ela, de receber salários duplicados de dois órgãos (TCE e ALEPA). A jornalista, de imediato, no seu relato de autocontrole e estratégia, quebrou seu próprio sigilo bancário e entregou espontaneamente os comprovantes, protocolando-os antes de qualquer citação. Esse ato revela não apenas uma profissional atenta, mas alguém que internalizou o risco como parte inevitável de sua prática jornalística. Isso reflete, de forma quase paradoxal, a força de quem transforma o medo em método de cuidado e em reafirmação de sua própria legitimidade.

Mais profundamente, a fala de Florenzano articula a resistência do jornalismo alternativo como prática contra-hegemônica. Ao recusar as pressões e se manter fiel a uma linha ética e investigativa, ela exemplifica o que Veloso (2014) chama de “contrapoder midiático”, um jornalismo que se constrói não para reproduzir consensos, mas para questioná-los. Seu depoimento finaliza com a consciência clara do peso de sua atuação: “Se eu tivesse qualquer coisa fora da linha, eu estava lascada”. Essa consciência reforça que, para quem desafia o poder, o jornalismo não é apenas profissão – é compromisso público, coragem e vigilância constante.

Em síntese, o relato de Florenzano escancara as dinâmicas de poder e violência que atravessam a prática jornalística na Amazônia e no Brasil: da ameaça física e explícita à violência judicial e simbólica, que deslegitima e tenta amordaçar, mas revela, também, com força, que a coragem de narrar – mesmo quando tudo conspira para o silêncio – é, em si mesma, um ato político e de resistência, é a recusa em permitir que o medo ou o poder fechem as frestas por onde passam as vozes e as histórias que muitos gostariam de calar.

### **Paz e apoio dos internautas**

Ainda sobre o episódio do vereador de Belém, Florenzano expõe um novo desdobramento da violência simbólica e política que enfrentou, direcionada, desta vez, a constrangê-la e fazê-la abandonar o jornalismo crítico, adequando sua produção aos interesses hegemônicos. O pedido explícito do conselheiro do TCE de que ela trocasse a denúncia e a crítica por “amenidades”, publicando, no lugar delas, notas de aniversários e de eventos sociais, não apenas evidencia o desrespeito ao jornalismo enquanto prática de interesse público, mas também explicita a tentativa de reduzir a sua atuação a um papel de mera legitimação social e política do poder. Essa pressão, disfarçada de conselho, revela a forma como, em muitos

---

<sup>94</sup> FLORENZANO, Franssinete. Mudança tem que ser anulada. **Blog da Franssinete**, 2011. Disponível em: <https://uruataperablogspot.com/2011/08/mudanca-tem-que-ser-anulada.html?view=flipcard>. Acesso em: 22 mar. 2025.

espaços institucionais, a censura se dá de maneira velada, sob a aparência de “boa convivência” ou de “neutralidade”, mas que, na prática, significa sufocar a liberdade de expressão e a função crítica do jornalismo.

A recusa de Florenzano em aceitar tal imposição – “não vou abrir mão do meu blog, da rede social, nem do jornalismo por causa disso” – resgata a essência de sua trajetória: a coragem de manter-se fiel a seus princípios, mesmo diante das consequências profissionais e financeiras. Sua decisão de abandonar o cargo no Tribunal de Contas do Estado (TCE) e retornar à Alepa, onde a remuneração era significativamente menor, demonstra a convicção de que a integridade profissional e a liberdade de expressão são valores inegociáveis. Esse gesto, ao mesmo tempo radical e ético, reafirma o jornalismo como uma prática que transcende a lógica econômica e se ancora em valores fundamentais para a democracia.

A jornalista também revela como transformou essa experiência de violência institucional em ato de denúncia pública, ao compartilhar em seu blog e nas redes sociais o verdadeiro motivo de sua exoneração: a pressão do vereador. Essa transparência não só preservou a coerência de seu trabalho, mas também gerou um efeito de solidariedade coletiva: o apoio de leitores, blogueiros e internautas que, ao reconhecerem a legitimidade de sua luta, reafirmaram a importância do jornalismo independente como um espaço de resistência. Essa confiança é destacada pelos estudos de Christofolletti e Becker (2024), que destacam como a relação entre jornalistas e público não se limita ao consumo de informação, mas se estrutura como um laço de reconhecimento e afeto – uma “condição de existência” que sustenta a prática do jornalismo crítico em meio à hostilidade e ao isolamento.

Por fim, Florenzano deixa claro que, embora essa decisão tenha trazido dificuldades materiais e emocionais, ela encontrou “paz” ao saber que havia feito o que considerava certo. Essa paz, longe de ser mera satisfação individual, expressa o sentido ético e político de sua atuação: a recusa a se submeter a pressões que transformariam o jornalismo em mera vitrine de vaidades ou ferramenta de manipulação do poder. Seu relato se inscreve, assim, na memória das resistências cotidianas que desafiam a censura velada e reafirmam que a credibilidade e a confiança não são meros adornos retóricos, mas alicerces para a construção de um jornalismo que realmente sirva ao interesse público.

### **Poder Político *versus* Jornalismo Independente**

No relato de Florenzano, identificamos um aspecto particularmente agudo das pressões sofridas por jornalistas independentes que também ocupam posições dentro do aparato estatal:

a tentativa constante de instrumentalizar sua condição de servidores públicos como mecanismo de chantagem ou de silenciamento. Florenzano descreve como o fato de ser, simultaneamente, jornalista e servidora efetiva do poder legislativo faz com que muitos – principalmente aqueles que são alvo de suas denúncias – vejam na instituição legislativa uma forma de atingi-la. Essa percepção revela o cruzamento perigoso entre a política institucional e as estratégias de controle simbólico, onde o “poder político” busca minar a autonomia e a legitimidade do jornalismo independente.

A tentativa de criminalizar ou deslegitimar o trabalho de Florenzano ao vinculá-lo à Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) expressa o uso do medo como instrumento de coerção, como bem discutiu Chauí (1987). O medo, nesse caso, não é apenas uma emoção subjetiva; ele se converte em ferramenta para intimidar, constranger e, sobretudo, sufocar vozes críticas que desafiam interesses consolidados. A denúncia do dono da boate que, ao ser exposto por descumprir a Lei do Silêncio, recorreu diretamente à presidência da Alepa para tentar silenciar a jornalista, demonstra que essa violência simbólica não se restringe aos poderosos políticos, mas se estende a agentes privados, que se sentem legitimados a usar o Estado para se proteger.

No entanto, o depoimento de Florenzano também evidencia que sua prática jornalística não foi absorvida por essas dinâmicas autoritárias. Ela faz questão de separar claramente sua atuação como jornalista independente de suas funções públicas, rejeitando a fusão entre o portal que dirige e o poder legislativo. Esse posicionamento demarca a autonomia e a responsabilidade que caracterizam o jornalismo como prática social e política, não como extensão de cargos ou instituições. O fato da presidência da Alepa, até o momento, não ter cedido às pressões externas e ter mantido o respeito à atuação de Florenzano, mostra que mesmo dentro de estruturas estatais há espaços de negociação e de preservação de liberdades individuais.

Assim, a fala de Florenzano ilumina uma questão central para o jornalismo independente na Amazônia (e no Brasil): como a proximidade com o poder – seja pelo contexto de trabalho ou pela natureza política das denúncias – pode gerar tentativas de intimidação que exploram fragilidades institucionais, mas também mostra como, ao recusar essas pressões e ao insistir na autonomia editorial, a jornalista reforça o papel do jornalismo como contrapoder, que não se curva perante a força simbólica ou material de quem ocupa posições de influência. Seu testemunho reafirma como, ainda que as ameaças sejam persistentes e multifacetadas, a integridade jornalística se sustenta na separação ética entre o público e o privado, e no compromisso inegociável com o direito à informação e à verdade.

## **Os desafios do jornalismo e jornalista na Amazônia**

No depoimento da jornalista paraense, emerge de forma clara e contundente a percepção de que o jornalismo na Amazônia está enredado em desafios estruturais que extrapolam o âmbito profissional e se inserem no próprio coração do modelo de desenvolvimento e de poder que molda a região. Para ela, a invisibilização do povo amazônida – paradoxalmente contraposta à “maior visibilidade do mundo” da própria Amazônia – é fruto de uma articulação histórica entre poder político e poder econômico, que se alimenta de práticas clientelistas e de conivência com crimes ambientais. Esse contexto faz da violência contra jornalistas e, sobretudo, da violência simbólica de negar visibilidade às lutas e denúncias, uma extensão do projeto de exploração e dominação que marca a Amazônia há séculos.

Ao citar casos concretos – como os incêndios no oeste do Pará, com a paralisação das aulas<sup>95</sup>, a falta de água potável na região do Marajó<sup>96</sup> e a contaminação ambiental do município de Barcarena por multinacionais<sup>97</sup> – Florenzano ilumina as contradições do modelo econômico que sacrifica vidas humanas e ecossistemas em nome de lucros imediatos. Sua análise revela a cumplicidade ativa do agronegócio e de setores do Estado, que não apenas destroem o meio ambiente, mas também silenciam quem ousa denunciar essas violações. Essa cumplicidade se manifesta, como ela aponta, na “amordaça” da grande imprensa, subjugada pelos interesses dos grandes anunciantes, que restringe ou mutila a cobertura jornalística crítica.

Essa relação de poder é explicitada quando a jornalista relata que editores, para que as matérias de impacto social e ambiental tenham alguma chance de publicação, são obrigados a “mutilar o texto do repórter ou jogá-lo no lixo” e a produzir títulos completamente desconexos – verdadeiras “aberrações” – que neutralizam o sentido crítico e a força das matérias. Esse quadro nos leva a Sodré (1999), autor que alega: quanto maior é a empresa de comunica o, menor é a liberdade da institui o imprensa, uma vez que a censura contemporânea não é sempre feita diretamente pelo Estado, mas pelos próprios interesses econômicos que controlam a média como espaço de circula o de sentido.

Florenzano sublinha, portanto, que o jornalismo independente na Amazônia não enfrenta apenas a precariedade material ou o medo de ameaças diretas, mas um sistema de silenciamento estrutural, em que a violência simbólica da invisibilidade e a violência política

---

<sup>95</sup> FLORENZANO, Franssinete. Os municípios da região Oeste do Pará sofreram com os incêndios criminosos registrados em 2024, principalmente no mês de novembro. **Uru -Tapera**, 2024. Disponível em <<https://uruatapera.com/oeste-do-para-em-chamas-e-povo-sufocado-pela-fumaca/>>. Acesso em: 24 mar. 2025

<sup>96</sup> A FALTA de água potável atingiu os 16 municípios do arquipélago do Marajó em 2011. **Uru -Tapera**, 2021. Disponível em <<https://uruatapera.com/marajo-sem-agua-potavel-e-acp-sem-desfecho-desde-2011/>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

<sup>97</sup> FLORENZANO, Franssinete. O município de Barcarena e seus vizinhos vivem em constante risco de tragédia ambiental devido à explora o, por multinacionais, de minérios como bauxita e manganês. **Uru -Tapera**, 2017. Disponível em <<https://uruatapera.com/exposicao-realca-impactos-ambientais/>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

da censura se reforçam mutuamente. Sua fala conecta o cotidiano das redações – onde a liberdade editorial é comprimida pela lógica de mercado – às consequências concretas para a saúde e a vida das populações amazônicas: “quantas pessoas estão doentes por causa disso? Quantas pessoas já morreram? Quantos nasceram com câncer, cegos, anencefalia, hidrocefalia?”. Essas perguntas – sobre as consequências dos crimes ambientais – não são apenas retóricas; elas reiteram o caráter vital do jornalismo como mediador de justiça social e de memória coletiva.

Assim, sua entrevista denuncia o cerceamento de um jornalismo que, idealmente, deveria servir ao interesse público, mas que, na prática, serve aos grandes anunciantes e aos poderes que moldam as narrativas. Sua postura – de continuar a expor essas contradições e injustiças mesmo diante de ameaças e pressões – reafirma o jornalismo como ato político, de resistência e de coragem. Essa análise nos permite ver que o jornalismo na Amazônia não é apenas uma profissão em risco, mas uma prática essencial para denunciar as violências históricas e cotidianas que, como ela mesma diz, transformam a maior floresta tropical do mundo em palco de crimes invisíveis, mas nunca, para ela, calados.

### **Discurso de ódio no blog na era Bolsonaro**

A fala de Florenzano sobre o período do governo Bolsonaro (2019-2022) explicita as transformações no ambiente comunicativo e digital que impactaram diretamente o exercício do jornalismo independente. Ela narra como a hostilidade e o discurso de ódio, catalisados pelos apoiadores de Bolsonaro, emergiram como formas cotidianas de violência simbólica, dirigidas não só contra ela, como jornalista, mas contra todo e qualquer discurso que defendesse os direitos humanos ou questionasse o poder autoritário. O uso da acusação de “comunismo” como rótulo desqualificador ilustra como a polarização política e a retórica do ódio foram sistematicamente mobilizadas para desacreditar vozes críticas e pluralistas, reduzindo debates fundamentais a trincheiras ideológicas simplificadas.

Ao lidar com esses ataques, Florenzano adota uma postura que equilibra firmeza e abertura ao diálogo. Ela distingue claramente quem busca diálogo de quem só quer impor o ódio e a violência: “essa pessoa, quando coloca um comentário assim, tão violento, não queria diálogo”. Essa recusa em responder ao discurso de ódio e a decisão consciente de apagá-lo do blog não significa censura ao contraditório, mas a demarcação de um limite ético. Em sua fala, Florenzano reafirma a ideia de que a liberdade de expressão, valor central da democracia, não se confunde com a permissão para propagar violência e eliminar simbolicamente – e, por

extensão, fisicamente – o outro. Ao excluir comentários que clamavam por violência explícita, ela preserva o espaço de debate como um ambiente de respeito mútuo, alinhando-se à concepção de que o direito à palavra não inclui o direito de violentar ou suprimir o outro.

Sua postura também revela um compromisso pedagógico com o valor democrático da pluralidade. Ela destaca que dialogava com quem, mesmo discordando, estava disposto a argumentar, mostrando que a divergência de ideias não é ameaça, mas parte constitutiva da vida democrática. Essa capacidade de discernir entre o que é debate legítimo e o que é violência simbólica é crucial no atual cenário comunicativo, onde a desinformação e a hostilidade têm sido usadas como armas políticas para intimidar, desmoralizar e até justificar a violência física.

Ao final, Florenzano nos lembra que eliminar o discurso de ódio de seus espaços de comunicação não é apenas uma estratégia de defesa pessoal ou do blog, mas um gesto de coerência com a luta pelos direitos humanos – valores que ela defende desde o início de sua trajetória. Sua fala ressignifica o ato de moderação e curadoria no ambiente digital não como uma prática autoritária, mas como uma forma de proteger o sentido mais profundo da liberdade de expressão, que é, justamente, o direito de coexistir e dialogar, sem que a violência simbólica destrua as bases do respeito e da dignidade.

### **5.3.1 Desfechos interpretativos analíticos**

A entrevista de Fransinete Florenzano revela uma trajetória de resistência e coragem, em que o jornalismo independente na Amazônia se consolida como uma prática política essencial para romper o silêncio imposto por interesses econômicos, políticos e midiáticos. Ao longo de seu depoimento, Florenzano expõe as camadas de violência – física, simbólica e institucional – que marcam a prática jornalística na região, desde as ameaças diretas de morte e as perseguições judiciais até as tentativas veladas de censura e as pressões para transformar o jornalismo em mero instrumento de legitimação do poder.

Florenzano ilumina, com seu testemunho, a profunda desigualdade estrutural que sustenta a violência contra comunicadores na Amazônia. Ao mesmo tempo, denuncia a contradição que transforma a maior floresta tropical do planeta em palco de destruição ambiental e invisibilização social, onde o “povo amazônida” – como ela nomeia – permanece ausente das narrativas dominantes. Sua recusa a se submeter à lógica dos grandes anunciantes e sua crítica ao colonialismo informativo das empresas de comunicação do Sul e Sudeste do Brasil reafirmam o jornalismo como um espaço de contrapoder, que recusa o consenso e constrói outras leituras possíveis sobre a realidade.

Além de denunciar, Florenzano compartilha estratégias de enfrentamento que vão desde a coragem individual – como manter seu blog e suas publicações mesmo diante de ameaças – até a importância das redes de solidariedade, como o apoio dos internautas e colegas jornalistas que reconhecem e validam seu compromisso ético. Sua prática revela que, para além de uma profissão, o jornalismo é, no contexto amazônico, um ato político de existir e resistir.

Ao recusar o discurso de ódio em suas redes e ao reafirmar que a democracia se sustenta no respeito à divergência e na defesa inegociável dos direitos humanos, Florenzano faz de seu depoimento um chamado para que o jornalismo permaneça como espaço de cuidado e responsabilidade social. Sua fala nos lembra que, mesmo em meio à hostilidade e à violência, a força do jornalismo independente reside na sua capacidade de dar voz aos que foram historicamente silenciados, de reexistir apesar das tentativas de apagamento e de transformar a indignação em narrativa – e, sobretudo, em esperança de justiça e dignidade para o povo amazônica e para todos aqueles que lutam por um futuro mais justo.

#### **5.4 De frente com a violência**

A entrevista com o jornalista Raimundo Osvaldo dos Anjos Araújo foi realizada em 18 de fevereiro de 2025, por videochamada, por meio app WEtransfer, considerando que o entrevistado reside em Tucuruí, município que dista mais de 400 km da capital paraense. A escolha desse jornalista levou em conta sua participação como cinegrafista responsável pela cobertura do Massacre de Eldorado do Carajás<sup>98</sup>, em 17 de abril de 1996, onde 21 trabalhadores

---

<sup>98</sup> O Massacre de Eldorado do Carajás aconteceu em 17 de abril de 1996, quando policiais militares assassinaram 19 manifestantes sem-terra e deixaram dezenas de outros feridos (destes dois morreram no hospital, totalizado 21 pessoas mortas), em uma alegada ação de desocupação da rodovia PA-150, no município de Eldorado dos Carajás, no sudeste do estado do Pará, a cerca de 750 quilômetros da capital, Belém. Acampados na estrada, na altura da Curva do S, os sem-terra pretendiam marchar para a capital, para exigir dos órgãos ligados à questão fundiária a agilização no processo de desapropriação da Fazenda Macaxeira – um latifúndio de cerca de 37 mil hectares utilizados por seu proprietário, Plínio Pinheiro Neto, apenas para pasto – para fins de reforma agrária. A fazenda tinha sido ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) desde 1995, aumentando a tensão na região e originando denúncias, após o massacre, de que fazendeiros, incluindo o grupo de proprietários da Macaxeira, teriam financiado ações policiais para eliminar líderes sem-terra. Em alguns dos corpos, a perícia apontou sinais de tortura e de tiros à queima-roupa, caracterizando execuções. Nenhum dos 144 policiais que participaram da operação policial foi ferido. Nos julgamentos, apenas dois policiais foram condenados: o Coronel Mario Colares Pantoja, comandante da operação, preso 16 anos após o massacre e sentenciado a 258 anos de prisão; e o Major José Maria Pereira de Oliveira, subcomandante da operação, que recebeu pena de 158 anos de prisão e só começou a cumpri-la em 2012. Os dois principais nomes da cadeia de comando policial militar, o governador Almir Gabriel e o secretário de Segurança Pública Paulo Sette Câmara, nunca foram julgados. Eldorado do Carajás se tornou símbolo mundial da luta camponesa e expôs o Brasil como exemplo negativo da concentração fundiária, da brutalidade dos meios de repressão e da impunidade estatal em crimes contra os direitos humanos. O episódio é lembrado anualmente – em 17 de abril – em países de todo o mundo, com manifestações, marchas, ocupações, encontros e atos diversos em homenagem aos mártires de Eldorado.

rurais foram assassinados e centenas foram feridos por policiais militares, após o bloqueio da rodovia.

O jornalista Osvaldo Araújo, 58 anos, paraense, natural da cidade de Faro, casado, dois filhos, também atua como professor (em escola particular) de Literatura, Língua Portuguesa e Redação (graduado em Português e Inglês pela Universidade Anhanguera e em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes). Estudou Teologia, porém não chegou a concluir o curso e, por um breve tempo, foi pastor de igreja evangélica em Santarém, onde, em 1988, também começou a atuar como jornalista, na Rádio Tropical. Em 1991, mudou-se o município de Tucuruí. Lá atuou, inicialmente, com radiojornalismo no Sistema Floresta de Comunicação<sup>99</sup> e iniciou seus estudos sobre TV, aprendendo as técnicas de cinegrafia, edição, apresentação, produção e publicidade. Ainda em 1991, ele e outro colega conseguiram colocar um programa de telejornalismo no ar, na TV Floresta SBT. Também passou pelas assessorias de comunicação de algumas prefeituras, como a de Tucuruí, e atuou como assessor de um parlamentar federal, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Araújo também é escritor e membro da Academia Tucuruense de Letras.

A narrativa de Osvaldo Araújo oferece um testemunho complexo e ambíguo do Massacre de Eldorado do Carajás, revelando não apenas as práticas de violência física e simbólica que marcam a cobertura jornalística de conflitos agrários na Amazônia, mas também a própria posição precária do jornalista como mediador entre mundos em disputa. Desde o início de seu relato, Araújo destaca seu domínio técnico e sua capacidade de adaptação a novas tecnologias – atributos que o colocaram no centro da cobertura de um dos episódios mais trágicos da história contemporânea brasileira. Inclusive, rememorou que tinha trânsito livre com os sem-terra, porque era da TV Floresta SBT. Os jornalistas da Rede Globo (leia-se TV Liberal<sup>100</sup> – afiliada da Rede Globo no estado do Pará) não eram bem-vindos, pois a emissora era acusada de ser partidária. Esse relato nos faz pensar na crítica de Correia (1997) sobre o conflito de se confundir o jornalista com o veículo de comunicação:

---

<sup>99</sup> O Sistema Floresta de Comunicação, sediado em Tucuruí, atualmente é formado pela Rádio Floresta, TV Floresta SBT (com ou afiliada do SBT) e portal Floresta News. Foi fundado em 1982, pelos empresários José Adão Costa e Paulo Geraldo Viana. Fonte: Portal Floresta News. Disponível em: <https://www.sistemafloresta.com.br/institucional/#> e < [www.youtube.com/@SistemaFloresta](http://www.youtube.com/@SistemaFloresta)>. Acesso em: 07 maio. 2025.

<sup>100</sup> TV Liberal, afiliada da TV Globo em Belém, foi fundada pelo falecido jornalista e empresário pernambucano Rômulo Maiorana, em 1976. Foi a primeira no Norte e Nordeste a transmitir a cores e iniciar sua programação às 10h da manhã. A emissora, que cobre grande parte do estado, pertence à família Maiorana e faz parte do conglomerado de veículos de comunicação do Grupo Liberal, que inclui rádios, jornal e portal de notícias. Tem uma programação local que inclui, jornalismo, esporte, entretenimento e cultura.

[...] confunde-se o poder dos jornalistas com o poder dos media e fala-se dos jornalistas como se fossem eles os donos e os responsáveis dos jornais, das rádios e das televisões, tornando-os alvos de análise (e de críticas) que, verdadeiramente, deveriam se dirigir ao funcionamento do sistema mediático e ao papel dos media da nossa sociedade (Correia, 1997, p. 17).

Seu depoimento revela uma familiaridade com a dinâmica política e social do conflito: a mobilização do MST, a chegada de trabalhadores de outros estados, a presença de lideranças e as tensões locais que antecederam o massacre. E mostra como, no contexto amazônico, as disputas por terra e poder são permeadas pela violência simbólica que deslegitima os movimentos sociais – como quando relata as acusações (não comprovadas) de crimes por parte dos sem-terra, misturando relatos sobre “roubo de caminhão” e “churrascos com animais de elite”. Essa ambiguidade, ao mesmo tempo que documenta a organização dos sem-terra, reforça suspeitas sobre práticas supostamente ilegais e revela como o jornalismo de campo, em áreas de conflito, é construído em meio a versões fragmentadas e a discursos de poder muitas vezes contraditórios.

Um dia antes do massacre, o jornalista estava em viagem de trabalho a Parauapebas, e o diretor-presidente da TV Floresta, José Adão Costa, solicitou seu retorno imediato, com a finalidade de operar um novo equipamento recebido pela emissora, que seria emprestado à equipe da TV Liberal, para a cobertura dos protestos dos trabalhadores sem-terra. A repórter Marisa Romão<sup>101</sup> (TV Liberal), que cobriria o massacre ao vivo, já se encontrava em Parauapebas, mas a câmera do seu cinegrafista estava quebrada:

A equipe não estava preparada em termos de logística para acompanhar a mobilização dos sem-terra: não tinham roupas para trocar e o equipamento de TV Liberal Marabá era muito inferior ao necessário para esse tipo de pauta. Eles foram para lá sem ter ideia do que iriam cobrir e quem estava dando suporte era a capital (Araújo, em entrevista, 2025).

Oswaldo relatou que, no dia 17 de abril de 1996, quando estava a cerca de sete quilômetros de Eldorado do Carajás, deparou-se com a estrada bloqueada pela manifestação dos sem-terra, que o deixaram passar, mas a pé, por dentro da área bloqueada. Araújo se encontrou com a jornalista Marisa Romão e, juntos, decidiram a melhor forma de cobrir o

---

<sup>101</sup> Jornalista paraense que, em 17 de abril de 1996, como repórter da TV Liberal, afiliada da TV Globo no Pará, estava na Curva do S, na PA 150 (atual rodovia BR 155), a 754 quilômetros da capital, e foi testemunha ocular do Massacre de Eldorado dos Carajás, no qual 19 trabalhadores rurais sem-terra foram mortos pela Polícia Militar. Após esse episódio, Marisa Romão disse ter passado a receber ameaças anônimas de morte, o que a teria obrigado a ir embora do Pará com seus dois filhos. De dezembro de 1997 a março de 1998, por razões de segurança, morou na casa do governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT), em Brasília. Em março de 1998, pediu garantias de vida à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

movimento, incluindo a conversa com as lideranças da manifestação. No mesmo momento dessa conversa, perceberam a chegada do grupamento de 80 policiais militares vindos de Parauapebas. Foi quando, lembrou Osvaldo, perceberam que o protesto era maior do que imaginavam e que precisariam de mais baterias para a câmera, material que ficou no carro, que estava distante deles<sup>102</sup>.

Marisa Romão foi buscar o material, enquanto Araújo ficou para filmar qualquer acontecimento, pois temiam ser impedidos pela PM de retornar para dentro da área da manifestação. No caminho, Romão encontrou o comandante da operação, que teria dito: “Daqui a pouco a gente vai entrar! Não fica, sai de lá, porque a gente vai entrar”, mas a jornalista pegou o equipamento e retornou. Em seguida, ouviram estampidos de bombas de efeito moral, anunciando a chegada da PM de Marabá.

A partir desse momento, Araújo evidencia que a violência do Estado, expressa na brutalidade da operação policial, não foi um acidente, mas o resultado de um padrão histórico de repressão. Ele lembra como a chegada da PM de Marabá não foi precedida por diálogo ou negociação: “eles nem conversaram nem nada. Já saíram atirando”. Essa violência indiscriminada – que, segundo ele, começou com tiros para cima e depois mirou diretamente nos corpos dos manifestantes – remete ao diagnóstico de Arendt (2023), que interpreta o uso da violência como reflexo da incapacidade do Estado de exercer autoridade legítima. O massacre, assim, inscreve-se como sintoma de uma forma de poder que se sustenta na força bruta para manter a ordem social e o controle sobre as populações vulnerabilizadas.

O jornalista relembra que eles – a equipe da TV – correram para se esconder em uma casa de madeira, mas a polícia teria se aproximado e começado a atirar: “A gente se deitou no chão. A maioria das pessoas que estavam lá eram mulheres e crianças. Avisei à Romão que iria ligar a câmera e que deveríamos nos preparar para sair da casa”, recordou, “e saímos correndo. A jornalista Marisa Romão começou a gritar ‘só tem mulheres e crianças aqui, só tem mulheres e crianças’. Foi quando eles cessaram um pouco os tiroteios”.

O relato de Araújo ganha força quando ele narra a cena do menino Oziel, que simboliza o limite extremo da violência: a execução sumária de um jovem que, mesmo consciente do risco, decide sair em defesa de seus “irmãos”. Essa cena, marcada pela tragédia e pela coragem desesperada, humaniza o massacre e expõe o abismo entre as narrativas oficiais, que muitas vezes criminalizam as vítimas, e as histórias individuais de resistência e dignidade.

---

<sup>102</sup> Nesse período, as baterias das câmeras de cinegrafia tinham um tempo de duração em média de 15 minutos, e como eram pesadas, geralmente ficavam guardadas para serem trocadas conforme a necessidade.

Por outro lado, o depoimento de Araújo também expõe a posição ambígua do jornalista como testemunha que, embora tenha trânsito livre com os sem-terra, também está imerso nas tensões de poder de sua própria emissora e de seu ofício. Sua lembrança de que a TV Floresta tinha trânsito livre, enquanto a Rede Globo era vista como parcial, e de que ele foi requisitado para operar equipamentos de última geração em um momento de crise, aponta para as contradições internas do jornalismo – ora como ferramenta de visibilidade, ora como extensão de interesses empresariais e políticos.

A decisão de Araújo de continuar gravando e de captar as vozes e o pânico das mulheres e crianças, mesmo em meio aos tiros, reafirma o papel do jornalismo como guardião da memória dos que não conseguem ser ouvidos. Suas imagens, produzidas de forma improvisada, quase no chão, mas carregadas de sentido, tornam-se contranarrativas à versão oficial da violência, revelando a dimensão humana que o poder tenta apagar.

A entrevista de Araújo revela a condição precária e perigosa do jornalismo na Amazônia, especialmente quando confrontado com a violência estatal e a invisibilização das lutas sociais. Seu relato, permeado por dúvidas, medos e momentos de coragem, mostra que, no coração dos conflitos, o jornalismo é sempre um ato político e ético, marcado pela urgência de narrar o que muitos gostariam de manter no silêncio. Ao dar voz às vítimas do massacre, Araújo reafirma que a memória e a denúncia são as armas mais poderosas contra a violência que insiste em se repetir.

### **Jornalismo humano**

A continuação do relato de Oswaldo Araújo aprofunda ainda mais as dimensões de violência e de humanidade que atravessaram a cobertura jornalística do Massacre de Eldorado do Carajás. Ele descreve, com detalhes vívidos, a brutalidade dos acontecimentos não apenas como fatos a serem noticiados, mas como experiências que marcaram profundamente a própria equipe de reportagem, exigindo dela não apenas um olhar profissional, mas uma postura ética e solidária diante da dor e do desamparo das vítimas.

A cena do homem ensanguentado, algemado e atirado no chão do ônibus, conforme o relato, revela não apenas a violência física, mas a violência simbólica e institucional do Estado, que trata corpos feridos – e por extensão, vidas humanas – como descartáveis, indignos de cuidado ou compaixão. O gesto de Araújo e sua equipe, ao tentar aliviar o sofrimento daquele homem, quando o colocam em uma posição mais confortável, rompe simbolicamente a fronteira entre o jornalista como mero observador e o jornalista como sujeito de responsabilidade ética,

como alguém que, mesmo em meio ao caos e à violência, escolhe afirmar a dignidade do outro. Esse gesto reafirma o papel social do jornalismo não apenas como mediador de informações, mas como espaço de cuidado e solidariedade diante das violações de direitos.

O encontro posterior com esse homem no assentamento, que sobreviveu ao tiroteio, e a decisão de registrar a memória de seu corpo marcado por oito tiros, expressa o compromisso do jornalista com a história das vítimas – um compromisso que transcende o momento imediato da notícia e se prolonga como trabalho de memória e de reparação simbólica. A insistência em registrar essas trajetórias de vida – inclusive as sequelas físicas – resgata a narrativa dos sem-terra como sujeitos de direitos e de história, desafiando as versões oficiais que frequentemente criminalizam e invisibilizam esses corpos e suas vozes.

A história do senhor de 70 anos, baleado por fuzil e levado de bicicleta por sete quilômetros, explicita as dimensões de desamparo e de resistência coletiva que marcaram o massacre. A decisão da equipe de acolhê-lo no veículo da emissora e protegê-lo até conseguir atendimento médico revela que, naquele contexto, o jornalismo não se limitou à função de “reportar”, tornando-se espaço de cuidado e mediação entre a violência estatal e o direito básico à vida e à dignidade. Esses gestos de compaixão conferem ao jornalismo um sentido que vai além da objetividade e da neutralidade, mostrando-o como prática ética e humanizadora, especialmente em contextos nos quais o Estado falha em proteger os cidadãos e onde a violência se impõe como norma.

O relato de Araújo traz à tona um paradoxo profundo: enquanto as balas e a brutalidade silenciam, o ato de testemunhar e documentar resiste. Sua decisão de gravar não apenas o sangue e os ferimentos, mas também as falas e os rostos dessas vítimas, transforma o jornalismo em ato de denúncia e de preservação da memória. Ainda nesse sentido, o testemunho de Araújo reafirma que, mesmo em meio a violência extrema, o jornalista – ao reconhecer a humanidade do outro – rompe o ciclo de silenciamento e faz do seu ofício um espaço de responsabilidade social e de solidariedade.

### **A câmera como testemunha**

No depoimento, o trecho em que Oswaldo Araújo narra o episódio, após o massacre, envolvendo a câmera e a exigência dos policiais militares para que entregasse a fita a eles, demonstra, de forma exemplar, as tensões fundamentais que atravessam o jornalismo em situações-limite: a disputa entre o direito à informação e as estratégias de censura e silenciamento operadas pelas forças estatais. A recusa inicial de Araújo em entregar o material,

mesmo diante da pressão armada e da ameaça velada de violência – “não vou te dar essa porra e pronto” – traduz a coragem e a consciência do jornalista de que o registro da verdade dos fatos se torna, naquele momento, o único contraponto possível ao discurso oficial do poder.

A fala de Araújo expõe como a câmera se transforma em testemunha inescapável – não apenas um instrumento técnico, mas um dispositivo simbólico que ameaça os agentes da violência ao capturar imagens que podem desmentir a versão oficial. Essa percepção é intensificada quando ele narra o diálogo com os policiais – um diálogo no qual a força simbólica da câmera se choca com a força letal do Estado, que impõe por meio da força pela arma, como analisa Arendt (2023). O momento em que Araújo, refletindo, decide entregar a fita não é apenas um gesto de ceder, mas é também o reconhecimento estratégico de que a vida – sua e da equipe – está em risco iminente, e que resistir naquele momento significaria não apenas a perda da fita, mas a própria anulação de suas vozes como testemunhas.

Em um novo gesto de resistência, quando ainda estava em Eldorado, Araújo avisou a direção da TV Floresta, por telefone, o que tinha acontecido com a fita. Os dirigentes das TVs Liberal e Floresta entraram em contato com o secretário de Segurança do Estado, Paulo Sette Câmara<sup>103</sup> e com o Governador Almir Gabriel<sup>104</sup>. Ele lembrou que, após essa conversa, o Governador determinou que o comando da PM na região devolvesse a fita à imprensa.

O jogo de poder se estende no episódio seguinte, quando a promessa do Governador de devolver a fita não se concretiza imediatamente e os jornalistas são instruídos a aguardar. Ela será entregue somente depois. Essa espera – carregada de incerteza e medo – encarna o que Chauí (1987) identifica como o uso do medo como ferramenta de controle não apenas dos corpos, mas também da informação. Nesse interstício entre a violência física e o silêncio imposto, o poder estatal exerce sua força simbólica, mostrando que a censura não se limita a proibir a palavra: ela atua minando a confiança, impondo a dúvida e prolongando o trauma.

---

<sup>103</sup> Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara, advogado, mineiro, detetive da Polícia Civil de Minas Gerais, agente e delegado da Polícia Federal, superintendente da Polícia Federal em vários estados e Secretário de Estado de Segurança Pública do Pará, no Governo Almir Gabriel, na época em que ocorreu o Massacre de Eldorado de Carajás. Morreu aos 84 anos de idade, em 10 de maio de 2020, vítima da Covid-19. Foi acusado, por setores progressistas, de ter ordenado a execução dos sem-terra, em cumprimento à ordem do Governo do Estado, mas nunca foi processado pelo episódio. Fontes diversas.

<sup>104</sup> Almir José de Oliveira Gabriel (1932-2013), médico, político com passagens pelo PFL, PSDB e PTB, senador da República, prefeito da capital, Belém, e Governador do Pará por dois mandatos, no período de 1995 a 2003. Nascido em 18 de agosto de 1932, morreu em 19 de fevereiro de 2013, vítima de um enfisema pulmonar. Foi acusado, por setores progressistas, de ter ordenado o massacre dos sem-terra. Mas, em 1997, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) arquivou o inquérito aberto para apurar sua responsabilidade (TJ ARQUIVA inquérito contra Almir Gabriel. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 30 de setembro, 1997. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc300902.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2025).

Ainda assim, a decisão de Araújo de continuar trabalhando – de registrar a chegada dos corpos ao necrotério, de filmar cenas horríveis e de recusar o apagamento – resgata a força do jornalismo na construção da verdade factual. Ao filmar aqueles corpos “espalhados naquele pequeno necrotério” e ao descrever o cheiro de sangue e o horror do massacre, Araújo reconstrói a narrativa de quem, mesmo ameaçado, recusa-se a ser cúmplice do silêncio. Sua fala revela o compromisso ético que, mesmo em meio ao medo, insiste em nomear e mostrar a barbárie, e documentar o que o poder gostaria de manter invisível.

Ao afirmar que nunca imaginou presenciar um massacre, Araújo escancara a dimensão humana e existencial de seu ofício: o jornalista não é apenas o repórter que narra; é também quem carrega em seu corpo e em sua memória as marcas de uma violência que vai além do factual. Esse testemunho, portanto, não apenas denuncia o massacre, mas também revela o papel do jornalista como testemunha e como responsável pela memória do cotidiano que, mesmo ameaçada pela força do Estado, sobrevive como resistência e como esperança de justiça.

### **O controle da narrativa**

Araújo relata o encontro com o comandante da PM, logo após o massacre, e escancara a disputa simbólica e política em torno do controle da narrativa sobre a violência. A cena em que o jornalista chega em frente ao quartel e vê as poças de sangue, resultado do transporte dos corpos, traduz de forma crua a materialidade da barbárie e o esforço de limpeza simbólica que, como um ritual de negação, tenta apagar vestígios e evidências do crime. Essa “lavagem” literal do sangue não é apenas um ato de higienização física: ela representa o desejo de reescrever a história, de suprimir a memória dos assassinatos para legitimar a versão oficial.

O gesto do comandante – ao apresentar um “monte de armas” que teriam sido apreendidas com os sem-terra e ao exigir gravar primeiro sua versão antes de devolver a fita da equipe de TV – exemplifica o esforço de controle do discurso, típico do que Chauí (1987) descreve como o uso do medo e da violência para consolidar um projeto político. O comandante não quer apenas narrar sua versão: ele quer assegurar que a história que circulará – e que será legitimada pela mídia – seja a que ele mesmo constrói, minimizando a responsabilidade da polícia e deslocando o foco para a suposta violência dos manifestantes.

No entanto, a fala de Araújo revela como, mesmo nesse ambiente de coação e tentativa de manipulação, o jornalista encontrou brechas para afirmar a autonomia e a integridade de seu trabalho. A recusa de Araújo em comentar o conteúdo da fita com o comandante – e sua decisão de apenas afirmar “tem imagem aí” – mostra a consciência de que, naquele momento, o silêncio

estratégico era tão importante quanto a fala. Esse silêncio é uma forma de proteção, mas também de resistência: é a recusa a submeter o registro dos fatos à censura de quem, armado e autorizado pela força do Estado, tentava reescrever a verdade.

Outro ponto de tensão simbólica surge quando o comandante, sem o equipamento adequado, falha em assistir ao conteúdo da fita. Esse detalhe técnico – a fita ser de um formato inédito, inacessível ao equipamento comum – ganha força interpretativa como metáfora da opacidade e da resistência do testemunho: a verdade do massacre não é algo que o poder, por mais armado que esteja, consiga sempre dominar ou controlar. A câmera, nesse caso, resguarda a memória dos mortos e a integridade das vítimas, escapando à vigilância imediata da autoridade policial.

A devolução da fita, após essa série de ameaças e tentativas de apropriação, reafirma o sentido profundo do jornalismo como prática social. O depoimento de Araújo nos mostra que, na Amazônia marcada por violências e desigualdades, a disputa em torno da narrativa é, também, uma luta por justiça e dignidade. A fita, que sobreviveu à censura e ao medo, carrega em si a força da denúncia e da memória, e transforma a reportagem em ato de coragem e de afirmação da verdade, contra o silêncio imposto pelas armas.

### **Da parceria à disputa: contradições no jornalismo**

O relato de Araújo sobre a disputa pela autoria das imagens gravadas no Massacre de Eldorado do Carajás revela as tensões que marcam não apenas a cobertura de um evento histórico, mas também as relações de poder dentro do próprio campo jornalístico. Sua fala explicita como, em contextos de violência extrema e de acontecimentos de enorme repercussão, a autoria das imagens e o controle sobre a narrativa tornam-se elementos de disputa simbólica e material entre jornalistas e empresas de comunicação.

Recorremos a Bourdieu (1989) e à compreensão sobre o conceito de campo como um espaço social relativamente autônomo, estruturado por relações de força e de poder, onde agentes ou instituições disputam por posições, recursos e reconhecimento. Esse autor afirma que cada campo possui suas próprias regras e formas de capital (econômico, social, cultural, simbólico), valorizadas e legitimadas dentro desse espaço, mas lembra que no interior de cada campo ocorrem disputas internas fundamentais para o seu funcionamento. Dito de outra forma, os agentes lutam para impor a sua visão legítima do campo, tentando consolidar sua posição dominante ou ascender no seu interior. Essas disputas são movidas por interesses distintos, estratégias diferenciadas e, muitas vezes, pela busca por monopólio de determinados tipos de

capital. Ou seja, no campo do jornalismo, constata-se que as empresas de comunicação disputam o monopólio da informação, pois é por meio dele que podem deter os diversos capitais (político, econômico, simbólico e social), diferenciando-se das demais que não possuem tal poder.

A recusa inicial da repórter Marisa Romão em ceder a fita – “ela não queria entregar para ninguém” – revela que, mesmo entre colegas, a autoria e o prestígio profissional se tornam campos de conflito. Araújo, ao insistir que a fita era “da Floresta SBT” e ao propor fazer uma cópia para a colega, afirma a dimensão ética e técnica do jornalismo como trabalho coletivo e como prática profissional que deve ser reconhecida e creditada. Essa exigência de reconhecimento – que, à primeira vista, poderia parecer apenas um detalhe burocrático – ganha outra dimensão quando Araújo narra como a Rede Globo exibiu as imagens sem dar o devido crédito. Esse ato de apropriação e apagamento simbólico reforça o que Bourdieu (1997) considera como um processo de degradação da qualidade da informação em nome da concorrência e da lógica mercantil: a notícia – entendida, aqui, como produto simbólico que passa a ser tratado como propriedade a ser monopolizada, desconsiderando a ética da autoria e o compromisso público com a verdade.

O jornalista Boris Casoy<sup>105</sup>, âncora do Jornal do SBT, denunciou a falta de ética da Globo em não dar o devido crédito ao cinegrafista da TV Floresta. O que nos mostra que, mesmo em um ambiente marcado por disputas, há espaços de resistência e de afirmação da ética jornalística. Esse gesto público de reconhecimento devolve à equipe de Araújo – e, simbolicamente, ao jornalismo regional – a dignidade e o direito de reconhecimento como autor legítimo das imagens que documentaram a barbárie.

Além disso, o episódio revela como a lógica competitiva das grandes corporações de mídia – marcada por interesses econômicos e políticos – colide com a função social do jornalismo como prática de denúncia. A fala de Araújo sugere que, em um contexto como o massacre de Eldorado, o jornalismo não deveria ser apenas um produto disputado, mas uma ferramenta de visibilidade para as vítimas e para a verdade que o poder tenta esconder. Essa disputa simbólica pela autoria das imagens ecoa uma questão central: quem tem o direito de narrar e de dar visibilidade aos conflitos e às injustiças? E como essa disputa pela autoria também se converte em uma disputa política pelo controle da narrativa e pelo reconhecimento

---

<sup>105</sup> Boris Casoy é um jornalista paulista, de 84 anos. Ele atuou em jornais impressos, rádio e TV. E foi justamente na televisão que se destacou como âncora, tendo criado o bordão “isso é uma vergonha”, usado pela primeira vez em 1988, no início do programa TJ Brasil, no SBT. Boris também passou pela Band TV, Rede TV!, TV Gazeta e CNN Brasil. Atualmente, o jornalista apresenta o “Jornal do Boris”, no seu canal do YouTube. Fontes diversas.

público? O depoimento de Araújo revela que, apesar da violência – seja a física das balas ou a simbólica da invisibilidade – o jornalismo permanece sendo um ato político, de compromisso com a dignidade das vozes e das imagens daqueles que, muitas vezes, são invisibilizados na sociedade.

### **Testemunha do Massacre**

Araújo continua seu relato falando sobre seu papel como testemunha no Massacre de Eldorado do Carajás e oferece uma perspectiva crucial sobre a função do jornalismo enquanto mediador de memórias e de processos de justiça. A sua permanência por três meses em Parauapebas, motivada tanto pela necessidade de acompanhar a situação dos feridos quanto pelas sucessivas convocações para depor em diferentes esferas (Câmara dos Deputados, Senado, Ministério Público e Polícia Federal), escancara como o jornalista, ao registrar a violência, converte-se em um elo fundamental entre o acontecimento e a reconstrução histórica e jurídica dos fatos.

A impossibilidade de retornar à sua cidade e o isolamento de sua família por meses ilustram as dimensões de sacrifício pessoal e emocional que marcam o testemunho jornalístico em contextos de violência extrema. Essa condição de “testemunha aprisionada” – retida no local para relatar, mas também emocionalmente exilada do cotidiano familiar – revela a carga que recai sobre o jornalista, que não apenas cobre a violência, mas a vivencia como parte de sua trajetória.

O trecho em que Araújo conta ter sido “a única testemunha de acusação que se sustentou nos julgamentos” traz à tona a precariedade e a solidão que muitas vezes envolvem o papel do jornalista como ponte entre a verdade dos fatos e os processos judiciais. Seu compromisso em manter a mesma fala – “a mesma fala que eu fiz no primeiro depoimento, foi a mesma fala que eu fiz no último” – reafirma a força ética e a credibilidade que caracterizam seu testemunho. A partir de seu relato, vemos que a luta pela justiça não é apenas uma batalha jurídica, mas também uma disputa pela integridade da memória e da verdade.

A explicação detalhada sobre como as imagens do massacre foram apresentadas – e o impacto disso no resultado do primeiro julgamento – representa um ponto central: a importância do cuidado e da responsabilidade com os registros visuais. A falha inicial em exibir as imagens com a clareza necessária – um vídeo de fita cassete, sem digitalização ou análise quadro a quadro – expõe a forma como a justiça pode falhar quando a mediação da verdade é feita de maneira descuidada ou superficial. A intervenção de Araújo, ao oferecer ao promotor um

“roteiro” minucioso das imagens – “frame a frame” – transforma a fita de simples registro em testemunha viva e incontestável dos acontecimentos. Esse gesto mostra que o trabalho do jornalista não termina na produção da imagem: ele se prolonga na interpretação, na contextualização e na luta para que essa memória visual não seja distorcida ou esquecida.

A fala do promotor – “tu és o único que tem consistência do que está falando” – revela o peso que recai sobre o jornalista enquanto sujeito de verdade em processos que, muitas vezes, buscam apagar ou manipular a memória das vítimas. Araújo, ao se manter fiel e coerente aos fatos e à narrativa desde o início, reafirma a centralidade do testemunho jornalístico como fonte de verdade e como fundamento para a responsabilização dos agressores.

Sua narração mostra a tensão permanente entre a violência que tenta silenciar e a memória que insiste em sobreviver. Sua trajetória como testemunha e jornalista, marcada pelo rigor ético e pela coragem de sustentar a verdade em meio às pressões e aos medos, mostra que a luta pela justiça começa – e se renova – no compromisso de dar voz aos que foram calados e de resguardar a integridade das narrativas que o poder tenta apagar. Araújo se configura, assim, como um ator político que reafirma o papel do jornalismo como prática social.

### **Entre a adrenalina, o medo e tino profissional**

No depoimento do jornalista, percebemos uma tensão entre o medo e a coragem que impulsiona o seu trabalho jornalístico em meio à violência, com certa intensidade dramática. A imagem do jornalista jogado no chão, ao mesmo tempo tomado pelo medo e pela sensação de invulnerabilidade – “parece que uma bala não pega em você, parece que você é o super-homem” – revela como, em contextos-limite, a adrenalina e a consciência profissional se entrelaçam para transformar o medo em motor da ação. Essa dimensão humana do medo – que paralisa e, ao mesmo tempo, impulsiona – evidencia o caráter paradoxal do trabalho jornalístico em zonas de conflito: um exercício que se realiza no fio da vida e da morte.

A reflexão de Araújo sobre o fato de que “nós éramos as únicas testemunhas isentas do massacre” conduz a pensar na relação entre o jornalismo, a partir da cobertura dos fatos, e os desafios postos contra o discurso oficial. Ele identifica a fragilidade dessa posição: “muito fácil de se eliminar”, pois o jornalista carrega a ameaça simbólica de desmentir a narrativa única do poder. Sua consciência de que a simples ausência de imagens ou testemunhos permitiria a legitimação da violência policial como “resistência armada dos sem-terra” – caso ele e sua equipe fossem mortos – revela a importância da presença jornalística na cobertura e seu papel contra o apagamento. Esse momento de lucidez, em meio ao caos, expõe o risco estrutural de

quem faz jornalismo na Amazônia: a possibilidade real de que a violência contra a população se estenda àqueles que ousam documentá-la.

O trecho em que Araújo lembra como o medo “te fragiliza, te faz não sair do abrigo, mas também te faz trabalhar no automático” ecoa a reflexão de Chauí (1987) sobre o medo como instrumento de dominação. Ao descrever como esse sentimento isola e destrói laços sociais, a autora nos ajuda a entender como a violência – ao mesmo tempo em que busca fragmentar a resistência coletiva – coloca o jornalista em uma encruzilhada ética: entre se calar ou se arriscar, entre testemunhar ou ceder ao silêncio.

A dimensão espiritual que Araújo atribui à sua experiência – a “proteção de Nossa Senhora de Nazaré” – revela uma camada de significado que transcende a narrativa jornalística. Sua fé – renovada justamente na noite anterior ao massacre – transforma a cobertura não apenas em ato profissional, mas em um gesto existencial e transcendente. Ele encontra na espiritualidade a força para desafiar o medo e continuar gravando, mesmo quando “não tinha para onde correr e nem a quem pedir ajuda”. Essa dimensão de refúgio na fé, longe de ser um elemento menor, destaca a relação profunda entre religiosidade e resistência simbólica no contexto amazônico: um modo de reencantar o mundo em meio ao horror, de manter a esperança viva mesmo diante da brutalidade estatal.

O momento final, em que Araújo narra a confecção da coroa de Nossa Senhora de Nazaré, na noite anterior ao massacre, e seu simbolismo como amuleto protetor, amarra toda a narrativa como um testemunho de fé e de coragem. Essa fusão entre a prática jornalística e a devoção religiosa mostra que, para muitos profissionais da comunicação, a fé é não apenas consolo, mas força para seguir adiante, mesmo nos contextos mais adversos.

Seu depoimento nos lembra que, nos momentos em que o medo paralisa e o poder tenta impor o silêncio, a coragem de registrar – e a crença em algo maior que a violência – tornam o ato de testemunhar um gesto de esperança e dignidade. E, ao afirmar que a imagem que ele recuperou “está lá na igreja” até hoje, Araújo reafirma essa força.

### **Ameaça abortada**

O jornalista, em seu depoimento, disse que gostaria de compartilhar uma informação inédita: “nunca contei nem em casa, mas quero relatar, aqui, na pesquisa.”:

Eu sempre tive um bom relacionamento com os agentes da PM de Tucuruí. Alguns são meus amigos de muito tempo. Anos depois do massacre alguns deles fizeram uma revelação: “Deixa a gente te contar uma história aqui que nunca te contamos: nós

tivemos que chamar os ‘meninos’ e dizer para eles ficarem quietos. Se alguma coisa acontecesse com você, a gente ia saber que eram eles” (Araújo, em entrevista, 2025).

Essa revelação tem a ver com os testemunhos dados por ele. Araújo explicou que, após o massacre de Eldorado, os policiais que participaram da operação foram redistribuídos pelos municípios da região. E soube que alguns policiais disseram: “vamos pegar esse cara! Ele ferrou com a gente, condenou os comandantes!”, mas outros policiais recusaram veemente. A revelação de Araújo sobre a ameaça de morte “abortada” pelos próprios colegas policiais reforça como o campo de atuação do jornalista, especialmente em contextos de violência estrutural, como na Amazônia, está permanentemente atravessada por dinâmicas de poder e medo. Esse episódio revela a ambivalência das relações de poder: a mesma instituição que, em Eldorado, representou a força bruta e a repressão contra os trabalhadores rurais, em Tucuruí, mostrou-se capaz de proteger o jornalista – um ato que não anula o caráter violento dessa instituição, mas antes reafirma, paradoxalmente, seu poder discricionário de decidir quem vive e quem morre.

A fala dos amigos PMs de Araújo – “Ele só falou aquilo que viu e aquilo que aconteceu! Não inventou nenhuma história!” – ilustra como, mesmo em espaços onde reina o medo, a verdade factual ainda encontra ressonância entre aqueles que compartilham laços de confiança pessoal. Esse relato evidencia, mais uma vez, o peso simbólico do jornalista como mediador de memórias e testemunhas, que coloca em xeque o poder e suas versões hegemônicas.

Além disso, a decisão dos policiais em defendê-lo é um testemunho do valor ético e humano do jornalismo, que, ao ser exercido de forma honesta, conquista aliados – mesmo em ambientes hostis. Essa cumplicidade tácita entre Araújo e seus amigos policiais que optaram por protegê-lo, em vez de ceder ao desejo de vingança de outros agentes, ilustra a força que a credibilidade e a honestidade podem ter mesmo em ambientes marcados por desconfiança e violência.

### **Credibilidade acima de tudo**

A reflexão de Araújo sobre o impacto do massacre em sua vida pessoal e profissional amplia o sentido do jornalismo como prática social e como compromisso com a verdade. Ele não apenas sobreviveu ao massacre, mas se tornou referência de credibilidade na região, em uma época e em um território nos quais o jornalismo é visto, muitas vezes, como ameaça pelos poderosos. Essa credibilidade, como enfatiza Araújo, não foi construída de forma abstrata, mas

baseada no rigor metodológico – a checagem constante de informações e o compromisso de só noticiar aquilo que se pode sustentar.

A fala – “essa relação de confiança [...] é um contrato de consentimento mútuo” (Prado, 2024, p. 100) – situa a prática jornalística no horizonte do pacto social que sustenta a democracia: o jornalismo não é apenas a voz do jornalista, mas a mediação entre o fato e o público, que só se sustenta quando há confiança mútua. E essa confiança, como Araújo exemplifica, é conquistada no cotidiano, na paciência de checar fontes e evitar a ânsia pelo furo – uma prática que se opõe à lógica do sensacionalismo e do espetáculo que, como alertou Bourdieu (1997), degrada o jornalismo ao transformar a notícia em mercadoria.

A disposição de Araújo em ouvir todos os lados – mesmo se declarando “meio conservador” e “social-democrata” – sinaliza a maturidade política de quem compreende que o jornalismo não pode ser capturado pelas convicções pessoais. Para ele, a ética jornalística deve prevalecer sobre qualquer filiação ideológica, pois a meta maior é “combater as mazelas, como as desigualdades sociais”, mantendo o jornalismo como espaço plural e instrumento de transformação social.

Assim, o depoimento de Araújo mostra como o jornalismo, na Amazônia e no Brasil, é feito na tensão entre a ameaça e a solidariedade, entre o medo e a coragem de falar. Sua fala também mostra que a credibilidade – construída na prática cotidiana de ouvir, checar e respeitar a dignidade de cada voz – é a maior arma contra o silêncio que a violência tenta impor. No testemunho de Araújo, o jornalismo aparece como um ato de resistência que se alimenta do compromisso com a verdade e da confiança de quem acredita que essa verdade, por mais perigosa que seja, não pode ser calada.

### **É preciso conhecer a Amazônia**

A entrevista de Araújo encerra com uma reflexão essencial: de que o jornalismo na Amazônia exige muito mais do que competência técnica – requer sensibilidade cultural e compromisso ético com a pluralidade de vozes e saberes que compõem a região. Seu convite ao(à) jornalista para “conhecer a Amazônia” vai muito além de um conselho pragmático; ele sublinha a necessidade de superar a visão colonial e exótica que reduz a região a um simples “objeto” de notícia, sem compromisso com a complexidade de seus povos e de suas histórias.

A fala de Araújo sobre a diversidade interna do Pará – do Baixo Tocantins, com sua cultura marajoara, a Marabá, com sua influência goiana – evidencia a Amazônia como um território múltiplo, profundamente marcado por interações históricas e culturais que desafiam a

homogeneização imposta pela grande mídia. Seu exemplo pessoal, narrado de forma descontraída, ao falar do costume do açai, traduz como o processo de conhecer a Amazônia, mesmo para quem nela nasceu, é permeado por constantes descobertas e diálogos culturais.

Essa consciência, que “não se adquire só na universidade”, conecta-se com a ideia de que a prática jornalística precisa estar enraizada no campo, no contato direto com as pessoas e seus modos de vida. A recomendação de Araújo para que o jornalista busque referências locais – como o escritor Salomão Larêdo e o poeta e músico Maestro Isoca – reflete a necessidade de dialogar com as expressões artísticas e culturais que narram a Amazônia a partir de dentro, e não de fora. Esse gesto desafia o pensamento crítico de Pinto (2005), que alerta para a incapacidade de muitos – inclusive jornalistas – de ultrapassar o fascínio superficial pela natureza exuberante da região, ignorando sua historicidade social e política.

Ao situar o jornalista como alguém que deve “traduzir o que é a Amazônia”, Araújo afirma que o trabalho jornalístico ali precisa ser feito não apenas para a Amazônia, mas a partir dela, respeitando e dando centralidade aos sujeitos locais. Esse compromisso ético e epistêmico contrasta diretamente com a prática hegemônica da grande mídia nacional, que muitas vezes impõe um olhar de fora, alheio aos contextos vividos pelos amazônidas.

Em síntese, seu relato final faz ecoar a dimensão decolonial do jornalismo como prática de escuta e mediação cultural. Ele nos lembra que, diante de um território historicamente marcado pelo extrativismo e pela violência física e simbólica, o jornalista que não se dispõe a aprender com a região – em sua multiplicidade e complexidade – se torna, inevitavelmente, parte de uma nova forma de exploração: a do silenciamento e da invisibilização. Araújo, ao insistir nesse ponto, encerra seu depoimento reiterando que o jornalismo na Amazônia só pode ser legítimo quando se torna, também, um exercício de respeito e reconhecimento da dignidade dos povos que nela vivem.

#### **5.4.1 Desfechos interpretativos analíticos**

A entrevista de Osvaldo Araújo revela a trajetória de um jornalista que se tornou não apenas testemunha ocular de um dos episódios mais trágicos da história recente do Brasil – o Massacre de Eldorado do Carajás – mas também um mediador ético e político entre a violência praticada pelo Estado e a memória das vítimas. Sua narrativa expõe as complexidades e contradições de fazer jornalismo na Amazônia, onde a cobertura dos fatos vai muito além do registro imediato, implicando o jornalista em uma teia de relações de poder, medo e solidariedade.

Ao longo de seu relato, Araújo constrói a imagem do jornalista como alguém que precisa equilibrar o medo e a coragem, atuando no “automático”, enquanto a adrenalina e a consciência profissional o impulsionam. Seu depoimento desvela como a prática jornalística, em contextos extremos, converte-se em um ato de resistência e em um compromisso inegociável com a verdade: ele insiste que seu trabalho foi sempre “falar aquilo que viu e aquilo que aconteceu”, reiterando que a credibilidade nasce dessa coerência entre o vivido e o narrado.

A atuação de Araújo durante o massacre evidencia a tensão constante entre o poder de silenciar – expresso na tentativa da polícia de confiscar as imagens – e o compromisso do jornalista de proteger e compartilhar o que viu. Ao recuperar a fita, ele não apenas salvou um registro histórico essencial, mas também reafirmou o papel do jornalismo como guardião de uma memória que o poder tentava apagar. Essa dimensão política do testemunho se consolida em sua participação ativa nos julgamentos, nos quais sua narrativa consistente ajudou a balizar o reconhecimento das responsabilidades pelos assassinatos.

Além de sua coragem em campo, a fala de Araújo também reforça a importância do conhecimento cultural como fundamento para o jornalismo na Amazônia. Ele insiste que isso “não se adquire só na universidade”, evocando a necessidade de respeitar as vozes locais e de se aproximar da região com humildade, escuta e curiosidade genuína. Esse aspecto reforça a crítica à prática extrativista da grande imprensa, que muitas vezes olha a Amazônia como cenário apenas de espetacularização e não como espaço de vidas concretas.

O depoimento de Araújo se encerra em uma nota de esperança, entrelaçada à sua fé pessoal. Ele traduz que, mesmo sob risco de morte e de isolamento social, a fé – seja religiosa ou ética, na força da própria palavra e da imagem – pode ser um esteio para o jornalista que se recusa a ser cúmplice do silêncio. Sua trajetória de rigor e respeito pelas fontes, seu zelo pela credibilidade e seu compromisso com a verdade fazem de sua experiência um testemunho poderoso de como o jornalismo, na Amazônia e no Brasil, não é apenas uma profissão, mas um ato político e um pacto coletivo de resistência à barbárie.

## **5.5 Os desafios da jornalista na Amazônia**

A próxima entrevista foi realizada com a jornalista Aline Rodrigues Almeida Brelaz, alagoana natural de Maceió, casada, dois filhos e uma neta<sup>106</sup>. Brelaz começou a trabalhar no jornalismo quando ainda era estudante de Comunicação Social da UFPA, no final da década de

---

<sup>106</sup> As informações aqui tratadas foram obtidas por meio de entrevista realizada com Aline Rodrigues Almeida Brelaz, em Ananindeua-PA, no dia 05 fev. 2025

1980. Em 1990, foi contratada pelo jornal A Província do Pará como revisora e, em 1993, como repórter. Depois, passou pelas redações dos jornais Diário do Pará, O Liberal, Rádio, Portal Cultura<sup>107</sup> e Portal Romanews<sup>108</sup>. Trabalhou, ainda, por diversas assessorias de comunicação. Durante muito tempo, na reportagem dos jornais impressos, seu foco foi a cobertura política, com a setorização em locais como Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) e a Câmara Municipal de Belém (CMB), também atuando na cobertura do Poder Judiciário. Atualmente, trabalha como *freelancer* em pautas ambientais e na assessoria relacionada à área de sustentabilidade, para o Sebrae Nacional.

Brelaz iniciou seu relato destacando o clima das redações na década de 1990, que eram “escolas” para os novos jornalistas, com boa parte deles trazendo seu arcabouço teórico construído nas faculdades de comunicação: “o jornal já estava em franca decadência, mas existiam muitos profissionais tarimbados, que me ensinaram muito”. Essa interação entre veteranos e novatos vai ao encontro daquilo que Correia (1997) reflete sobre os bons resultados profissionais e pessoais oriundos dessa relação:

No que se refere aos jovens jornalistas, este estilo de vida profissional criava condições para uma relativamente fácil integração no dia-a-dia das redações e da profissão, permitindo uma transmissão e comunhão de experiências e de saberes (adquiridos na *tarimba*) e mesmo o estabelecimento de laços de solidariedade nascidos de uma convivibilidade e de uma cumplicidade naturais (Correia, 1997, p. 247).

Em seguida, a jornalista centralizou seu relato nos desafios da cobertura na Amazônia Paraense, discorrendo sobre os casos que vivenciou como repórter, quando enfrentou ameaças e processos judiciais em função de matérias publicadas sobre denúncias de irregularidades e/ou crimes de agentes públicos. Para ela, o principal desafio do jornalismo na Amazônia “é você enfrentar aquela violência diária, a violência estatal e a violência também, muitas das vezes, até das fontes”.

### **Insegurança dentro das redações – o ex-policial**

<sup>107</sup>A Rádio Cultura do Pará (frequência 93.7 FM), fundada em 1985, integra o grupo Cultura Rede de Comunicação vinculado à Fundação Paraense de Radiodifusão (Funtelpa), que é controlada pelo Governo do Estado. Fazem parte do grupo, também, a TV Cultura Pará, fundada em 1987, e o Portal Cultura, inaugurado em 2005. Os veículos foram criados com a missão de valorizar a cultura paraense e amazônica, com foco na produção de conteúdo de qualidade e caráter educativo.

<sup>108</sup>O Portal Roma News, fundado em 2018, é um veículo de comunicação do Grupo Roma, sediado em Belém, que produz notícias e informação locais, nacionais e internacionais. Seu proprietário é o empresário paraense Rômulo Maiorana Júnior, filho do falecido jornalista e empresário pernambucano Rômulo Maiorana, que fundou o Grupo Liberal, conglomerado de veículos que inclui rádios, jornal e a afiliada da TV Globo na região.

A narrativa de Brelaz começou com o relato de um dos momentos do exercício da profissão em que mais sentiu insegurança e medo: a cobertura e escrita da matéria sobre a chacina de Icoaraci<sup>109</sup>, um dos episódios mais trágicos e violentos da capital paraense, que envolveu o assassinato de adolescentes por integrantes de grupos de extermínio.

Como a jornalista cobria o Judiciário e tinha fontes no Ministério Público do Estado (MPPA) e no Tribunal de Justiça do Estado (TJE-PA), uma dessas fontes detalhou o processo e passou cópia da denúncia. Ao escrever a matéria, Brelaz incluiu, com aspas, alguns trechos da denúncia, que identificavam claramente quem era o acusado de ser o mentor da chacina. No dia seguinte, com a matéria publicada e assinada pela repórter, o acusado de ser o mentor foi procurar por ela no prédio do jornal. O relato da jornalista expõe a precariedade da segurança física nas redações e, ao mesmo tempo, evidencia a vulnerabilidade estrutural dos jornalistas, que, mesmo sendo mediadores de informações de interesse público, estão expostos a violências diretas. O episódio narrado por Brelaz – quando o acusado de ser o mentor da chacina de Icoaraci entrou no prédio do jornal e a procurou diretamente – revela a fragilidade das instituições de comunicação na garantia da proteção de seus profissionais.

A entrada quase irrestrita do ex-policial no local de trabalho da jornalista coloca em evidência não apenas o descaso da estrutura da empresa jornalística, mas também o lugar simbólico do medo como ferramenta de dominação. Como observou Chauí (1987), o medo fragiliza e diminui a autonomia do indivíduo, tornando-o mais manipulável e propenso a ceder à força de intimidações externas. No caso de Brelaz, o medo físico – potencializado pela presença corporal do acusado – transformou o ambiente da redação, normalmente visto como “espaço seguro”, em um lugar de ameaça e instabilidade.

A resposta da jornalista foi criar uma narrativa de proteção assumindo outra identidade, a de chefe de reportagem, informando ao acusado que a repórter já teria saído. Sua atitude revela o imprevisto e a criatividade de quem, em situações-limite, precisa agir com rapidez para garantir a própria segurança. Esse gesto, ao mesmo tempo que demonstra coragem, evidencia a ausência de protocolos claros ou de uma cultura de cuidado efetivo dentro da redação. A exigência de Brelaz, feita ao editor para não assinar uma nova matéria sobre esse caso, traduz a consciência de que, no contexto de ameaças, a visibilidade do jornalista pode se transformar em um risco direto à sua vida.

---

<sup>109</sup> A chacina de Icoaraci foi um trágico evento que envolve o assassinato de seis adolescentes com tiros na cabeça por dois homens envolvidos com grupos de extermínio. O crime aconteceu no dia 9 de novembro de 2011, no distrito de Icoaraci (Belém-PA). Apenas um dos acusados, um ex-policial, foi encontrado, julgado e condenado a 120 anos de prisão.

Brelaz perguntou ao visitante o que o tinha incomodado na matéria e se sua entrevistadora “inventou algo”, já que ela deu espaço para o seu advogado, que o representava, falar na matéria. E o acusado respondeu: “eu li, mas ela não me ouviu”. Então, a jornalista disse: “sente que vou lhe ouvir.” Essa disposição de Brelaz em ouvir o acusado – ainda que sob a tensão do medo – demonstra o compromisso ético que orienta o jornalismo responsável: dar espaço às vozes que não haviam sido ouvidas, mesmo quando isso implica lidar com o potencial agressor. Sua conduta reafirma a função social do jornalismo: oferecer não apenas a versão de quem detém o poder de acusar (o MP e a promotoria), mas também a do acusado, equilibrando o relato para evitar um julgamento sumário – ainda que o risco pessoal estivesse sempre presente.

A decisão do jornal de ampliar a segurança somente depois da ameaça concretizada denuncia a negligência que marca muitas empresas jornalísticas em relação aos riscos que seus profissionais enfrentam. Essa precariedade é sintoma de um modelo de negócio que prioriza a produção e a velocidade da notícia, mas ignora o bem-estar e a integridade dos que a produzem.

A fala da jornalista evidencia que o medo não é apenas uma sensação subjetiva, mas um instrumento de controle que afeta diretamente a prática jornalística, impondo desafios éticos, pessoais e profissionais. Ao mesmo tempo, seu depoimento revela que, mesmo em meio à insegurança e à exposição extrema, a escuta, a negociação e a autonomia na tomada de decisões – ainda que improvisadas – são formas de resistência que reafirmam o jornalismo como prática de coragem e compromisso com a verdade.

### **Jornalismo que incomoda**

Nesse trecho da entrevista, Brelaz amplia a compreensão sobre como o exercício do jornalismo investigativo na Amazônia coloca em xeque não apenas a integridade física dos profissionais, mas também a sua reputação e estabilidade emocional, muitas vezes sem respaldo ou apoio das empresas de comunicação. O caso do médico que desviava os kits de coquetel anti-AIDS do SUS e o seu subsequente ataque judicial contra a repórter reforça a face perversa do uso da lei como instrumento de intimidação – a chamada violência judicial. Para apurar a denúncia, o jornal pagou uma consulta para a repórter, que se passou como paciente de AIDS. Equipada com uma microcâmera na bolsa, conversou com o médico, confirmando que ele usava os kits do programa público como parte do tratamento particular do seu consultório. Ela recordou que o médico, além de consultá-la, passou boa parte do tempo “falando mal do SUS”. Após a veiculação da matéria, o médico a denunciou na Polícia Civil e abriu um processo contra ela. Essa prática, como apontam relatórios da RSF (2023), integra um arsenal de estratégias que

buscam silenciar a liberdade de imprensa por meio de processos judiciais infundados ou intimidações veladas, ou não tão veladas, convertendo o medo em um dispositivo de controle e censura.

O relato da jornalista expõe, mais uma vez, a vulnerabilidade estrutural do jornalista: a repórter teve que comparecer sozinha à delegacia para prestar depoimento, evidenciando a negligência da empresa em garantir suporte jurídico básico ao profissional que atua em investigações delicadas. A presença posterior do Sinjor-PA mostra como, na ausência de responsabilidade empresarial, as entidades sindicais ou de classe tornam-se fundamentais como redes de solidariedade e proteção. O Ministério Público arquivou a denúncia, evidenciando a culpa do médico. Brelaz lembra que passou por momentos muito ruins, vendo seu nome figurar como de alguém que tivesse feito algo errado, quando, pelo contrário, prestou um serviço sério à sociedade, denunciando o desvio de medicamentos da rede pública para a particular.

Na sequência, Brelaz relatou o episódio de 2018 envolvendo um vereador do município da Região Metropolitana de Belém (RMB)<sup>110</sup>, que revela uma faceta complementar: as ameaças veladas, que utilizam o silêncio e o anonimato como armas de intimidação. Ela recorda que, na ocasião, o Ministério Público do Pará tinha denúncia formalizada sobre o envolvimento desse vereador com o crime organizado e essas informações foram usadas para contextualizar matéria do portal, onde era editora-chefe.

Após a publicação, começaram a chegar na redação cartas com recortes de jornais – quase caricaturas de um *film noir*<sup>111</sup> – como símbolos de uma violência simbólica que, embora aparentemente menor, têm impacto direto na sensação de segurança e autonomia do jornalista, pois se configuram como ameaças. É revelador o contraste entre a reação inicial de riso (dos jornalistas da redação) e a posterior percepção do risco real – um mecanismo psíquico que alterna a banalização do medo com o reconhecimento da violência latente, que Arendt (2023) já denunciava como força constante na história política.

Por outro lado, a repórter demonstra, como em outros momentos, que o medo não paralisa, mas mobiliza. Sua declaração – “eu tenho medo, mas eu não recuo” – sintetiza uma

---

<sup>110</sup>A Região Metropolitana de Belém (RMB), ou Grande Belém, é composta por oito municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Barcarena. A área territorial de Belém é a 13ª maior entre as capitais estaduais. Fazem parte dela diversas ilhas, como as dos distritos de Mosqueiro, Outeiro e a ilha do Combu. A RMB concentra 1/3 da população do Estado do Pará. Em 2024, a população, somente de Belém, foi estimada em 1.398.531 pessoas, um aumento de 7,2% em relação ao censo de 2022 (Fonte: IBGE).

<sup>111</sup> *Film noir* é um gênero estilizado de filme marcado pelo pessimismo, fatalismo e cinismo. O termo foi originalmente usado na França, após a Segunda Guerra Mundial, para descrever filmes americanos de suspense ou detetive nas décadas de 1940 e 50 (WHAT IS Film Noir? A Brief History with Examples from Cinema. **Studiobinder**, 2024. Disponível: <https://www.studiobinder.com/blog/what-is-film-noir/>. Acesso 10 mai. 2025.

ética profissional baseada na coragem, que não ignora o medo, mas o integra como parte do ofício. Essa postura crítica de não recuar se conecta à ideia de Arendt (2023) de que a violência não apenas molda os acontecimentos, mas é, muitas vezes, combatida pela força de indivíduos que recusam a passividade.

Além disso, o relato de Brelaz evidencia a solidão da jornalista investigativa, marcada pela falta de apoio estrutural, mas também pela força de laços coletivos mais difusos – a solidariedade entre colegas, o suporte eventual de entidades, como o Sinjor-PA, e a confiança em si como repórter. Sua experiência, que mescla medo, resistência e reafirmação profissional, revela que o jornalismo na Amazônia (e no Brasil, de forma geral) segue sendo uma prática política que desafia diretamente o poder, a impunidade e as zonas cinzentas do silêncio social.

Essa coragem, no entanto, não anula a necessidade de políticas institucionais mais responsáveis e protetivas para jornalistas. O depoimento da jornalista é um alerta para a urgência de transformar redações e empresas de mídia em ambientes que não só demandem coragem de seus profissionais, mas também ofereçam respaldo e cuidado efetivo, reconhecendo que a liberdade de imprensa não pode ser garantida sem a segurança dos que a fazem existir.

### **Dados públicos como se privados fossem**

Outro importante aspecto do relato de Brelaz é a exposição, com clareza, de uma das raízes mais insidiosas da violência simbólica e psicológica contra jornalistas: a incompreensão generalizada (e muitas vezes deliberada) do papel social e democrático do jornalismo. Brelaz foi atacada por uma servidora pública da Secretaria Municipal de Finanças de Belém (SEFIN) pelo simples motivo de solicitar dados sobre o IPTU. O caso, envolvendo a cobrança de dados públicos, revela como a cultura da opacidade ainda impera em muitas instituições – mesmo naquelas que, por lei, têm o dever de prestar contas ao cidadão. Para a jornalista, a incompreensão do trabalho do jornalista é uma das motivações da violência contra o profissional. Brelaz também ressalta que nem sempre a pauta se trata de algo perigoso ou sigiloso, às vezes, é um simples dado importante para contextualizar a matéria, “mas as pessoas não entendem que o profissional precisa apurar o fato para divulgar com todos os elementos necessários, com precisão, para não ficar disseminando *fake news*”.

A postura de “má vontade” e os xingamentos sofridos pela jornalista expõem o quanto a simples solicitação de dados (essenciais para uma matéria bem contextualizada e para a garantia do direito à informação) pode ser interpretada por agentes públicos como uma afronta pessoal, como se a busca pela transparência fosse um ataque e não um direito coletivo. Os dados

solicitados, segundo a jornalista, eram de caráter público, mas a servidora se recusava a fornecê-los. Foi necessário a intervenção do Secretário de Finanças para que as informações fossem divulgadas.

Esse episódio demonstra a força da reflexão de Correia (1997, p. 13), ao observar que as pessoas veem no jornalista alguém que “rouba a verdade aos que se julgam seus únicos detentores” e a redistribui socialmente. Mas também reforça que essa prática encontra resistências profundas nas estruturas que naturalizam a opacidade, usando ofensas e desqualificação como mecanismos de defesa. O recuo da jornalista não ocorreu porque, mesmo diante da violência simbólica e verbal, ela manteve o compromisso com a veracidade e o interesse público – uma postura que demarca o jornalismo como prática socialmente relevante, mas que cobra alto preço emocional de seus profissionais.

Em outro relato sobre a área pública, Brelaz fala do ataque sofrido por uma colega durante a cobertura da greve dos professores. O caso reforça a complexidade desse ambiente de violência e incompreensão. Aqui, a violência não parte de setores tradicionalmente vistos como hostis ao jornalismo (grupos econômicos ou políticos), mas de profissionais que, em tese, compartilham com o jornalista o mesmo ideal de democracia e cidadania: professores.

No episódio, os manifestantes sacolejaram o carro da equipe da imprensa, evidenciando que a naturalização da violência simbólica (e até física) contra jornalistas não distingue origens ideológicas ou profissionais, mas surge do desconhecimento do papel mediador e fiscalizador do jornalismo, transformando o profissional em alvo – e não em interlocutor – das tensões sociais. A fala de Brelaz sobre o ataque dos trabalhadores da educação revela a ideia de que o jornalista não é visto como alguém que integra o mesmo tecido social, mas como alguém passível de hostilidade e desumanização, mesmo quando seu trabalho é de informar e fortalecer a cidadania.

Ao relacionar esse cenário com as condições precárias de trabalho (baixa remuneração e ausência de respaldo), a jornalista pontua um ponto essencial: o jornalismo na Amazônia – e no Brasil – opera em uma conjuntura que exige muito do profissional e devolve pouco em termos de segurança, dignidade e reconhecimento. As pessoas, reiterou Brelaz, devem refletir sobre o trabalho social que o profissional está fazendo ao produzir a notícia, ao invés de atacá-lo. Esse episódio nos leva a Mello (2020), quando afirma que:

Jornalista não é notícia. Queremos nos ater ao que importa: apurar reportagens, investigar, fazer jornalismo. Críticas são bem-vindas, mas dirigida ao nosso trabalho, não ataques ou deboche sobre nossa aparência, nossa família, nem tentativa de nos expor ao escárnio nas redes sociais (Mello, 2020, p. 92).

Essa análise demonstra que os relatos da jornalista evidenciam não apenas a coragem individual da repórter, mas o caráter sistêmico dos desafios enfrentados: um ambiente de trabalho que combina violência simbólica e física com a precariedade material, testando constantemente os limites emocionais e éticos dos profissionais. Sua postura de resistência e de recusa ao recuo mostra que, embora a violência busque minar a autonomia e a dignidade do jornalista, também revela a força de quem persiste na busca por garantir o direito à informação como um bem coletivo e inegociável.

### **Proteção para os jornalistas**

Neste bloco de fala, Brelaz articula uma análise lúcida e contundente sobre as dimensões estruturais e conjunturais que tornam o exercício do jornalismo – sobretudo na Amazônia – um campo de enfrentamento constante. Ela parte do reconhecimento de que o recrudescimento do extremismo político e das práticas autoritárias, potencializadas nos últimos anos no Brasil, principalmente de 2019 a 2022, criou um ambiente hostil e permeado pela violência contra jornalistas. Essa violência não se limita a agressões físicas e simbólicas, mas inclui a manipulação discursiva dos valores democráticos – como a “liberdade de expressão” – para legitimar a violência, o discurso de ódio e a desinformação. Essa constatação, reforçada pela crítica da jornalista ao perfil conservador e extremista de muitos parlamentares brasileiros e paraenses, evidencia o ponto nevrálgico do problema, segundo ela: a desarticulação do pacto democrático, em que a informação se torna refém de interesses políticos e ideológicos.

Brelaz demonstra consciência da necessidade de que as entidades jornalísticas não apenas resistam, mas pressionem ativamente o Estado a assumir sua responsabilidade na proteção dos profissionais de comunicação – algo que, segundo ela, não pode prescindir da aliança com outras frentes da sociedade civil, como organizações de direitos humanos e movimentos estudantis. Essa defesa de alianças, frente à hegemonia de um parlamento em grande parte contrário ao direito à informação, reforça a tese de Mello (2020), que considera o apoio a mídia independente um dever cívico em tempos de populismo e manipulação informacional. Para a jornalista, a luta não é apenas corporativa, mas pela própria democracia, que se alimenta de pluralidade de vozes e do acesso livre à informação confiável. Ou seja, para Brelaz, é imprescindível que o Estado Brasileiro se comprometa com a proteção e a segurança dos jornalistas, dada a sua importância para a democracia.

Quando Brelaz traz a questão para a realidade amazônica, ela amplia a crítica ao apontar como as desigualdades regionais e a precariedade das condições de trabalho elevam o risco e a

violência contra jornalistas. O relato sobre a falta de estrutura, as redações enxutas e os baixos salários confirma a análise de Pinto (2005) de que a violência contra o jornalista não é apenas externa, mas interna aos próprios veículos – uma violência estrutural que naturaliza a exploração e o medo. A comparação com outras regiões do Brasil reforça a ideia de que a Amazônia, enquanto território de disputas políticas e econômicas intensas, é também um terreno particularmente vulnerável para o jornalismo, onde a cobertura de temas sensíveis, como a corrupção, as violações de direitos socioambientais e os conflitos de terra, expõe ainda mais o profissional ao risco.

A citação de casos emblemáticos de assassinatos, como o de Jairo Sousa<sup>112</sup>, radialista do município de Bragança<sup>113</sup>, morto em 2018 após divulgar uma série de notícias sobre corrupção na região, ecoa as conclusões de estudos internacionais que reconhecem o papel essencial da mídia no combate à corrupção e na defesa dos direitos humanos. Porém, como adverte a Unesco (2022), para que o jornalismo cumpra essa função, ele precisa estar livre de captura. Brelaz mostra que, na Amazônia, essa liberdade enfrenta ameaças que vão desde a violência física até a violência institucional e simbólica.

No conjunto, essa fala de Brelaz sinaliza que a violência contra jornalistas na Amazônia não é um fenômeno isolado ou episódico, mas uma dimensão estrutural e política que requer respostas igualmente estruturais: fortalecimento das instituições de defesa dos direitos, redes de apoio à mídia independente e, sobretudo, um compromisso social e cívico com a liberdade de imprensa como pedra angular da democracia e da cidadania.

### **É preciso conhecer para falar**

Ao finalizar sua entrevista, Brelaz articula uma síntese poderosa sobre os desafios históricos e atuais do jornalismo na Amazônia, unindo a dimensão estrutural do trabalho precarizado com as dinâmicas simbólicas e coloniais que afetam a cobertura jornalística da região. Ela enfatiza que, para atuar na Amazônia, não basta “vir de fora” e falar em nome de uma expertise artificial: é preciso imersão, vivência e compromisso real com o território e suas

---

<sup>112</sup> No dia 21 de junho de 2018, por volta das 5h da manhã, no município de Bragança (PA), o radialista Jairo Sousa, de 43 anos, foi assassinado por dois homens de moto na frente da Rádio Pérola, onde o jornalista apresentava um programa diário. Jairo denunciava com frequência casos de corrupção em que estariam envolvidos políticos da região (RADIALISTA Jairo Sousa assassinado no Pará. **Repórteres Sem Fronteiras (Rsf)**, 2018. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/brasil-radialista-jairo-sousa-assassinado-no-par%C3%A1>. Acesso em: 12 mar. 2025.

<sup>113</sup> Bragança é um município histórico, emancipado em 1854. Fica às margens do rio Caetés e tem uma área territorial de 2.091,919 Km<sup>2</sup>, com população que chega a 113.227 pessoas (IBGE, 2022). Sua economia é diversificada pela agricultura, pesca e comércio. Fica a 215 km da capital Belém.

lutas. Esse ponto central retoma a crítica ao “olhar de fora” que exotiza a região e apaga a agência e a voz dos profissionais locais – um olhar que, como destaca Costa (2022), ancora-se no poder do eixo Rio-São Paulo de legitimar discursos nacionais, frequentemente distorcendo ou silenciando a realidade amazônica.

Brelaz também denuncia o paradoxo de um mercado que, ao mesmo tempo em que exige do jornalista uma formação elevada e um senso crítico sofisticado, oferece remuneração baixa e impõe condições de trabalho precárias – o que se soma à violência simbólica e física que o profissional sofre no cotidiano. O relato dela ecoa a crítica de Correia (1997) ao reforçar que, por trás da mística de um trabalho supostamente vocacional e de “glamour”, o jornalista amazônida é um trabalhador assalariado, submetido a estruturas de dominação econômica e política, que impactam profundamente sua autonomia e liberdade: “Há portal que não tem veículo próprio e o jornalista pega um Uber para ir à pauta. Os veículos fazem economia para fechar a conta no final do mês”, conta Brelaz. Esse quadro nos leva à reflexão de Marcondes Filho (2009, p. 61): “O trabalho aumentou, o contingente foi reduzido, as responsabilidades se tornaram mais individuais”. Para o autor, esse quadro é consequência do processo de informatização da atividade jornalística, que vem tornando “cada vez mais difícil” a vida desse profissional.

Além das pressões do trabalho precarizado, configurado como uma das principais violências contra os jornalistas – Brelaz destaca a disputa desigual com influenciadores digitais que, muitas vezes, não têm o compromisso ético e profissional com a apuração dos fatos. Para ela, essa disputa desvaloriza a profissão e reforça a cultura da desinformação, o que conecta o fenômeno local a um contexto global, em que a desinformação atua como poluição (Wardle; Derakhshan, 2017) e força de desestabilização social (Christofoletti *et al.*, 2024). A fala de Brelaz, ao lembrar a seriedade e o compromisso do jornalista com a verdade factual e o resultado social de sua prática, reafirma o jornalismo como um contrapeso vital à manipulação informacional e ao poder autoritário.

A jornalista mostra que, apesar dos desafios, há esperança na força renovada de profissionais jovens, que atuam, muitas vezes, em veículos alternativos ou alinhados às lutas por direitos humanos e socioambientais – pessoas que, como ela destaca, trazem “gás e empolgação” ao jornalismo na Amazônia. Essa esperança contrasta com a descrença de quem vê a profissão como morta ou irrelevante. Brelaz nos lembra que o jornalismo ainda pulsa, especialmente quando encontra no território amazônico – e em seus trabalhadores – a urgência e a dignidade de quem luta por justiça, condições menos desiguais e cidadania.

Exemplificando todas as reflexões de Brelaz e a necessidade diária de qualificação dos jornalistas, apresentamos o levantamento realizado por Lima, Barros e Nicoletti (2023, p. 18), que constata: “o alto nível de escolaridade é uma característica marcante da profissão, num flagrante paradoxo com as condições de trabalho e os salários praticados no mercado” (Tabela 1).

**Tabela 1 – “Qual a sua área de graduação?”**

<b>Qual sua área de graduação? (Você pode selecionar mais de uma opção)</b>		
<b>Graduação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem válida</b>
Jornalismo ou Comunicação com habilitação em Jornalismo	2849	94,12%
Publicidade e Propaganda	88	2,91%
Rádio e TV	115	3,80%
Relações Públicas	47	1,55%
Audiovisual ou Cinema	55	1,82%
Outra área. Qual?	235	7,76%
<b>Total</b>	<b>3027</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: LIMA, Samuel Pantoja; BARROS, Janaína Visibeli; NICOLETTI, Janara.

Nota: Elaborado pelo autor e autoras a partir dos dados da pesquisa “Perfil do jornalista Brasileiro 2021”.

Conforme Lima *et al* (2023, p. 19), um dos indicadores da precarização estrutural da profissão no Brasil é justamente esse “contraste entre a educação formal elevada e salários incompatíveis”. Para Souza (2024), a precarização da profissão é um dos mecanismos ativos da crise do jornalismo na contemporaneidade.

Assim, o depoimento final da entrevista não só reforça a visão crítica de Brelaz sobre os problemas estruturais e as violências enfrentadas pelos jornalistas amazônidas, mas também aponta para a necessidade de um jornalismo que esteja atento às dimensões culturais, políticas e simbólicas da região, que traduza a Amazônia com responsabilidade, ética e compromisso com a verdade factual e a justiça social.

### **5.5.1 Desfechos interpretativos analíticos**

A entrevista de Aline Brelaz oferece um retrato profundo e multifacetado das lutas, tensões e esperanças que permeiam a prática jornalística na Amazônia contemporânea. Em suas falas, a jornalista costura as múltiplas formas de violência – simbólica, física, política e

econômica – que afetam o cotidiano dos profissionais da comunicação na região, destacando como a precarização estrutural (baixa remuneração, redações enxutas e insegurança no trabalho) se entrelaça com a violência direta (ameaças, processos judiciais e intimidações). Essa violência, como ela mostra, não é um fenômeno isolado: está enraizada na incompreensão social sobre o papel do jornalismo, nos interesses econômicos e políticos locais e na estrutura desigual de poder que hierarquiza a cobertura sobre a Amazônia – privilegiando, muitas vezes, “especialistas de fora” em detrimento dos profissionais que conhecem e vivem a região.

Um ponto central de sua análise crítica é a denúncia do “olhar colonial”, que insiste em falar da Amazônia como um “outro” exótico ou “selvagem”, ignorando as vozes e saberes locais. Para Brelaz, não há jornalismo sério e ético sem imersão cultural, respeito à história e atenção às especificidades do território – um alerta que questiona a superficialidade de certas coberturas midiáticas centradas no eixo Rio-São Paulo. Ela evidencia que o jornalismo amazônida não é só uma profissão, mas um ato de resistência diante das múltiplas camadas de invisibilidade e exploração.

Ao mesmo tempo, a jornalista não romantiza sua profissão. Brelaz reconhece as limitações do mercado local: portais e redações precarizadas, rotinas exaustivas e a competição desleal com influenciadores digitais que atuam sem responsabilidade ou compromisso com a checagem de fatos, mas ela também enxerga esperança nos jovens jornalistas e comunicadores que, mesmo enfrentando desafios históricos, ainda são movidos pela curiosidade e pelo compromisso social de denunciar injustiças, defender direitos e dar voz aos que são sistematicamente silenciados.

A entrevista, assim, provoca repensar o jornalismo não como um ofício neutro ou puramente técnico, mas como um exercício político e ético que implica coragem, compromisso e solidariedade. Na fala de Brelaz, o jornalismo amazônida emerge como um espaço de disputa e de afirmação de identidades: um lugar onde o medo não paralisa – mas instiga a luta – e onde a precarização não anula a paixão por contar as histórias que precisam ser contadas. É, no fim das contas, um testemunho sobre a dignidade e a potência de quem transforma a palavra em instrumento de justiça e memória, mesmo em meio à adversidade.

## **5.6 Jornalismo comunitário como bem comum**

Nossa conversa com o jornalista Carlos Brito, 38 anos, paraense natural do município de Belém, solteiro, há 14 anos no jornalismo e, até a data desta pesquisa, aluno de Jornalismo

na Universidade da Amazônia (Unama), conduziu-nos a pensar na relevância do jornalismo comunitário<sup>114</sup>. Seus primeiros passos na profissão foram por meio de rádios comunitárias, quando era morador da periferia e ativista de movimentos sociais. Em seguida, trabalhou na assessoria de comunicação do Ministério Público Federal no Pará, na Rádio Cultura do Pará e na TV SBT Pará<sup>115</sup>, onde teve uma breve passagem, antes de passar 12 anos na TV Liberal, afiliada da Rede Globo. Quando nos deu essa entrevista, ele estava como repórter do núcleo de rede da TV Record Belém<sup>116</sup>. Agora, de volta à TV Liberal, é o apresentador do Programa “É do Pará”<sup>117</sup>.

O jornalista iniciou nossa conversa confessando que a editoria que mais se identifica é a do jornalismo comunitário, onde sente “uma conexão muito grande” com uma atmosfera de proximidade entre o repórter e a comunidade. Quando foi contratado pela primeira vez pela TV Liberal, em 2009, lembrou, atuou com essa editoria na produção de pautas e, depois, também na reportagem. Quando foi para a Record Belém, atuou novamente com pautas que envolvem denúncias sobre a vida das pessoas e a falta de saneamento básico, água, energia elétrica e iluminação pública: “A gente ia no local, mostrava a reclamação da comunidade, cobrava do poder público”, recordou.

Para relatar sobre violência na profissão, Brito preferiu dividir as ocorrências que enfrentou, diariamente, ao cobrir a Amazônia paraense, por territórios – urbano e florestal. Isso porque, explicou, há um tipo de violência específica em cada território. Em Bourdieu (1989), observamos que a violência simbólica origina, chancela e legitima a violência física ao se manifestar no espaço social, influenciando a luta pelo poder de territorialização, bem como ajudando na internalização das relações desiguais com o território.

## **A violência no território urbano**

---

<sup>114</sup> As informações aqui tratadas foram obtidas por meio de entrevista realizada com Carlos Brito, em Belém, em 22 nov. 2024.

<sup>115</sup> SBT Pará, que opera em Belém, é uma emissora de televisão do grupo do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), pertencente à família do falecido empresário e comunicador Silvio Santos. Além do jornalismo local, produz conteúdo regional, como o podcast “Égua do Nerd”, que explora a cultura e a identidade paraenses. Foi inaugurada em 1981, após o SBT adquirir três concessões da antiga Rede Tupi, sendo uma delas a da TV Marajoara, que ficou com o SBT, no Pará.

<sup>116</sup> Record Belém é uma emissora própria da Record, pertencente ao Grupo Record, sediada em Belém desde 1997. Exibe programas locais e nacionais. Entre os locais estão os programas de notícias, como o Balanço Geral PA, e eventos esportivos.

<sup>117</sup> Transmitido nas manhãs de sábado, o programa “É do Pará” é uma das principais produções da TV Liberal. O programa apresenta reportagens e entrevistas, explorando a cultura, as tradições e as histórias do estado do Pará, com destaque para saberes ancestrais, festas, músicas e culinária local.

A entrevista de Carlos Brito revela uma faceta crua e extremamente realista do jornalismo investigativo praticado em áreas urbanas da Região Metropolitana de Belém (RMB). Brito evidencia que, embora a violência seja um tema central na cobertura jornalística, ela também se volta contra o próprio jornalista, que se vê constantemente entre a busca pela notícia e a necessidade de preservar a vida – sua e de sua equipe. Ele expõe a força do poder paralelo exercido por organizações criminosas, um poder coletivo que atua em concerto – como nos diz Arendt (2023) – para manter o controle sobre os territórios e para definir o que pode ou não ser registrado e publicado. Esse poder não se expressa necessariamente em violência armada direta contra jornalistas, mas por meio de “avisos” e “limites” muito claros, que impõem, na prática, a censura e o cerceamento da informação. Brito reportou que teve várias experiências negativas com relação a essas organizações, inclusive quando tentou realizar a cobertura da carreamata de um candidato, no Distrito de Outeiro, e foi impedido por uma facção (que impediu o próprio candidato de entrar em seu “território”).

Um aspecto de sua fala que chama a atenção é a crítica à postura insensível das chefias nas redações. Brito enfatiza que, muitas vezes, os chefes priorizam o cumprimento da pauta e o espetáculo jornalístico – o “ao vivo” a qualquer custo – em detrimento da segurança do repórter e da equipe. Essa lógica, segundo o jornalista, expõe as equipes ao risco e perpetua a precariedade das condições de trabalho. Brito contrasta essa cultura de insensibilidade ao compromisso ético e humano que, para ele, deve pautar a atuação do jornalista: recusar uma cobertura perigosa não é apenas um direito, mas uma necessidade ética diante do valor da vida e da dignidade profissional. A recusa de Brito em expor sua equipe ao risco ecoa a crítica de Arendt (2023) sobre a necessidade de resistência e da união coletiva como forma de criar poder real e contestar a dominação violenta.

Outro ponto importante em sua entrevista é o retrato que ele faz da realidade das comunidades controladas pelas organizações criminosas – territórios onde nem a polícia entra e onde o jornalismo só pode entrar sob rígidas regras, impostas pelos grupos que detêm o poder local. Brito também mostra como o jornalismo investigativo encontra limites estruturais na Amazônia urbana, pois a precariedade e o medo, que rondam esses espaços, tornam a prática jornalística ainda mais vulnerável. Ele demonstra que, ao longo dos anos, amadureceu sua percepção de que a segurança é um valor inegociável e que é preciso ter coragem para dizer “não” às imposições que colocam a vida em risco: “Eu já bati muito o pé para não colocar minha equipe em risco: Não vamos entrar nesse local. Já fomos avisados pelos moradores, os próprios criminosos já chegaram aqui e falaram para não irmos”. Esse depoimento é confirmado

pelo relatório da Unesco (2021)<sup>118</sup>, que constatou como, há alguns anos, os profissionais da televisão são as vítimas fatais mais frequentes. No período de 2018 a 2019, eles representavam 30% dos jornalistas assassinados (47 mortes) no mundo.

A entrevista de Brito reafirma que o jornalismo urbano, na Amazônia Paraense, especialmente o investigativo, não é apenas um ato de narrar fatos, mas um exercício contínuo de negociação com as ameaças, de enfrentamento de poderes paralelos e de afirmação da dignidade profissional em meio à precariedade. Ele sugere que a resistência não se faz só com a denúncia dos fatos, mas também com a recusa de submeter o jornalismo ao espetáculo da violência e a uma lógica de morte que permeia tantos territórios. Essa postura é, por si só, uma forma de resistência ética e política, e de reinvenção do jornalismo como prática social comprometida com a vida e a verdade.

### **Política e mordaza interna**

Brito revela que, dentro das próprias redações, existe uma forma de violência invisível e silenciosa – a censura editorial. Essa censura, como ele descreve, decorre de acordos entre as empresas de comunicação e grupos políticos ou econômicos, que resultam na definição prévia de temas proibidos, na escolha de quem pode falar e na forma como os assuntos devem ser tratados. Essa prática remete ao conceito de Bourdieu (1997), que observa que o controle da fala e das pautas é uma forma de poder simbólico que, embora não se manifeste fisicamente, regula a informação e as vozes autorizadas a circular na esfera pública. Para Brito, esse controle interno sufoca a autonomia profissional do jornalista e compromete a essência do jornalismo como mediador social e fiscalizador do poder.

### **A violência florestal e a cobertura de crimes ambientais**

O segundo território abordado por Brito tem a ver com o que ele denomina “território florestal”. A cobertura de crimes ambientais na Amazônia, particularmente em áreas dominadas pelo garimpo ilegal, coloca o jornalista em uma posição de extremo risco. Brito narra que, mesmo antes de chegar às áreas de garimpo, quando foi cobrir uma ação da Polícia Federal, ele e sua equipe já eram alvo de vigilância por parte de uma “rede de apoio”, que liga moradores,

---

<sup>118</sup> Unesco. **Proteger Jornalistas, proteger a verdade**. [S.l.], Unesco, 2021. Disponível em: <<https://search.app/RcAj32DFxCh8UcVQ9>>. Acesso em: 18 mar. 2025.

trabalhadores e patrões do garimpo. Essa rede colaboracionista, como Arendt (2023) descreve, funciona como um braço do poder paralelo, capaz de neutralizar a presença de quem ameaça seus interesses econômicos.

A hostilidade enfrentada pela equipe – desde olhares desconfiados e filmagens no hotel até insultos diretos e a circulação de imagens do jornalista nas redes sociais de garimpeiros – revela o grau de tensão e de risco que marca o trabalho jornalístico em zonas de conflito socioambiental. As ameaças veladas e as limitações impostas à circulação da equipe, por orientação da Polícia Federal, evidenciam como a prática jornalística na Amazônia se entrelaça com dinâmicas de violência simbólica e física que buscam silenciar quem ousa expor a realidade desses territórios.

Em ambos os relatos – o da censura interna e o da cobertura ambiental – Brito revela como o jornalismo na Amazônia é duplamente vulnerável: primeiro, às pressões institucionais e políticas que cerceiam o direito de informar; segundo, à violência direta de atores locais que exercem poder armado e econômico. A fala do jornalista sugere que a prática jornalística, nesse contexto, demanda não apenas coragem e ética profissional, mas também uma constante vigilância quanto às ameaças – visíveis e invisíveis – que rondam o ofício. Ao insistir na importância de priorizar a segurança da equipe e de questionar as ordens que colocam vidas em risco, Brito oferece um contraponto necessário ao discurso de que o jornalista deve estar “sempre na linha de frente”. Ele nos lembra que a resistência à violência começa, muitas vezes, dentro das próprias redações, ao recusar o silêncio imposto por interesses ocultos, e se prolonga nos territórios nos quais a vida e a informação estão sob cerco constante.

### **O jornalismo em território de conflitos**

Brito descreve o caráter de “operação de guerra” das coberturas em garimpos ilegais na Amazônia, destacando a dependência total da segurança armada da Polícia Federal para garantir a integridade das equipes de reportagem. A logística – uso de coletes balísticos, helicópteros, controle do tempo de exposição – revela o quanto a prática jornalística nessas áreas não é apenas um ato de apuração de fatos, mas também uma negociação constante entre o direito de informar e a necessidade de sobreviver. Brito descreve a operação:

No primeiro helicóptero foram os agentes da PF e do ICMBIO, numa ação que chamam de “varredura”, porque quando o helicóptero da polícia pousa no garimpo, os garimpeiros vão para a mata. Muitos estão armados para proteger “seu território”. O segundo helicóptero, da imprensa, só decola e pousa depois que é dado sinal pela

polícia, para gente poder descer com segurança, usando o colete o tempo todo, pois sem colete ninguém entra em garimpo (Brito, em entrevista, 2024).

Brito recordou que o tempo para a cobertura de sua equipe era determinado pela PF, porque “os garimpeiros estavam escondidos dentro da mata e poderiam voltar com mais armas”. Também havia a questão de teto para decolagem dos helicópteros: “se o tempo tivesse mais escuro, mais nublado, a gente não conseguiria sair. E se fôssemos passar a noite lá, o risco seria maior de um ataque!” Nesse tipo de cobertura, na Amazônia, reiterou, a proteção do estado é necessária, visto que não é possível ir sem o aparato policial, pois do contrário seria “assinar uma sentença de morte”. A essa altura, lembrou, sua equipe já tinha noção dos riscos que corriam e os motivos da hostilidade de parte da comunidade da região.

O depoimento de Brito ressoa com as reflexões do Instituto Vladimir Herzog (2024), ao enfatizar como a imensidão e a complexidade da floresta amazônica tornam a prática do jornalismo ainda mais vulnerável – um terreno onde a vastidão territorial se combina com a precariedade do Estado – criando um ambiente de risco para quem ousa denunciar crimes ambientais e interesses ilegais.

### **O jornalismo na gestão Bolsonaro**

O relato de Brito sobre o jornalismo durante a presidência de Jair Bolsonaro, um período de ambiente político polarizado e hostil à crítica, traz à tona as violências simbólicas e físicas dirigidas à imprensa. Ele destaca como as equipes de reportagem tornaram-se alvos de ataques verbais e físicos simplesmente por estarem associadas a um veículo de comunicação que, na percepção dos agressores, representava a oposição ao governo de extrema-direita. As agressões sofridas em transmissões ao vivo e as frases como “globo lixo” e “é mentira” ilustram um momento em que o discurso de ódio se consolidou como forma de desqualificar a verdade jornalística, evidenciando o que Arendt (2023) apontou como a força da violência para moldar as relações de poder – onde o medo e o silenciamento substituem o diálogo e a racionalidade.

Esse período, relembra Brito, foi um dos mais conturbados para o exercício da sua profissão. Durante a entrevista, ele também reforça que, em três momentos, essa conturbação foi potencializada, sendo eles: a pandemia da Covid-19 e o negacionismo que assolou esse período; as eleições gerais de 2022, com um candidato do Partido dos Trabalhadores (Luiz Inácio Lula da Silva) e outro conservador de extrema-direita (Jair Bolsonaro); e o período pós-eleitoral, com as manifestações antidemocráticas em frente ao quartel do Exército (2º BIS), em Belém, em apoio a Bolsonaro: “Sofremos agressões verbais, sobretudo quando encontrávamos

com pessoas vestidas com a camisa ou portando a bandeira do Brasil. Éramos agredidos de todas as maneiras, principalmente nas entradas ao vivo”. Ele acredita que havia, naquele gesto, uma tentativa de intimidação do trabalho da imprensa.

O relato de Brito reforça, ainda, a presença de incompreensão do papel que o jornalismo exerce junto a sociedade na produção de informações para orientar a tomada de decisões. Essas informações, no período da pandemia, foram essenciais para proteger a vida das pessoas. Mas, também, houve uma avalanche de *fake News*. Isso remete às reflexões de Mello (2020), quando afirma que as:

*Fake news* circulam com muito mais velocidade que as notícias verdadeiras. Segundo um estudo do *Massachusetts Institute of de Technology*, notícias falsas tem probabilidade 70% maior de serem retuitadas do que as verdadeiras. E as notícias verdadeiras levam seis vezes mais tempo que as *fake news* para atingir o número padrão de 1.500 pessoas<sup>119</sup>. Ou seja, desmentir notícias falsas é enxugar gelo (Mello, 2020, p. 239).

Nesse período, o jornalismo trabalhou em duas dimensões essenciais: produzir informações para esclarecimento da sociedade e combater as *fake news* que eram produzidas cotidianamente.

### **A precariedade e o jornalismo**

Brito também aponta para a precariedade estrutural do jornalismo, tanto em sua dimensão material (equipamentos, segurança, salários) quanto simbólica (censura interna, disputas por narrativas). Suas reiteradas recusas em expor a equipe a riscos desnecessários – e seu alerta contra a insensibilidade das chefias – expõem um paradoxo: enquanto a profissão exige coragem e compromisso ético, ela se vê submetida à violência institucional das empresas e ao poder armado de organizações criminosas. Brito, ao afirmar que “prefere contrariar a chefia e voltar para a redação” em situações de risco, reafirma o valor da vida e a necessidade de resistência, conectando-se à ideia de Arendt (2023) de que o verdadeiro poder nasce do consentimento e da ação coletiva, não de coerção.

Os relatos de Carlos Brito compõem um retrato contundente do jornalismo de fronteira na Amazônia – fronteira não apenas geográfica, mas também política e simbólica. Suas experiências reiteram que a violência contra jornalistas não se limita às agressões físicas, mas

---

<sup>119</sup> Soroush Vosoughi, Deb Roy e Sinan Aral. “The Spread of True and False News Online”. *Science*, 9 mar. 2018. Disponível em: <[https:// science. Sciencemag.org/content/359/6380/1146](https://science.sciencemag.org/content/359/6380/1146)>. Acesso em: 9 jun. 2020.

envolve o cerceamento interno (censura editorial), a hostilidade do poder político-econômico (nas áreas urbanas e rurais) e a banalização do discurso de ódio (em especial, no período Bolsonaro e suas reverberações). Brito emerge como um profissional que compreende, na prática e na ética, que o jornalismo, para além de uma profissão, é um compromisso com a verdade e a justiça social – mesmo quando enfrenta, diariamente, o “céu, o tempo e as armas” de uma região onde a vida e a notícia correm o risco de serem caladas.

### **Os ataques, o desrespeito e a desumanização dos profissionais**

O jornalista destaca que a escalada de violência contra jornalistas acompanhou diretamente a escalada da campanha política, evidenciando a forma como o fanatismo eleitoral transforma a cobertura jornalística em alvo de agressão. Os relatos das intimidações sofridas por sua equipe – desde tentativas de obstrução das transmissões ao vivo até provocações e ameaças diretas – revelam como o jornalismo deixa de ser percebido como um mediador neutro e passa a ser tratado como um “inimigo” e/ou como obstáculo pelos militantes mais radicais. Essa hostilidade não só cerceia a liberdade de expressão, como também coloca em risco a segurança dos profissionais, em uma demonstração clara de como poder e violência, embora distintos, como aponta Arendt (2023), podem se manifestar simultaneamente no campo político e simbólico.

As lembranças de Brito sobre as manifestações antidemocráticas em frente ao quartel do Exército, em Belém (2022 e 2023), expõem um ambiente em que a própria noção de espaço público – onde o jornalismo atua como mediador da esfera pública – é violentamente disputada. Enquanto sua equipe, da TV, era agredida verbalmente e fisicamente, outra emissora, alinhada ao discurso bolsonarista, era saudada e protegida. Essa seletividade no tratamento midiático reflete o que Bourdieu (1997) chamou de opressão simbólica, em que a mídia pode ser cooptada como instrumento de legitimação ideológica. Brito, ao registrar esse contraste, revela como o fanatismo destrói a possibilidade de debate público e reforça a desconfiança generalizada contra a imprensa profissional.

Brito recordou que houve um momento em que os manifestantes ficaram mais agitados e hostis com a presença dos jornalistas e os agentes da Polícia Militar – que ali estavam para cumprir a ordem legal do STF e do Governo do Estado de retirada do acampamento<sup>120</sup> – fizeram

---

<sup>120</sup> A retirada dos acampamentos das manifestações antidemocráticas, que se prolongaram em todo o Brasil após a eleição de 2022, foi fruto de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), assinada pelo ministro Alexandre de Moraes, sob pena de prisão em flagrante a quem resistisse à ordem. Em acordo com a deliberação, a retirada foi

uma espécie de cinturão humano, a fim de evitar uma situação pior. Porém, Brito percebeu que os policiais estavam “arredios” com a equipe da TV Liberal.

A narrativa de Brito também evidencia as ambiguidades da relação entre jornalistas e policiais: se, por um lado, a PM agiu para escoltar e proteger a equipe da violência iminente, por outro, também demonstrou hesitação e frieza em relação à imprensa. Isso ilustra o alerta de McLeod (2023) sobre a necessidade de formação e conscientização das forças policiais para reconhecer a imprensa como parceira – e não como inimiga – na promoção de direitos e cidadania.

Historicamente, o jornalismo e a polícia têm sido parceiros conflitantes, mas as ações de todos devem estar abertas ao escrutínio e especialmente as dos funcionários públicos. Embora as leis e os direitos sejam diferentes em todas as regiões do mundo, o elemento primordial deve ser a confiança na polícia local independente, e a mídia pode ser uma aliada nesse aspecto. Desta forma, o treinamento de agências/agentes de aplicação da lei em relação aos direitos e benefícios de uma imprensa livre deve ser uma consideração fundamental para qualquer comandante da ordem pública<sup>121</sup> (McLeod, 2023, p. 17).

O episódio final, em que um conhecido lhe pede desculpas pelo tio envolvido na agressão à equipe da Liberal, sintetiza a complexidade do fenômeno: o ódio e a violência são muitas vezes impulsivos, alimentados por bolhas de desinformação e discursos de ódio que se infiltram até mesmo em pessoas comuns, que não necessariamente são “agentes do poder”. Essa dimensão humana e contraditória do fanatismo político reforça a importância de um jornalismo que, mesmo em meio ao caos, busca relatar fatos com objetividade e ética.

Os relatos de Carlos Brito reforçam que a prática jornalística, sobretudo no contexto amazônico e durante períodos de radicalização política, exige não apenas coragem física, mas também consciência ética e política. Ele demonstra como a violência simbólica e a violência física se entrelaçam, impondo ao jornalista a necessidade de resistência, muitas vezes solitária, frente ao cerco do fanatismo e da censura. Mais do que apenas coletar e divulgar notícias, Brito evidencia que o trabalho jornalístico é, em si, um ato político de defesa da democracia, da pluralidade de vozes e da dignidade de quem ousa contar a verdade em meio ao ódio e ao medo.

### **A sobrecarga emocional: uma “pandemia dentro da pandemia”**

---

feita com apoio da Polícia Militar dos estados e do Distrito Federal. O desmonte dos acampamentos aconteceu um dia após o ataque à Praça dos Três Poderes (em Brasília), episódio conhecido como a tentativa de golpe de 8/1.

<sup>121</sup> Entrevista do ex-comandante da Ordem Pública da Polícia do Reino Unido, Kenny McLeod, concedida à Unesco (UNESCO. **O papel dos agentes de aplicação da lei: garantir a segurança dos jornalistas durante manifestações públicas e eleições.** [S.l.]: UNESCO, 2023. Disponível em: Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384920\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384920_por) . Acesso em 30 set. 2024.

A análise desse trecho da entrevista de Carlos Brito revela a dimensão subjetiva e, muitas vezes, silenciosa da violência, que afeta os profissionais de comunicação: a violência psicológica e o impacto na saúde mental. Brito chama atenção para o fato de que a pandemia da Covid-19, que já era, por si só, um momento de extrema pressão emocional e medo coletivo, foi agravada para os jornalistas pelo contexto de ataques verbais, agressões políticas e insultos constantes que vivenciaram durante as coberturas.

Brito faz um paralelo muito significativo ao dizer que, para os jornalistas, havia uma “outra pandemia” acontecendo: a pandemia dos transtornos emocionais, crises de ansiedade e depressão, alimentada pela violência simbólica e física, que se somava ao conteúdo doloroso que cobriam diariamente (doenças, mortes, crises econômicas e políticas). Esse testemunho humaniza o jornalista como trabalhador que, embora seja muitas vezes visto como “apenas um profissional da informação”, carrega dores e angústias que impactam profundamente sua saúde mental. Era comum, lembra Brito, colegas respaldados com atestado de saúde serem afastados da redação por alguns dias.

Nicoletti e Figaro (2023) reforçam a ideia de que essa sobrecarga emocional não é apenas uma experiência individual ou “acidental” de um ou outro jornalista (Tabela 2). Trata-se de um problema estrutural no jornalismo brasileiro, marcado por precarização, insegurança física e simbólica, e instabilidade econômica (demissões e reestruturações). O ambiente de trabalho se torna, assim, um espaço de esgotamento contínuo, que adoce o jornalista ao mesmo tempo que demanda dele ainda mais força e resiliência.

**Tabela 2** – “Você se sente estressada (o) no trabalho?”

<b>Estresse</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem válida</b>
Sim	1.336	66,2%
Não	681	33,3%
Total	2.017	100,0%

Fonte: Nicoletti; Figaro (2023).

Nota: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa “Perfil do jornalista Brasileiro 2021”.

A referência de Brito a colegas que chegaram a “pegar atestado médico de três ou quatro dias” destaca como essa violência simbólica (xingamentos, insultos, tentativas de deslegitimar o trabalho) se materializa no corpo e na mente dos jornalistas, tornando visível o que muitas vezes permanece invisível: a exaustão emocional. Esses episódios expõem não apenas a necessidade de proteção física, mas também de medidas de suporte psicológico para quem lida cotidianamente com situações extremas.

Esse trecho também evidencia como a radicalização política potencializou o ambiente de vulnerabilidade para os jornalistas. Essa sobreposição – pandemia sanitária e crise política – criou um terreno fértil para a intensificação das violências, não só no sentido físico, mas também psíquico. A crise política se revela, assim, como uma violência simbólica que se infiltra nas redações e no imaginário coletivo, corroendo a segurança emocional dos jornalistas.

Esse testemunho de Brito amplia a compreensão da violência contra jornalistas, mostrando que ela não se limita a agressões físicas ou à censura explícita, ela se enraíza na vida emocional e psíquica do profissional, moldando as formas de trabalho e a dignidade do ofício. Ao reconhecer essa violência psicológica como uma questão estrutural e coletiva, o depoimento de Brito convoca a sociedade e as instituições a refletirem sobre a necessidade de políticas de cuidado com a saúde mental dos jornalistas, como parte da defesa da liberdade de imprensa e da própria democracia.

O depoimento de Carlos Brito traz à tona, de forma profunda e comovente, a dimensão emocional da profissão jornalística em contextos de alta pressão e violência, como foi o período da pandemia da Covid-19. Ele expõe como a saúde mental, muitas vezes negligenciada, torna-se central para compreender o impacto duradouro das condições de trabalho sobre os jornalistas, bem como para repensar o papel das empresas de comunicação nesse cenário. Sua fala também revela a experiência dolorosa de testemunhar e narrar a crise sanitária, mortes, sofrimento, caos hospitalar, enquanto também lidava com a sobrecarga política e as ameaças diretas à categoria. O relato dele funciona como “esponja” – absorvendo as dores e angústias das pessoas entrevistadas – além de revelar um dos maiores desafios da profissão: o jornalista não é um mero mediador neutro. Ele carrega as histórias que conta e essas histórias também o atravessam emocionalmente.

O momento de choro relatado por Brito durante a sessão com a psicóloga tem um caráter quase simbólico: mostra que mesmo quem está acostumado a manter o controle emocional diante das câmeras ou em ambientes hostis precisa, em algum momento, dar a si a permissão para ser frágil: “Eu chorei horrores”, contou Brito, “como eu nunca tinha chorado em toda a minha vida. E a psicóloga me explicou que eu funcionava como uma esponja, eu absorvia tudo, tudo. Eu chorava junto com o entrevistado, podia não chorar com lágrimas caindo na frente dele, mas em casa eu chorava”. Essa ruptura do “profissional forte” expõe a face humana dos jornalistas e a necessidade de reconhecimento de sua vulnerabilidade, de admitir o sofrimento como legítimo e humano, e reconhecer esse gesto como forma, também, de resistência.

### **Crítica à falta de apoio das empresas**

Brito evidencia a negligência das empresas de comunicação quanto ao cuidado com a saúde mental de seus profissionais, principalmente em momentos de crise, como a pandemia. Ele critica o suporte psicológico só ter sido oferecido na segunda onda, quando o impacto já era devastador para muitos colegas. Esse atraso mostra como as empresas ainda enxergam a saúde mental como algo secundário e não como elemento essencial de condições dignas de trabalho.

O depoimento também conecta a saúde mental às violências cotidianas do trabalho jornalístico: baixos salários, precarização, assédios e ameaças constantes. Brito mostra como esses fatores se acumulam e geram quadros de depressão e ansiedade, problemas que, segundo ele, também atingem as famílias dos jornalistas. O trecho ressoa com Nicoletti e Figaro (2023), que apontam para essa cadeia de violações e para a necessidade de proteção integral ao trabalhador da comunicação.

Para Brito, “proteger a saúde mental é uma questão de preservar a sobrevivência”. Essa frase condensa o aprendizado de quem viveu de perto a interseção entre crises sanitárias, políticas e emocionais. Ela também carrega um recado poderoso: a saúde mental não é apenas um “extra” para o jornalista, mas parte essencial de sua dignidade e de sua capacidade de atuar de forma ética e responsável. A saúde mental, segundo ele, amplia a análise da violência contra os jornalistas, mostrando que não se trata apenas de agressões físicas ou verbais, mas também de um desgaste profundo e acumulativo, que corrói a integridade subjetiva desses profissionais. Ao tornar esse tema público, Brito contribui para a construção de uma consciência coletiva sobre a necessidade de valorizar a saúde mental como direito humano e pilar fundamental de uma prática jornalística livre, ética e comprometida com a democracia.

### **Omissão e negligência**

O jornalista é bastante crítico com relação ao papel das empresas de comunicação. Brito denuncia que as empresas de comunicação não assumem a proteção de seus profissionais como uma responsabilidade ética e legal. Para ele, a prática do envio de repórteres para pautas de risco sem o mínimo de avaliação ou suporte demonstra uma cultura organizacional de desprezo pela vida do jornalista, um contexto que se torna um terreno fértil para o assédio moral, gerador de adoecimento psíquico, como destacou Heloani (2011). A fala de Brito revela a dimensão estrutural dessa violência, que não vem apenas das ameaças externas, mas também do descaso interno<sup>122</sup>. Muitas vezes, afirmou, o profissional vai cumprir a pauta para não ser demitido, o

---

<sup>122</sup> Na ocasião da entrevista, Brito era repórter de rede nacional e explicou que se sentia mais protegido porque, nessa função, o apoio da empresa é mais criterioso e organizado, no sentido de não expor a equipe e colocá-la em

que configura a prática do assédio moral, que é um dos maiores motivos de problemas psíquicos: “Quem está ali na linha de frente é o repórter”, ressaltou.

O jornalista também chama à responsabilidade o poder público. Ele aponta a urgência de um compromisso real do poder público em proteger os comunicadores. Sua proposta para criar leis específicas, com a participação das entidades da categoria e a fiscalização dos veículos de mídia, revela um olhar de resistência e cidadania. Essa proposta se alinha às demandas históricas dos profissionais da comunicação que trabalham na Amazônia – onde a atuação jornalística desafia não apenas a criminalidade comum, mas também o poder econômico e político de grileiros, garimpeiros, madeireiros e outros atores que operam a violência e o silêncio.

É preciso, com urgência, que o Estado brasileiro garanta a segurança para esses jornalistas e para as suas fontes; para os defensores dos povos tradicionais; para os que enfrentam os grileiros, garimpeiros, madeireiros ou criminosos disfarçados de empresários do agro; para todas as pessoas que vivem na Amazônia, um território cada vez mais controlado por organizações criminosas, como já acontece nas favelas do Rio de Janeiro há décadas (Bridi, 2024, p.7)<sup>123</sup>.

## Desafios do jornalismo na Amazônia

A fala de Brito vai além de uma denúncia genérica sobre violência no jornalismo: ela inscreve a especificidade do trabalho jornalístico na Amazônia como um campo de luta fundamental. Ele retoma a memória de lideranças assassinadas como a irmã Dorothy Stang<sup>124</sup>,

---

risco. Ele disse que o repórter de rede nacional tem a liberdade de não ir a locais que considera perigosos. E lamenta que, para os demais repórteres, não haja essa mesma liberdade, pois as empresas, no geral, ignoram os riscos para o profissional.

<sup>123</sup> Texto de abertura do estudo *Fronteiras da Informação – Relatório sobre Jornalismo e violência na Amazônia* (Instituto Vladimir Herzog, 2024, p. 4-8), de autoria de Sônia Bridi, jornalista da TV Globo. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/fronteirasdainformacao/>. Acesso em: 04 maio. 2025.

<sup>124</sup> Dorothy Mae Stang, conhecida como Irmã Dorothy (1931-2005), era uma missionária católica americana, naturalizada brasileira, defensora das causas socioambientais, reforma agrária e direitos humanos, assassinada em 2005, no município de Anapu (região Sudoeste do Pará). Dos cinco condenados pela morte de irmã Dorothy, somente um segue preso em regime fechado. O pistoleiro Rayfran das Neves Sales. O outro executor, Clodoaldo Carlos Batista e os dois mandantes, Regivaldo Pereira Galvão e Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, cumprem prisão domiciliar. O fazendeiro Amair Feijoli Lima cumpre pena em regime aberto (PAULINO, Eraldo. *Memória de irmã Dorothy continua a inspirar defensores da floresta e dos direitos humanos 20 anos após assassinato. Brasil de Fato*, São Paulo, 12 fev. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/02/12/memoria-de-irma-dorothy-continua-a-inspirar-defensores-da-floresta-e-dos-direitos-humanos-20-anos-apos-assassinato>. Acesso em: 10 jun. 2025).

Chico Mendes<sup>125</sup>, Maria do Espírito Santo<sup>126</sup> e muitos outros, conectando suas mortes à tentativa de silenciar quem ousa denunciar crimes ambientais e sociais. Ao situar o jornalista como “porta-voz” das populações amazônidas, Brito reforça a ideia de que a defesa da imprensa livre é também a defesa das comunidades e dos ecossistemas ameaçados – e vice-versa. Reflexão que encontra eco em Veloso (2014, p. 194): “Personagens como o seringueiro Chico Mendes, a missionária Dorothy Stang e o deputado João Carlos Batista, todos assassinados por defender interesses contrários aos grandes proprietários de terras na Amazônia”. Brito ainda questiona:

Quem ameaça a Amazônia? Quem está por trás dessas ameaças? Quem quer destruí-la para garimpar e explorar madeira? Quem vai ser beneficiado com isso? Quando você questiona esses interesses, passa a ser visto como alguém que ameaça àquele sistema. E quem vai dar suporte para esse profissional que questiona, quem vai lhe oferecer segurança? Onde está o poder público e sua instituição de segurança? Quem vai blindar o profissional? o jornalista está perto dessas lideranças que denunciam. Então, denunciou junto com eles. Deu voz para essas pessoas ao publicar em jornais locais, regionais e até mesmo nacionais. Sempre foi o jornalista que deu vozes nessas situações (Brito, em entrevista, 2024).

No relato de Brito, fica claro que proteger o jornalista é proteger a própria democracia e a liberdade de expressão. Ele denuncia a naturalização das ameaças e do silêncio imposto àqueles que atuam ao lado das populações e dos territórios vulneráveis, defendendo que a legislação e as políticas de proteção devem se voltar para a Amazônia como um território prioritário de direitos humanos e socioambientais.

Brito faz do seu relato uma convocação à responsabilidade social e política – das empresas de comunicação, do Estado e da própria sociedade – para não apenas lamentar as mortes e ameaças que se acumulam, mas para criar um ambiente de proteção real e contínua

---

<sup>125</sup> Francisco Alves Mendes Filho, Chico Mendes (1944-1988), foi um seringueiro acreano, sindicalista e ativista ambiental, de fama mundial por sua luta em defesa da Amazônia e dos direitos dos povos da floresta. Foi um dos fundadores do Conselho Nacional dos Seringueiros e promoveu a criação das Reservas Extrativistas, áreas protegidas onde as comunidades locais podem viver e trabalhar de forma sustentável. Foi assassinado em 1988, em virtude de seu ativismo. Mesmo após a morte, é referência mundial e símbolo de luta e resistência à defesa ambiental e justiça social. (BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Quem foi Chico Mendes.** [Brasília]: ICMBio, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-foi-chico-mendes>. Acesso em: 4 maio 2025).

<sup>126</sup> A líder extrativista Maria do Espírito Santo Silva (1960-2011) e seu companheiro José Cláudio Ribeiro foram assassinados por pistoleiros em emboscada no Assentamento Agroextrativista Praia Alta-Piranheira, onde viviam, no município de Nova Ipixuna, em maio de 2011. Eles eram ativistas socioambientais pregavam o uso sustentável dos recursos da floresta e lutavam pela criação de uma reserva extrativista no assentamento, onde ainda havia uma das últimas áreas nativas de castanha-do-pará na região (LEMBRAR é resistir: 9 anos do assassinato de Maria do Espírito Santo Silva e José Cláudio Ribeiro e 3 anos do massacre de Pau D’Arco. **Global Justice**, 2020. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/lembrar-e-resistir-9-anos-do-assassinato-de-maria-do-espírito-santo-silva-e-jose-claudio-ribeiro-e-3-anos-do-massacre-de-pau-darco/>. Acesso em: 4 maio 2025).

aos jornalistas. Seu testemunho evidencia a centralidade do jornalismo amazônico na luta por justiça social e ambiental, e, ao mesmo tempo, revela o quanto essa atuação permanece cercada por riscos e desafios que exigem uma mobilização ampla, solidária e persistente.

### **Proteção e as pautas complexas**

Nessa parte da entrevista de Carlos Brito, identificamos como ele articula de forma crítica e reflexiva três dimensões centrais do jornalismo contemporâneo na Amazônia: a necessidade de proteção para realizar pautas complexas, a tensão entre ética e interesses corporativos e o lugar de resistência e estratégia do jornalista que não quer abdicar de sua missão social.

Brito destaca que as pautas envolvendo denúncias de violações de direitos de povos tradicionais por grandes empresas são as mais arriscadas e, ao mesmo tempo, as mais necessárias. Ele reconhece que esses temas, como o mercado de crédito de carbono e a violação de territórios indígenas, quilombolas e ribeirinhos, exigem não apenas habilidade investigativa, mas também suporte técnico, logístico e segurança – coisas que muitas vezes faltam. Essa realidade reflete a fragilidade estrutural que expõe jornalistas e comunidades, criando um terreno perigoso onde a informação crítica e a defesa da vida podem ser sufocadas por interesses empresariais e políticos.

Neste ponto, Brito resgata a tensão abordada por Correia (1997) entre a liberdade de expressão jornalística e a manipulação velada dos interesses editoriais ao questionar: “Quem isso beneficia? E como ficam os povos tradicionais das comunidades que ali vivem há muito tempo, como quilombolas, indígenas e ribeirinhos? Como é que vai ficar o território, o lar dessas pessoas?”. O jornalista considera que esse tipo de pauta não pode prescindir do apoio e da segurança institucional à sua realização, tanto por parte da empresa quanto do poder público, visto que os maiores obstáculos estão justamente no âmbito institucional, onde há “muitas amarras” por causa dos interesses partidários, ideológicos e financeiros. Nas palavras de Correia (1977):

Sublinhe-se que não existe qualquer obstáculo - incluindo, no que se refere aos jornalistas que neles trabalham, de natureza deontológica – a que um jornal se assuma como inspirado numa determinada ideologia, opinião política, religiosa ou outra, desde que isso fique, à partida, perfeitamente claro para o público e, naturalmente, para os jornalistas. O problema reside quando se pretende interferir na vida política e defender objetivos políticos de uma forma dissimulada, escondendo-o dos leitores, quantas vezes dos próprios profissionais, envolvidos sem saberem (pelo menos

alguns) em estratégias que lhes escapam e tornados joguetes de motivações ocultas. (Correia, 1997, p. 251)

O jornalista aponta com clareza a contradição vivida por muitos colegas de profissão e a necessidade de lidar com a pressão das empresas de comunicação para moldar a narrativa de acordo com interesses que não têm nada a ver com a ética jornalística. Ele conta que enfrentou casos em que era pressionado a taxar movimentos sociais como “vândalos” para atender aos interesses de patrocinadores ou grupos políticos. Sua decisão de não ceder a essas pressões, apesar do risco de desagradar a chefia, mostra o desafio de manter o compromisso com a verdade e a dignidade humana em meio a um mercado que se alimenta do espetáculo e da exploração das dores alheias – como discutido por Bourdieu (1997):

O princípio da seleção é a busca do sensacional, do espetacular. A televisão convida à *dramatização*, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico. Em relação aos subúrbios, o que interessará são as rebeliões. Que palavra grandiloqüente... (Faz-se o mesmo trabalho com as palavras. Com palavras comuns, não se faz cair o “queixo do burguês”, nem do “povo”. É preciso palavras extraordinárias. De fato, paradoxalmente, o mundo é dominado pelas palavras. A foto não é nada sem a legenda que diz o que é preciso ler - *legendum* -, isto é, com muita frequência, lendas, que fazem ver qualquer coisa. Nomear, como se sabe, é fazer ver, é criar, levar à existência. E as palavras podem causar estragos (Bourdieu, 1997, p. 25-26).

O relato de Brito revela que, para muitos profissionais, a única forma de sobreviver em redações que operam na lógica do lucro e do poder político é a negociação constante. Ele mesmo fala do “jogo de cintura” para proteger sua posição, sem deixar de resistir quando o limite ético é ultrapassado. Esse posicionamento de resistência silenciosa e negociada traduz a condição do jornalista como trabalhador que precisa manter o emprego para viver, mas que tenta proteger a integridade da informação como serviço público.

A análise de Brito vai além de denunciar o assédio moral e a violência institucional, ele convoca uma ética profissional ancorada no “olhar mais humano”, na recusa ao sensacionalismo e à exploração da dor. Seu testemunho ecoa a reflexão de Pinto (2005), que identifica o descaso dos grandes grupos de mídia, no que diz respeito à cobertura das realidades amazônicas e a submissão de seus jornalistas à pauta dos poderosos. Para Brito, a dignidade e a consciência crítica são as ferramentas para resistir à “mão pesada” dos donos de mídia, ainda que isso exija uma atuação estratégica para não se tornar alvo de demissão ou marginalização. Recordamos as discussões de Correia (1997), quando afirma:

O jornalista está confrontando sua actividade quotidiana, com dois tipos de imperativos, um que provém dos objectivos comerciais que comandam os destinos da

empresa, outro enraizando nos objectivos informativos que dão corpo aos princípios e inspiram a actividade da profissão. Este confronto cuja gestão ajuda a estabelecer os contornos da autonomia, traduz-se, no comportamento dos jornalistas, numa constante negociação entre o comercial/publicitário e o informativo (Correia, 1997 p. 263).

No conjunto, o depoimento de Brito mostra como o jornalismo na Amazônia se insere em uma teia de pressões e ameaças que originadas de todos os lados: do poder econômico, do poder político e da própria estrutura das redações. Para ele, a defesa do jornalismo ético e comprometido exige não apenas coragem individual, mas também estratégias de sobrevivência, alianças coletivas e um projeto maior de proteção legal e institucional, que compreenda o contexto amazônico como território prioritário de defesa de direitos. Brito reafirma o jornalista como um trabalhador e como alguém que, mesmo nas brechas e contradições, busca dar voz aos silenciados e questiona os sistemas que lucram com a destruição da Amazônia e a desigualdade social.

### **Os desafios das ruas**

Na análise final da entrevista de Carlos Brito, percebemos o fechamento de um depoimento marcado pela lucidez e pela coerência entre a prática profissional e os valores éticos fundamentais do jornalismo.

Brito ressalta a importância de abandonar o romantismo que circunda o jornalismo. Ele enfatiza que a profissão está cercada por desafios muito concretos: desde as pressões dos interesses econômicos e políticos até as ameaças externas, a precarização do trabalho e o impacto da desinformação. No entanto, ele não é um cético derrotado – seu olhar é realista, mas esperançoso. Ele acredita que o jornalismo pode contribuir para um mundo melhor, porque confia na sua força como prática cidadã e de denúncia. Essa combinação de realismo e esperança mostra a maturidade de quem está inserido no cotidiano das redações e tem consciência do papel que a imprensa pode exercer, bem como das suas limitações.

Brito retoma a ideia do jornalismo como ferramenta social: um meio de dar voz às pessoas que, muitas vezes, não têm espaço para denunciar as injustiças que sofrem. Ele destaca a importância do jornalismo como parte de um ecossistema informativo que deve ser confiável, plural e socialmente útil, em sintonia com a reflexão de Christofolletti *et al.* (2024) sobre a necessidade de reconstruir ecossistemas informativos saudáveis para enfrentar a desinformação e fortalecer a cidadania:

À medida que se alastra, o fenômeno da desinformação também encontra resistências, erguidas sobretudo por organizações, instituições e indivíduos socialmente preocupados. Uma das formas de combatê-la é fortalecer os ecossistemas informativos para que cumpram suas funções públicas, auxiliando a cidadania a se sentir mais capaz para tomar decisões e buscar soluções coletivas para seus problemas. Uma condição necessária é que esses ecossistemas de informação tenham confiança pública, sejam credíveis e socialmente úteis. O jornalismo faz parte desses almejados ecossistemas informativos (Christofolletti *et al.*, 2024, p. 123-124).

Brito enxerga o jornalista como mediador que está a serviço da coletividade e não como um herói solitário. Mesmo diante de pressões e desafios, Brito afirma que encontra sentido no jornalismo quando percebe que suas reportagens podem mobilizar autoridades ou sensibilizar a sociedade para problemas concretos. Essa experiência de ver a reportagem no ar, particularmente as investigativas e as de denúncia, faz com que ele se sinta útil e o fortalece para continuar na profissão. Isso revela um sentimento de pertencimento a uma missão que vai além do trabalho: o compromisso com a dignidade humana: “Eu acredito no jornalismo como um exercício diário de cidadania, de respeito, como uma ferramenta de transformação social”, diz ele.

Ao rememorar que cresceu em palafitas, Brito mostra que sua sensibilidade social tem origem em sua própria experiência de vida. Ele traz para a profissão a memória de que as lutas por direitos e dignidade são coletivas, origem que faz com que ele reconheça a importância de dar voz àqueles que não têm para onde gritar, especialmente na Amazônia, território historicamente silenciado.

A fala final de Brito reforça a ideia de que o jornalismo, para além de um ofício, é um projeto coletivo que precisa ser abraçado de forma crítica e consciente. Ele nos oferece um depoimento valioso que contrapõe a romantização do jornalismo a uma compreensão madura e comprometida com as injustiças sociais e com a complexidade das realidades amazônicas. É um convite para que novos jornalistas se mantenham firmes, questionadores e solidários – porque, apesar de todos os desafios, vale a pena lutar pela dignidade da profissão e pelo direito de informar e ser informado. Brito nos mostra que, mesmo sob forte pressão e constante ameaça, o jornalismo permanece essencial como ferramenta de transformação social. Essa é a esperança que pulsa nas entrelinhas do seu testemunho.

### **5.6.1 Desfechos interpretativos analíticos**

A entrevista de Carlos Brito apresenta um retrato profundo e multifacetado das tensões, desafios e esperanças que envolvem o exercício do jornalismo na Amazônia, especialmente nas

áreas urbanas da Região Metropolitana de Belém. Brito demonstra clareza sobre a complexidade de sua profissão e reflete, com maturidade, sobre o que significa ser jornalista em um território marcado por desigualdades históricas, violências cotidianas e desafios ambientais e políticos de grande escala.

A primeira dimensão que emerge com força é a da insegurança e da violência. Brito descreve o jornalismo como uma prática que lida diretamente com a criminalidade e o poder paralelo das facções, como no caso da cobertura eleitoral em Outeiro e de reportagens em áreas controladas por organizações criminosas. Ele deixa evidente como essas facções atuam não só como forças violentas, mas também como instâncias de poder local, capazes de impedir o trabalho jornalístico e de ameaçar a própria integridade dos profissionais. Nessa seara, Brito valoriza o papel dos jornalistas como testemunhas dos fatos, mesmo em ambientes de risco, e reitera a necessidade de aprender a medir os perigos para preservar a vida e a saúde da equipe – um testemunho que encontra eco nas análises de Arendt (2023) e Bourdieu (1989) sobre o poder e a violência.

A segunda dimensão é a da censura interna e da pressão institucional exercida pelas empresas de comunicação. Brito discute o incômodo provocado por essa violência simbólica, que transforma o jornalista em agente de interesses políticos e econômicos alheios à prática informativa. Ele narra como, em alguns casos, enfrentou pressões para criminalizar movimentos sociais e suprimir reportagens, destacando que a autonomia profissional requer senso crítico e habilidade para conciliar a defesa da ética jornalística com a necessidade de manter o emprego.

A terceira dimensão envolve o impacto psicológico do jornalismo de campo, especialmente durante a pandemia da Covid-19 e em períodos de forte polarização política. Brito detalha o desgaste emocional de noticiar mortes, lidar com a desinformação e enfrentar o ódio nas ruas. Ele expõe, sem rodeios, as consequências desse acúmulo de pressões: crises de ansiedade, depressão e desgaste físico – sintomas que reforçam o argumento de Nicoletti e Figaro (2023) sobre a precariedade estrutural do jornalismo brasileiro.

A quarta dimensão, essencial para compreender o pensamento de Brito, é a do jornalismo como prática cidadã e instrumento de denúncia social. Ele insiste que o jornalista é alguém que dá voz aos que não têm para onde gritar e que serve como mediador entre as injustiças e as respostas do poder público. Essa dimensão ética e comprometida transcende o aspecto puramente informativo e se conecta à esperança de que o jornalismo pode – e deve – ser parte de um ecossistema informativo confiável, que promova a cidadania e a dignidade.

A entrevista de Carlos Brito é um depoimento potente e atual. Ela, nos moldes dos outros entrevistados, apresenta as múltiplas faces da violência (física, simbólica e institucional)

enfrentada pelos jornalistas, mas também mostra a força do jornalismo como ferramenta de cidadania e transformação social. Ao mesmo tempo em que Brito revela a dureza do ofício, ele reafirma sua crença na função pública do jornalismo, no seu potencial de dar voz aos que são silenciados e de questionar as estruturas de poder que ameaçam a democracia. Essa convicção, ancorada em sua experiência de vida, confere ao seu testemunho um caráter não apenas profissional, mas também profundamente político e existencial.

### **5.7 Momentos difíceis para o jornalismo e jornalistas**

Nossa última entrevista foi com o jornalista Josué Cláudio Nery da Silva Pinheiro – Cláudio Pinheiro – 56 anos, natural do município de Belém (PA), solteiro, 25 anos de experiência profissional, ex-dirigente do Sinjor-PA (diretor filiação de associados/2020-2023)<sup>127</sup>. Pinheiro está entre as vítimas registradas no Relatório Violência contra o Jornalista e a Liberdade de Imprensa no Pará – 2022, lançado pelo Sinjor-PA, em 2023. Reconhecido e premiado por seus trabalhos, esse jornalista teve suas fotografias sobre a rebelião do presídio de Americano, em 2017<sup>128</sup>, publicadas pelo Jornal New York Times. Atualmente, é do quadro de repórteres fotográficos do jornal O Liberal e Amazônia Jornal<sup>129</sup>, onde atua nos cadernos de Polícia, Cultura e Cidade.

#### **Violência gratuita**

Pinheiro centralizou seu relato no período do Governo Jair Bolsonaro (2019-2022), onde está incluída a pandemia da Covid-19; e na sua atuação no caderno de polícia, onde é comum o contato com autoridades das áreas de segurança e de justiça, vítimas e acusados de crimes e onde vivenciou vários atos de violência contra ele e seus colegas, como cerceamento, ameaças e agressões física e verbais.

“A gente passou por um período muito conturbado. A partir de 2019, as pessoas começaram a tomar posturas mais agressivas com relação à imprensa”, disse ele. Um reflexo da admiração que parte da população brasileira tinha pelo ex-presidente, afirma, que estimulava

---

<sup>127</sup> As informações aqui tratadas foram obtidas por meio de entrevista realizada com Josué Cláudio Nery da Silva Pinheiro, em Belém-PA, em 18 de set. 2024.

<sup>128</sup> Popularmente chamado de Presídio de Americano, o Complexo Penitenciário de Santa Izabel, fica na Região Metropolitana de Belém (RMB) e é o maior do Pará, contando com nove unidades prisionais e uma população carcerária de mais de 6 mil pessoas. Fontes diversas.

<sup>129</sup> O jornal Amazônia, parte do conglomerado de empresas do Grupo Liberal, é um periódico do Pará lançado em formato *berliner*, em 2000; e, hoje, também existe em formato digital.

o desrespeito ao trabalho dos jornalistas, profissionais cujas apurações refutavam as desinformações publicadas por sua rede de apoiadores. Opinião semelhante ao pensamento de Arendt (2013):

[...] se recebessem no dia seguinte a prova irrefutável da sua inverdade, apelariam para o cinismo; em lugar de abandonarem os líderes que lhes haviam mentido, diriam que sempre souberam que a afirmação era falsa, e admirariam os líderes pela grande esperteza tática (Arendt, 2013, p. 331-332).

Pinheiro foi um dos jornalistas agredidos, em Belém, pelos participantes das manifestações antidemocráticas pró-Bolsonaro, realizadas na frente dos quartéis, em 2022/2023. O jornalista relatou que, no dia 16 de novembro de 2022, ele e uma repórter da sua equipe chegaram a iniciar um diálogo com os manifestantes para fazer a cobertura. Porém, depois que os manifestantes descobriram que eles eram do Grupo Liberal, foram cercados: “começaram a achincalhar a gente gritando: fora daqui seus nojentos!”. Conforme o jornalista, a série de ataques prosseguiu com palavrões e evoluiu para agressão física: “Eu peguei um soco na barriga, cutucão na costela e jogaram pedra na repórter. Também tentaram tirar meu equipamento fotográfico”. Para o jornalista, esse foi um dos momentos mais tensos que vivenciou na reportagem. Ele destaca que espera “nunca mais passar por isso”.

Essa experiência está registrada no Relatório de Violência contra os Jornalistas do Pará, que aponta novembro de 2022 como o “mês mais violento do ano devido a difusão de protestos bolsonaristas, que tinham como hábito insultar, agredir verbal e fisicamente, impedir o trabalho e cercear a liberdade de expressão da imprensa” (Sinjor, 2023, p. 7). Naquele ano, foram agredidos 21 jornalistas no Pará, 11 somente em cobertura de matérias sobre as manifestações antidemocráticas.

O relato de Pinheiro demonstra que a violência passou a ser recorrente entre “as pessoas que entraram nesse jogo da extrema direita”. De acordo com ele, naquele período, essas pessoas ameaçavam os jornalistas “até mais que os policiais”. E as “de classe mais alta” eram as que mais ameaçavam. No entendimento do jornalista, “eles que deveriam ter mais consciência, por terem maior acesso ao conhecimento, e faziam o contrário”. O que dava a entender, na sua opinião, que a classe estava sendo atacada por “toda uma sociedade civil”.

Pinheiro ressalta que o período da pandemia da Covid-19 foi um dos mais violentos para ele e para seus colegas da área de comunicação. E enfatiza que tenta entender até hoje o porquê de os jornalistas terem sido tão atacados, justamente quando seu trabalho – de informar – estava entre os mais essenciais na luta contra a doença. Afinal, eram os jornalistas que informavam e

contextualizavam sobre a letalidade do coronavírus, os cuidados (distanciamento, uso de máscaras); a necessidade da vacina; as descobertas científicas; as medidas governamentais; e o combate diário a centenas de desinformações e *fake news* sobre a doença, que corriam nas redes sociais, impulsionadas, principalmente, pelo ex-presidente do Brasil<sup>130</sup>.

Ele recorda que sua equipe foi tratada de forma hostil e até expulsa de locais, como hospitais, por “pessoas negacionistas”. O tratamento se tornava mais hostil quando os repórteres eram identificados como funcionários de veículo vinculado à rede de comunicação que “chamavam de lixo”. Para ele, as pessoas ficaram insensatas por causa do negacionismo, que naturalizou a violência como reação àquilo que não queriam aceitar como verdade: “elas não acreditavam no que estava acontecendo e só conseguiam resolver as coisas com briga, com porrada”.

Vimos, nessa etapa do relato de Pinheiro, o pensamento de Bucci (2016, p. 28): “depreende-se que, além da violência que tem lugar na linguagem falada e escrita (a começar do palavrão que fere a integridade moral da vítima), haveria uma violência performática que evolui como linguagem visual no teatro das ruas”. O jornalista enfatizou que, mesmo diante desse cenário de agressão, devido à importância da informação de qualidade no combate à doença, os jornalistas seguiram trabalhando, arriscando suas próprias vidas, pois faziam cobertura em áreas como hospitais, necrotérios, cemitérios etc. Ainda sobre esse cenário:

A epidemia evidenciou a importância de jornalistas profissionais que produzem notícias fundamentadas. Em um momento em que informações corretas salvam vidas, as pessoas começaram a desconfiar das “tias” do WhatsApp e dos malucos do Twitter, governantes aí incluídos. Jornalistas não se limitam a colher informações; eles também ajudam a distinguir o que é verdade do que é mentira, o que é importante do que não é. A curadoria da informação ganhou relevância. (Mello, 2020, p. 230-231)

De acordo com o Dossiê Jornalistas Vitimados pela Covid-19 (2022c), o Brasil foi o país com maior número de mortes de jornalistas pela doença, com 314 óbitos (os dados se referem ao período de abril de 2020 a fevereiro de 2022). O Pará ficou em terceiro lugar em registros de mortes pela doença, com 24 óbitos, empatado com o Paraná e abaixo apenas de São Paulo (42) e do Rio de Janeiro (33).

## **Violência institucional**

---

<sup>130</sup>CPI da Covid não indiciou filhos de Bolsonaro por fake news. **UOL Confere**, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/10/20/fake-news-cpi-da-covid-presidente-jair-bolsonaro-filhos.htm>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Pinheiro enfatiza que, independentemente do período de acirramento político, os agentes de segurança “são as pessoas que mais ameaçam” os jornalistas. Ele lembrou do episódio em que sofreu agressão física dentro de uma delegacia da Polícia Civil, durante a cobertura da prisão de ex-policiais envolvidos em crimes. Pinheiro levou um soco na boca, desferido por um dos ex-policiais, “simplesmente” porque estava cobrindo o fato.

Além de o agressor ser alguém que foi policial, o local do crime, dentro de uma delegacia, demonstra, para Pinheiro, o quanto se naturalizou a violência desta área – segurança pública – contra o jornalista. Sua observação vai ao encontro dos levantamentos realizados periodicamente por organizações e entidades ligadas à área de comunicação social, onde os policiais sempre figuram entre os mais violentos, independentemente do período de acirramento político. No Relatório de Violência contra os Jornalistas do Pará (Sinjor-Pa, 2023), por exemplo, eles ficaram em segundo lugar (5 casos), perdendo apenas para os apoiadores do ex-presidente (11 casos), nos registros de 2022. No mesmo período, no âmbito nacional, conforme o Relatório de Violência contra os Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil (Fenaj, 2023), os policiais ficaram em sexto lugar (4,25% dos casos). Na edição de 2024 desse documento, estavam em quinto lugar (7,73% dos casos) do total de ocorrências de 2023, um ano após o Governo Bolsonaro.

Pinheiro também relata sobre a má vontade dos agentes de segurança em atuar, especialmente a Polícia Militar, quando a ocorrência se trata de agressão contra jornalistas. Ele recorda o comportamento dos policiais militares durante a cobertura da imprensa às manifestações antidemocráticas em frente aos quartéis, quando foram atacados por apoiadores do ex-presidente: “A polícia simplesmente virava as costas para fazer de conta que não estava vendo àquela situação. Inclusive, a gente pediu ajuda para alguns policiais e eles falaram que não era problema deles”.

### **À sombra do medo**

Durante seu relato, Pinheiro fez uma avaliação geral da violência no jornalismo e disse que considera graves todas as formas de violência. Mas destacou como “super grave” o impedimento do trabalho por meio da ameaça: “isso é grave, porque a gente passa a ter medo”. O jornalista ressaltou que, após sofrer esse tipo de violência, ficava imaginando se iria encontrar, em uma esquina qualquer, aquela pessoa que o ameaçou. O que aumentava seu medo, explicou, é que ele sabia do que seus agressores eram capazes: “eles podem passar com o carro por cima de ti ou então te dar um tiro”.

Ao contextualizar a questão do medo no período do Governo Bolsonaro, Pinheiro destacou que “o uso de armas, estimulado pelo próprio governo, facilitou muito essa possibilidade de qualquer cidadão armado te ameaçar”. E essa facilidade aumentou a insegurança na categoria, especialmente nos jornalistas que atuam na reportagem:

É bem complicado para gente administrar isso, principalmente psicologicamente. Tu não sabes como lidar e isso te impede de exercer a profissão, porque tu acabas ficando com o pé atrás e pensa: “Égua! Será que eu vou?” “Mas eles vão fazer fotos minhas hoje?” (Pinheiro, em entrevista, 2024).

Pinheiro lembra que, especialmente no período da pandemia da Covid-19, quem trabalhava com comunicação enfrentou o paradoxo de ver o uso da imagem como ferramenta do medo, pois os “negacionistas” faziam fotos de celular e diziam “olha, estou tirando foto tua”. Segundo o jornalista, isso era uma ameaça direta e era uma das mais comuns de se ouvir no dia a dia do trabalho de rua, na reportagem. Ele selecionou outras frases comumente ouvidas, nesse período: “Está pensando que eu não sei quem tu és?”; “Olha, eu tenho foto de vocês, sabia?”; “Eu sei onde vocês moram!”; “Eu sei tudo de vocês pelas redes sociais e tenho as fotos”.

O jornalista disse que ficava muito preocupado com esse tipo de agressão e conversava com outros colegas sobre a dura realidade de ter que enfrentar o medo e, ao mesmo tempo, manter “uma boa e mais sensata possível estrutura de informação para a comunidade” sobre a pandemia. Preocupação que encontra eco no pensamento de Butler (2021), que diz que a ameaça é uma das ferramentas do discurso de ódio. Conforme a autora, o poder performativo da ameaça não se restringe à expressão da intenção, produzindo efeito, também, sobre a realidade social. Antes mesmo de se concretizar fisicamente, a ameaça já estabelece um panorama de impotência e de risco ao alvo do discurso de ódio, que geralmente são as minorias sociais e/ou segmentos e pessoas engajadas em temáticas relacionadas à democracia, como é o caso dos jornalistas.

Para Pinheiro, o medo afeta significativamente a capacidade do profissional, apesar do seu esforço em entregar o melhor trabalho possível. Ele enfatizou que o repórter sempre está em busca de algo para apresentar ao leitor, como uma imagem que ele possa fazer uma leitura sobre determinada realidade. Porém, essa busca sofre as limitações por causa do medo, como ocorreu no período do Governo Bolsonaro: “A gente ficava receoso e se sentia impedido de cobrir determinados eventos pelo medo da represália”, lembrou. Ele disse que, nesse período, “o trabalho do jornalista perdeu a qualidade esperada, ficou deficitário”, reflexo do impacto do medo, que “afetava 80% do seu resultado”.

O jornalista recorda que teve que abandonar a cobertura de um caso na área de segurança a pedido de uma delegada da Polícia Civil. A policial disse à sua equipe que ela estava se sentindo ameaçada e não queria mais continuar o inquérito e os aconselhou a não dar continuidade ao trabalho jornalístico: “Eu acabei levando em consideração o que ela me falou. Não sei se ela me enganou. Mas pelo que eu percebi, ela também estava com medo!”.

Ele disse que essas experiências de violência impactaram seu bem-estar emocional e psicológico, causando traumas e provocando medo, como a dúvida sobre o futuro: “quando eu me deitava, ficava imaginando se daria tudo certo amanhã”. Ele lembrou que, muitas vezes, após sofrer ameaças, não conseguia se desligar e, conseqüentemente, não dormia. Então, explicou, vinha uma enxurrada de perguntas em sua mente: “Se eu chegar até naquele ponto da reportagem, isso vai me afetar por um período?”, “Aquilo vai resultar em uma agressão a mim, e depois vai ficar um trauma?”, “Se eu voltar naquele local vou ser agredido de novo?”. Essas indagações, afirmou, fazem parte do pensamento de todo profissional que atua com o jornalismo investigativo: “Eu acho que a gente é afetado psicologicamente para sempre. Esse temor fica e a gente sofre mesmo, não tem jeito”.

Chauí (1987) defende que o medo não é uma emoção efêmera. Ele causa efeitos profundos na forma de relacionamento do sujeito consigo mesmo, com o outro e com o poder. O medo, conforme a autora, é engendrado e usado com o fim de manter as desigualdades sociais e destruir a autonomia individual e coletiva.

### **Falta de apoio do patrão**

Pinheiro relata que, no período do Governo Bolsonaro e em outros momentos difíceis no trabalho, sentiu falta de apoio psicológico e jurídico por parte do empregador: “Eles não têm esses cuidados” e, na época dos ataques dos apoiadores do ex-presidente, “não questionamos” a obrigação das empresas em dar apoio psicológico e jurídico ao trabalhador. Ele lembrou que, apesar de a empresa ter um setor jurídico, quando foi à Polícia Civil fazer a ocorrência do ataque na frente do quartel do Exército, não contou com esse serviço, mas recebeu o apoio Sinjor-PA e da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa da OAB-PA, sendo o seu caso um dos que motivou o Sinjor-PA a criar o Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Violência contra os Jornalistas.

### **Falta de condições de trabalho**

Pinheiro também critica as empresas de comunicação por, de forma gradativa e sem negociação com os trabalhadores, desmontarem o suporte básico de suas redações, como o veículo próprio para o trabalho da reportagem. Ele enfatiza que as empresas passaram a usar carros de aplicativo, inclusive em pautas que expõem a segurança do jornalista, como as reportagens do caderno de polícia e durante as manifestações contra a vacina e contra o resultado das eleições de 2022. As equipes ficaram, na época, sem proteção em caso de necessidade de deslocamento urgente e assim permanecem.

Segundo o jornalista, hoje em dia, as empresas também pressionam os repórteres fotográficos a providenciarem suas próprias máquinas fotográficas e acessórios, que são materiais específicos e muito caros. Ele questiona: “Como um jovem iniciante pode atuar numa empresa X ou Y, se ele primeiro vai ter que ralar para conseguir um equipamento para trabalhar?”. Em sua indagação, encontramos a reflexão de Correia (1997) sobre as empresas de comunicação, que concentram nas mãos o poder de decisão da atividade jornalística de seu respectivo veículo:

O jornalista se encontra sujeito a uma série de dependências e constrangimentos resultantes de uma organização estruturada, com maior ou menor rigidez, em torno de uma hierarquia no topo da qual se encontra o proprietário. É evidente que cada empresa mediática é um caso, no sentido em que existem formas jurídicas, estruturas organizacionais e sistemas de direção diversos, mas o poder último de decisão reside sempre no detentor ou detentores da propriedade da empresa ou do grupo (Correia, 1997, p. 249).

Pinheiro ressaltou que, devido ao crescimento da violência contra a categoria, tornou-se fundamental para o jornalista o uso de colete à prova de balas, que é considerado um equipamento de proteção individual (EPI) para profissionais que atuam em atividades relacionadas à segurança. Ele enfatizou que, graças à união dos jornalistas e à pressão do Sinjor-PA, a oferta do colete virou uma norma para as empresas de comunicação: “Porque a gente ia – e vai – para alguns lugares onde é necessário ter um colete à prova de balas, como uma cobertura de sequestro com refém, onde as pessoas estão armadas”. Pinheiro recordou a cobertura do sequestro de uma dentista, em Belém:

Ainda não havia a consciência da necessidade do uso desse equipamento e o bandido chegou a atirar na gente. Por pouco não atingiu a nossa equipe de reportagem. Naquele momento pensei assim: Caramba! Eu estou sem colete mesmo! Então, se a bala pegasse em mim, é bem provável que eu estivesse morto agora (Pinheiro, em entrevista, 2024).

O jornalista destacou que essa experiência, para ele, é a prova de que o colete balístico é equipamento básico para os jornalistas, especialmente na cobertura de casos de sequestro, conflitos agrários e conflitos em territórios indígenas etc., e que essas “medidas estruturais” são fundamentais para a segurança do profissional e para o bom resultado do seu trabalho.

Ainda sobre essa questão de segurança, ele enfatizou que, apesar de não existir um protocolo de proteção aos profissionais por parte das empresas, no período do Governo Bolsonaro, as chefias costumavam dar alguns alertas como: “Se tiver tenso lá, não cheguem muito próximo”, “tentem fazer de longe”. Mas, explicou, para quem trabalha com fotografia era bem mais complicado, “porque para fazer determinadas imagens era preciso chegar perto. E a gente acabava sendo ameaçado quando se aproximava”, mesmo explicando aos agressores que aquele registro era parte de um trabalho sério e necessário para a sociedade.

### **Desconhecimento da sociedade e inércia do estado**

Para Pinheiro, a violência contra a categoria tem como origem o fato de boa parte da sociedade desconhecer a importância do trabalho do jornalista para o desenvolvimento da vida social. Seu trabalho, o jornalismo, é uma instituição social que tem como objetivo a informação, mas é costumeiramente confundido com a empresa de comunicação, isto é, a pessoa jurídica que tem como objetivo a obtenção de lucro. Para Franciscato (2003):

Como instituição social, o jornalismo cumpre um papel social específico, não executado por outras instituições. A instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas (Franciscato, 2003, p. 22).

Na opinião de Pinheiro, a queda da exigência do diploma, em 2009, é consequência desse desconhecimento. Para ele, essa decisão, que veio da corte jurídica mais alta do País, o STF, “fragilizou os jornalistas e afetou a própria sociedade no seu direito à boa informação”, pois deixou praticamente nas mãos dos patrões o poder de determinar quem é jornalista e quem não é, independentemente do preparo técnico, teórico e ético que este profissional precisa ter.

Apesar desse contexto, Pinheiro ressaltou que se sente recompensado ao perceber que, por outro lado, há também o reconhecimento do seu trabalho por muitas pessoas que entendem a importância do jornalismo para a sociedade, especialmente a linha investigativa.

Muito do que se entende de jornalismo investigativo tem como âncora a ideia de que o jornalista presta um serviço de vigia à sociedade. Sua missão seria como a de um “cão de guarda” – *watchdog* – farejador dos deslizes dos poderosos e com o dever de denunciá-los à sociedade. O trabalho de investigação carrega a imagem de um profissional como dever de seguir pistas para desvendar algo encoberto ou averiguar se outros agentes sociais estão agindo corretamente (Lopes, p. 109 e 110).

Conforme o jornalista, outro motivo da violência vem da falta de atuação do Estado em proteger a liberdade de imprensa e o direito à informação da sociedade, fato que se traduz na inércia repetitiva das instituições de segurança diante da violência contra os jornalistas. A prova disso, assegurou, é que na cobertura de assuntos relacionados à pandemia e/ou manifestações de apoiadores do ex-presidente, os jornalistas se aproximavam dos agentes para serem protegidos e “eles simplesmente ignoravam a gente”, com falas desagradáveis como: “Rapaz, te vira aí, faz o teu trabalho. Eu tô aqui para outra coisa”. A negligência policial desse caso, escancarada na linguagem do agente público, vai ao encontro do pensamento de Butler (2021) sobre o discurso de ódio, que pode se alimentar nas entranhas da estrutura do Estado:

Segundo Matsuda, o fato de o Estado não intervir equivale a um endossamento: “a visão assustadora de racistas confessos portando símbolos ameaçadores enquanto desfilam pelo nosso bairro sob a proteção da polícia constitui uma declaração de autorização do Estado”. O enunciado tem, portanto, o poder de efetuar a subordinação que ele descreve ou promove precisamente por meio de sua livre operação na esfera pública sem que haja qualquer impedimento por meio de uma intervenção do Estado. Efetivamente, para Matsuda, o Estado permite a injúria de seus cidadãos e, ela conclui, a “vítima (do discurso de ódio) se torna uma pessoa apátrida” (Butler, 2021, p. 125 e 126).

### **A resistência como base do jornalismo**

Ao encerrar a entrevista, Pinheiro ressaltou a importância do envolvimento da nova geração de jornalistas na luta dos sindicatos contra a precarização da profissão, que envolve a busca por melhores condições de trabalho, com salários dignos, bons equipamentos, plano de saúde, além de apoio jurídico e psicológico, corroborando as reflexões de Pereira (*apud* Barros, Nicoletti e Lima, 2023, p. 13): “a busca pela qualidade de informação jornalística é indissociável de uma melhoria das condições de trabalho dos jornalistas profissionais”. Encampar essa luta é, portanto, uma maneira de fortalecer o debate público e a própria democracia do Brasil.

Pinheiro enfatizou que essa luta é histórica e deve ser continuada, especialmente com os desafios das novas tecnologias, que permitem a invasão do “nosso mercado de trabalho” por profissionais de outras áreas, como marketing e audiovisual, deixando de fora os que se

formaram em jornalismo e são preparados para investigar e produzir matérias sobre “os fatos que interessam a sociedade”.

O jornalista afirmou que resistir aos desafios é também da natureza da profissão e, por isso, a nova geração deve lutar contra o medo que “sempre vai existir”. Ele destacou que se o profissional “tem conhecimento de determinada denúncia e tem como fazer uma pesquisa mais avançada, deve ir em frente”, com ética e coragem, e não ficar “com essa sombra do medo sobre sua cabeça”. O medo, ressaltou, não deve ser ignorado, mas analisado e combatido com cautela, conforme a situação enunciada. Posicionamento que comunga com Pereira (*apud* Barros, Nicoletti e Lima, 2023, p. 13): “Ao compreenderem, de forma crítica, os constrangimentos que pesam sobre suas práticas, esses atores podem refletir sobre as estratégias de combate e resistência, individuais e coletivas” e, assim, resistir “às várias formas de violência que afetam o exercício da profissão”. Para Pinheiro, a rotina da profissão – *habitus*, para Bourdieu (2009) – engendra, com o tempo, a coragem para o enfrentamento dos inúmeros obstáculos que atravessam o exercício da profissão.

### **5.7.1 Desfechos interpretativos analíticos**

A entrevista de Cláudio Pinheiro revela, em profundidade, as complexidades, vulnerabilidades e resistências que marcam o exercício do jornalismo, especialmente no Pará, em meio a cenários políticos polarizados e desafios estruturais persistentes. A partir de suas experiências no caderno policial e na cobertura de pautas sensíveis, Pinheiro descreve o impacto direto da violência – física, simbólica e institucional – que se intensificou no período do governo Bolsonaro e durante a pandemia da Covid-19.

Um dos principais eixos da entrevista é a violência gratuita e a hostilidade social, destacando como o bolsonarismo, aliado ao negacionismo e à desinformação, fomentou um ambiente em que jornalistas foram alvos preferenciais de ataques. Pinheiro detalha episódios de agressão direta – como socos, empurrões e xingamentos – e de ameaças, expondo a tensão de trabalhar sob a ameaça constante de retaliações de apoiadores de extrema-direita, especialmente em manifestações antidemocráticas. Tais episódios evidenciam a manipulação do discurso público, a qual contribuiu para que parte da sociedade passasse a perceber o jornalismo como um inimigo a ser combatido.

Outro ponto crucial abordado por Pinheiro foi a violência institucional e a omissão do Estado, expressa pela indiferença de agentes de segurança – policiais que ignoram ataques ou,

em alguns casos, colaboram com as agressões – testemunhada por ele durante coberturas em manifestações. Essa complacência revela, como observa Butler (2021), é um tipo de discurso de ódio legitimado ou tolerado pela inércia estatal, configurando o jornalista como um “apátrida” simbólico, desprotegido em seu próprio ofício.

Pinheiro também ressalta a precarização estrutural do jornalismo – o desmonte de suportes básicos, como veículos de reportagem, e a exigência de que fotógrafos providenciem seus próprios equipamentos – expondo a vulnerabilidade financeira e operacional dos profissionais. Esse quadro, segundo ele, intensifica as pressões e limita a capacidade de resistência, sobretudo para os mais jovens que ingressam no mercado de trabalho.

Em meio a essa realidade adversa, o jornalista destaca a dimensão subjetiva do medo: um sentimento que não é apenas uma emoção momentânea, mas uma condição permanente que molda as decisões profissionais e pessoais. O medo – de ser agredido, de ser alvo de represálias, de não voltar para casa – impacta diretamente a qualidade do trabalho jornalístico e o bem-estar emocional, como ele confessa em suas noites de insônia e reflexões sobre o que o amanhã pode trazer.

No entanto, a entrevista não se encerra na denúncia do medo e da violência. Pinheiro articula também uma defesa da resistência e da dignidade profissional. Ele destaca a importância dos sindicatos e da união da categoria como formas de enfrentar o medo e conquistar direitos – como o uso obrigatório de coletes balísticos – e reforça que essa luta deve ser abraçada pela nova geração de jornalistas. O jornalismo, para ele, permanece como ferramenta essencial para a democracia, sendo um mediador fundamental entre as injustiças cotidianas e as respostas do poder público.

A entrevista de Cláudio Pinheiro oferece um retrato vívido e crítico do que significa ser jornalista em um ambiente de violência e precariedade estrutural. Suas reflexões expõem como o jornalismo, apesar de todas as ameaças, continua sendo um espaço de coragem e resistência, onde a denúncia e a luta por dignidade são fundamentais para garantir não apenas a sobrevivência do profissional, mas a própria saúde democrática da sociedade.

## **5.8 Análises interpretativas das narrativas**

Para além da seleção de um conjunto de relatos, as entrevistas com Lúcio Flávio Pinto (LFP), Paulo Roberto Ferreira, Franssinete Florenzano, Osvaldo Araújo, Aline Brelaz, Carlos Brito e Cláudio Pinheiro, quando entrelaçadas, passam a constituir um quadro em que se percebe a violência como sistema ativo, dotado de uma estrutura que tenta direcionar e

constranger, de forma recorrente, o exercício do jornalismo na Amazônia Paraense. Em reação a esse quadro, observamos que não se engendra um panorama de vitimização passiva, mas um posicionamento de resistência por parte dos jornalistas. Nesse contexto, o ato de informar é também um ato político, que se materializa no enfrentamento às estruturas de poder. Percebemos ainda, conforme seus relatos, que a violência não surgiu como um fenômeno totalmente inesperado ou como um desvio de curso dos eventos, pois está entranhada no ecossistema político, social e econômico da Amazônia, regulando o discurso com o intuito de silenciar vozes dissonantes e de garantir a impunidade dos que a promovem.

A análise histórica relatada por LFP contribui para a compreensão dessa violência contemporânea, quando ele explica que as raízes do fenômeno estão fincadas em um passado de colonialismo, isolamento geográfico e estrutural e em projetos de desenvolvimento engendrados de forma vertical, que reduziram a região a um espaço de exploração, vazio de vidas, culturas e saberes. Trata-se de um contexto atualizado pelo coronelismo midiático, pelo aparelhamento do poder do Estado e pela cultura da impunidade, que naturalizam e chancelam atos de violência como ferramentas legítimas de resolução de conflitos – entre os quais se inclui, entre outros, o poder Judiciário.

Para além do tempo presente, os depoimentos dos interlocutores refletem o ambiente tenso produzido por um longo processo histórico, mostrando como as dinâmicas de poder se reconfiguram e se adaptam por meio não apenas da força física, mas também da violência simbólica, em que se manifestam formas modernas e sutis de assédio institucional que buscam controlar o que pode ou não ser exposto. Percebemos, portanto, que ser jornalista na Amazônia impôs a cada um deles a necessidade de se posicionar dentro desse campo de forças, considerando a busca pela verdade um compromisso de alto risco.

Conforme observamos, a análise aprofundada dos relatos viabiliza o desdobramento do conceito de violência em suas diversas dimensões, pois evidencia o funcionamento de um sistema integrado cujo objetivo é o cerceamento da liberdade de imprensa por meio de caminhos que atingem o esgotamento físico, psicológico, financeiro e profissional do jornalista. Embora assumam formas diversas, qualquer tipo de agressão busca coagir para impor limites à atividade de investigação e à denúncia social.

### **A violência física e a sofisticada *lawfare* no campo jornalístico**

Percebemos que, entre as modalidades mais patentes e brutais de coação, está a violência física que, infelizmente, em todos os contextos estudados (ditadura, redemocratização e período

Bolsonaro), mostrou-se um evento constante no cotidiano dos que atuam no jornalismo, sobretudo na reportagem. Pinheiro apresenta um testemunho emblemático ao relatar a hostilidade e a agressão corporal – socos, empurrões e ameaças – desferidas por apoiadores do ex-presidente Bolsonaro. Em sua narrativa, percebe-se um clima pesado, construído pelo discurso de ódio direcionado à imprensa, em que o profissional é considerado um inimigo. No depoimento de Brito, observamos clima semelhante na cobertura de áreas dominadas por facções criminosas na Região Metropolitana de Belém, revelando o risco a que o profissional é exposto diante da atuação do poder paralelo, que impõe suas próprias “regras”. Já no depoimento de Araújo, encontramos a memória de um dos episódios mais infames da violência estatal na Amazônia Paraense: o massacre de Eldorado do Carajás. Nesse contexto, o verbo *morrer* esteve mais próximo da sua realidade do que o verbo *sobreviver*, não apenas porque as balas do massacre cruzaram seu caminho, mas especialmente pela pressão e pela deliberação de policiais em eliminar a prova cabal do episódio: a gravação do assassinato em massa.

As experiências aqui analisadas reforçam que a ameaça à integridade física não é apenas um risco ocupacional, mas um instrumento estratégico para impedir a cobertura de fatos sensíveis, independentemente do cenário – manifestações políticas, territórios conflagrados pelo crime ou conflitos agrários.

Verificamos também que, em um contexto sofisticado e diferenciado, mas igualmente indigno, encontra-se a violência judicial, ou *lawfare*. A história de LFP é paradigmática dessa modalidade, pois ele foi alvo de 33 processos judiciais abertos por políticos e empresários poderosos da região. Tal estratégia, definida pelo relatório da RSF (2023) como “vilania jurídica”, instrumentaliza a legalidade como arma para silenciar vozes dissonantes. O uso sistemático do *lawfare* evidenciou que o objetivo de seus inimigos não era o cumprimento da lei ou a observância da justiça, mas submetê-lo a um processo de desgaste ininterrupto, que exaurisse seus recursos financeiros, seu tempo e sua energia emocional. A guerra jurídica atua de forma insidiosa, pois transfere o conflito do campo da informação para o dos tribunais, onde o poder econômico e político dos requerentes fatalmente desequilibra a balança. A trajetória de LFP demonstra que essa forma de violência é particularmente eficaz na criação de uma fachada de legitimidade, funcionando também como um mecanismo estratégico de censura, cujo objetivo é tornar a prática do jornalismo – especialmente o independente – inviável economicamente e insustentável psicologicamente.

### **Violência institucional e a precarização laboral**

A violência institucional e a precarização estrutural do trabalho jornalístico – intrincadas com as formas diretas de agressão – constituem um pano de fundo que agrava a vulnerabilidade dos profissionais. De acordo com Brelaz e Brito, as redações enxutas, os baixos salários, a ausência de suporte logístico e a insegurança no trabalho criam um clima de pressão e fragilidade constante. Pinheiro reforça esse ponto ao mencionar o desmonte de suportes básicos, como veículos de reportagem, e a transferência de custos operacionais para os próprios funcionários. Seus relatos demonstram que a precarização não é um simples problema trabalhista, pois traz consequências diretas para a capacidade de resistência dos jornalistas. Evidenciam que profissionais mal remunerados e sem estabilidade estão mais sujeitos a pressões internas e externas.

Conforme narrado por Ferreira e Brito, a censura originada dentro das próprias redações evidencia que os interesses comerciais e políticos dos proprietários dos veículos de comunicação se sobrepõem ao compromisso ético com a informação. Esse contexto se agrava com a omissão ou, em casos mais graves, a complacência de agentes do Estado – como policiais que ignoram agressões a jornalistas durante manifestações, conforme relatado por Pinheiro. Esse quadro de abandono institucional deixa o profissional duplamente desprotegido: fragilizado pela precariedade de suas condições de trabalho e desamparado pelo poder público, que deveria garantir sua segurança.

### **Violência Simbólica e Colonialismo Informativo**

Em seus relatos, observamos ainda que a violência simbólica opera, especificamente, em um plano discursivo, minando a legitimidade do jornalismo e perpetuando narrativas que marginalizam a Amazônia e seus povos. As análises de LFP, Brelaz e Florenzano são contundentes ao denunciar o “olhar colonial” da grande imprensa do eixo Rio-São Paulo, que frequentemente retrata a região como um cenário exótico para reportagens extrativistas, ignorando as vozes, os saberes e as complexidades locais. Esse “colonialismo informativo”, como definiu Florenzano, não apenas invisibiliza os jornalistas que vivem e conhecem o território, mas também reforça estereótipos e desumaniza as populações amazônicas.

A violência simbólica também se manifesta nas campanhas de desinformação e descrédito contra a imprensa, que transformam o profissional em um alvo socialmente aceitável para o ódio. A competição desleal com influenciadores digitais que operam sem compromisso com a apuração dos fatos, mencionada por Brelaz, agrava esse cenário, diluindo a fronteira entre informação e opinião e enfraquecendo a confiança pública no jornalismo profissional.

Esse ataque à credibilidade configura-se como uma forma sutil e profundamente eficaz de neutralizar o poder fiscalizador da imprensa e de isolar os jornalistas da sociedade que buscam servir.

### **Jornalismo, resistência e reexistência**

Mesmo diante desse panorama adverso e hostil, a resposta dos nossos interlocutores não é a estagnação ou a resignação. Eles ressignificaram, dentro de suas respectivas trajetórias, a própria prática profissional, transformando-a em contundente ato de resistência. Os depoimentos revelam que, no contexto amazônico, o jornalismo transcende sua função meramente informativa para se consolidar como uma práxis política, um exercício de cidadania e um compromisso inegociável com a defesa dos direitos humanos e da democracia. A recusa em se calar diante da violência converte o ofício em uma forma de "reexistir", como articula Fransinete Florenzano, uma insistência em existir e narrar apesar das forças que operam para o apagamento de seu trabalho. Longe de ter nascido de uma idealização heroica, tal postura vem de uma profunda consciência do papel social da profissão em um território marcado por injustiças históricas.

Observamos que as estratégias de enfrentamento adotadas são diversificadas e refletem de forma patente a criatividade e a resiliência dos profissionais. A história de LFP, com a criação do Jornal Pessoal, representa um modelo de autonomia radical e deliberado em favor do jornalismo contra-hegemônico. Ao se desvincular das estruturas da mídia tradicional, refém de anunciantes e interesses políticos, ele construiu um projeto ético-intelectual que lhe garantiu plena liberdade editorial, transformando sua resistência em um modo de vida sustentado por uma indiscutível credibilidade, que contava com uma rede de apoio para além das fronteiras do Brasil e com a venda direta de seu trabalho.

Nesse contexto, também encontramos Florenzano que, com seu blog e sua presença digital, demonstrou o potencial das mídias independentes como espaços de contrapoder, capazes de furar o bloqueio imposto pelos grandes conglomerados e de construir narrativas alternativas a partir de uma perspectiva local e engajada. A importância das redes de solidariedade, tanto virtuais quanto presenciais, emerge como um fator crucial de sobrevivência e fortalecimento.

Percebemos que outra faceta fundamental de resistência está no jornalismo como guardião da memória coletiva, destacando a atuação de Araújo durante e após o Massacre de Eldorado do Carajás. Ao proteger a fita com as imagens do massacre e, posteriormente, ao

servir como testemunha-chave nos julgamentos, Araújo não apenas cumpriu seu papel de repórter, mas se tornou um mediador ético entre a barbárie estatal e o direito da sociedade à verdade e à justiça. O trabalho cinegrafista reafirma o jornalismo como uma ferramenta essencial contra o esquecimento, sendo um pacto de resistência à tentativa do poder de apagar seus próprios crimes. Essa dimensão política do testemunho, de falar "aquilo que viu e aquilo que aconteceu", constitui a base da credibilidade e da força moral que sustenta o jornalismo em seus momentos mais críticos.

Enfim, a materialização da resistência também está na luta coletiva por direitos e por melhores condições de trabalho, como enfatiza Pinheiro ao defender a importância dos sindicatos. Sua história ressalta a importância da conquista de equipamentos de segurança, como coletes balísticos, e é um exemplo concreto de como a organização da categoria pode gerar proteção e fortalecer os jornalistas. A insistência de profissionais, como Brito, em dar voz "aos que não têm para onde gritar", mediando conflitos e denunciando injustiças cotidianas, reforça a visão do jornalismo como um serviço público essencial. Em resumo, a prática desses jornalistas revela que, mesmo sob o impacto do medo e da precarização, a convicção na missão social da profissão atua como um motor de resiliência, transformando cada reportagem, cada denúncia e cada ato de solidariedade em um pequeno, mas vital, avanço na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

### **Medo, memória e a luta inegociável pela verdade na Amazônia**

Ao finalizamos essa análise, afirmamos que os depoimentos de LFP, Ferreira, Florenzano, Araújo, Brelaz, Brito e Pinheiro compõem muito mais do que um diagnóstico sobre os riscos do jornalismo. Seus testemunhos constituem um profundo e contundente manifesto sobre a natureza do poder, da verdade e da resistência em um dos territórios mais disputados do planeta. O estudo, enfim, revela que a violência contra jornalistas na Amazônia não é um fenômeno marginal, mas a expressão aguda de um conflito sistêmico, no qual a palavra e a imagem se tornam campos de batalha decisivos para o futuro da região e para a própria saúde da democracia brasileira. E a perseguição aos profissionais se traduz, em última análise, na tentativa de controlar a narrativa sobre a Amazônia, silenciando as vozes que expõem a devastação ambiental, a violação de direitos humanos e a corrupção, que sustentam um modelo de desenvolvimento predatório.

O sentimento do medo, como exposto de forma detalhada e crua por Pinheiro e Brito, emerge como uma condição existencial que permeia o ofício, uma sombra constante que molda

decisões e impõe um pesado fardo psicológico. Noites de insônia, crises de ansiedade e a incerteza sobre o amanhã são parte do custo subjetivo de se manter fiel à profissão. Contudo, o que define a trajetória destes jornalistas não é a rendição ao medo, mas a coragem de enfrentá-lo diária e sistematicamente, apoiados por uma convicção ética e por um profundo senso de responsabilidade social. A fé na força da palavra, seja ela de natureza religiosa ou secular, como expressa Araújo, funciona como um esteio moral que os impulsiona a continuar, a despeito dos riscos.

Concluindo, as experiências aqui documentadas formam um arquivo vital de memória e de resistência. Elas nos ensinam que o jornalismo praticado na Amazônia, em sua forma mais corajosa e comprometida, é um "jornalismo de fronteira", que se faz no limiar entre a civilização e a barbárie, entre a denúncia e o silêncio. Esses profissionais lutam pela dignidade humana, pela soberania informativa e pela possibilidade de construir outros futuros para a Amazônia, que não sejam tecidos apenas pela lógica do capital global e pelos interesses de elites locais. Seus relatos são um forte e urgente chamado à reflexão e à reação, conclamando a sociedade, as instituições e a própria categoria jornalística ao reconhecimento da gravidade da situação e a importância de construir mecanismos eficazes de proteção e de apoio. Seus testemunhos, por fim, deixam evidente que a sobrevivência de um jornalismo livre, crítico e independente na Amazônia não se resume a uma questão corporativa. É, sobretudo, uma condição indispensável para a defesa da floresta, da democracia e da vida.

## 6 CONCLUSÃO

Ao concluirmos esta pesquisa, cujo propósito foi compreender as múltiplas faces da violência contra jornalistas na Amazônia Paraense, constatamos, com nitidez e profundidade, que este campo de estudo revela-se como um verdadeiro front de batalha, onde se travam embates visíveis e invisíveis, muitas vezes silenciados ou naturalizados, mas que se intensificam em períodos de acirramento político e social. Entre esses momentos, destacam-se, de modo emblemático, os anos da ditadura militar de 1964 e o recente governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), que coincide com o auge da crise sanitária da Covid-19. A partir de documentos, bibliografia especializada, matérias jornalísticas, debates acadêmicos e, sobretudo, das narrativas dos próprios jornalistas, analisamos um quadro complexo e alarmante.

Partindo de nossa pergunta – Como a violência se configura contra jornalistas na Amazônia Paraense? – percebemos como essa violência vai muito além da agressão física pontual, apresentando-se como um sistema difuso e persistente de violências simbólicas, psicológicas, patrimoniais, institucionais e judiciais. Inserida nas engrenagens do poder, essa violência manifesta-se como estratégia de controle, silenciamento e dominação, articulando-se com os contextos sociopolíticos e as disputas territoriais da região. Na Amazônia, onde convivem a diversidade cultural e a desigualdade estrutural, o jornalismo torna-se não apenas um ofício, mas um exercício arriscado de cidadania e denúncia.

Consideramos que os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados, sobretudo ao evidenciarmos os contextos sociopolíticos brasileiro e amazônico, o papel público e transformador do jornalismo, e ao escutarmos, com atenção, os relatos de jornalistas que vivenciaram, em diferentes momentos, as consequências da violência. Ao entrelaçarmos essas vozes, compreendemos que a agressão dirigida a cada profissional carrega um ataque mais amplo e reiterado à própria profissão, à liberdade de imprensa, aos direitos humanos e ao pacto democrático. Essa violência tem lastro ideológico, alimentando-se da intolerância, seja de gênero, racial, religiosa ou política, do autoritarismo, do negacionismo e do conservadorismo mais retrógrado, estando frequentemente associada à desinformação, à corrupção e ao abuso de poder econômico e estatal.

No contexto amazônico, especificamente no Pará, esse cenário se intensifica. A região, marcada historicamente por conflitos agrários, exploração predatória dos recursos naturais e domínio de grupos hegemônicos, constitui um terreno particularmente adverso ao exercício do jornalismo. A impunidade prevalece e é alimentada pela ausência ou ineficácia do Estado, cujos reflexos se manifestam em deficiências crônicas nas áreas de educação, saúde, segurança e

saneamento. Como alerta Castro (2017), é urgente que os discursos de desenvolvimento sustentável e bem-estar das populações deixem o plano das promessas e se materializem em ações concretas. Não é mais possível pensar a Amazônia sob a ótica do negacionismo ambiental, que a reduz a um repositório inesgotável de recursos. A ciência tem reiterado que essa ilusão é insustentável frente à crise climática global.

Diante desse cenário, reafirmamos que o jornalismo, quando comprometido a partir dos princípios da ética, da denúncia e da defesa dos direitos coletivos, é uma das frentes mais vigorosas de resistência. E que reconhecer e enfrentar as formas de violência que recaem sobre seus profissionais é uma exigência para o fortalecimento democrático e para a garantia do direito à informação em uma das regiões mais estratégicas e vulnerabilizadas do país.

Ao buscar as narrativas dos jornalistas atuantes na Amazônia Paraense, nossa pesquisa trouxe à tona as múltiplas faces da violência que permeiam o exercício da profissão em uma região historicamente marcada por desigualdades sociais profundas, conflitos socioambientais recorrentes e crescente cobiça sobre seus recursos naturais por parte de setores econômicos poderosos. Trata-se de um território em que o poder se exerce não apenas pelas vias institucionais, mas de forma paralela, sustentado, muitas vezes, por práticas ilegais e impunes, como o tráfico de animais, o garimpo clandestino, os incêndios florestais e a contaminação dos rios, diante de uma fiscalização que se mantém tímida e, de certa forma, conivente com os agentes das violações.

As reflexões de Hannah Arendt (2023) sobre a natureza do poder e da violência reverberam nos relatos colhidos, sobretudo nos episódios em que os jornalistas se tornaram alvo de tentativas de silenciamento por parte de grupos hegemônicos. O compromisso com a verdade factual, com a visibilidade das injustiças e com a denúncia das violações, coloca esses profissionais em confronto direto com interesses instalados, que é respondido com tentativas de neutralização, seja por meio de censura, ameaças, processos judiciais, agressões físicas ou destruição de equipamentos, como indicam os depoimentos. Tal como aponta Chauí (1987), verdades que expõem o abuso de poder e revelam estruturas de dominação são vistas como ameaças e, por isso, respondidas com violência. O jornalismo, nesses casos, torna-se uma prática de risco, pois subverte a lógica do silêncio conveniente e da invisibilidade estratégica.

Entre as formas de agressão identificadas, a violência simbólica, na acepção de Bourdieu (1989), emerge como eixo transversal e estruturante. Ainda que menos visível, por sua natureza abstrata e cotidiana, ela aparece como a forma mais presente e insidiosa, sustentando as demais formas de violência ao deslegitimar a atividade jornalística, corroer sua credibilidade e precarizar as condições materiais e subjetivas de trabalho. A desvalorização profissional, o

esvaziamento de sentido da função pública do jornalismo, a insegurança nos ambientes laborais e a instrumentalização política das informações constituem uma trama de violências simbólicas que operam silenciosamente, mas com efeitos devastadores. Nesse contexto, o medo, enquanto mecanismo de controle e paralisia, como analisa Chauí (1987), atua como um vetor recorrente de adoecimento psíquico e emocional, conforme apontam Nicoletti e Figaro (2023), que identificam o medo como uma das principais fontes de sofrimento entre profissionais da comunicação.

Contudo, frente a esse cenário adverso e ameaçador, a pesquisa também encontrou, de forma pulsante e reiterada, um amplo repertório de resistência e reinvenção. As vozes dos jornalistas entrevistados revelaram um campo em constante movimento, do qual emergem estratégias de enfrentamento coletivo, como o fortalecimento do jornalismo independente, o ativismo sindical e a articulação em redes de apoio, além de formas criativas de driblar a censura e manter a prática informativa.

Cada depoimento revelou uma ética da persistência, uma coragem que se constrói no cotidiano e que encontra no compromisso com a sociedade um sentido para continuar. Nesse sentido, os próprios relatos constituem gestos de resistência, desafiando o esquecimento, confrontando as narrativas oficiais e inscrevendo na memória social os vestígios das violências sofridas e das lutas travadas. Essas histórias narradas reafirmam que o jornalismo, na Amazônia e além dela, não é apenas um ofício técnico, mas um ato político e ético, profundamente enraizado na defesa do direito à informação, na visibilidade dos conflitos sociais e na construção de sentidos sobre o mundo.

Essa pesquisa evidenciou o papel do jornalista como agente de transformação social, de atuação imprescindível à construção da cidadania e à defesa e à consolidação da democracia, de acordo com o pensamento de autores como Melo (2012) e Park (2008). Por outro lado, esse estudo mostrou a vulnerabilidade a que ficam expostos os profissionais quando colocados em rota de confronto com os grupos que alimentam seu poder por meio da omissão e da negação das verdades buscadas pelo jornalismo.

O contra-ataque desses grupos quase sempre envolveu, além de violências diretas contra os jornalistas, tentativa de controle do fluxo informacional, ações de descredibilização da imprensa e campanha de desvalorização do trabalho jornalístico. Nessa reação, muitas vezes, foi usado o poder predador das redes sociais, que vivem engajadas no crescente e dinâmico ecossistema de desinformação, o que fez da preservação da credibilidade mais um *front* de luta e resistência para os jornalistas, lembrando-nos as recomendações de Christofolletti (2024).

Os relatos recolhidos no front da Amazônia Paraense, registrados e analisados ao longo desta pesquisa, não se ancoram em discursos de vitimização. Pelo contrário, revelam experiências marcadas pelo destemor, pelo compromisso ético e por uma profunda compreensão do papel social do jornalismo. Em meio a episódios sensíveis e situações de risco, os profissionais demonstraram, além da coragem, práticas de autocuidado e estratégias de sobrevivência psíquica, emocional e política, que reafirmam o caráter humano e resistente da profissão.

Ao identificarmos as formas de resistência acionadas por esses jornalistas frente à violência narrada, reconhecemos que a luta contra o controle e a tentativa de paralisia de suas ações é uma constante histórica. O testemunho de Paulo Roberto Ferreira nos mostrou que, exercer o jornalismo, especialmente na função de repórter na Amazônia, é um ato político em si, uma prática vigilante, firmada no dever de contar a verdade em meio às forças que tentam ocultá-la. Sua trajetória, que atravessa as sombras da ditadura militar, é uma história de resistência que honra o compromisso com a informação pública.

Nos relatos de Franssinete Florenzano, essa resistência se manifesta na recusa ao discurso de ódio e na militância cotidiana pelos direitos humanos, mesmo em ambientes virtuais hostis. Sua atuação como blogueira independente afirma o potencial do jornalismo de fazer ecoar vozes historicamente silenciadas, alimentando uma esperança concreta em tempos mais justos. Já Osvaldo Araújo, cinegrafista e testemunha-chave do massacre de Eldorado do Carajás, revelou como a fé e a esperança caminham juntas com a ética jornalística. Sua seriedade e rigor diante da câmera transformaram a imagem em prova e o jornalismo em justiça.

As reflexões da repórter e editora Aline Brelaz também se destacaram como um convite ao entendimento do jornalismo paraense como prática ética e política, voltada à superação de precariedades, ao enfrentamento de visões coloniais sobre a Amazônia e à luta por justiça social. Os relatos de Carlos Brito trouxeram à tona a complexidade e os perigos da cobertura jornalística sobre crimes ambientais no interior da região. Seu engajamento reafirma o jornalismo como um instrumento de cidadania e transformação, sobretudo quando ele, vindo da periferia de Belém, reafirma diariamente sua profissão como espaço de luta e resistência.

Com Cláudio Pinheiro, fotógrafo e testemunha dos acirramentos políticos recentes, tivemos acesso a uma visão contundente do que é ser jornalista em um país que pouco garante proteção à imprensa. Apesar das ameaças, foi na própria profissão que Pinheiro encontrou o impulso para resistir e encorajar, também, a sociedade ao enfrentamento, sobretudo diante do negacionismo da pandemia, da avalanche de desinformação e dos ataques reiterados à democracia.

Em conjunto, os depoimentos oferecem uma rica compreensão sobre o exercício jornalístico em tempos simultaneamente difíceis e decisivos. Mostraram-nos como, diante da consciência do dever de bem informar, do medo real das represálias e da crença na potência transformadora da palavra, os jornalistas desenvolveram formas criativas de resistência, desde os recuos estratégicos até o uso do anonimato, passando por denúncias formais e manobras editoriais que garantiram a permanência do essencial, a verdade dos fatos.

A despeito das adversidades, muitas vezes enfrentadas em solidão, sem respaldo institucional – como bem ilustra a trajetória de Lúcio Flávio Pinto – essas resistências foram determinantes para que o jornalismo continuasse existindo nos momentos mais críticos da história contemporânea da Amazônia e do Brasil. Ao dar voz a essas experiências, nossa pesquisa reafirma a premissa de que narrar a Amazônia é, antes de tudo, um desafio ético e político, que implica comprometimento com a denúncia das desigualdades, com a proteção dos direitos humanos e com a defesa da democracia. E, como revelaram nossos interlocutores, esse compromisso tem um preço alto: o risco à integridade física e emocional, à liberdade e ao próprio direito de exercer a profissão. Ainda assim, como mostram essas narrativas, a resistência não cessa. Ela persiste em cada palavra dita, em cada imagem capturada, em cada pauta escrita. E é por meio dessa persistência que o jornalismo, mesmo sob ataque, reafirma-se como prática fundamental de uma sociedade democrática.

Os relatos são um testemunho incontestável da resiliência dos jornalistas, que detalharam, conforme suas vivências, o apoio e a solidariedade entre colegas de trabalho; a adoção de veículos de comunicação independentes e alternativos; a coragem manifestada de forma individual e coletiva em contraposição ao medo; a busca pelo acolhimento em redes de apoio de entidades de classe e organizações de direitos humanos; e a criatividade narrativa para driblar a censura e cumprir o dever de bem informar.

Mais do que permitir a continuidade do trabalho jornalístico, essas estratégias revelam a relevância do papel da imprensa como espaço de denúncia, instrumento de fiscalização do poder e promotora da cidadania, demonstrando que o ato de informar é de natureza política e possui crucial importância social, sobretudo em uma região onde tantas vozes foram silenciadas pela força da intolerância política e de crimes ambientais, como as do jornalista Dom Philips (em 2022) e do radialista Jairo Sousa (em 2018).

Concluimos, portanto, que se confirma a hipótese norteadora deste estudo: “o desafio de cobrir a Amazônia acaba levando o jornalista a enfrentar a violência”. Tal proposição foi amplamente corroborada pelos dados e relatos analisados, que evidenciam como a cobertura de temas sensíveis – invasão de terras indígenas, grilagem de terras públicas, desmatamento ilegal,

garimpo predatório, violações de direitos humanos e atos de corrupção – expõe diretamente os jornalistas à mira de grupos hegemônicos. Esses grupos, muitas vezes vinculados ao subterrâneo do poder político, se nutrem de práticas ilícitas e de recursos oriundos de redes criminosas.

Chegamos, assim, ao entendimento de que, na Amazônia Paraense, a violência contra jornalistas constitui um fenômeno estrutural, multifacetado e profundamente entranhado nas disputas por poder político e econômico, bem como na lógica predatória de exploração dos recursos naturais da região. Esse contexto confere à prática jornalística um grau de vulnerabilidade singular, exigindo de seus profissionais uma coragem ética e um senso crítico que vão muito além das rotinas convencionais da profissão.

Os depoimentos de Lúcio Flávio Pinto, Paulo Roberto Ferreira, Franssinete Florenzano, Raimundo Osvaldo dos Anjos Araújo, Aline Rodrigues Almeida Brelaz, Carlos Brito e Josué Cláudio Nery da Silva Pinheiro nos convocam à urgência de refletir sobre medidas concretas de proteção ao exercício do jornalismo na Amazônia. Ao mesmo tempo, lançam um apelo à sociedade e ao poder público para que reconheçam o valor social da profissão e enfrentem as estruturas que produzem e mantêm a violência contra jornalistas.

Sugerimos que futuras investigações ampliem o escopo geográfico da análise, incluindo outros territórios da Amazônia brasileira e internacional, de forma a compreender melhor as especificidades regionais da violência contra jornalistas. Também consideramos relevante o aprofundamento de temas como os impactos das novas tecnologias e da desinformação na segurança dos profissionais da informação, bem como as estratégias de autocuidado e proteção desenvolvidas por eles em resposta às adversidades cotidianas.

Ressaltamos, ainda, que a figura do jornalista, hoje, está longe de corresponder ao imaginário do herói infalível ou da imagem apática diante das mazelas sociais. Ao contrário, o jornalista amazônida se mostra engajado nas lutas por justiça social, contra a fome, pela reforma agrária, em defesa dos direitos das minorias e do meio ambiente, além de atuar ativamente na resistência à desinformação e na salvaguarda da democracia. Ser jornalista, nesse contexto, é exercer um ato político de elevada responsabilidade, movido por compromisso ético, senso crítico e pela convicção de que a informação qualificada é condição indispensável para a cidadania.

Esta pesquisa pretende, portanto, contribuir para um debate mais amplo sobre a necessidade urgente de adoção de políticas de proteção aos jornalistas, aliadas ao combate sistemático à impunidade de seus agressores e a uma campanha permanente de valorização do jornalismo como serviço público essencial à vida democrática, no Brasil e no mundo.

Em particular, no que tange à Amazônia Paraense, os relatos aqui reunidos iluminam as complexas e perigosas dinâmicas que envolvem o exercício da profissão em contextos de vulnerabilidade institucional, autoritarismo político e disputas por narrativas. Reconhecer e proteger o trabalho jornalístico na região é mais do que um ato de defesa de uma classe profissional: é um imperativo civilizatório.

Por fim, é necessário destacar que a proteção aos jornalistas da Amazônia assume importância estratégica diante da centralidade que a região ocupa para o futuro do planeta. A Amazônia é eixo vital para o equilíbrio climático global e para a preservação da biodiversidade. Portanto, defender os jornalistas que aqui atuam é garantir que as vozes que narram e denunciam as ameaças à floresta e às populações que nela vivem continuem sendo ouvidas. Proteger o jornalismo na Amazônia é, assim, proteger o direito à verdade, à justiça ambiental e à própria sobrevivência humana.

## REFERÊNCIAS

- “ABIN Paralela” espionou Lira, ministros do STF e jornalistas, diz a PF; veja lista. Carta Capital: [s.l.], 11 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/abin-paralela-espionou-lira-ministros-do-stf-e-jornalistas-diz-a-pf-veja-lista/>>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- ABRAJI. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Relatório Monitoramento de ataques à imprensa no Brasil**. São Paulo: Abraji, 2024. Disponível em: <[https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication\\_info/details\\_file/e8854cf1-3ab3-46ea-8573-0137090e0a6f/Relatório\\_Monitoramento\\_de\\_ataques\\_a\\_Jornalistas\\_no\\_Brasil\\_02.05.2022.pdf](https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/e8854cf1-3ab3-46ea-8573-0137090e0a6f/Relatório_Monitoramento_de_ataques_a_Jornalistas_no_Brasil_02.05.2022.pdf)>. Acesso em: 22 jan. de 2024.
- ALEIXO, Isabela; SOUZA, Felipe de. O que está por trás da fake do Pix e de outras mentiras sobre a economia. **UOL Economia**, Rio de Janeiro, 16 jan. 2025. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/01/16/fake-news-impacto-economia.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- ALMEIDA, Silvana Lemos de. **Jornalistas mulheres sob ameaça: riscos para o exercício da profissão no Rio de Janeiro**. 2022. 180 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/20499>. Acesso em 16 de junho de 2023.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução: André Duarte. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.
- ARIAS, Juan. O ódio de Trump contra a imprensa contagiou o Brasil. **El País**, [s.l.], [s.d], 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/02/opinion/1569973404\\_42641.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/02/opinion/1569973404_42641.html)>. Acesso em: 25 ago. 2024.
- BARROS, Janaína Visibeli; NICOLETTI, Janara; LIMA, Samuel Pantoja (Orgs.) **O Trabalho de Jornalistas no Brasil: Desigualdades, identidades e precariedades**. 1ª ed. Florianópolis: Insular, 2023. p. 24-39.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som. Um manual prático**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002 Cap. **Entrevista Narrativa**, JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. pp 90-113
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; tradução de Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. - 8. ed. Revista. - São Paulo: Brasiliense, 2012a. p. 123-128.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Estruturas, *habitus*, práticas. *In: BOURDIEU, Pierre. O Senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRASIL é o país com maior número de jornalistas mortos por Covid-19. Fenaj.org: [s.l.], 6 abril. 2021. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/brasil-e-o-pais-com-maior-numero-de-jornalistas-mortos-por-covid-19/>>. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL nunca precisou tanto de imprensa de qualidade, diz Barroso. **O Estado CE**: Ceará, 24 jan. 2025. Disponível em: <<https://oestadoce.com.br/politica/brasil-nunca-precisou-tanto-de-imprensa-de-qualidade-diz-barroso/>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRITO, Geovane. Polícia indícia por latrocínio jovem que matou jornalista a golpes de 'pé-de-cabra' em Almeirim, no PA. **G1**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/09/29/policia-indicia-por-latrocinio-jovem-que-matou-jornalista-a-golpes-de-pe-de-cabra-em-almeirim-no-pa.ghtml>>. Acesso em: 26 fev. 2023.

BUCCI, Eugênio. **Incerteza, um ensaio**: Como pensamos a ideia que nos desorienta (e orienta o mundo digital). Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos**: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. 1ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2016.

BUTLER, Judith. **O Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Unesp, 2021.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Introdução a territórios em transformação. *In*: CASTRO, Edna Maria Ramos de. (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017.

**CERCADOS**: a imprensa contra o negacionismo na pandemia”. Direção: Caio Cavechini Produção: Original Globo Play. Produtora: Globo Play, 2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/cercados/t/FKjMrH2mtB/?>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Sobre o medo. *In*: CARDOSO, S. (Org.). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Para confiar no jornalismo (Apresentação). *In*:

CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Credibilidade Jornalística**. – 1. ed. – Florianópolis, SC: Editora Insular, 2024.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; BECKER, Denise. Elementos para uma Teoria da confiança e da Credibilidade no Jornalismo. *In*: CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Credibilidade Jornalística**. – 1. ed. – Florianópolis, SC: Editora Insular, 2024. p. 15-42.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; BEZERRA, Kallianny; HUF, Natália; BATISTA, Raphaelle. Crise de credibilidade no jornalismo: Porque devemos questionar essa ideia. *In*:

CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Credibilidade jornalística**. Florianópolis: Insular, 2024. p. 121-149.

CONSÓRCIO de Imprensa que permitiu transparência sobre a Covid chega ao fim. **UOL**, São Paulo, 20 jan. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2023/01/28/consorcio-de-imprensa-que-permitiu-transparencia-sobre-covid-chega-ao-fim.htm>>. Acesso em: 10 set. 2024 .

CORREIA, Fernando. **Os jornalistas e as notícias**. Lisboa: Caminho, 1997.

COSTA, Vânia Torres. **À sombra da Floresta**: A Amazônia no jornalismo de Televisão. 16º ed. Belém: Paka-Tatu, 2022.

DIEESE. **Movimentação do emprego em Funções do Jornalismo**, 2024. Disponível em <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2024/02/DIEESE-FENAJ-An%C3%A1lise-CAGED-2023-fev.-2024.pdf>>. Acesso em 20 de junho 2024.

FENAJ; OBJETHOS. **Dossiê Ataques ao Jornalismo ao seu Direito de Informação**. Florianópolis: UFSC, 2022. Disponível em: <[https://objethos.wordpress.com/wp-content/uploads/2022/04/dossie\\_fenaj\\_objethos.pdf](https://objethos.wordpress.com/wp-content/uploads/2022/04/dossie_fenaj_objethos.pdf)>. Acesso em: 20 set.2022.

FENAJ. **Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa - 2018**. Brasília: FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, 2019. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FENAJ. **Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa - 2019**. Brasília: FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, 2020. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FENAJ. **Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa - 2020**. Brasília: FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, 2021. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FENAJ. **Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa – 2021**. Brasília: FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, 2022a Disponível em <<https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>>. Acesso em: 15 set. 2022.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa – 2022**. Brasília: FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, 2023. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FENAJ. **Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa – 2023**. Brasília: FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, 2024. Disponível em <<https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FENAJ. **Relatório Fenaj Covid-19**. Brasília: FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, 2022b. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/dossie-jornalistas-vitimados-pela-covid-19/>>. Acesso em: 20 set. 2022.

FERREIRA, Paulo Roberto. **A Censura no Pará: a mordaza a partir de 1964** (registros e depoimentos). Belém: Paka-Tatu, 2015.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FRANCISCATO, C. E. **A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica**. 2003. 336 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/Carlos-Eduardo-Franciscato.pdf>>.

FRONTEIRAS da informação: relatório sobre jornalismo e violência na Amazônia. **Instituto Vladimir Herzog**, [s.d.]. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/fronteirasdainformacao/>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

G1 lança Fato ou Fake, novo serviço de checagem de conteúdos suspeitos. **G1**, 2018. Disponível em: <<https://search.app/d4ozJ5kQdfR6gzXQA>>. Acesso em: 27/09.2024.

GUERRA, Josenildo Luiz; PEREIRA, Ana Rachel Gonçalves. Gestão editorial em jornalismo: método de avaliação de qualidade. *In*: CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org). **Credibilidade jornalística**. Florianópolis: Insular, 2024. p. 175-199.

GUERREIRO NETO, Guilherme. O jornalismo como instituição social. In: ANAIS DO 35º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2012, Brasília. **Anais eletrônicos**. Fortaleza, 2012. Disponível em: <[www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1793-1.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1793-1.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2022.

HELOANI, José Roberto. **A dança da Garrafa**: assédio moral nas organizações. GV Executivo, v. 10, n. 1. jan.-jun. 2011. Disponível em <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/e0b088b9-2650-4c17-b902-3e7353b55755/content>. Acesso em: 20 set. 2024.

IANNI, Octavio. **A violência na sociedade contemporânea**. Estudos de Sociologia, v. 7, n. 12, p. 7-30, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 11 jun. 2025.

JARA, Gerson Canhete. **A representação social da execução de jornalistas na fronteira Brasil/Paraguai pelo jornal regional de Ponta Porã**. 2019. 160f. Dissertação (mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019. Disponível em <<https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/7351>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. **Entrevista Narrativa**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som. Um manual prático**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

JUNG, Cleusa Maria. **A violência contra jornalistas no Brasil**: análise discursiva dos relatórios de organizações de defesa da liberdade de expressão. 2021. 225f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/25765>> Acesso em: 24 jun. 2023.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KOTSCHO, Ricardo. **Explode um Novo Brasil**: Diário da Campanha das Diretas. Brasília: Senado Federal, 2025.

LADEIRA, Francisco Fernandes. **“Mídia ajudou a criar Bolsonaro e o bolsonarismo, mas diz não ter nada a ver com isso”**. Observatório da Imprensa, 2020. Disponível em: <<https://search.app/jyy76T2WQsH3kuUd6>>. Acesso em: 30 set. 2024.

LOPES, Fernanda Lima. **Ser jornalista no Brasil**: Identidade profissional e formação acadêmica. São Paulo: Paulus, 2013.

MACHADO, Rosemary Gomes da Silva; SOUZA, Michele da Costa; COSTA, Alda Cristina. **Viver sob o perigo**: uma análise do relatório do Sinjor-Pa sobre a violência contra jornalistas no Pará, no ano de 2022. **Puçá – Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**. Belém, v. 9, n.º2. – p. 21-36. ago./dez. 2023.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser Jornalista**: O desafio das tecnologias e o fim das ilusões. São Paulo: Paulus, 2009.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em Comunicação**: projetos, ideias, práticas. Petrópolis: Vozes, 2018.

MCLEOD, Kenny. [Entrevista concedida à Unesco]. In: **O papel dos agentes de aplicação da lei: garantir a segurança dos jornalistas durante manifestações públicas e eleições – 2023**. p. 17. Disponível em < [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384920\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384920_por)>. Acesso em: 30 set. 2024.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: O Diálogo Possível**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MELLO, Patrícia Campos. **A Máquina do Ódio: Notas de uma Repórter sobre Fake News e Violência**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2020.

MELO, José Marques de. **Jornalismo: Compreensão e Reinvenção**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009

MELO, José Marques de. **História do Jornalismo: itinerário crítico, mosaico contextual**. São Paulo: Paulus, 2012.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de. Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAIS, Juliana Bandeira. **“Deixa ela trabalhar!”: Mulheres jornalistas na cobertura esportiva paraibana**. 2022. 105 f. Dissertação (mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2022. Disponível em < <file:///C:/Users/User/Downloads/Deixa%20ela%20trabalhar%20%20-%20Mulheres%20jornalistas%20na%20cobertura%20esportiva%20paraibana.docx.pdf>>. Acesso: 25 nov. 2024.

NICOLETTI, Janara; FIGARO, Roseli. Trabalho precário como fonte de adoecimento mental e sofrimento ético. *IN*: BARROS, Janaína Visibeli; NICOLETTI, Janara; LIMA, Samuel Pantoja (Orgs.). **O Trabalho de Jornalistas no Brasil: Desigualdades, identidades e precariedades**. 1 Ed. – Florianópolis: Insular, 2023. p. 40-59.

NICOLETTI, Janara; FLORES, Ana Marta. Violência contra jornalistas no canal de Jair Bolsonaro no Youtube: análise dos 100 primeiros dias de pandemia da Covid-19 no Brasil. **Braz. journal. res.**, - Brasília -DF. Vol. 18 - N. 1 - abril - 2022. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1438>>. Acesso em: 11 set. 2024.

OLIVEIRA, Aquiles Lopes de. **“Boca Fechada: Comunicadores executados no Brasil por conta do exercício profissional”**. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2021. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41640>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

PARK, Robert. E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, C; MAROCCO, B. (orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PAULINO, Fernando Oliveira; GUAZINA, Liziane Soares; VALENTE, Jonas C. L.; URUPÁ, Marcos; CARVALHO, Mariana Martins de. Políticas de Comunicação no Brasil: uma visão geral dos dois primeiros anos do governo Jair Bolsonaro. **Revista Eptic**. Vol. 24, n. 2, P. 115-134. Mai.-Ago. 2022

PINTO, Lúcio Flávio. **Guerra amazônica. o jornalista na linha de tiro (de grileiros, madeireiros, intelectuais, etc. & cia**. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2005.

PRADO, Ana. Pistas para problematizar a relação entre ecossistema desinformativo e o jornalismo. *IN: CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org). **Credibilidade jornalística***. Florianópolis: Insular, 2024. p. 99-120.

RAMOS, Daniela Oswald; CORRÊA, Elizabeth Nicolau Saad. Jornalistas, assédios e violências nos ambientes digital e físico: o cenário brasileiro. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. v. 19, n. 2, jul./dez., p. 37-47, 2022.

RANKING mundial da RSF 2025: enfraquecimento econômico dos meios de comunicação é uma das principais ameaças. **Repórteres Sem Fronteiras (Rsf)**, 2025. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-da-rsf-2025-enfraquecimento-economico-dos-meios-de-comunicacao-e-uma-das-principais>. Acesso em: 12 maio 2025.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS (RSF). Relatório Amazônia: Jornalismo em chamas. **Repórteres Sem Fronteiras (RSF)**, 2023. Disponível em: <[https://rsf.org/sites/default/files/medias/file/2023/09/Amaz%C3%B4nia%20-%20Jornalismo%20em%20chamas\\_v.final\\_.pdf](https://rsf.org/sites/default/files/medias/file/2023/09/Amaz%C3%B4nia%20-%20Jornalismo%20em%20chamas_v.final_.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2024.

RICEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: o tempo narrado; tradução de Claudia Berliner; revisão da tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICEUR, Paul. **O si-mesmo como o outro**. Tradução Ivone C. Benedetti. 1ª. Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

RIOS, Aline de Oliveira. **Violência contra jornalistas**: características e manifestações a partir dos relatórios da FENAJ no período 2012 – 2020. 2021. 325 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3590%3E>. Acesso em 15 de agosto de 2023.

SAIBA o que é fato e o que é boato sobre o TSE. **Portal TSE**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Julho/saiba-o-que-e-fato-e-o-que-e-boato-sobre-o-tse>.

SANTOS, Jadeanny Arruda Silva dos. **Narrativas da (re)existência**: um estudo sobre a violência de gênero contra jornalistas nas redações de Natal (RN). 2022. 113f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48421>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SARTRE, Jean-Paul. **Situações III**. Trad. Clara Ramus e Célia Berrettini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1949.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da Colonialidade em Oito Ensaios**: e uma Antropologia por Demanda. Tradução Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, Cris Guimarães Cirino da. **O bolsonarismo da esfera pública**: uma análise Foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdades, *fake news* e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro. 2020. 237 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7664>. Acesso: 24 jun. 2023.

SILVA, Gisele Barão da. Sistemas mídia e violência contra jornalistas: características do caso brasileiro. 2024. 184 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/TESE%20-%20GISELE%20SILVA.pdf>>. Acesso: 19 fev. 2025.

SILVA, Sávaia. **Ser mulher no jornalismo paraense: experiências comunicativas com o ambiente profissional**. 2022. 138 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: [https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/16236/1/Dissertacao\\_SerMulherJornalismo.pdf](https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/16236/1/Dissertacao_SerMulherJornalismo.pdf) . Acesso em: 15 jun. 2023.

SINJOR-PA – Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará, 2023, **Relatório da Violência contra Jornalista e Liberdade de Imprensa - 2022**. 1ª ed. Belém (PA). Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1g-WaQkU5kqju0xY511XliEA\\_TI9pGL2D/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1g-WaQkU5kqju0xY511XliEA_TI9pGL2D/view?usp=sharing). Acesso em: 08 mar. 2024.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 4ª edição.

SOUZA, Gabriel Landim de. **Ameaças para silenciar o mensageiro: ataques e agressões aos profissionais do jornalismo como notícia no Jornal Nacional**. 2023. 222 f. Dissertação (mestrado em comunicação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em < <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/15949> >. Acesso em: 20 mar. 2024.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **Jornalismo, Trabalho e Marxismo**. Vitória: Adufes, 2024.

UNESCO. **Proteger Jornalistas, proteger a verdade**. [S.l]: Unesco, 2021. Disponível em: <<https://search.app/RcAj32DFxCh8UcVQ9>>. Acesso em: 30 set. 2024.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa e contra-hegemonia: 20 anos de Jornal Pessoal (1987-2007)**. Belém: Paka-Tatu, 2014.

WARDLE, Claire; DERAKSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 27 set. 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: 10 jun. 2024.

WELLE, Deutsche. A sucessão de erros que levou à crise de oxigênio em Manaus. **PODER360**, 2021. Disponível em: <<https://Search.app/finazTiErMvcjHrrYA>>. Acesso em: 16 set. 2024.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

**APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas**

**Primeira Parte:**

Descreva seu tempo de atuação, veículos que trabalhou e coberturas realizadas.

**Segunda Parte:**

- 1) Como você descreveria os principais desafios que enfrenta diariamente ao cobrir fatos sociais na Amazônia?
- 2) Como você percebe a presença de confrontos entre os interesses locais e o seu papel como jornalista?
- 3) Quais estratégias você desenvolveu para lidar com a violência e o medo enquanto continua a realizar seu trabalho?
- 4) Em sua opinião, quais são as redes de apoio mais importantes para os jornalistas que enfrentam riscos na região amazônica?
- 5) O que te motiva a continuar trabalhando, mesmo com os desafios e ameaças constantes?
- 6) Como o medo e as situações de violência impactam a sua saúde mental? Quais são as consequências emocionais de lidar com esses desafios regularmente?
- 7) De que forma as experiências de resistência que você vivencia influenciam a forma como você entende o jornalismo como uma instituição social?
- 8) Que mudanças você acredita que seriam necessárias para proteger melhor os jornalistas na região amazônica?
- 9) Como imagina o futuro do jornalismo na Amazônia, dado o ambiente de medo e violência que você descreveu?
- 10) O que você gostaria de ver no apoio à segurança e proteção dos jornalistas que atuam na Amazônia?